

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO  
REGIONAL

Adriano Lopes Almeida Teixeira

**A genealogia da mais-valia:  
filosofia, economia e crítica da economia  
política**

Belo Horizonte  
2014

Adriano Lopes Almeida Teixeira

**A genealogia da mais-valia:  
filosofia, economia e crítica da economia  
política**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia.  
Orientador: Prof. Dr. João Antonio de Paula

Belo Horizonte  
2014

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor João Antônio de Paula, meu desorientador. Num mundo acadêmico tão previsível como o das ciências econômicas, foi um privilegio tê-lo por perto. Cada encontro revelava-se uma incursão num rico universo de conhecimentos, cujos sentidos só eram recobrados na próxima orientação. Agradeço suas desnordeantes orientações que, ao fim e ao cabo, eram indicações certeiras do rumo a seguir. Agradeço a disposição em aceitar a convivência trabalhosa, o esforço de me apresentar aos conceitos filosóficos, a paciência de rediscutir questões.

Ao Professor Hugo Cerqueira, cujas falas parecem ter o vício das exatas. Tudo parece colocado no local e momento precisos. Faz isto sem empobrecer o debate, sem restringir a abrangência inerente ao seu campo de formação. Foi, desde a qualificação, sem dúvida alguma, responsável por algumas correções de rota fundamentais.

Ao Professor Eduardo Albuquerque, cuja prontidão de ânimo, competência e simpatia encantam a todos. Agradeço sua participação na qualificação e a oportunidade de ter cursado algumas das suas disciplinas.

Ao Professor Alfredo Saad Filho pelo apoio incondicional dado durante o período do sanduíche. Sempre generoso e cordato, abriu novas possibilidades e me introduziu numa rica bibliografia. Ao Prof. Christopher Arthur, pelo incentivo quanto aos propósitos da tese e pela valiosa dica.

Ao Professor Paulo Nakatani, que carrega a sina de compor minhas bancas. Amigo e mestre de longa data. Ao Professor Marcelo Carcanholo, por aceitar o convite para a banca e manter acesas em nós as lembranças de um nobre homem. Ao Professor Reinaldo Carcanholo, que esteve na minha qualificação. Registro minha gratidão por tudo o que representou na minha formação acadêmica. Estudar Marx com ele era, acima de tudo, uma grande diversão.

Aos Professores Fred e Ana Hermetto, por toda compreensão e estímulo. Aos servidores do CEDEPLAR, pelo padrão de excelência. À Capes, pelo apoio financeiro. À UFES e seu Departamento de Economia, pelas condições dadas.

À minha querida esposa, Minelvina, cujo nome incomum e mitologicamente abaianado, de nove letras, é quase um anagrama da mais-valia. Ao assumir tarefas familiares que antes eram minhas, passou a proclamar não entender o porquê de tanto tempo destinado a um tema sobre o qual ela conhecia tão bem na prática, dada a exploração a que foi submetida.

Encantou-se com a Senhora Henriette Marx quando soube que ela teria lamentado o fato do filho gastar tanto tempo estudando algo sobre o qual se mostrara tão incompetente para ganhar. Apesar dos pesares matrimoniais, incentivadora incorrigível. Agradeço o apoio incondicional, sem o qual, teria sido impossível prosseguir. Seus reclames elevavam a minha autoestima, afinal eram um sinal de que me queria por perto.

Aos filhos, Natália e Rafael, que, a cada incompreensão, abusando do direito de assim fazerem, me impulsionavam a trabalhar mais intensamente para poder voltar ao convívio. Com eles por perto, tudo ficaria mais difícil. Se longe demais, impossível.

A Mara Adela, a guerreira do internato de Teófilo Otoni. Mãe, *sin “mostrar” la ternura jamás*, não deixa nunca seu exemplo ser esquecido. A Geraldo Teixeira, saudoso pai, que teve que parar no segundo ano do curso de medicina de Santa Inês, na Bahia. Às irmãs, Dani e Rafa, pelo companheirismo. Aos Tios William e Conça, ele, meu honrado precursor; ela, socorro nas angústias hospitalares. Deram guarida a um recém-chegado na cidade grande. A família Toé, que calorosamente me acolheu em terras anglo-saxônicas. Aos parentes e agregados, inclusive os da esposa, saibam que vocês estão aqui. Só o IBGE poderia me ajudar na tarefa de nominá-los um a um.

Ao colega Marcus Croce, que mostrou que tudo é possível. Ao colega Vinícius Pereira, pelo exemplo de disposição e pela troca permanente de ideias. Aos colegas Ester, Keynis, Wieland e Alexandre, e aos demais, amigos de toda hora. Aos colegas mestrandos, que nos emprestavam a intrepidez da juventude e o destemor diante das equações. Ao amigo Roberto Tim, nem sei por quê.

Agradeço a Marx, que colocou Proudhon na minha frente. Assim, me fez ver o lado positivo da empreitada: posso ser considerado um bom filósofo entre os colegas economistas, e um bom economista entre os colegas da filosofia.

Por fim, um agradecimento a alguém muito estimado. Ele saberá quando o ler.

“É fácil compreender como o trabalho pode aumentar o valor de uso; a dificuldade consiste em compreender como pode criar valores de troca maiores do que os pressupostos.”

**Karl Marx. *Grundrisse*.**

“Marx foi um “crítico da economia política” ou economista? [...] O Marx economista não é lido na ordem em que os textos foram redigidos. É altamente aconselhável que se tente adquirir uma primeira inteligência de seu pensamento em sua forma mais madura, mais elaborada, para em seguida percorrer o caminho desse amadurecimento, em especial como é apreendido nos manuscritos chamados *Grundrisse*.”

**Gerard Duménil. *Para Ler Marx*.**

“O *Capital* de Marx não é uma teoria: é uma crítica teórica ou uma teoria crítica do capital.”

**Karel Kosik. *A Dialética do Concreto*.**

## RESUMO

Esta tese pretende demonstrar a singularidade da crítica da economia política realizada por Marx como superação da crítica filosófica na qual foi formado, pela afirmação da centralidade das determinações materiais da vida social. Nesse processo, foi central a reconfiguração da dialética hegeliana empreendida por Marx, sintetizada na descoberta da categoria mais-valia. Busca-se reconstruir a genealogia da mais-valia, mediante o exame do itinerário teórico de Marx, desde os anos como jornalista na *Gazeta Renana* até o momento da descoberta da mais-valia nos *Grundrisse* e sua posterior exposição em *O Capital*. O fio condutor das investigações de Marx, desde a *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843, foi a busca pelo desvelamento das leis internas de funcionamento da sociedade capitalista – sua gênese, desenvolvimento, crise e colapso – simultaneamente à busca por um método capaz de submeter o objeto da economia política a uma operação crítica específica, nos termos de Hegel. A mais-valia é entendida, pois, como ponto fulcral de um longo processo de investigações movido tanto por uma insatisfação com a filosofia de seu tempo, quanto pela motivação político-ideológica de transformação socialista do mundo, representando a categoria-síntese, o núcleo fundamental da crítica da economia política, a partir do qual a essência da sociedade capitalista pôde ser revelada.

## ABSTRACT

This thesis intends to demonstrate the singularity of Marx's critique of political economy as the transcendence of the philosophical critique in which he was educated, through the affirmation of the centrality of material determination of social life. Marx's reconfiguration of the Hegelian dialectic was central in this process; it is synthesized in the discovery of the surplus value category. The thesis seeks to reconstruct the genealogy of surplus value by examining Marx's theoretical itinerary, from his time as a journalist in the *Rhenish Gazette* to the moment of the discovery of surplus value in *Grundrisse* and its subsequent exposition in *Capital*. The keynote of Marx's investigations, since the *Critique of Hegel's Philosophy of Right*, in 1843, was the quest to unveil the internal laws of motion of the capitalist society - its genesis, development, crisis and collapse - while searching for a suitable method to submit the object of political economy to a specific critique, according to Hegel. Therefore, surplus value is understood as the cornerstone of a long process of investigation driven both by a dissatisfaction with the philosophy of his time, and by the political and ideological motivation for the socialist transformation of the world. It represents the categorical synthesis, the fundamental core of the critique of political economy, from which the essence of the capitalist society can be revealed.

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>01</b>  |
| <b>1 A CATEGORIA MAIS-VALIA: MÉTODO, EXPOSIÇÃO E O LIVRO I DE O CAPITAL (1867)</b> .....                    | <b>07</b>  |
| 1.1 O caráter mistificado da sociedade capitalista .....  | 07         |
| 1.2 Aparência <i>versus</i> Essência .....  | 13         |
| 1.2.1 A circulação .....  | 18         |
| 1.2.2 O salário .....   | 19         |
| 1.2.3 Capital Fixo, Tecnologia e o Advento do Capitalista .....   | 20         |
| 1.2.4 A concorrência .....  | 23         |
| 1.3 Questões de método: Marx como crítico da economia política .....  | 26         |
| 1.3.1 Com e contra os Clássicos: Marx rumo ao método .....  | 31         |
| 1.3.2 Marx encontra o método .....  | 40         |
| 1.4 O lugar da descoberta da mais-valia .....   | 55         |
| 1.5 A descoberta do lugar da mais-valia .....   | 63         |
| 1.6 Notas sobre a originalidade da mais-valia .....   | 72         |
| <b>2 DA FILOSOFIA À ECONOMIA (1842-1849)</b> .....  | <b>80</b>  |
| 2.1 Ainda sobre o método .....  | 80         |
| 2.2 <i>A Gazeta Renana</i> e o prefácio da <i>Contribuição à Crítica da Economia Política</i> .....         | 88         |
| 2.3 Da <i>Crítica de 43</i> ao encontro com Engels: Marx filósofo .....                                     | 94         |
| 2.4 Rumo à crítica da economia política: Marx em transição .....  | 105        |
| 2.5 <i>A Miséria da Filosofia</i> como primeiro platô da crítica: Marx, filósofo e economista crítico ..... | 115        |
| <b>3 MARX, ECONOMISTA CRÍTICO E FILÓSOFO (1850-1856)</b> .....  | <b>137</b> |
| 3.1 O jornalismo a serviço da crítica: a empiria como um requisito do método de investigação .....          | 140        |
| 3.2 De volta à teoria: os <i>Cadernos de Londres</i> (1850-1853) e o epistolário Marx-Engels .....          | 154        |

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| <b>4</b> | <b>OS GRUNDRISSE E A ESSÊNCIA DA MAIS-VALIA (1857-1858)</b> .....  | 163 |
| 4.1      | O dilúvio .....  | 163 |
| 4.2      | <i>A Introdução de 1857</i> .....  | 172 |
| 4.3      | O espectro de Proudhon e o capítulo do dinheiro .....  | 182 |
| 4.4      | Eis que surge a mais-valia: o capítulo do capital .....  | 194 |
| 4.5      | A transformação do dinheiro em capital: <i>Contribuição à Crítica da Economia Política (1859) e Manuscritos de 1861-1863</i> ..... | 201 |
|          | <b>CONCLUSÃO</b> .....   | 207 |
|          | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | 215 |

## Introdução

A formação do pensamento de Marx tem sido interpretada à luz das mais variadas tentativas de reconstrução. De fato, as vicissitudes que cercaram a fortuna editorial da obra de Marx não encontram precedentes na história dos grandes pensadores da humanidade. Por isso, a compreensão dos fundamentos da crítica da economia política efetuada por ele tornou-se, durante todo o século XX, tarefa sujeita a condicionantes políticos, ideológicos, culturais e editoriais, que, somente há pouco, ganhou novo fôlego.

A explicação vem acompanhada da mais refinada ironia. Foi necessário que a morte de Marx fosse anunciada para que ele pudesse retornar desvestido do manto de suspeição que sempre lhe acompanhou. Para avançar na ironia, mencione-se a semelhança com os infortúnios vividos por quem testemunhou os crimes de uma época e, por causa disso, passou a viver uma vida reclusa e anônima, sob o amparo de um programa de proteção. Marx tornou-se, assim, desconhecido de muitos, referência de poucos. Mas é preciso dizer que sua teoria permanece vívida e inspiradora. E assim, sob os auspícios de dois fatores aparentemente antagônicos, a ironia se revelou plenamente: as últimas décadas do século passado anunciaram a morte eterna de Marx, ao mesmo tempo em que ele reaparecia sob a áurea da *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA), a retomada da edição das obras completas de Marx e Engels.

Sob o estigma de denunciante incômodo, formuladores de uma teoria social inconveniente, que explicita os constrangimentos uma forma específica de sociedade, a capitalista, Marx e Engels iniciaram uma nova maneira de pensar. As condições materiais da existência são alçadas ao nível de determinações essenciais a partir das quais a complexa sociedade capitalista pode, finalmente, tornar-se inteligível. A teoria levou o nome de Marx, e Engels, que se intitulava o “segundo violino”, resignou-se aos justos desígnios, como ele mesmo entendia.

Esta tese seguirá esta tradição, muitas vezes omitindo a contribuição engelsiana, que, geralmente subestimada, estará sempre subentendida. Os anos vividos por Engels após a morte de Marx deram a ele o distanciamento necessário para discernir o tamanho da sua efetiva participação. Atualmente, ainda se especula sobre a relação Marx-Engels, sobre a eficácia e fidedignidade de seus trabalhos de publicação póstuma das obras de Marx,

especialmente dos livros II e III de *O Capital*. Mas Engels mesmo, nos diversos artigos de divulgação das obras de Marx, procurava elucidar esta questão. Numa de suas recapitulações, concede a Marx a exclusividade da autoria daquilo que ele considerava as duas grandes descobertas teóricas do amigo: a concepção materialista da história e a categoria da mais-valia.

Com efeito, essas duas descobertas iluminam as grandes etapas da trajetória intelectual de Marx. Aliadas à dica de Engels, as aquisições filológicas da Mega 2 contribuem para que se conheça mais do processo de formação do pensamento de Marx. Já há algum tempo a comunidade acadêmica brasileira se beneficia do estreitamento de relações com alguns dos seus principais divulgadores, como Michäel Krätke, Rolf Hecker e Marcello Musto, que, além de publicarem inúmeros artigos, tem comparecido com relativa frequência a seminários e congressos por este país afora.

Marx inicia sua crítica sob a influência de Feuerbach, que, em 1841, tinha publicado *A Essência do Cristianismo*, que também era uma crítica radical de Hegel. Tomando como ponto de partida a visão antropológica de Feuerbach, Marx desenvolve uma crítica política até chegar à sua concepção materialista da história, pela qual descobre as determinações materiais da existência. Isto acontece entre 1843 e 1845, quando termina a *Ideologia Alemã*, fazendo assim seu ajuste de contas com a filosofia de sua época. Marx percebia, porém, que sua crítica não dava conta ainda de revelar a essência da sociedade capitalista. Era preciso prosseguir, fazendo a crítica não apenas das formas alienadas da vida social, como a religião e o estado, mas à própria economia, à forma como a sociedade se organiza na busca pela existência material.

De fato, a crítica de Marx até esse momento era apenas parcial. O problema não estava resolvido, embora estivesse intuído. A insatisfação com a filosofia clássica alemã era resultado de sua incapacidade de apresentar as respostas que Marx requeria. Era preciso iniciar uma caminhada, não linear, não determinada, que começasse pela economia, pelo que denominou “a anatomia da sociedade burguesa”. Por isso, Marx recorre à economia política, e inicia um movimento de crítica tanto do conteúdo quanto da forma, inaugurando um método específico, ainda que filiado a Hegel, que teria a mais-valia como ponto final. Essa trajetória que parte da primeira intuição ocorrida durante os anos na *Gazeta Renana* até a descoberta da mais-valia, como síntese de sua crítica da economia política, será o objeto da tese, que pretende demonstrar a singularidade da crítica da economia política realizada por Marx em

relação às críticas filosóficas de sua época, e a forma como Marx, economista crítico, teve na filosofia dialética um recurso inescapável do seu projeto.

Busca-se, pois, reconstruir a genealogia da mais-valia, a trajetória teórica de Marx desde os anos como jornalista da *Gazeta Renana* até o momento da descoberta daquela categoria nos *Grundrisse* e sua posterior exposição em *O Capital*. Como fio condutor das investigações de Marx desde a *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843, a busca pelo desvelamento das leis internas de funcionamento da sociedade capitalista – sua gênese, desenvolvimento, crise e colapso – acontece simultaneamente à busca por um método capaz de submeter o objeto da economia política a uma operação crítica específica, nos termos de Hegel. A mais-valia é entendida, pois, como ponto fulcral de um longo processo de investigações movido tanto por uma insatisfação com a filosofia de seu tempo, quanto pela motivação político-ideológica de transformação socialista do mundo, representando a categoria-síntese, o núcleo fundamental da crítica da economia política.

Neste processo de reconstrução serão apresentadas as aquisições metodológicas fundamentais para o estabelecimento da crítica da economia política consubstanciada na descoberta da mais-valia. Se esta categoria foi presentida pelos socialistas ricardianos, o projeto de Marx era mais ambicioso, pois se tratava não somente de explicá-la, sua origem e seu significado, quanto de perseguir o método adequado para sua apresentação.

Nesta tese, a mais-valia, pois, será tratada na sua forma geral, a que precede à sua distribuição em várias formas. Sabe-se que, após descobrir aquela categoria, a missão teórica passava a ser a representação das formas como ela se manifesta, ou, dito de outra forma, a reconstrução no pensamento de suas formas fenomênicas. O movimento empreendido por Marx após a descoberta da “mais-valia em geral” não será objeto da análise a ser efetuada neste trabalho.

Deve-se esclarecer, agora, a opção por uma estruturação não convencional. Embora se reconheçam as dificuldades de se escrever algo novo sobre Marx, não foi a busca de algum tipo de originalidade residual que determinou o formato escolhido, de começar pelo final. A trajetória do pensamento de Marx em torno da categoria da mais-valia é dividida aqui em quatro etapas: 1ª) 1842-1849; 2ª) 1850-1856; 3ª) 1857-1858 e a 4ª) 1867. Esta última etapa, referente à forma como a mais-valia é apresentada em *O Capital*, aparece logo no início da tese. A opção feita guarda relação, primeiramente, com a necessidade de esclarecer o porquê do conceito de mais-valia, como aparece nos *Grundrisse*, conter já todos os elementos

necessários de uma forma que, não sendo precária, não seria também a forma mais desenvolvida como apareceria em obras posteriores. Nesse sentido, a opção pela forma como a mais-valia é apresentada no *Capital* guarda ainda maiores vantagens por pressupor que, naquela obra, Marx alcança uma forma definitiva de exposição, suprimindo os possíveis defeitos de um texto não destinado à publicação, embora se considere que nos *Grundrisse*, excluída a forma de exposição, já estavam presentes todos os elementos essenciais da mais-valia. Assim, justificando o salto dos *Grundrisse* para *O Capital*, faz-se, na última seção da tese, uma concisa análise da trajetória de Marx entre aquelas duas obras, com apontamentos sobre as modificações nos planos para a crítica da economia política, embora não se objetive apresentar a evolução categorial dentro dos *Manuscritos de 1861-1863*. Mencione-se não ter sido casual que, após descobrir a mais-valia, e ainda não se sentindo pronto para fazer a exposição de sua crítica, Marx se sintia capacitado, munido da arma principal, para confrontar os grandes representantes da economia política nos *Manuscritos de 1861-1863*, especificamente nas *Teorias da Mais-Valia*. De posse da mais-valia, e tendo já realizado a crítica da economia política, tratou de evidenciar as diferenças.

Além do exposto, admite-se que, como razão de ordem secundária, a estruturação não convencional da tese se deve, em grande medida, ao seu título, que nasceu primeiro. Seria natural mostrar toda a trajetória de Marx e, ao final, descrever sua grande descoberta. Porém, como categoria descoberta, a mais-valia guarda traços de consanguinidade com descobertas anteriores a ela. Sem estas, a mais-valia não teria surgido. Então, como numa típica genealogia, optou-se por primeiro apresentar a mais-valia em seu formato mais desenvolvido, em que pese ser conhecido o fato de, mesmo após a publicação de *O Capital*, Marx ter continuado seu trabalho de busca por uma forma mais aprimorada de exposição. Assim, logo no primeiro capítulo, analisa-se o ambiente de nascimento da mais-valia (a sociedade capitalista mistificada), as dificuldades que cercam sua concepção (aparência *versus* essência), a questão do método usado para trazê-la à luz e os dados da sua fisionomia (as características gerais da categoria). Esta é a mais-valia em geral, cuja vida adulta (sua inserção na vida concreta de acordo com as suas muitas formas de manifestação) ultrapassa o escopo da tese.

A partir do capítulo dois, a trajetória de Marx, entre 1842 e 1849, começa a ser analisada. Tenta-se evitar, o quanto possível, recaídas em anacronismo, considerando-se que a mais-valia está na linha de chegada do caminho percorrido por Marx, e, portanto, ainda que pressentida, não estava pressuposta. Por isso, as aquisições metodológicas de Marx em cada

período são analisadas em si mesmas. Neste capítulo dois, analisa-se a formação do pensamento de Marx, sobretudo seus anos como filósofo, conhecidos como a etapa do Marx jovem, quando ele descobre a necessidade de entrar no terreno da economia política. Sendo exclusivamente filósofo no princípio, argumenta-se que, no final desta etapa, com a *Miséria da Filosofia*, de 1847 e com *Trabalho Assalariado e Capital*, Marx já é também um economista crítico, dominando um amplo conjunto de conhecimentos da economia política.

O capítulo três se insere num conjunto de tentativas recentes de iluminar períodos da vida de Marx que tradicionalmente foram subestimados na capacidade de esclarecer sua trajetória intelectual. É comum observar análises clássicas sobre a formação do pensamento de Marx que pulam da *Miséria da Filosofia* diretamente para os *Grundrisse*. Assim, os anos vividos em Londres como jornalista, quando também escreveu os chamados *Cadernos de Londres* (1850-1853), serão aqui analisados como etapa integrante essencial para o desenvolvimento de sua crítica da economia política. Por dever de ofício, teve que munir-se de amplo conhecimento empírico para dar conta dos inúmeros artigos que tinha que escrever para o *New York Daily Tribune*, um jornal norte-americano. Sem abandonar totalmente os estudos teóricos, os anos entre 1850-1856, foram fundamentais para que ele reunisse as condições de começar a escrever a sua crítica nos *Grundrisse*, em 1857. Neste capítulo, realça-se a atuação de Marx como um economista crítico que, como demonstra o refinamento metodológico apresentado na *Introdução de 1857*, nunca deixou de ser também um filósofo.

Por fim, no quarto e último capítulo, o período de 1857-1858, é analisado. A elaboração dos *Grundrisse*, escritos sob os prenúncios de crise econômica, foi o momento final de quinze anos de estudos. Nesta obra, pretendendo finalmente escrever sua Crítica da Economia Política, Marx descobre a mais-valia. É o momento em que Marx se torna Marx, em que ele efetivamente se torna o crítico da economia política. Por isso, busca-se seguir, desde a *Introdução de 1857* até o capítulo do capital, o passo a passo da investigação, a trama categorial desenvolvida até o momento da descoberta daquela categoria.

Algumas outras considerações merecem destaque. Ainda sobre a estruturação não convencional da tese, advirta-se para a possibilidade de que algumas citações feitas no capítulo primeiro se repitam no último. Pelas razões já apresentadas, é até natural que, sendo facultativo que o primeiro capítulo aparecesse ao final, como prosseguimento da discussão sobre os *Grundrisse*, algumas citações reapareçam, já que o capítulo quatro, a rigor, se complementa com o primeiro. Assim, no ponto de interseção entre eles, quando não possível

evitar repeti-las integralmente, serão feitas apenas de forma parcial. Não é este o caso de questões fundamentais, como, por exemplo, o método, que necessariamente perpassa toda a obra de Marx.

De resto, algumas palavras sobre os procedimentos para citações dentro da tese. As inúmeras cartas de Marx a Engels são extraídas preferencialmente das *Collected Works*, que serão indicadas por CW, número do volume e número da página. Quando as cartas são oriundas de outra fonte, a citação é feita na forma tradicional, pelo nome do autor (ou autores), ano de publicação (neste caso, aponto letras diferentes quando o ano for o mesmo), número da página. Deve-se reconhecer que esta tese se beneficia amplamente de uma onda recente de traduções das obras de Marx no mercado editorial brasileiro. Quanto às referências a *O Capital*, usam-se as edições brasileiras da Nova Cultural e da Bertrand Brasil/Difel Editorial, que serão diferenciadas pela indicação do ano. A opção por uma ou por outra acontece quando se julga que o uso de uma delas favorece o entendimento.

## CAPÍTULO 1

### **A categoria mais-valia: método, exposição e o livro I de *O Capital* (1867)**

#### **1.1 - O caráter mistificado da sociedade capitalista**

O surgimento do sistema capitalista trouxe consigo elementos, fenômenos e categorias que demandariam um esforço analítico-investigativo nunca empreendido para os sistemas sociais anteriores. Decifrar a nova realidade social exigia levar em consideração as novas categorias que, com o advento do capitalismo, adquiriram uma nova estatura, não passível de percepção pelas obras puramente filosóficas escritas até aquele momento. Mesmo que algumas dessas categorias, como o dinheiro, estivessem presentes há séculos, tornava-se necessário desenvolver novos instrumentos de análise para dar conta das novas determinações que cercavam aquelas categorias. A magnitude alcançada pela divisão do trabalho e as mudanças que ocorriam aceleradamente assombravam e encantavam Adam Smith ao mesmo tempo, levando-o, em 1776, a publicar *A Riqueza das Nações*, primeira tentativa de apresentar uma visão global e unificada de relações sociais até então inéditas. Décadas depois, David Ricardo, em *Princípios de Economia Política e Tributação*, de 1817, apresentaria uma elaboração teórica original sobre elementos como lucro, renda da terra e trabalho, que, quer se considere um avanço em relação a Smith, quer se considere um retrocesso, marcou um período de fecunda reflexão sobre os nexos internos desse novo mundo.

A menção feita a esses dois teóricos não foi casual. Entre os séculos XVII e XIX, muitos outros estudiosos, entre eles os que Marx chamou de “economistas vulgares” se apresentaram para interpretar o funcionamento da sociedade que sucedia uma outra, menos misteriosa em termos das conexões internas e externas que a caracterizavam, que era a feudal. Porém, foi a estes dois que Marx devotou uma reverência não muito frequente em seu estilo acurado, provocativo, irreverente, e acima de tudo, crítico de fazer teoria.

Marx herda desses autores um nível avançado de conhecimento sobre o sistema capitalista que lhe seria útil, como ele reconhece ao longo de toda a sua vida. Categorias como o trabalho, salário, lucro, renda da terra, capital, e outras, não foram pioneiramente escolhidas ou inventadas por Marx. Além de serem categorias visíveis na realidade econômica, o

trabalho de Adam Smith e David Ricardo em torno delas legaria a Marx um rico cabedal de informações e conhecimentos, que serviriam como ponto de partida e de confrontação na sua trajetória intelectual. Tendo deles recebido a teoria do valor-trabalho, cuja ideia central era que o valor de troca das mercadorias era medido pela quantidade de trabalho necessário para produzi-las<sup>1</sup> e que os seus preços oscilam em torno dos seus valores de troca, Marx fica “profundamente impressionado com a semelhança que existe entre esse tema central dos economistas e a doutrina central da Filosofia da História de Hegel: *a ação dos homens produz algo completamente diferente do que eles pretendem, do que conhecem e do que desejam.*” Dobb (2003, p. 65).

A obra de Marx, porém, não seria uma mera continuidade da economia política clássica. Esta também não seria para Marx uma espécie de porão para onde ele pudesse se dirigir e lá encontrar um compartimento estanque de conhecimentos. Era necessário recuperá-los, incorporá-los, mas também rejeitá-los, num movimento de suprassunção, que permitiria a Marx fazer a crítica da economia política.<sup>2</sup> De outra forma, a escolha das categorias obedecendo a critérios subjetivos e convenientes denotaria um procedimento que aponta para o capitalismo como um sistema natural diretamente decifrável e tão explícito como foram, em certa medida, o escravismo e o feudalismo.

Se o capitalismo tinha em comum com os sistemas anteriores o fato de ser um sistema de classes, por outro lado, diferenciava-se por apoiar-se numa dicotomia entre possuidores dos meios de produção e trabalhadores que nada possuíam. O modo de produção feudal entrara em esfacelamento e junto com ele as classes e o conjunto das relações sociais que o caracterizavam. Ainda que a aparência sugerisse o advento de novos tempos sob o lema da igualdade, fraternidade e liberdade, era possível perceber que a relação entre capitalistas e trabalhadores assentava-se em bases diferentes das que existiam entre senhores proprietários e servos de outras sociedades, mesmo que também divididas em classes. Os avanços apregoados pela Revolução Francesa não condiziam com o padrão de vida dos camponeses e proletários. Na sociedade feudal as conexões sociais apareciam abertas, visíveis a olho nu. Se o servo trabalhava três dias por semana nas terras do senhor feudal e o restante da semana para si, tornava-se explícita e incontestável a exploração a que ele era submetido, por destinar

---

<sup>1</sup>Posteriormente, no âmbito do debate trabalho incorporado x trabalho comandado, Ricardo corrige Smith dizendo que o valor é medido pelo tempo de trabalho incorporado às mercadorias.

<sup>2</sup> “Com efeito, para Marx, como para Hegel, o trabalho da crítica é uma operação de apropriação, de suprassunção, em que se preservam do objeto seus conteúdos emancipatórios, ao mesmo tempo em que se descarta o que no objeto está perfeitamente morto.” (De Paula e Cerqueira, 2013, p. 09).

cerca de metade do seu tempo a gerar excedente para outrem. Ainda que algum grau de mistificação pudesse existir, não necessariamente se deveria considerar enigmático o instituto da *corveia* ou da *talha*, por exemplo. No caso destes, parte do tempo de trabalho ou da produção obtida era repassada para o proprietário do feudo, recebendo o servo como contrapartida o direito à parte restante. Quando o servo usasse os fornos, moinhos e demais instalações do castelo, ficava obrigado a pagar a *banalidade*. Se os pais dos servos morressem e estes quisessem continuar vivendo o feudo, teriam que pagar uma taxa chamada *mão-morta*, para poderem continuar vivendo no feudo. Vê-se que a aparência exterior desses impostos e taxas já deixava transparente por si só o conjunto das relações sociais existentes. “No regime feudal [...] as relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos revelam-se como suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, antes produtos do trabalho.” (Marx, 1989a, p. 86).

Em muitos aspectos, as taxas e impostos supracitados assemelham-se a institutos ou categorias específicas do capitalismo, embora estas últimas estejam envoltas por uma roupagem que mistifica sua origem e nubla suas conexões interiores, gerando contradições entre a forma como eles aparecem e a essência íntima do sistema. Se na sociedade feudal a percepção das relações sociais ficava facilitada por existirem relações permanentes de produção entre o servo e o seu senhor, bem como pelo fato de que a relação social de subordinação tinha raízes no direito consuetudinário, por outro lado, na sociedade capitalista, as relações de produção diretas entre as partes envolvidas são continuamente restabelecidas, dado que as relações não são permanentes. O capitalista precisa periodicamente comprar o direito de usar o trabalho do trabalhador, e este aparentemente tem liberdade de escolher para quem quer trabalhar.

Por isso, tratava-se, para Marx, de analisar e interpretar o modo de produção capitalista de uma forma tal que tornassem patentes as leis internas do seu funcionamento. Isto significava envolver numa só análise teórica tanto os elementos que indicavam o caráter progressista do sistema capitalista – que foi capaz, pelo seu dinamismo tecnológico, de aumentar a produção social sem precedentes – quanto os que destacavam o seu enorme potencial de disseminação de miséria e de retrocesso na qualidade de vida. Referindo-se à mistificação econômica, Marx (1985a, p. 954) esclarece que

Pela natureza das coisas está excluída, primeiro, onde predomina a produção voltada para o valor-de-uso, para o consumo próprio e imediato; segundo, onde a escravatura ou a servidão constitui a extensa base da produção social, como na Antiguidade e na Idade Média: o domínio das condições de produção sobre os produtores está aí implícito nas relações entre senhores e servos, as quais parecem ser e evidentemente são as molas diretas do processo de produção. Nas comunidades primitivas, onde reina comunismo natural, e mesmo nas antigas comunidades urbanas são as próprias coletividades com suas condições que se apresentam como a base da produção, que tem por fim último reproduzi-las. Mesmo nos grêmios medievais, nem o capital nem o trabalho se patenteiam livres; suas relações aparecem determinadas pelo sistema corporativo, pelas vinculações do sistema e pelas correspondentes ideias de obrigações de ofício, mestria, etc. Só ao chegar o modo capitalista de produção é que ...

Marx logo se deu conta de que precisava se aparelhar, se munir do melhor da economia política, sem desfazer-se das possibilidades que as outras áreas do conhecimento lhe ofereciam. Percebe que não podia se lançar à luta contra o capitalismo sem antes estudar os movimentos do seu adversário, que nem sempre poderiam ser detectados diretamente. O caráter mistificado da sociedade capitalista teria que ser incorporado à análise. Ele teria que ser analisado, enfrentado, cotejado, pois, como ele vai dizer muitos anos depois, “nas estruturas sociais anteriores, essa mistificação econômica era menor [...]” (Marx, 1985a, p. 954).

Marx iria rejeitar o confronto sem que previamente fossem forjadas as armas da crítica, diferentemente dos socialistas ricardianos, por exemplo, que, de forma romântica e ingênua, combateriam as mazelas do capitalismo com discursos inflamados, e bem articulados, que apenas ressaltavam os problemas morais do sistema e as vantagens de uma sociedade socialista, ainda que fizessem isto com base na teoria do valor-trabalho legada por Ricardo. Ao contrário do que se convencionou pensar de Marx, o sistema capitalista passou longe de ser desprezado cientificamente por ele.<sup>3</sup> Pode-se extrair de Marx um desprezo pelos efeitos deletérios do capitalismo, mas nunca pelo grau de complexidade que envolveria qualquer tentativa de compreensão de uma sociedade que desde o princípio mostrou-se para Marx misteriosa. Não surpreende que muitos anos depois de começar seus estudos de

---

<sup>3</sup> A trajetória intelectual de Marx e, sobretudo, a editorial, foi marcada por uma série de interrupções, atrasos e retomadas. Era comum ele voltar a estudar os mesmos autores. Fez isso especialmente com Ricardo e Hegel várias vezes. Estava sempre dominado pela sensação de que precisava rever seus escritos, reformulá-los sobre novas bases, acrescentar novos dados, suprimir observações consideradas superadas, o que levou *O Capital*, por exemplo, a ser publicado muito tempo depois dele ter anunciado estar pronto para fazê-lo. Mais do que meras contingências, o ritmo dos estudos e das publicações de Marx era marcado pela sua percepção da complexidade dos elementos investigados. Referindo-se, por exemplo, ao momento dos *Grundrisse*, Dussel afirma que “Isto se deve a que, ao começar a estudar pela primeira vez de maneira metódica a questão do capital nos *Grundrisse*, [Marx] adverte que a questão do capital lhe exige uma certa ordem no manejo das determinações internas da essência do capital, o que lhe leva, progressivamente, a tomar consciência da complexidade inesperada do assunto.” (Dussel, 2004, p. 62, tradução nossa).

economia política, e já fazendo uso da teoria do fetichismo da mercadoria, ele vai recorrer ao uso de expressões como “caráter fantasmagórico” do valor.

Longe de se apropriar do espectro da religião e de sua essência mística para estabelecer entre ela e o capitalismo comparações teológicas e de cunho metafísico, Marx se reservaria o direito de sempre que necessário se reportar à religião para fazer analogia – mantendo o rigor de uma teoria científica – com esse fenômeno em que categorias econômicas do modo de produção capitalista aparecem envolvidas por um manto de mistério e misticismo. Algumas considerações, breves e de caráter geral, sobre esta teoria serão feitas a seguir, sem a pretensão de debater e clarear todos os elementos próprios do tema.

Como diz Marx (1989a, p. 79), “à primeira vista a mercadoria parecer ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas.” Sua teoria do fetichismo da mercadoria propõe-se a responder o porquê de os produtos do trabalho humano terem perdido sua capacidade de serem reconhecidos como produtos e formas sociais. Se a troca de mercadorias e as relações mercantis já existiam em outras formações sociais, o que interessava a Marx era apreender o que havia de específico na sociedade capitalista, pois as trocas de mercadorias não foram capazes de alterar estruturalmente as sociedades anteriores. Nas palavras de Lukács (2003, p. 194),

o que importa aqui é saber em que medida a troca de mercadorias e suas consequências estruturais são capazes de influenciar toda a vida exterior e interior da sociedade. Portanto, a extensão da troca mercantil como forma dominante do metabolismo de uma sociedade não pode ser tratada como uma simples questão quantitativa – conforme os hábitos modernos de pensamento, já reificados sob a influência da forma mercantil dominante.

Os fundamentos sociais que explicam a produção de mercadorias ficam obscurecidos e as relações sociais aparecem como relação entre coisas. É de se notar que Marx não estava em momento algum creditando esse fenômeno às vicissitudes da mente humana, mas sim ao caráter específico do sistema social capitalista que, pela sua natureza anárquica, subverte a ordem como as relações entre os homens e entre as coisas aparecem. Eis a pergunta que ele faz: “O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta, ao assumir a forma de mercadoria, donde provém?” Daí responde, como se óbvio fosse, que a explicação está na mercadoria: “Dessa própria forma, claro.” (Ibidem, p. 80). É evidente que nada há de óbvio

no fetichismo da mercadoria, como ele admite por diversas vezes, e a expressão “claro” aparece ali talvez como um protesto contido de Marx quanto à indolência do homem prático que vive sua vida sem refletir sobre. Por isso, eles igualam valores, e não os seus trabalhos; “fazem isto, sem o saber”. (Ibidem, p. 82). Os agentes econômicos são vítimas de uma fantasmagoria em que o caráter social do trabalho é apresentado como qualidade material dos produtos.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. (Ibidem, p. 81)

Fica obscurecido que o fetichismo da mercadoria é resultado de um desenvolvimento histórico-social, interessando aos donos de mercadorias apenas o quanto podem receber por elas. Por isso, sendo essas proporções fixadas pelo costume, a aparência que ressalta é a de que as equivalências se baseiam na própria natureza dos produtos do trabalho. “O que é verdadeiro apenas para essa determinada forma de produção, a produção de mercadorias [...] parece aos produtores de mercadorias como algo natural e definitivo”. (Ibidem, p. 83). Com isso, a produção capitalista de mercadorias adquire aparência aistórica, levando a que as formas sociais estabelecidas não apareçam como produtos históricos. Este é mais um traço distintivo entre o método dos clássicos e o de Marx, conforme será tratado na próxima seção. Como resume Rubin (1987, p. 56),

a atenção dos economistas clássicos estava dirigida à descoberta das bases técnico-materiais de formas sociais que eles tomavam como dadas, e não sujeitas à análise posterior. O objetivo de Marx foi descobrir as leis de origem e desenvolvimento das formas sociais assumidas pelo processo técnico-material a um dado nível e desenvolvimento das forças produtivas.

Recusando-se ao enfrentamento direto e precoce a um sistema de conexões turvas, Marx levaria a termo constantes adiamentos do que considerava sua maior contribuição à causa proletária: seu livro sobre economia política. Se é verdade que Marx não tinha, quando dos seus primeiros contatos com a economia política, consciência das dificuldades que

enfrentaria, é verdade também que o rigor que ele aplicava aos seus estudos não permitiria que ele publicasse sua *magnum opus* antes de se sentir preparado para tal. Sentir-se preparado para tal significava para Marx não somente já ter empreendido as investigações mínimas necessárias, com os devidos levantamentos de informações e estatísticas, coleta e compilação dos dados de forma a descobrir todas as determinações categoriais do objeto, mas também encontrar uma forma de exposição que não anulasse suas descobertas, que fosse capaz de reproduzir idealmente a realidade. No final de 1844, o jornalista radical Heinrich Bürgers atesta que Marx tinha iniciado “investigações profundas no campo da economia política com um projeto de escrever uma obra crítica que iria refundar a ciência econômica.” (Musto, 2011a, p. 35). Apesar do apelo de Engels, em sua primeira carta para Marx, escrita no início de outubro de 1844, insistindo para que ele se assegurasse de publicar o mais rápido possível o material que tinha coletado, pois, dizia ele, “já está mais do que na hora!” (CW, 38, p. 06), Marx só publicaria sua primeira obra nesse campo em 1859, com a *Contribuição à Crítica da Economia Política*.<sup>4</sup> Uma carta de Marx escrita a Lassalle em 22 de fevereiro de 1858 esclarece os motivos de ordem científica para que tivesse adiado tantas vezes o seu projeto: “Na verdade, tenho trabalhado nos estágios finais há alguns meses. Mas a coisa toda prossegue muito vagarosamente, pois assim que se pensa em alguns assuntos, que foram estudados durante anos, já foram tratados, eles começam a revelar novos aspectos que exigem tratamento mais detalhado [...]” (CW, 40, p. 270). Além dos obstáculos representados pelo seu engajamento no embate político e pelos problemas financeiros e de saúde, era preciso invocar as forças de uma ciência que tivesse compromisso com o real, “aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas.” (Marx, 1985a, p. 939).

## 1.2 – Aparência *versus* Essência

A análise de Marx sobre a mistificação em um ou outro momento traz à baila as categorias da aparência e da essência. Com efeito, desde a sua aparição na quarta seção do capítulo primeiro do Livro I com o tema do fetichismo da mercadoria até a discussão que faz no livro III sobre Os Rendimentos e Suas Fontes, Marx está a ressaltar os limites postos pela aparência capitalista para quem quiser apreender as leis mais íntimas de funcionamento desta

<sup>4</sup>Com poucas exceções, esta obra será mencionada daqui em diante apenas pelo termo *Contribuição*.

sociedade. O véu do templo precisava ser rasgado, e, no caso do mundo material, essa missão seria cumprida, segundo Marx, por uma teoria que ultrapassasse aqueles limites, desmistificando os contornos impostos pela aparência. Os economistas clássicos tiveram méritos reconhecidos por Marx, como se verá na próxima seção, mas ficaram no *Lugar Santo*, aquém do véu.<sup>5</sup> Por isso, o acesso aos segredos do funcionamento do capitalismo requer que essência e aparência sejam incorporadas, relacionadas e analisadas como dimensões de uma mesma totalidade.

Convém estabelecer os limites dessa discussão.<sup>6</sup> Não cabe aqui, nem é esta a intenção, desdobrar a discussão sobre as relações entre essência e aparência do ponto de vista de seus fundamentos filosóficos, apesar da pergunta que logo se faz sobre a origem do interesse de Marx pela questão da essência e da aparência. Sobre esse ponto, evidencia-se um certo consenso sobre Hegel como fonte do despertar de Marx para o tema, por constar na *Ciência da Lógica* advertência expressa sobre a necessidade de ir além das aparências imediatas, além da empiria e da intuição, para compreender a verdade do ser, por supor que somente se aprofundando torna-se possível vencer a percepção do que não é o ser em si, e assim, caminhar rumo à ciência. (Lebowitz, 2009, p. 71).

A matriz sociológica da questão - a forma como a consciência de classe comparece na ação dos principais agentes econômicos envolvidos, trabalhadores e capitalistas – também não será o foco. Admite-se que, apesar de em um ou outro momento esses aspectos serem abordados, a forma superficial e acessória como comparecerão – insuficiente diante do mínimo que um estudo daquela natureza poderia requerer – contribui para delimitar o objeto de análise desta seção à relação entre aquelas categorias, essência e aparência - notadamente esta última - e a dissimulação da origem da mais-valia.<sup>7</sup> Objetivo paralelo é realçar a

---

<sup>5</sup> Reporta-se aqui à figura do véu do templo como elemento existente no tabernáculo hebreu (pequeno templo que era montado e desmontado de acordo com as contingências da longa jornada de 40 anos no deserto em que os israelitas, saindo do cativeiro dos egípcios, caminharam rumo a Canaã), que impedia a visão dos objetos mais sagrados do lugar chamado *Santo dos Santos*, acessível apenas ao sumo-sacerdote uma vez por ano. O recinto anterior, conhecido como *Lugar Santo*, era de livre entrada para os sacerdotes. Segundo os Evangelhos, o véu rasgou-se sozinho, de alto abaixo, quando da crucificação de Jesus Cristo, não restando mais impedimento para que o homem comum conheça dos segredos de Deus.

<sup>6</sup> Esta exposição está baseada nos textos de Rieser (1977) e Carcanholo (2013).

<sup>7</sup> O uso da expressão “mais-valor” segue uma tendência recente em traduções brasileiras da obra de Marx de substituir o termo “mais-valia”, considerado pelos tradutores, do ponto de vista semântico, mais lógico e adequado, já que expressa uma quantidade de valor extraída além da que seria o valor produzido pela força-de-trabalho. Segundo eles, seria potencialmente mais compreensível para quem não estivesse familiarizado com a obra de Marx, tendo em vista que o termo “mais-valia” parece não guardar nenhuma relação de “parentesco” com o termo “valor”. Contrariando a tendência, preferimos manter o termo “mais-valia” ao longo da tese, por entender que há vantagens em resguardar a familiaridade e a tradição das traduções brasileiras conhecidas há décadas, no mesmo sentido da argumentação de Germer e Neto (2012, p. 166-167) quanto à substituição de

complexidade da tarefa que coube a Marx, pois, “depois de expor os resultados da sua descoberta sobre a origem da mais-valia [...] enfrenta a tarefa de utilizar-se dos instrumentos teóricos derivados da essência para “reconstruir” no pensamento, a maneira como ela se apresenta na aparência.” (Carcanholo, 2013, p. 17). Obviamente, dado o escopo dessa tese, que busca reconstituir o processo de elaboração da categoria da mais-valia, a saber, sua genealogia, a análise se deterá apenas no “caminho de ida”: a trajetória de Marx até a exposição de sua teoria no livro I de *O Capital*.<sup>8</sup> Como o próprio Marx alertou sobre os perigos da “construção a priori”, ele só foi capaz de fazer a exposição por já ter chegado a resultados satisfatórios em suas pesquisas, o que quer dizer que a exposição da essência da mais-valia exigia que Marx já tivesse domínio sobre as determinações da aparência. Igualmente, pode-se usar o mesmo argumento para evitar a impressão de estar-se incorrendo aqui em anacronismo, pois é óbvio que, se Marx só expôs sua teoria depois de ter chegado aos resultados de sua pesquisa, a descoberta da mais-valia precisará ser entendida como ponto de chegada. É dizer que Marx não estava desde os seus primeiros escritos consciente da existência dessa categoria, agindo conscientemente no sentido de desvencilhar-se dos efeitos da aparência.

Dessa forma, a apresentação de algumas categorias econômicas e relações sociais próprias do sistema capitalista, como se segue, é feita com a intenção de ilustrar o caráter mistificado dessa sociedade. Toma-se como dada, sem demonstrar sua gênese em Marx, o entendimento de que essência e aparência constituem dimensões de uma mesma totalidade. Como salienta Lessa (2007, p. 195), “todas as ontologias até Hegel consideram a essência como o “verdadeiro ser”, ou seja, a essência concentraria em si um *quantum* maior de ser que os fenômenos.” Em síntese,

---

“mais-valia” por “mais-valor”: “Segundo nosso parecer, semelhante opção coloca os marxistas – e não somente – frente ao dilema da elaboração e constituição de um vocabulário: a opção pela introdução de inovações no vocabulário ou a relação com a tradição consolidada, quando essa última não representa um sério obstáculo ou até mesmo um equívoco conceitual.” Eles ainda fazem menção das observações feitas por Romano Garcia no prefácio de sua tradução espanhola de *El Capital*: “Quanto aos termos mesmos, temos decidido pelos que já tem reconhecimento na terminologia marxista em nossa língua. Assim, cremos que a expressão “mais-valia” traduza com suficiente clareza o conceito expressado em alemão por Marx “*Mehrwert*”, sem que haja necessidade de inventar outro tal como “mais-valor”.” Ademais, não é provável que o uso da expressão “mais-valor” diminua o caráter enigmático desta categoria, como sugere Duayer (2011, p. 23), ao dizer que a manutenção do termo “mais-valia”, “converteria uma categoria de simples compreensão em algo enigmático”. Talvez seja esse mesmo o defeito do termo “mais-valor”: passar despercebido, minimizando toda a complexa construção teórica que teve que se erigir em volta ou a partir dele. “Até cortar os próprios defeitos pode ser perigoso. Nunca se sabe qual é o defeito que sustenta nosso edifício inteiro.” (Clarice Lispector, 1947, Berna – Carta à irmã).

<sup>8</sup> No capítulo 4, sobre os *Grundrisse*, volta-se a esta questão para explicar o porquê da análise ali parar no ponto em que a mais-valia é descoberta no capítulo do capital.

Marx opera uma reviravolta nesta concepção, segundo Lukács. Para o pensador alemão a essência e o fenômeno são categorias que possuem o mesmo estatuto ontológico, são igualmente existentes e igualmente necessários ao desdobramento de todo e qualquer processo. Não há absolutamente nenhuma processualidade que não desdobre, no seu desenvolvimento, uma relação entre essência e fenômeno. Sendo assim, o que distinguiria essência e fenômeno seriam as distintas funções que exercem no interior da processualidade da qual são determinações. (Ibidem, p. 196)

A referência a Lukács é oportuna. Em 1923 ele publica *História e Consciência de Classe*, inaugurando para muitos o chamado marxismo ocidental de inspiração hegeliana. Nesta obra, Lukács clama pela recuperação do método dialético como a forma correta de reacender o verdadeiro espírito revolucionário. Criticando as análises marxistas que se prenderam a dogmas ou em “leis universais”, Lukács (2003, p. 64) invoca o conceito de marxismo ortodoxo para anunciar a imprescindibilidade do método de Marx como condição *sine qua non* para se chegar à verdade, o que não significava para ele “um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx”. Segundo ele, foi do esquecimento desse método que teria se originado o marxismo vulgar. (Lukács, 2012, p. 241). Como decorrência desse abandono, o problema da reificação – um dos temas centrais daquela obra - mostra-se insolúvel, inviabilizando a compreensão da essência da sociedade capitalista. Por isso, a necessidade de invocar as forças do método dialético, pois o caráter mistificado dessa sociedade e o fetichismo correspondente, dados pela “reificação de todas as relações humanas, a extensão sempre crescente de uma divisão do trabalho, que atomiza abstratamente e racionalmente o processo de produção [...] transformam os fenômenos da sociedade e, com eles, sua aprecepção.” (Lukács, 2003, p. 73). Assim,

para entender corretamente essa relação de essência e fenômeno [...] deve-se partir do fato de que não apenas o fenômeno é um ente social, tal como a essência, mas também que um e outra são apoiados pelas mesmas necessidades sociais, que um e outra são componentes reciprocamente indissociáveis desse complexo histórico-social. (Lukács, 2012, p. 298).

Outros autores de linhagem marxista se manifestam na mesma direção. De acordo com Lefebvre (1991, p. 218-219),

a aparência, manifestação ou “fenômeno”, portanto, é apenas um aspecto da coisa, não a coisa inteira. [...] É por isso que podemos atingir a essência a partir dos

fenômenos [...] Essência e aparência, coisa e fenômeno, desse modo, convertem-se incessantemente um no outro [...] elas são unidas e contraditórias

Semelhantemente, Kosik (2002, p. 16) indaga e logo responde:

Por conseguinte, a diferença que separa fenômeno e essência equivale à diferença entre irreal e real, ou entre duas ordens diversas da realidade? A essência é mais real do que o fenômeno? A realidade é a unidade do fenômeno e da essência. [...] O fenômeno não é, portanto, outra coisa senão aquilo que – diferentemente da essência oculta – se manifesta imediatamente, primeiro e com maior frequência.

Por fim, em carta a Kugelmann, datada de 11 de julho de 1868, portanto depois de publicado o livro I de *O Capital*, Marx, referindo-se ao fato de que, em regra, os preços não coincidem com o valor, resume a questão: “A ciência consiste precisamente em trabalhar no *como* a lei do valor opera. De modo que se se quisesse desde o começo *explicar* todos os fenômenos que aparentemente contradizem essa lei, seria preciso ter a ciência antes da ciência.”

A categoria da mais-valia, que será apresentada aqui da forma como Marx a expôs no livro I de *O Capital* – objeto da quarta seção do presente capítulo - só teve sua essência extraída depois de quinze anos de estudos por parte de Marx. Como argumento principal desta tese, as categorias econômicas capitalistas, e, em especial para o caso em tela, a mais-valia, são alvos do caráter mistificado do sistema de tal forma que, para chegar à mais-valia, Marx teria que levar em conta determinações tanto da aparência quanto da essência, bem como as relações existentes entre elas, para ele próprio livrar-se dos efeitos da dissimulação, pois “a realidade social capitalista está estruturada de modo tal que põe de relevo algumas características, ocultando outras que estão nas raízes das primeiras e que são as únicas que podem explicá-las.” (Rieser, 1977, p. 103).

É preciso destacar que, dizer que Marx explorou o terreno da economia política - que implicava em um uso conjugado das ferramentas fornecidas pela economia e pela filosofia – tirando os excessos comprometedores, aproveitando o que lhe era útil e agregando outros elementos necessários, até chegar à camada em que estava a essência da mais-valia, não quer dizer, na mesma medida, que ele antevia aquela categoria antes de iniciar ou durante o processo mesmo de prospecção. Para fins, portanto, de ilustração de alguns momentos em que a aparência mistificadora do sistema atua ocultando a origem da mais-valia, as categorias e

fenômenos abaixo serão sumariamente apresentados. Reconhece-se que as categorias econômicas Marx abaixo citadas requereriam previamente maiores esclarecimentos do seu significado, o que ocorrerá ao longo da argumentação. Em relação à mais-valia, por enquanto ela ficará reduzida à seguinte definição: criação de valor novo por parte da força de trabalho, que excede o seu próprio valor.

### 1.2.1 – A Circulação

Como já dito, o fetichismo da mercadoria atua no sentido de ocultar as relações sociais presentes no processo de troca. Estas relações, que são sociais, aparecem no processo de circulação como autônomas, desvinculadas do seu contexto histórico-social. Como a sociedade é anárquica, o caráter social dos trabalhos privados só se manifesta nas trocas. A capacidade que as mercadorias possuem de serem trocadas, sua intercambialidade, aparece como intrínseca, natural, própria de sua materialidade. O mesmo processo que dá à mercadoria uma aparência misteriosa mistifica o momento da criação da mais-valia, pois, realizando-se nas trocas, ela aparecerá na circulação como se independente fosse do processo de produção. Por isso, como se verá, Marx gastará muita tinta no capítulo quatro do Livro I para mostrar que na circulação nenhum átomo de valor é gerado. A partir do livro III, Marx vai especificar ainda mais seu argumento, mostrando que o tempo de trabalho e o tempo de circulação contribuem para reduzir ou aumentar a quantidade de mais-valia realizável, reforçando a aparência de que esse valor novo seja tributário dos ditames da circulação. Diz ele:

“Ambos, o processo imediato de produção e o processo de circulação, confluem constantemente, interpenetram-se, e assim mascaram, sem cessar, as características que os diferenciam [...] entrecruzam-se os caminhos do tempo de circulação e do tempo de trabalho e ambos igualmente parecem determinar a mais-valia; a forma inicial em que se defrontam capital e trabalho assalariado é disfarçada pela intromissão de relações independentes dela na aparência. (Marx, 1991, p. 47)

Como sugere Carcanholo (2013, p. 29), Marx nesse momento está “pensando no fato de que o tempo de circulação e a rotação do capital interferem na determinação da taxa de lucro, particularmente no que se refere à *taxa anual de lucro* de um determinado capital.”

É ainda no âmbito da circulação que se manifesta a sagacidade do empresário como elemento que pode aumentar a apropriação de mais-valia por parte de determinado capital. A rigor, o que empresário sagaz consegue é se apropriar de uma fatia maior do lucro, pois “a mais-valia que os capitalistas, individualmente, realizam dependem do logro recíproco como da exploração direta do trabalho.” (Marx, 1991, p. 47). Se o capitalista comercial se revela hábil vendedor a ponto de alienar sua mercadoria por um preço acima do seu real valor, a contraface desse episódio é que nenhum valor novo foi criado, simplesmente o comprador terá transferido para o vendedor uma quantidade maior de valor do que a que estava incorporada naquela mercadoria. A questão então é de transferência de valor já existente, e não de geração de valor novo. Essa capacidade do dono do capital como elemento de geração de mais-valia não é um erro de interpretação do observador, pois, “do ponto de vista do ato individual e isolado, que é o ponto de vista da aparência” (Carcanholo, 2013, p. 30), essa constatação é inteiramente correta.

### **1.2.2 - O Salário**

A forma como os salários aparecem na mente de capitalistas e trabalhadores denota o quão abrangentes são os efeitos do fetichismo que, se primeiramente é relacionado por Marx com a mercadoria, acaba por se disseminar pelo conjunto das relações sociais capitalistas, atingindo também a categoria salário. Como na sociedade capitalista as partes são livres para realizar o intercâmbio de suas mercadorias, o trabalhador não aparece como cativo do trabalho. Os ares progressistas do capitalismo liberaram o trabalhador de ter que prestar serviços obrigatórios a determinados proprietários (anteriormente, senhores). A igualdade jurídica e a manifestação de vontade por parte dos agentes na celebração de um contrato de trabalho sugerem que o trabalhador receberá determinado salário porque antes foi capaz de avaliar o quanto seu trabalho realmente valia. Com isso, o pagamento do seu salário vincula-se, do ponto de vista formal, ao seu trabalho, quando, como demonstra Marx, é o pagamento pelo uso de sua força de trabalho.

Para os tempos atuais, o instituto da hora-extra reforça a dissimulação, na medida em que indica pontualmente o valor adicionado na remuneração do trabalhador a cada hora a mais de trabalho, supostamente antecedida pelo aceite dele. Se a isso se somar o fato de

existir ordenamentos jurídicos que expressamente vedam a hora-extra acima de determinado limite horas/dia, a remuneração marginal aparecerá como retribuição pelo trabalho executado naquele período excedente, tanto por ter sido a vontade do trabalhador - que tinha o pretenso direito de concordar ou não em estender a sua jornada - quanto pela própria existência da lei, que se apresenta como garante da equidade, ordenadora da justiça e da suposta equivalência de valores, avessa às potenciais arbitrariedades praticadas pelos capitalistas.

Marx, no capítulo primeiro do livro III, procura explicar essa questão da dissimulação da mais-valia pelo salário a partir de considerações de caráter mais técnico.<sup>9</sup> Para isso faz uso da categoria preço de custo para mostrar que, sendo ela o valor da mercadoria depois de deduzida a mais-valia, esta aparece associada não somente à parte do capital variável que foi empregada, mas também ao capital constante que foi gasto no processo de produção daquela mercadoria, o que sugere que a mais-valia seja produzida como valor novo também pelo capital constante, quando, na verdade, este apenas conserva o valor. Com isso, “extinguiu-se a diferença entre capital constante e variável.” (Marx, 1991, p. 35). Esta problemática se relaciona com o conceito de capital fixo, analisado na próxima seção.

### **1.2.3 – Capital Fixo, Tecnologia e o Advento do Capitalista**

Para um observador comum não há motivos para desconfiar da capacidade das máquinas e da tecnologia de aumentar a geração de valor. Se uma empresa, por exemplo, tinha cem trabalhadores e produzia um valor de um milhão e, num momento seguinte, sem contratar nenhum trabalhador novo e apenas adquirindo alguma nova máquina ou tecnologia, o valor sobe para dois milhões, a explicação salta aos olhos: a máquina ou a tecnologia ou ambos foram os únicos responsáveis pelo incremento de valor! Vale dizer que essa dissimulação também incide sobre os trabalhadores que, historicamente, se insurgiram contra as máquinas, em movimentos como o ludismo.

---

<sup>9</sup>No capítulo 6 do livro I de *O Capital*, Marx apresenta sua definição de “capital constante” e “capital variável”. O primeiro refere-se à parte do capital investida em máquinas, equipamentos, matérias-primas e todo tipo de bem material ou insumo necessário à produção, que apenas transferem o seu valor para o produto final. O “capital variável” é a parte investida no pagamento de salários, que é capaz de produzir valor novo. Assinale-se que esta distinção aparece após a apresentação da mais-valia, nos capítulos 4 e 5, não refletindo a ordem do seu surgimento durante o processo de investigação. Essa questão metodológica será tratada mais adiante.

Marx, já no capítulo primeiro do livro I de *O Capital*, explica como o aumento de produtividade tem efeito na produção de valores de uso, e não propriamente na de valor, pois se a produtividade aumenta, gerando assim aumento no número de mercadorias produzidas, o valor se repartirá por uma quantidade maior de produtos, ocasionando diminuição do valor unitário. “Produtividade é sempre produtividade de trabalho concreto, útil, e apenas define o grau de eficácia da atividade produtiva [...] nenhuma mudança na produtividade atinge intrinsecamente o trabalho configurado no valor.” (Ibidem, 1989a, p. 53). Entretanto, essa explicação não interessa ao capitalista - homem prático, do dia a dia, refém que é da perspectiva individual - cujo *alter ego* sopra em seus ouvidos que sem sua capacidade de decisão, sem seu próprio advento, nada teria mudado. O capitalista aparece como o demiurgo da geração de valor: “tudo foi feito por ele e, sem ele, nada do que foi feito se fez”.<sup>10</sup> Relacionando-se com a questão da sagacidade, diga-se que, se alguma ação criativa no campo da publicidade alavancar as vendas e, portanto, a realização da mais-valia, a aparência de que o surgimento histórico do capitalista - que promoveu ou que tomou a iniciativa de contratar alguém para promover - justifica a riqueza criada é reforçada.

Marx retoma essa discussão no capítulo 48 do livro I com a fórmula trinitária, mostrando que os juros, e também o lucro, aparecem como justa remuneração do capital empregado, assim como o salário vincula-se à remuneração do trabalho e a renda à propriedade da terra. Na visão do capitalista, diz Marx (Ibidem, 1991, p. 38), “fica patente que esse acréscimo de valor provém dos processos produtivos, empreendidos com o capital, derivando portanto do próprio capital; pois existe depois do processo de produção e não existia antes.” Já nos capítulos 11 e 12 do livro I Marx trata dessa questão ao analisar a cooperação e a manufatura. Historicamente, a simples reunião de trabalhadores para exercerem conjuntamente a mesma atividade ou para executarem atividades fragmentadas cria uma nova força produtiva, por ele chamada força produtiva social, que aparece como advinda do capital:

A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, portanto, força produtiva do capital. A força produtiva social do trabalho desenvolve-se gratuitamente tão logo os trabalhadores são colocados sob determinadas condições, e o capital os coloca sob essas condições. Uma vez que a força produtiva social do trabalho não custa nada ao capital e, por outro lado, não é desenvolvida pelo trabalhador, antes que seu próprio trabalho pertença ao capital, ela aparece como

---

<sup>10</sup> Evangelho de João, capítulo 1, verso 1.

força produtiva que o capital possui por natureza, como sua força produtiva imanente. (Marx, 1996a, p. 449).

Ressalte-se que, ao longo de sua trajetória de estudos, mostrava-se essencial para Marx a construção de categorias que, de certa maneira, representava uma limpeza do terreno teórico pré-existente. Quando não se desfazia por completo, procurava reelaborar conceitos tradicionais que foram usados indistintamente pela economia política e que, na forma como eram aplicados, apenas reforçavam a mistificação da sociedade capitalista, pela qual o caráter social das coisas aparecem como resultado natural e inerente à natureza material delas. No entanto, a construção das categorias não se dava *a priori*, mas era o resultado de longo e árduo trabalho de investigação, tanto no plano teórico quanto no plano empírico.<sup>11</sup> Nesse sentido, assim como foi essencial a distinção entre capital constante e capital variável, mostrava-se também necessário criticar a forma como os economistas políticos usavam os conceitos de capital fixo e capital circulante, o que é feito por Marx no capítulo XI do Livro II de *O Capital*:

Essa propriedade característica do capital empregado em salários, a qual o distingue inteiramente como capital variável do capital constante, desaparece quando a parte do capital desembolsado em salários é considerada apenas do ponto de vista do processo de circulação e assim aparece como capital circulante em oposição ao capital fixo desembolsado em meios de trabalho. Isto já decorre de que, ao ser colocada na classe de capital circulante, em conjunto com uma fração do capital constante, a desembolsada em materiais de trabalho, se opõe à outra fração do capital constante, a desembolsada em meios de trabalho. Põe-se totalmente de lado a mais-valia, justamente a circunstância, portanto, que transforma em capital a soma de valor desembolsada [...] A diferença tal como se apresenta do ponto de vista da oposição entre capital fixo e capital circulante consiste exclusivamente no seguinte: o valor dos meios de trabalho empregados para produzir uma mercadoria só em parte entra no valor dela e por isso só em parte é repostado pela venda da mercadoria, isto é, pouco a pouco, gradualmente, e o valor da força de trabalho e dos objetos de trabalho (matérias-primas etc.) empregados para produzir uma mercadoria entra por inteiro nela e por isso é totalmente repostado com sua venda [...] Compreende-se porque a economia política burguesa instintivamente aferrou-se à confusão estabelecida por A. Smith entre as categorias “capital constante e capital variável” e as categorias “capital fixo e capital circulante”, repetindo-a como um realejo, por um século inteiro, uma geração após outra.” (Marx, 1987, p. 229-230).

Sobre esse mesmo tema, no livro III de *O Capital* Marx recorre às categorias do capital constante e do capital variável para mostrar que assim como acontece com o preço de custo, a dissimulação da mais-valia ocorre também devido ao seu aparecimento ser creditado

---

<sup>11</sup> A importância do jornalismo e das intensas atividades de análise do mundo concreto para a elaboração da crítica da economia política de Marx será tema do capítulo 3 desta tese.

a todo o capital. Se o preço de custo refere-se ao capital constante consumido mais o capital variável, o capital fixo refere-se, pois, a todo o capital empregado na produção, inclusive a parte que não foi consumida. É evidente que para iniciar a produção o capitalista adquire um conjunto de mercadorias formado não somente pelos equipamentos, matérias-primas e mão de obra, mas também pelos prédios e instalações gerais, cujos valores, na magnitude da depreciação ocorrida, serão transferidos para a nova mercadoria produzida. Salvo casos especiais, o capitalista não está condicionado a comprar novas frações do prédio ou das instalações físicas do imóvel a cada nova etapa do processo produtivo. Se assim fosse, a incerteza quanto a disponibilidade das futuras vendas poderia ser um obstáculo para a continuidade da produção. Por isso, o novo valor gerado ao final da etapa produtiva aparece como resultado de todo o investimento previamente realizado. Como diz Marx (1991, p. 38-39), “desse modo, a mais-valia provirá tanto da parte do capital adiantado, absorvida no preço de custo, quanto da parte que não entra nesse preço<sup>12</sup> [...] Seja como for, sobressai o resultado: a mais-valia brota simultaneamente de todas as partes do capital aplicado.”

#### **1.2.4 – A concorrência**

No livro I, a análise do capital repousa sobre a sua relação com a exploração da força de trabalho. Mesmo num nível muito elevado de abstração, Marx desvenda o enigma do capital. O foco ali está posto sobre a produção, não na análise de um capital específico ou na relação estabelecida entre os muitos capitais, mas na do capital em geral. No livro II Marx trata da circulação e da forma como o capital total se reproduz. No livro III, ele se propõe analisar a maneira como os capitais se relacionam, o mundo da concorrência. Obviamente, muitos novos elementos que não puderam comparecer no livro I pelo seu elevado nível de abstração, comparecem no livro III. Neste, Marx dará destaque às diversas funções desempenhadas pelos capitais no universo capitalista, e aí, não somente o capital produtivo, o que produz diretamente mais-valia, se apropria desse excedente, mas diversos outros capitais que com ele estabelecem relações.

Surgem, pois, elementos adicionais como a autonomização das formas funcionais do capital, em que eles aparecerão de forma individualizada como capital comercial e capital

---

<sup>12</sup> Marx define como “capital circulante” a parte do capital constante consumida mais a parte gasta em salários.

portador de juros, além do capital produtivo, bem como uma análise mais detalhada dos juros, lucro, crédito, renda da terra, etc. Os diversos capitais se apropriarão de forma distinta da mais-valia total produzida, o que faz com que se manifestem novas leis, anteriormente desconsideradas no livro I, como a lei de tendência de queda da taxa de lucro.

Reconhece-se que cada novo elemento requereria aquilo que nem Marx fez totalmente, a saber, uma análise completa de sua origem, função e as formas como se modificam a cada contexto. O que importa para o momento é frisar que no mundo dos capitais, na concorrência, o capital que antes se apropriava de toda a mais-valia por ele produzida, não mais se apropriará. Se, como Marx mostrou no livro I, a força de trabalho, e somente ela, produz valor novo, seria de se esperar que quanto mais trabalhadores, e, portanto, quanto maior o capital variável, maior também seria a geração de mais-valia e, conseqüentemente, de lucro. Com efeito, quanto menor a composição orgânica do capital – a relação quantitativa entre capital constante e capital variável, em termos de valor – maior deveria ser o lucro da empresa. Entretanto, como a taxa de lucro é uma relação entre a mais-valia produzida e o capital, Marx mostra que o lucro extraído por cada empresa está na relação direta com a magnitude do capital total empregado, e não na relação com o capital investido em mão de obra. Daí, se a taxa de mais-valia for supostamente igual para todos os setores de produção, a taxa de lucro – que é a relação entre a mais-valia e o capital total (capital constante e capital variável) – não o será. Dada a taxa de lucro média – resultado da livre movimentação dos capitais para os setores de maior rentabilidade – os capitais terão essa taxa de lucro média incidindo sobre o valor total dos seus investimentos. Com isso, a mais-valia será transferida de setores de menor composição orgânica do capital para os setores de maior, o que resultará ao final na dissimulação da origem daquela, pois “a diferença quantitativa real entre lucro e mais-valia [...] nos ramos particulares de produção oculta então inteiramente a verdadeira natureza e a origem do lucro, não apenas para o capitalista que tem aí especial interesse em enganar-se, mas também para o trabalhador.” (Marx, 1991, p. 191).

Algumas outras dimensões ou determinações teóricas da dissimulação não foram analisadas por Marx. Entre as que foram, está a “fórmula trinitária”, abordada na próxima seção, por estar relacionada com a questão do método. Compreende-se que o capitalismo contemporâneo intensificou a forma como essa dissimulação prossegue, por exemplo, no mundo do trabalho e no sistema financeiro. Quanto ao primeiro, a teoria sobre o trabalho produtivo encontra dificuldades de entender os limites para o crescimento contínuo da

remuneração dos trabalhadores considerados improdutivos, vis-à-vis a redução progressiva do trabalho operário e industrial nas atividades produtivas tradicionais. Quanto ao segundo, a predominância atual da esfera financeira sobre a produtiva ainda clama por explicação mais convincente. Nesse sentido, a categoria dos lucros fictícios, não presentes em Marx, é apresentada por Carcanholo (2013, p. 137-158) como um elemento que pode contribuir para entender a dissimulação. Ademais, processos como a intensificação da separação entre propriedade e gestão dos empreendimentos - com participação dos trabalhadores na propriedade, grandes empresas funcionando a partir de pequenas células “empreendedoras” ligadas a elas por vínculos de financiamento, generalização de práticas de subcontratação, transformação do trabalhador em “empresário individual”, todos estes são fenômenos que, derivados ou não diretamente da lógica interna do capital, amplificam a dissimulação da exploração.

De fato, Marx não poderia ter analisado todas as dimensões da dissimulação da mais-valia, e isto por um argumento que se sobrepõe ao de Carcanholo (Ibidem, p. 19), quando sugere que algumas delas não tivessem relevância nos tempos de Marx: o sistema capitalista, em seu desenvolvimento histórico, movido por contradições, cria novas categorias tornando ainda mais contraditório o processo de acumulação de capital, o que faz com que o espectro de relações sociais fique ainda mais complexo, favorecendo a intensificação no grau de dissimulação da origem da mais-valia. Naturalmente, esses elementos não serão abordados aqui. Demandariam novas teses. Porém, demarcam o objetivo desta tese que é mostrar o caminho trilhado por Marx até encontrar a mais-valia. Não era condição prévia que Marx soubesse da existência da mais-valia para chegar a ela. Porém, entendendo que a economia clássica não detinha os instrumentos necessários para superar o manto ilusório que cobre o sistema capitalista, Marx caminhou pouco a pouco, apurando sua teoria, elaborando um método pertinente, até chegar à sua categoria econômica central: a mais-valia. A trajetória de Marx mostra que não havia um caminho já mapeado em direção ao conhecimento. Ele não tinha as regras epistemológicas e nem sabia de antemão quais categorias deveriam ser reunidas para melhor explicar a sociedade capitalista. Era preciso caminhar, para que, no processo mesmo de avanço teórico e enfrentamento da mistificação, o conhecimento fosse se formando. Esta foi uma das principais lições deixadas por Marx para os que desejarem entender o capitalismo contemporâneo. Por isso, ele pontifica: “E quanto mais seguimos o processo de valorização do capital, mais dissimulada fica a relação-capital, e menos se percebe o segredo de sua estrutura interna.” (Marx, 1991, p. 52).

### 1.3 - Questões do método: Marx como crítico da economia política

Quando Lukács (2012, p. 250) diz que Marx “jamais pretendeu criar expressamente um método filosófico próprio”, não se entenda com isto que ele visse em Marx um teórico resignado aos métodos existentes em sua época, ou que o próprio Marx não percebesse os limites para a construção de uma crítica se permanecesse apenas como mero legatário dos clássicos e de Hegel. Com exceção das poucas páginas sobre método<sup>13</sup> na *Miséria da Filosofia* e da relevância das notas escritas por Marx na *Introdução de 1857*, ele nunca escreveu um tratado definitivo sobre método, em grande parte pelos motivos<sup>14</sup> que ele expõe mais tarde no prefácio da *Contribuição*: “Suprimo uma introdução geral que havia esboçado, pois, graças a uma reflexão mais atenta, parece-me que toda antecipação perturbaria os resultados ainda por provar, e o leitor que se dispuser a seguir-me terá que se decidir a ascender do particular para o geral.” (Marx, 1986a, p. 24).

Por outro lado, estava sempre a fazer observações sobre este tema. Com efeito, se entendia que não devia antecipar os resultados que ainda teria que provar, os estudos de Marx sobre economia política implicavam, já no seu início, no reconhecimento das dificuldades que o caráter mistificado da sociedade capitalista poderia apresentar. No referido prefácio, ele indica o momento em que se dá conta de que teria que recorrer à economia política. (Ibidem, p. 25). Essa descoberta teve relação com a experiência por ele vivida na *Gazeta Renana*, quando publicou diversos artigos sobre questões econômicas que, por fundamentados apenas em aspectos legais e políticos, o levou a admitir não ter sido capaz de compreender os fenômenos econômicos e sociais ao seu redor.<sup>15</sup> Como ressalta Oakley (1984, p. 47), desde a

<sup>13</sup> A presente seção poderia ser interpretada mais como apontamentos sobre o método do que propriamente uma seção específica de análise abrangente de todas as especificidades que envolvem o tema e do debate sobre ele iniciado no século XX, principalmente a partir do livro de Lukács, *História e Consciência de Classes*, publicado em 1923. O foco do que se vai abordar está essencialmente voltado para o conjunto das circunstâncias que forjaram o método de Marx em sua relação com os clássicos e, num plano menor, com Hegel. O fio condutor é a antecipação metodológica que permitiu a descoberta da mais-valia.

<sup>14</sup> Para Musto (2008a, p. 03), “certamente, não era intenção de Marx escrever um avançado tratado metodológico, mas sim esclarecer para si próprio, perante seus leitores, que orientação ele seguiria na sua longa e rica jornada crítica.” Este ponto será retomado no capítulo quatro, na seção específica sobre a *Introdução de 1857*.

<sup>15</sup> A subida de Frederico Guilherme IV ao trono da Prússia em 1841 foi frustrante para os que esperavam uma abertura democrática na Alemanha. Num contexto em que até a Universidade de Berlim foi tomada por esse espírito reacionário, com a destituição de diversos professores ligados a Marx, este parte de Berlim para Colônia, onde vai trabalhar num jornal chamado *Gazeta Renana*. Chegando ao posto de editor-chefe e tendo que dar conta das novas questões político-econômicas, Marx vai logo perceber que nem a sua bagagem filosófica, nem argumentos políticos, seriam suficientes para a empreitada que se colocava a sua frente. Esta questão será retomada na primeira seção do próximo capítulo. Sobre isso, boas fontes de consulta são as biografias de Marx escritas por David McLellan (1990, capítulos 1 e 2) e Franz Mehring (2013, p. 25-69).

elaboração dos *Manuscritos de Paris*, iniciada na primavera de 1844, Marx já estava convencido da primazia que tinha que ser dada à economia política na formulação de uma crítica social completa. Portanto, Marx estava ali começando uma dupla jornada: ao mesmo tempo em que se apropriava de toda a riqueza de conhecimentos legada pelos clássicos, estaria também afinando seu método científico, que lhe permitiria fazer uma crítica da sociedade burguesa com um tom científico que ultrapassasse os protestos por justiça e moralidade tão próprios dos socialistas utópicos.

As questões de método tomaram de assalto as preocupações de Marx desde suas primeiras incursões no campo da economia política. É comum encontrar referências aos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, como marco zero da trajetória de Marx. Segundo Musto,

indo na direção oposta dos principais economistas e do próprio Hegel, Marx viu esse fenômeno por meio do qual a produção do trabalhador se opõe a ele como “algo estranho, como um poder independente do produtor” não como uma condição natural ou imutável, mas como característica de uma estrutura específica de relações sociais de produção: o modo capitalista de produção e o trabalho assalariado. (Musto, 2011a, p. 35).

Por outro lado, a aproximação que Marx faz de Hegel já na *Contribuição à filosofia do Direito*, a despeito de representar uma busca pela compreensão da dinâmica do Estado burguês, reflete a preocupação com a descoberta de um método mais adequado à compreensão da realidade. Mesmo que esta interpretação incorra no risco de um anacronismo, é neste momento que parece surgir, pela primeira vez em Marx, a percepção de que, como filósofo apenas ele não daria conta de compreender o mundo ao seu redor. Em que pese a demarcação do encontro de Marx com a economia política em 1844, é possível, pois, demonstrar que a crítica da economia política de Marx tem raízes um pouco mais remotas, tendo sido instaurada como um resultado do plano por ele estabelecido no período entre *A Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843, e os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, estes últimos escritos simultaneamente com os *Manuscritos de Paris*.

Em relação à necessidade contínua de afinar seu instrumental metodológico, é sintomático o fato de que em 1847, na *Miséria da Filosofia*, Marx, que estava confrontando Proudhon, se detenha a falar de método no capítulo segundo. Ali ele revela o nível de

conhecimento sobre método a que havia chegado. Se no prefácio da *Contribuição*, de 1859, ele diz que não seria adequado e nem necessário discutir método, ele ali o faz (na *Miséria da Filosofia*), entre outros motivos porque, além de querer confrontar Proudhon, ainda não tinha para si mesmo os contornos definitivos do método. Era um autor em contínua perseguição do método correto. Talvez, desconfiando que a pujança de sua economia política não fosse suficiente para desacreditar Proudhon, recorresse à discussão sobre método para completar a sua missão de extirpar de uma vez por todas do palco teórico e político aquele que tanto lhe influenciou no início de sua jornada intelectual.

Mesmo que se considere que ele achava necessário enfatizar as diferenças de método em relação a Proudhon, seria provável que, se Marx tivesse já aqueles contornos, se ele tivesse já o domínio sobre o que viria a chamar de método correto, teria ele simplesmente aplicado diretamente no desenvolvimento e exposição de seus argumentos, sem concentrar seu discurso sobre método em capítulo específico. Não por acaso que somente na *Miséria da Filosofia* Marx, recorrendo a Hegel, confere à categoria da totalidade, de forma explícita, o status de categoria teórica e ontológica fundamental. Portanto, o que se tem nessa obra é um Marx que, embora estivesse expondo já seu entendimento, estava ainda, em grande medida, resumindo as conclusões que tinha alcançado até ali. Se, por um lado, eram suficientes para enfrentar Proudhon, por outro mostravam um Marx usando um método de exposição em nada semelhante ao que apresentaria em *O Capital*. É como se o contido na *Miséria da Filosofia*, em que pese não satisfazer as indagações de Marx sobre o sistema capitalista, servisse pelo menos para desqualificar Proudhon, limpando terreno para o que viria. Da mesma forma que ali Marx pela primeira vez apresenta a categoria da totalidade com aquela dimensão, ali também pela primeira vez ele faria uma análise global do modo de produção capitalista. Como assinala Leonardo de Deus, “Em Marx, o processo de escrita também é método de investigação”. (De Deus, 2010, p. 12)

Se é verdade que, ainda sem total domínio desse método, Marx fez junção na *Miséria da Filosofia*, de 1847, da sua visão de método com a teoria do valor ricardiana, também é verdade que não se pode dizer que o legado de Ricardo foi incorporado acriticamente, pois tratava-se de dar uma resposta urgente a Proudhon através de uma crítica que não fosse apenas uma crítica filosófica, mas principalmente uma crítica da economia política. Por isso, a conhecida tese da adesão de Marx à teoria do valor-trabalho de Ricardo. De certa maneira, até

a *Miséria da Filosofia* tinha-se um filósofo que buscava ser também um economista crítico.<sup>16</sup> De 1850 até os *Grundrisse*, essa relação se inverte, e o que se verá - mais do que propriamente o crítico da economia política que veio a ser a partir desta obra - é um economista crítico que usa as armas da filosofia para formatar um *modus operandi* singular. Filosofia e economia caminhariam juntas, numa relação em que variados tipos de dados, informações, estatísticas, e, sobretudo, a história, se conjugariam na elaboração de uma teoria cujo propósito era reproduzir idealmente o movimento sistemático do real. Nessa mesma direção assevera Lukács (2012, p. 249):

Nossas considerações posteriores, mais detalhadas, evidenciarão, mesmo sem polêmica explícita, a caducidade de tal contraposição entre o jovem Marx – filósofo – e o posterior puro economista. Veremos que Marx não se tornou “menos filosófico”, mas, ao contrário, aprofundou notavelmente, em todos os campos, suas visões filosóficas.

Dessa incursão de Marx no campo da ciência econômica surge uma aparente contradição, tratada a seguir apenas preliminarmente. Curiosamente, toda a atenção e devoção intelectual de Marx são direcionadas para Ricardo. É a herança ricardiana que Marx incorpora na *Miséria da Filosofia*. Uma herança que se refere a uma teoria econômica pretensamente pura, de raiz empirista, que pretende “dar conta da realidade com base apenas nos conceitos dessa ciência, como valor, preço, capital [...] e em mecanismos puramente econômicos, como a concorrência nos mercados capitalistas” (Duménil, 2011, p. 208), dentro da qual se insere, por exemplo, o conceito de riqueza de Ricardo, definida de forma unidimensional como uma quantidade heterogênea e física de bens materiais. Porém, estaria em Smith e não em Ricardo o embrião desse movimento que tendia a unir as faces filosófica e econômica das categorias do mundo capitalista. (Carcanholo, 2012, p. 158). Smith, por um lado, refere-se à riqueza como quantidade heterogênea de bens, mas, por outro lado, diz que riqueza é poder. Daí ser curioso nesse período Marx ter se aproximado tanto de Ricardo, ao mesmo tempo em que se distancia de Smith. Entretanto, é possível que essa expressiva aproximação de Ricardo reflita a necessidade que um teórico, já ricamente abastecido de conteúdos filosóficos, tinha de

---

<sup>16</sup>A análise da trajetória intelectual de Marx desde o seu período na *Gazeta Renana* evidencia que a relação de Marx com a economia política não era a de um economista, no sentido tradicional do termo. Sempre com o objetivo de construir a crítica da economia política, sua relação com esta ciência é a de um teórico que busca submeter o seu objeto a uma operação crítica específica. Daí, designá-lo “economista crítico”, expressão utilizada daqui em diante. Essa questão será retomada nos próximos capítulos.

incorporar conhecimentos econômicos “puros”, que não era o que precisamente encontraria em Smith, filósofo de formação.

Mostra-se problemática e complexa qualquer tentativa de avaliar em cada linha ou em cada obra escrita por Marx o quanto tinha ali de filósofo e o quanto tinha de economista, haja vista a advertência acima de Lukács. Como ressalta Vaz (1983, p. 149), a dificuldade é que apesar da correta e conhecida proposição de Lênin<sup>17</sup> sobre as fontes do *corpus* teórico de Marx estarem na filosofia alemã, no socialismo francês e na economia política inglesa, deve-se ter em conta que estas duas últimas também são penetradas pela filosofia, seja a primeira por ser herdeira da filosofia racionalista francesa do século XVIII, seja a segunda pelas suas relações umbilicais com o empirismo inglês. Entretanto, se Marx foi embebido por todo esse caldo cultural, dificultando uma definitiva apreensão das fontes filosóficas do seu pensamento, Vaz acentua que é justamente por isso que a teoria do conhecimento de Marx pode ser considerada original, qual seja, por Marx se situar “no entrecruzamento desses dois caminhos: não pode ser considerado nem racionalista no sentido de Feuerbach, e muito menos um empirista no sentido clássico do empirismo inglês.” (Ibidem, p. 151).

Dessa maneira, a tomada de momentos ou fases da trajetória de Marx parece mais apropriada para se buscar ali o campo do conhecimento sobre o qual repousava a ênfase de suas descobertas. Não que se busque separar o Marx filósofo do Marx economista, mas como recurso que clareie a busca por um método próprio. Se em Marx há uma precedência da ótica ontológica sobre a epistemológica, isto, por si só, já indica que a forma de sociabilidade imposta pelo capital seria apreendida por Marx através de uma crítica não presente em Ricardo. Se as relações sociais próprias do capitalismo são naturalizadas pelos clássicos, logo uma simples incorporação de pacote fechado das contribuições teóricas fornecidas por Smith e Ricardo impediria Marx de realizar essa crítica e chegar à descoberta da categoria da mais-valia.

---

<sup>17</sup> “O marxismo é o sucessor legítimo do que de melhor criou a humanidade no século XIX: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês [...] que são, ao mesmo tempo, as suas três partes constitutivas.” (Lênin, 1986, p. 35).

### 1.3.1 – Com e contra os Clássicos: Marx rumo ao método

Sem desconsiderar que a *Contribuição* representou uma tentativa de exposição da teoria, seria em *O Capital*, com método dialético já refinado, que Marx finalmente se distinguiria dos economistas que ele leu. Alguns destes chegaram ao limite da compreensão da mais-valia,<sup>18</sup> mas esbarraram na incapacidade de apresentar uma teoria em que a descrição do processo de reprodução global do capital ultrapassasse os limites dados pela ótica do agente econômico, procedimento que terá como consequência uma “arquitetônica errônea da obra de Smith e Ricardo, que são incapazes de revelar a articulação das categorias no próprio movimento do valor” (Muller, 1982), permanecendo estes autores como “prisioneiros da aparência”.<sup>19</sup> Por isso, diz Marx que “a coisa muda de figura tão logo consideramos não o capitalista individual e o trabalhador individual, mas a classe capitalista e a classe trabalhadora, não o processo de produção da mercadoria isolado, mas o processo de produção capitalista, em seu fluxo e em sua dimensão social.” (Marx, 1996b, p. 204). Mais adiante, em citação semelhante, Marx qualifica melhor seu argumento ao trazer à luz a categoria da totalidade que, no universo capitalista, estaria definitivamente distante da percepção individual dos agentes. Diz ele:

Todavia, a coisa assume figura inteiramente diferente se consideramos a produção capitalista no fluxo ininterrupto de sua renovação e se, em vez de lançarmos o olhar sobre o capitalista individual e o trabalhador individual, lançamos sobre a totalidade, a classe capitalista e, diante delas, a classe trabalhadora. Mas com isso aplicaríamos um **padrão de medida** que é totalmente estranho à produção de mercadorias. (Ibidem, p. 220, grifo nosso).

Era evidente, para Marx, que as duas perspectivas de análise, a individual e a global, precisavam ser consideradas, num movimento de imbricação em que uma determina e é determinada pela outra. O que os agentes econômicos notavam, a olho nu, eram as trocas acontecidas entre indivíduos em um determinado período de tempo e no âmbito de uma sociedade anárquica, sem controle central. Este é o padrão de medida. As trocas não

<sup>18</sup> “A Economia clássica, devido à análise deficiente do processo de trabalho de valorização, nunca compreendeu adequadamente esse importante momento da reprodução, como se pode ver em Ricardo.” (Marx, 1996b, p. 239).

<sup>19</sup> Expressão usada por Reinaldo Carcanholo no texto “Adam Smith: um prisioneiro da aparência” (2012), certamente tomada por empréstimo de Marx (1985b, p. 280): “Ainda assim, mesmo seus melhores porta-vozes, como não poderia ser diferente do ponto de vista burguês, permanecem mais ou menos presos no mundo da aparência que sua crítica extinguiu e, por isso, todos eles recaem, em maior ou menor grau, em formulações inconsequentes, semiverdades e contradições não-solucionadas.”

acontecem entre as classes de forma global, isto é, toda a classe capitalista comprando de forma coordenada de toda a classe proletária ou vice-versa.

Esta exposição que Marx faz no *Capital*, vital para que se entenda a produção e a distribuição da mais-valia, parece ser um desdobramento da análise feita por ele na *Introdução de 1857* em que, já na seção primeira, argumenta que produção e distribuição não são esferas isoladas, mas constituem partes de um todo orgânico. Os economistas burgueses acertaram em perceber produção e distribuição como esferas da vida material, mas não foram capazes de incluí-las na mesma totalidade. Na seção seguinte, prossegue no argumento protestando contra o procedimento seguido por John Stuart Mill, que separou indistintamente essas esferas: “o resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio e o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma mesma totalidade, diferenças dentro de uma unidade.” (Marx, 1986b, p. 13). Para Marx, era imperativo que essas esferas se mostrassem articuladas organicamente, por um procedimento dialético, “mediante a exposição de um silogismo em que a produção é a generalidade; distribuição e troca, a particularidade; consumo, a individualidade expressa pela conclusão” (Ibidem, p. 07). A estrutura econômica só pode ser apreendida por um procedimento que reconheça não somente esse encadeamento lógico, mas principalmente as determinações reais que expressam a impossibilidade de cada esfera ser autônoma e independente das outras. Significa dizer que “produção é também consumo; que produção é distribuição; que troca é circulação, e que troca é produção.” (De Paula, 2010, p. 99).

Apesar das insuficiências dos clássicos,<sup>20</sup> Marx não deixa de reconhecer os avanços teóricos proporcionados por eles através da temática do trabalho. Desde a obra de Engels, *Esboço de uma Crítica da Economia Política* - qualificada por Marx no prefácio da *Contribuição* como “genial esboço de uma crítica das categorias econômicas” (Marx, 1986a, p. 26) – as contribuições dos clássicos já são consideradas:

---

<sup>20</sup> Reconhecendo a cientificidade da economia política clássica, Marx estabelece diferença entre esta ciência e a economia vulgar: “E para esclarecer de uma vez por todas, entendo como Economia Política clássica toda economia desde W. Petty que investiga o nexos interno das condições de produção burguesas como antítese da economia vulgar, que apenas se move dentro do nexos aparente, ruma constantemente de novo o material já há muito fornecido pela economia científica oferecendo um entendimento plausível dos fenômenos, por assim dizer, mais grosseiros e para o uso caseiro, da burguesia, e limita-se, de resto, a sistematizar, pedantizar e proclamar como verdades eternas as ideias banais e presunçosas que os agentes da produção burguesa formam sobre seu mundo, para eles o melhor possível.” (Marx, 1996a, p. 206).

Mas o sistema de Smith não foi um progresso? Certamente que sim e, até mesmo, foi um progresso necessário. Era necessário que o sistema mercantilista, com seus monopólios e seus entraves à circulação, fosse subvertido para que aparecessem claras as verdadeiras consequências da propriedade privada; era necessário que todas as mesquinhas considerações locais e regionais passassem a segundo plano para que a luta do nosso tempo se tornasse universal e humana. (Engels, 1979, p. 03).

A economia clássica, que coloca o trabalho como elemento criador de riqueza, oferece o elemento a partir do qual a riqueza é dessacralizada, tornando possível uma crítica ao regime de propriedade privada, e também o confronto da mistificação que acometia mercantilistas e fisiocratas. Por isso, diz Marx (1985b, p. 280):

O maior mérito da Economia clássica consiste em ter dissolvido essa falsa aparência, esse engodo, essa autonomização e essa ossificação dos diferentes elementos sociais da riqueza entre si, essa personificação das coisas e essa reificação das relações de produção, essa religião da vida cotidiana, à medida que reduz os juros a uma parte do lucro e a renda ao excedente sobre o lucro médio, de tal modo que ambos coincidem na mais-valia.

Em suma, diria Marx, os economistas clássicos tiveram méritos, pois deram o alerta, anunciaram o advento de um novo tempo, porém, erraram ao extrapolar para o plano global aquilo que, apesar de ser uma manifestação fenomênica verdadeira, precisaria ser articulado dentro de uma totalidade visando trazer a essência à tona. Os clássicos, na visão de Kofler (2010, p. 98 e 100), foram vítimas da individualização e atomização crescentes do processo social, pois “em nenhuma sociedade pôde o fenômeno da função fragmentadora do entendimento colocar-se como problema com tanta radicalidade quanto na sociedade [burguesa]”. Referindo-se às sociedades pré-capitalistas, Kofler (Ibidem, p. 97) esclarece que

elas se caracterizam pelo fato de, no âmbito das relações entre os homens e como resultado da relativa transferência do processo econômico, fenômeno e essência coincidirem em maior ou menor medida, ou, pelo menos, exibirem uma relação recíproca mais simples e imediata [...] justamente por isto tampouco existiu uma oposição essencial entre o pensamento fragmentador e o pensamento da totalidade.

Na sociedade capitalista, “surgem fatos “isolados”, conjuntos de fatos isolados, setores particulares com leis próprias (teoria econômica, direito etc.) que, em sua aparência imediata, mostram-se largamente elaborados para esse estudo científico.” (Lukács, 2003, p. 72). A mais-valia, como que por excelência, vale-se de sua tendência a dissimular-se, a ficar oculta e imperceptível àqueles que repousarem seus olhos nas relações acontecidas entre indivíduos.

Por isso, diz Marx (1996a, 293): “A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham.”

Marx nunca tratou as categorias econômicas como algo óbvio. No nível em que se encontrava como pesquisador, extrair essas categorias diretamente da sociedade, era lidar com o que ele veio a chamar na *Introdução de 1857* de um “todo caótico”. Com efeito, o estudo do sistema capitalista precisaria de uma ferramenta especial, diferente, que fosse inédita em sua aplicação na economia política. Não seria correto olhar diretamente para a realidade complexa capitalista e extrair dela, aleatoriamente ou não, conscientemente ou não, as categorias mais representativas.

Como já dito, as categorias não estariam em compartimentos estanques cada uma delas esperando a sua vez de ser analisada. Não estariam numa sala de espera em que impreterivelmente cada uma delas seria chamada no devido tempo para sofrerem a devida análise.<sup>21</sup> Por isso que, quando se olha para a obra madura de Marx, especialmente *O Capital*, o que se verá é uma obra que, embora dividida em capítulos com seus respectivos títulos, será perpassada em todo o seu conjunto pelas mesmas categorias. Uma categoria como o valor não ficará restrita aos capítulos iniciais, mas, como alma que transpassa paredes, pulará de um capítulo para o outro, indo e voltando sempre, para atender as exigências de um método que precisa seguir o objeto como ele é e como ele se apresenta em suas determinações internas. Foi a descoberta desse método – método aqui entendido não como um conjunto de regras epistemológicas - que deu a Marx condições de dar o salto para fora do campo *strictu sensu* da economia política.<sup>22</sup> Prescindir desse método seria abrir mão de compreender a realidade capitalista.

Vale ressaltar a complexidade da missão a que Marx se entregou. Tratava-se primeiramente de se apoderar de um método que lhe permitisse superar as limitações conferidas à “natureza específica da capacidade humana de pensar, à estrutura do entendimento.” (Kofler, 2010, p. 81/82). Não era uma questão nova. Como indica Kofler, Vico já tinha observado a tendência que o entendimento tem de fragmentar a realidade

---

<sup>21</sup> De certa maneira, resguardada a simplificação do argumento, é esta a base da proposta dos novos dialéticos, a saber, interpretar o método dialético de Marx como um encadeamento lógico de categorias. Uma análise crítica consistente dessa perspectiva é feita por Saad Filho (2011, p. 29-35).

<sup>22</sup> A descoberta da mercadoria como ponto de partida parece ocupar o marco zero de uma etapa em que Marx se sentiria pronto para expor sua teoria, como sugere De Paula (2007, p. 316 e 2008, p. 169).

unitária, o que o levou a descobrir o significado metodológico da totalidade. Nesse sentido, não surpreende o fato de Marx, em maior ou menor grau, ter como pano de fundo de suas análises a questão do método,<sup>23</sup> exercício que expressava o esforço de um teórico que se preparava não somente para refutar ou incorporar os economistas clássicos, mas, principalmente, para fazer uma crítica interna que fosse ao mesmo tempo apropriação e supressão.

Já em 1844, em meio a seus primeiros estudos de economia política, Marx vai, em Paris, escrever um conjunto de nove cadernos com notas, seguidas de comentários críticos, referentes às obras de Smith e Ricardo, além de autores como Jean-Baptiste Say e James Mill. A precisão com que Musto demarca o primeiro encontro de Marx com a economia política compensa a extensão da citação que se segue, especialmente pela observação constante de suas últimas duas linhas, que pode constituir uma primeira pista da conjugação de forças entre economia e filosofia que iria marcar o método de Marx:

Marx iniciou um “estudo crítico rigoroso da economia política” apenas depois de se mudar para Paris, onde em 1844 fundou e ajudou a editar o *Deutsch-französische Jahrbücher*<sup>24</sup>. A partir desse momento, suas reflexões, que haviam sido basicamente de natureza filosófica, histórica e política, se voltaram para a nova disciplina que constituiria o cerne de sua pesquisa futura. Ele leu intensamente em Paris, preenchendo nove livros de notas e citações. De fato, na universidade Marx havia adquirido o hábito de compilar resumos de obras, frequentemente acompanhados por reflexões que elas lhe sugeriam. Os chamados [*Manuscritos de Paris*] são especialmente interessantes por seus longos compêndios de *Traité d'économie politique* de Jean-Baptiste Say e de *A riqueza das nações* de Adam Smith – de quem Marx adquiriu seus conhecimentos básicos de economia política – assim como dos *Princípios da economia política e tributação* de David Ricardo e dos *Elementos de economia política* de James Mill, que lhe possibilitaram fazer suas primeiras avaliações dos conceitos de valor e preço, e assim lançar uma crítica do dinheiro como dominação de coisas estranhas sobre o homem. (Musto, 2011a, p. 35).

Insista-se na peculiaridade do projeto de Marx, que já se insinuava autônomo em relação aos clássicos e que desembocaria não numa continuidade ou no aperfeiçoamento da economia política clássica, mas na instauração da crítica da economia política. Na *Introdução de 1857*, Marx faz diferença entre o método dos economistas do século XVII e os economistas dos séculos XVIII e XIX. Os primeiros usam grandes constelações tais como população, nações, trocas entre nações e chegam, pela abstração, ao que Marx chama de

<sup>23</sup> Isto é um traço característico do projeto de elaboração de uma crítica específica que tem como ponto de partida a *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843, como se verá no capítulo 2.

<sup>24</sup> *Anais Franco-Alemães*.

“relações gerais abstratas”, que são categorias como divisão do trabalho, dinheiro, valor, etc. Por esse método, o olhar parte de cima para baixo, onde se vê uma massa amorfa, a população, por exemplo, como algo difuso, e depois vai percebendo a existência daquelas categorias. Assim, “a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas [...]” (Marx, 1986b, p. 14). O método correto, para Marx, é o dos economistas do século XVIII e XIX, que começam inversamente, pois “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso.” (Ibidem). Partem de categorias como a divisão do trabalho, valor, dinheiro, capital e outras, que são “as determinações abstratas [que] conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento”. (Ibidem).

Entretanto, apesar de Marx indicar este último como o método correto, como método científico, ele se mostrava insuficiente para um teórico que desejava fazer uma crítica através de um método que fosse mais do que uma mera aplicação de princípios dedutivos. Era, do ponto de vista de Marx, correto, mas insuficiente, pois produzia um conhecimento abstrato incapaz de atender ao projeto do Marx crítico, que intentava apreender o modo de ser da sociedade capitalista, o que requeria caminhar em direção ao todo. Os clássicos, com suas abstrações, produziam conhecimentos isolados, pertencentes à esfera fenomênica, sem articulação com quaisquer processos de totalização. Esse proceder levaria fatalmente a arbitrariedades pois, se “o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (Ibidem), a cada instante teriam os clássicos que eleger novos pontos de partida.

Era, sim, necessário “fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas.” (Marx, 1986b, p. 14). Entretanto, o método que faria de Marx não um economista, como os clássicos, ou um filósofo, como Hegel, mas um crítico da economia política, não poderia ser tributário de determinados defeitos. É certo que Marx reconhece os serviços prestados no campo metodológico pela economia política dos séculos XVIII e XIX. Porém, reivindica que o método deles seja modificado para sanar as arbitrariedades pela incorporação da concepção hegeliana do concreto, por sua vez também modificada. Se, por um lado, o conhecimento fragmentado da realidade foi abstraído do todo pelo pensamento, por outro, essas abstrações precisam ser rearticuladas ao todo concreto e, nesse sentido, era imprescindível recorrer a Hegel, “e exigir que o ponto de partida da ciência fosse inteiramente legítimo, isto é, não arbitrário, perfeita

presentificação do universal, da generalidade [...]” o que implicava na “ideia de totalidade, inteiramente estranha ao seu [dos clássicos] universo conceitual.” (De Paula, 2010, p. 104).

Referindo-se aos clássicos, Marx diz, em 1865,<sup>25</sup> que as verdades científicas por eles legadas precisariam ser depuradas, pois elas “serão sempre paradoxais, se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas.” (Marx, 1986c, p. 158). Quanto ao método analítico usado por eles, Marx acentua que “a economia clássica procura pela análise reduzir as diferentes formas de riqueza, fixas e estranhas entre si, à unidade intrínseca delas, despojá-las da configuração em que existem lado a lado, independentes umas das outras,” (Marx, 1985c, p. 1538)<sup>26</sup> através de generalizações mentais, em que algumas categorias são arbitrariamente escolhidas para análise posterior, por possuírem relações ou propriedades comuns, como por exemplo, o trabalho, o salário, os juros, etc. (Saad Filho, 2011, p. 21). Como assinala Muller (1982),<sup>27</sup> “não sabendo utilizar o método genético, a economia política burguesa toma as suas categorias diretamente da empiria e as emprega como conceitos descritivos das formas econômicas em sua aparência imediata, sem conseguir penetrar em suas relações essenciais.”

Em relação a Hegel, tratava-se de recorrer a ele “para legitimar os procedimentos metodológicos da economia política” (De Paula, 2010, p. 102), através do uso do seu conceito de totalidade que não fosse o resultado da absolutização do espírito. Se em Hegel quem totaliza é a ideia, a consciência, o espírito, em Marx quem faz a totalização é o ser social, concretamente, no viver. É no processo mesmo de viver, de experimentar e de interagir, que o ser social transforma o mundo. Enfim, em Hegel está a categoria da totalidade, que pode retirar o vício dos economistas clássicos de sempre incorrerem em arbitrariedades, mas que, segundo Marx, não era apropriada para dar conta do processo da gênese do concreto, que não podia estar assentado em bases idealistas. Em Hegel o espírito em determinado momento entra em contradição consigo mesmo, se aliena de si, e põe o mundo. Nesse confronto com o mundo, espírito e mundo se modificam, se reconciliam e instauram uma nova realidade: o

---

<sup>25</sup> Em 1864 foi criada a Associação Internacional dos Trabalhadores. Esta fala de Marx se deu durante conferência por ele proferida em duas sessões do Conselho Geral da Associação, em 1865, que depois foi reunida na obra *Salário, Preço e Lucro*.

<sup>26</sup> Algumas linhas adiante, acrescenta: “A economia clássica não tem interesse em analisar como nascem as diferentes formas, mas em convertê-las, pela análise, à unidade delas, pois parte dessas formas como pressupostos dados. Mas a análise é o requisito indispensável para se revelar a gênese, para se compreender o processo real de formação nas diferentes fases. Por fim, a economia clássica é falha e carente ao conceber a *forma básica do capital* – a produção destinada a se apropriar do trabalho alheio – não como forma *histórica* e sim como *forma natural* da produção social [...]”

<sup>27</sup> Como o acesso ao texto de Muller se deu apenas pelo site indicado nas referências bibliográficas, onde não há demarcação de páginas, as citações serão acompanhadas apenas do ano.

espírito-mundo. Para Marx, essa concepção não daria conta do mundo material, que não é transformado pelo espírito, mas que a ele altera. Por isso, diz Marx (1986b, p. 14-15),

Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto.

Como um teórico que não queria fazer apenas a economia política, mas a crítica da economia política, era preciso buscar outro caminho, o caminho de uma crítica centrada em determinações materiais que não se posta externamente ao objeto, mas que caminha com ele. Se assim não fosse, o resultado daquela forma de fazer ciência seria a naturalização do que é histórico, sacralizando as relações sociais de produção burguesas como se perfeitas e eternas fossem.

O método “correto” dos economistas clássicos não atenderia aos propósitos de Marx, pois seu objetivo era mais amplo: tratava-se de descobrir as leis que explicam a gênese, o desenvolvimento, a crise e o colapso da sociedade capitalista. Por isso, como diz De Paula (2010, p. 103), “o projeto marxiano não busca ser uma versão mais bem acabada da economia política, senão que pretendeu ser a sua “suprassunção”, ser uma *crítica da economia política*.” Ou, como diz Heinrich (2004, p. 33), “Em termos da substância de sua teoria, Marx é visto como um representante da escola clássica que encerra conclusões diferentes de Smith e Ricardo [...] Todavia, como o subtítulo de *O Capital* deixa claro, a intenção de Marx não foi fornecer uma “economia política” alternativa, mas uma “crítica da economia política”.

Dito de outra forma, Marx percorre as etapas da economia política, perfaz o caminho dos seus representantes, para poder mais à frente sair dela. Ele mostra o caminho incorreto, o dos economistas do século XVII, mostra o correto, o dos economistas dos séculos XVIII e XIX, e mostra, ao final, que o seu método não era nem um nem outro. À semelhança de Abraão, que deixou sua parentela e “saiu, sem saber para onde ia”,<sup>28</sup> Marx, pressentindo que o caminho seria tortuoso, cheio de rugosidades, desiste de publicar o seu plano de viagem: *A Introdução de 1857*. Como numa exitosa chegada ao destino, ele testemunha no prefácio da edição francesa de *O Capital*: “Não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não

---

<sup>28</sup> Carta aos Hebreus, capítulo 11, versículo 8.

temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos.” (Marx, 1996a, p. 143).

Marx, portanto, se diferencia<sup>29</sup> dos economistas políticos não somente porque contesta suas ideias ou simplesmente por ter apresentado sua interpretação sob outro enfoque, mas por ter se colocado no terreno da economia política munido dos recursos legados pela tradição filosófica alemã, especialmente sob a influência de Hegel, que lhe permitiria mais adiante, aplicando método inovador, colocar a mercadoria como ponto de partida e, assim, iniciar a exposição de sua crítica. Qualifique-se melhor o argumento já exposto sobre o Marx que “sai” da economia política. É verdade que, “ao se aproximar, como já foi dito, a partir de 1842, das fontes da economia política inglesa, Marx se aproximava também da tradição empirista.” (Vaz, 1983, p. 151). Porém, deve-se reiterar que seu afastamento do empirismo não consistia numa rejeição de sua cientificidade - até porque ficou evidente para Marx o quão fundamental fora aquela aproximação para a evolução dos seus conhecimentos sobre a sociedade capitalista – mas era parte de um movimento dialético, em que deles se afasta por já tê-los incorporado naquilo que lhe tinha sido útil e até imprescindível, para, mais a frente, continuar sua trajetória, porém por uma perspectiva distinta.

Diferentemente dos clássicos, o método descoberto por Marx requeria penetrar no objeto, recusar a unidimensionalidade fornecida pelo externo, pela aparência. Era necessário, pois, se preparar para perseguir o objeto e, depois de encontrá-lo, dar o devido tratamento, “desenvolver as suas determinações categoriais a partir do seu movimento essencial, a lei do valor, enquanto determinações cada vez mais complexas do trabalho abstrato objetivado” (Muller, 1982), considerando que o objeto estaria sempre em movimento e inacessível aos recursos típicos das ciências naturais, que isolam o objeto e protegem-no das influências externas.<sup>30</sup>

Dáí, entender o método é essencial, pois foi justamente a ausência dessa compreensão que levou a um predomínio das questões epistemológicas em Marx, levando ao abandono ou

---

<sup>29</sup> Análise mais específica sobre a influência de Smith e Ricardo em Marx na questão da mais-valia será feita ao longo dos próximos capítulos, por considerar que o diálogo que Marx trava com eles perpassa quase toda sua obra. Como quem escrevia uma crítica, será recorrente Marx mencioná-los, o que dificulta um recorte da nossa parte.

<sup>30</sup> No prefácio à 1ª edição de *O Capital*, Marx (1996a, p. 130) adverte: “Na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos [...] O físico observa processos naturais seja onde eles aparecem mais nitidamente e menos turvados por influências perturbadoras, seja fazendo, se possível, experimentos sob condições que assegurem o transcurso puro do processo. O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação.”

“negligência da crítica da economia política e sua substituição por uma economia simples entendida como ciência no sentido burguês”. (Lukács, 2012, p. 260). É nesse sentido que se vai defender o caráter original da crítica de Marx, como uma crítica ontológica que, se compreendida, poderia permitir uma compreensão mais profunda de aspectos do capitalismo contemporâneo que ficam ocultos aos instrumentos da economia convencional, conferindo à teoria econômica de Marx o seu real valor. Vale registrar como a não compreensão daquele caráter ontológico tem incidência nos currículos dos cursos de economia, e até mesmo em manuais de história do pensamento econômico, onde Marx aparece em seções bastante específicas nestes, e em disciplinas optativas e desvinculadas das demais naqueles. No dizer de Lukács (2012, p. 250), “a economia do Marx maduro pareceu à ciência burguesa e aos modos de consideração por ela influenciados, inclusive entre adeptos do marxismo, uma ciência particular.” Note que esse ponto de vista já estava presente no Lukács de 1923: “os fenômenos são reduzidos à sua pura essência quantitativa, à sua expressão em número e em relações de número. Os oportunistas jamais se dão conta de que faz parte da essência do capitalismo produzir os fenômenos dessa maneira.” (Lukács, 2003, p. 71-72).

### 1.3.2 – Marx encontra o método

Desde o início advertiu-se aqui que método não seria objeto de seção própria. Por um lado, está-se pagando tributo a Marx que se recusou a antecipar resultados que ainda teria que provar, mas que, ao mesmo tempo, além de não ter resistido ao ímpeto de destinar ao tema toda uma seção da *Introdução de 1857*, espalhou comentários dessa ordem pelos diversos prefácios e posfácios que escreveu, bem como em alguns outros textos. Por outro, retomam-se a todo instante as questões de método por considerá-los indissociáveis da teoria produzida,<sup>31</sup> movimento que Marx também não conseguia evitar. De fato, Marx evita conferir viés epistemológico a sua teoria, mas se vê impelido a prestar contínuos esclarecimentos sobre método ao longo de sua obra. Um dos esclarecimentos refere-se à distinção entre método de exposição e método de investigação, retomado agora por considerá-la uma das mais férteis fontes da incompreensão dos autores não-dialéticos.

---

<sup>31</sup> “O mais conhecido exemplo de aplicação do método de Marx é seu exame crítico do capitalismo em *O Capital*.” (Fine e Saad Filho, 2010, p. 05).

No posfácio à segunda edição alemã de *O Capital*, Marx adverte que os resultados de sua pesquisa poderiam aparecer como uma “construção *a priori*”. Por isso diz que

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*. (Marx, 1996a, p. 140)

Para Muller (1982), o resultado desse processo de não compreensão do método usado por Marx foi a diluição teórica do conceito de dialética, sobretudo o de “exposição”. Segundo ele, quando não ocorreu de o caráter dialético do método de *O Capital* ser desprezado sob a alegação de representar um hegelianismo comprometedor, ocorreu de a exposição perder sua especificidade filosófica, retomando-se apenas a contraposição de Marx entre método de exposição e método de investigação, com ênfase para esta última. Verdade é que esta tendência apontada por Muller é revertida, surgindo, a partir de 1982, data da publicação do seu texto, inúmeras abordagens que focavam com igual ênfase os dois polos da contraposição citada. Além de Enrique Dussel, por exemplo, que publica em 1985 o livro *La Producción Teórica de Marx. Um comentario a los Grundrisse*, concedendo atenção especial à forma como Marx articulou as categorias durante a exposição de sua teoria, os autores da nova dialética, em especial Christopher Arthur, tem investigado o ordenamento das categorias teóricas indicadas por Marx como resultado de considerações puramente sistemáticas. (Arthur, 2004, p. 64 e 2011, p. 201).

Desde o Lukács de 1923 que situou o marxismo ortodoxo no âmbito estrito do método de Marx, a totalidade é alçada ao posto de categoria ontológica fundamental do método de Marx, rejeitando qualquer fragmentação que não leve em conta o movimento que integra à totalidade aquilo que foi investigado, pois o “conhecimento parte daquelas determinações simples, puras, imediatas e naturais [...] para alcançar o conhecimento da totalidade concreta enquanto reprodução intelectual da realidade” (Lukács, 2003, p. 76). Essa incorporação à exposição dos elementos resultantes da investigação, no âmbito do método de Marx que consiste no elevar-se do abstrato ao concreto, é caracterizado por Ilienkov (1978, p. 49) como “a forma elevada, que une organicamente em si mesma a análise dos fatos com a análise dos conceitos, [e] é precisamente a forma que passa do abstrato ao concreto de que fala Marx.”

Longe de pretender recuperar a história do debate sobre método no século XX, o que se quer é ressaltar a importância do método de investigação de Marx como momento constituinte do seu método dialético. (Chagas, 2011, p. 02). Embora seja comum encontrar referências à exposição como o método correto<sup>32</sup> de Marx, fica claro que a exposição, como momento de reconstrução crítica, no plano ideal, da realidade, é apenas um dos seus momentos. Em certa medida é o que Marx (1986b, p. 14) argumenta nesta citação, já feita anteriormente, mas agora reproduzida por inteiro:

Assim, se começássemos simplesmente pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade e relações diversas.

O ponto de partida, portanto, é o real concreto.<sup>33</sup> A partir dele é possível construir-se na mente uma representação caótica que, por sua vez, não se confunde com o real, pois este é sempre exterior. Por um processo de abstração chega-se às determinações abstratas, em que a parte é separada do todo e é considerada como todo. Chega-se assim a conceitos que, como momentos do pensamento, reproduzem o real. O método de investigação constitui, pois, “o estudo ou investigação das determinações, tanto as simples quanto as complexas, mediante a análise, [...] o primeiro momento do método teórico.” (Dussel, 1985, p. 51)

O método de investigação em Marx consiste em abandonar o conhecimento cotidiano, pré-científico, e perseguir o objeto, apropriar-se de suas determinações nele mesmo por uma análise crítica que esteja aberta à incorporação de cada descoberta. Se isso for feito, não necessariamente estará o objeto exposto, pois isto seria auto-exposição do objeto, procedimento, por natureza, acrítico. Com efeito, o que Marx faz ao não se local externamente ao objeto, é uma reprodução ideal do movimento efetivo do real, e não uma mera produção. A exposição reproduz este movimento, com o fim de apresentar criticamente o objeto através de uma dinâmica de apreensão de sua lógica interna em que as suas

---

<sup>32</sup> Como diz Corazza (2003, p. 51), “embora Marx afirme que o método científico correto é o que parte do abstrato para chegar ao concreto, isto não quer dizer que o verdadeiro ponto de partida não seja a realidade sensível, pois está se referindo ao momento da exposição, que foi precedido por todo um trabalho de investigação, momento em que são feitas as abstrações.

<sup>33</sup>Essa esquematização é baseada em Dussel (1985, cap. 2).

contradições não são evitadas. Pelo contrário. Elas são localizadas, analisadas, apreendidas, incorporadas, supressas e funcionam como força motriz do processo de exposição. Como diz Muller (1982),

O método dialético quer superar essa exterioridade do conhecimento em relação ao objeto e a concepção instrumental de método aí presente. Este exige que o conhecimento apreenda as determinações do conteúdo no próprio movimento pelo qual elas se desdobram, estabelecendo a conexão necessária e, imanente entre elas.

Para além de resgatar a diferenciação entre método de investigação e método de exposição, o que essa discussão pretende é realçar que as contestações quanto à originalidade do método de Marx devem se situar no âmbito do primeiro. Desde a Crítica à Filosofia do Direito de Hegel Marx colocava em prática uma técnica de estudo aprendida ainda nos seus anos de Universidade que era copiar trechos de outras obras e, logo após, expor seus comentários críticos. Durante os anos de extensa pesquisa, Marx teve por prática examinar quaisquer fontes de informação, dados e estatísticas que julgasse relevantes para a sua pesquisa. Fazia parte do processo de construção da sua própria teoria o diálogo com outras estruturas teóricas, o confronto, a incorporação, a rejeição e a supressão. Nesse sentido, a distinção feita entre investigação e exposição, contribui para clarear não apenas a originalidade do método, como também o momento em que Marx se sente pronto para expor sua teoria. Em outras palavras, trata-se de recuperar aquela distinção como fundamental no debate sobre o “ponto de partida” de Marx, momento crucial da instauração da crítica da economia política, nominado por De Paula (2008, p. 180) como “O Outubro de Marx”, no seguinte sentido: “a escolha da **mercadoria** como ponto de partida de *O Capital* é o momento-chave, efetivamente, consolidador do específico da exposição dialética da crítica da economia.”

Se na investigação o ponto de partida do pesquisador são as perguntas, na exposição, o ponto de partida são os resultados obtidos na investigação. (Netto, 2011, p. 27). A mercadoria, então, é o momento final da investigação, o ponto de partida da exposição, haja vista constar no desfecho dos *Grundrisse* e aparecer já no início da obra seguinte, *Contribuição*, escrita propositalmente para publicação. A mercadoria, como categoria ontológica, célula elementar da sociedade capitalista, não foi arbitrariamente escolhida por Marx para ser um ponto de partida.

Levando-se em conta que até 1858 Marx manteve o valor como ponto de partida, sua substituição pela mercadoria reveste-se de significado especial. Daí talvez um dos grandes enigmas do método de Marx e que confirma a inexistência de um método de investigação específico, pois se assim não fosse, a mercadoria teria aparecido como resultado de um processo deliberado de abstrações por parte de Marx. Harvey (2010, p. 09), por exemplo, diz que Marx nunca procurou justificar a escolha da mercadoria como ponto de partida e nem se achava na obrigação de defender sua legitimidade, o que teria dado para muitos a impressão de ter sido um ato arbitrário de Marx. Curiosamente, após informar que Marx se debateu por cerca de vinte ou trinta anos com a questão de por onde começar, Harvey atribui a decisão de Marx ao método de descenso, que, segundo ele, consiste em submeter todo o material usado na investigação a uma crítica rigorosa com o objetivo de descobrir conceitos simples, porém poderosos, que iluminem o modo de funcionamento da realidade: “o método de descenso levou-o ao conceito de mercadoria.” (Ibidem).

Assim como sugere De Paula (2008, p. 180), concordando com muitos autores que acentuam a importância da releitura que Marx faz de *A Ciência da Lógica* de Hegel, em 1858, é possível que ali tenha sido o momento em que Marx se despertou para as lições daquele autor sobre como deveria ser o começo da ciência. Ironicamente, a despeito de tudo que se diz sobre sistematização do método de Marx desde o processo de investigação, Marx, em carta a Engels de 14 de janeiro de 1858, remete ao acaso a releitura que fez: “Quanto ao método de elaboração do material, me foi de grande utilidade o fato de, por casualidade (*by mere accident*), ter novamente folheado a *Lógica* de Hegel.” E a casualidade se deu porque Freiligrath, um poeta radical, seu companheiro de militância política, “encontrou alguns livros de Hegel que haviam pertencido a Bakunin e os enviou para mim como presente.” (CW, 40, p. 249). De Paula, em outro texto, se refere a trechos de *A Ciência da Lógica* como o que se segue:

Este racional, portanto, embora seja algo pensado – também abstrato – é, ao mesmo tempo algo concreto, porque não é unidade simples, formal, mas unidade de determinações diferentes. Por isso a filosofia em geral nada tem a ver, absolutamente, com simples abstrações ou pensamentos formais, mas somente com pensamentos concretos. (Hegel, 1995, p. 167 apud De Paula, 2010, p. 102).

Porém, se os ensinamentos de Hegel iluminaram o Marx da *Introdução de 1857* no confronto com a metodologia dos clássicos - levando-o a discernir que apesar de o concreto

aparecer no pensamento como resultado, o concreto é o ponto de partida efetivo - não foram capazes, por outro lado, de indicar para ele, já naquele momento, a mercadoria como ponto de partida.

Interessante notar que, muito tempo depois, a ênfase que Marx confere à mercadoria como ponto de partida nas *Glosas Marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolph Wagner*, de 1880 – considerado por muitos o último texto econômico de Marx - dá a impressão que esta questão não tivesse sido para ele tão problemática no passado a ponto de consumir tantos anos de pesquisa: “De início, eu não começo nunca dos “conceitos”, nem, por isso mesmo, do “conceito de valor”, [...] Eu parto da forma social mais simples em que se corporifica o produto do trabalho na sociedade atual, que é a “mercadoria.” (Marx, 1974, p. 176). A força de suas palavras, porém, contrasta com a aparente indecisão de Marx no período entre os *Grundrisse* e a *Contribuição*, obra esta em que a mercadoria finalmente aparece como ponto de partida. Como lembra De Paula (2008, p. 315-316), apesar de Marx escrever a Engels, em 29 de dezembro de 1858, mostrando-se decidido a fixar a mercadoria como ponto de partida na *Contribuição*, em 02 de abril do mesmo ano, também em carta a Engels, era o “valor” que ainda aparecia como ponto de partida.

A despeito do mistério sobre o momento exato ou da existência de um processo que tenha levado Marx a descobrir a mercadoria como ponto de partida, importava a Marx, após tê-la descoberto, iniciar o processo de elevação do abstrato ao concreto, independente da forma como se chegou àquela descoberta, como assevera Ilienkov (1978, p. 50): “O método que se eleva do abstrato ao concreto não pode, em nenhum caso, deixar de ser um procedimento de exposição de um conhecimento já preparado, obtido previamente de alguma forma.”

Marx, ao escolhê-la, estava aplicando o que aprendera com Hegel ao recorrer à ideia da totalidade. A mercadoria como ponto de partida, não é uma escolha arbitrária. Ela, como célula elementar do capitalismo, constitui-se numa totalidade simples, numa categoria ontológica, que contém em si própria, ainda que num patamar altamente abstrato, toda a trama de relações e contradições existentes na sociedade capitalista. Marx não arbitrou uma forma de começar a ciência, nem formulou uma introdução metodológica, ainda que tenha cedido parcialmente à tentação com *A Introdução de 1857*. Com a mercadoria, Marx encontrava um método que o levaria a caminhar com o objeto, no sentido de que a construção de uma teoria que espelhasse idealmente a realidade dar-se-ia pelo acompanhamento de suas metamorfoses.

Marx não estava se colocando externamente à mercadoria. Ele entendia que precisava se envolver com o objeto de estudo, caminhar com ele, compreender as contradições que o movem e o determinam, e assim, extrair os conceitos, não de forma arbitrária, mas como resultado da própria explicitação do objeto. Em síntese, Marx parte da mercadoria e em seguida analisa como nasce o dinheiro. A partir deste, como ele se transforma em capital. Por fim, como o capital se acumula e em algum momento entra em crise. Felizmente, o Marx que deixou tantos pontos sobre o seu método sem maiores esclarecimentos, contempla-nos com uma descrição parcial do seu itinerário metodológico. Primeiramente, mostra como da mercadoria ele chega ao valor:

Analiso esta [a mercadoria] e o faço fixando-me, antes de tudo, na *forma sob a qual se apresenta*. Descubro que a “mercadoria” é de uma parte, em sua forma material, um *objeto útil* ou, noutros termos, um *valor de uso*, e de outra parte, *encarnação do valor de troca* e, deste ponto de vista “valor de troca” ela mesma. Continuo analisando o “valor de troca” e encontro que este não é mais do que uma “*forma de manifestar-se*”, um modo especial de aparecer o *valor* contido na mercadoria, em vista do que, procedo à análise deste último. (Marx, 1974, 174).

Mais adiante descreve como parte do duplo caráter do trabalho até a mais-valia:

ao fazer a análise da mercadoria eu não me detenho na dupla modalidade com que este [o valor] se apresenta, senão que passo imediatamente a demonstrar que nesta dupla modalidade da mercadoria se manifesta o duplo *caráter do trabalho* de que aquela é produto: do trabalho *útil*, ou seja, das modalidades concretas dos distintos trabalhos que criam valores de uso, e do trabalho *abstrato*, do *trabalho como gasto de força de trabalho [...]* que no desenvolvimento da *forma de valor da mercadoria* e, em última instância, em sua forma dinheiro e, portanto, do *dinheiro*, o *valor* de uma mercadoria se manifesta no *valor de uso* de outra, ou seja, na forma material de outra mercadoria; que a própria mais-valia se deriva do *valor de uso da força de trabalho*, específico e exclusivo dela, etc., etc. (Ibidem, p. 175)

Nesse mesmo texto, Marx também apresenta um pequeno esclarecimento sobre o sistema de mediações que dá fluidez àquela trajetória: “Por isso, na análise da mercadoria, mesmo a propósito de seu “valor de uso”, não há por que emendar imediatamente definições do “capital”, que necessariamente viram um puro absurdo, enquanto estivermos analisando os elementos da mercadoria.” (Ibidem, p. 176). O método dialético de Marx estabelece exigências para que novas determinações categoriais sejam acrescidas a cada nível da análise de acordo com o grau de abstração envolvido. Pelo método das aproximações sucessivas,

através do qual a análise se concretiza, vê-se que a mais-valia não poderia aparecer já no início de *O Capital*, o que explica parte do debate travado no século XX em torno da aderência histórica dos três primeiros capítulos desta obra, a saber, se já se referiam ao capitalismo ou se eram uma análise de uma sociedade pré-capitalista.

A mercadoria, portanto, já contém o embrião de cada uma dessas transformações. Por isso, quanto à mais-valia, diz-se “descoberta” e não “invenção”, pois ela já estava lá, pressuposta na mercadoria. Como representação ideal de traço da realidade, manifesta-se como categoria ontológica, captada pelo método dialético de Marx no bojo do processo de movimento do capital, que já pode ser percebido desde a mercadoria. Por isso, a descoberta da mais-valia configura-se como um dos momentos centrais de aplicação do método dialético de Marx. A aparição da mais-valia é o próprio momento do referido método em sua força máxima, talvez o mirante principal de sua teoria, a partir do qual se possa olhar para frente e para trás buscando novas paisagens.

No propósito de compreender os nexos internos da sociedade capitalista e todas as suas determinações materiais, importava a Marx estabelecer diálogo com as outras visões de mundo através do tema da riqueza. Dessa forma, e resumida em uma só frase,<sup>34</sup> Marx acenava para o essencial da discussão a ser feita com mercantilistas, fisiocratas e economistas clássicos. A questão a ser explorada não era a riqueza geral, mas a riqueza “onde rege a produção capitalista”. O específico desta sociedade precisava ser invocado já no início de sua obra como marco inicial de uma teoria que se recusaria a naturalizar as novas relações sociais. É a partir daí que começa a viagem de *O Capital*, como resultado de longos anos de pesquisa e preparação. Como companheira de viagem,<sup>35</sup> a escolha de Marx recaiu sobre a mercadoria, que, “isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza”. (Marx, 1989a, p. 41).

Apesar de ter feito, em sua polêmica com Adolph Wagner, um resumo descritivo de sua própria trajetória nos capítulos iniciais de *O Capital*, a articulação de categorias

---

<sup>34</sup> “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”.” (Marx, 1989, p. 41).

<sup>35</sup> Como lembra De Paula (2008, p. 171-172), “foi o filósofo tcheco Karel Kosik quem nos deu a bela imagem da “mercadoria” como “ersatz” do Odisseu [ou Ulisses] da epopeia homérica [...] Essa metáfora que aproxima a “mercadoria” do Odisseu homérico tem um significativo rendimento conceitual. Tanto quanto o herói da Guerra de Tróia, a “mercadoria” perambula pelo mundo e nessa peregrinação transforma, pela experiência, e enriquece o mundo que toca, resultando daí, que, ao final da jornada, tanto o herói quanto o mundo estejam alterados, irreconhecíveis quando comparados com o que eram no início da jornada. E, no entanto, deformados, metamorfoseados, eles, a mercadoria e o Odisseu, são os mesmos que iniciaram o périplo, apesar de agora apresentarem-se transformados, seja como o forasteiro maltrapilho que chega a Itaca, mas que ainda é Ulisses, seja como *O capital*, que não é, apesar de seu fastígio, senão “coleção de mercadorias”.

econômicas nos termos do seu método dialético em tudo denota sua singularidade, bem como o quanto dos clássicos se distanciou. Quando se argumentou aqui que Marx percorreu o caminho da economia política para poder sair dela mais à frente, vê-se isto já desde o princípio. Os atributos que a mercadoria possui na sociedade capitalista de ser valor de uso e valor de troca já tinham sido comumente abordados pelos principais representantes daquela ciência. Marx vê já ali uma contradição essencial, sem a qual seria inviável a descoberta da mais-valia. É verdade que essa descoberta de Marx não acontece no momento mesmo da exposição, tendo em vista que “a mercadoria pode servir de ponto de partida da exposição científica porque já se conhecia o capitalismo em seu conjunto”. (Kosik, 2002, p. 181).

O valor de uso é o primeiro aspecto com que a mercadoria se apresenta. Ela é, “antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.” (Marx, 1989a, p. 41). Investindo desde o início contra a naturalização das categorias econômicas, Marx estabelece procedimento para iluminar aquilo que seja próprio da sociedade capitalista: “Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela.” (Ibidem, p. 42). Mas há um problema, diz Marx: “na forma de sociedade que vamos estudar, os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca.” (Ibidem, p. 42-43). Marx passa, então, a analisar o valor de troca e convida o leitor a ver a coisa mais de perto. O valor de troca não pode ser algo inerente à mercadoria. Ele existe na relação quantitativa entre valores de uso e, portanto, o valor de troca “só pode ser a maneira de expressar-se, a forma de manifestação de uma substância que dele se pode distinguir” (Ibidem, p. 43): o valor.

Vê-se a análise de Marx sendo conduzida por um método inovador, como ele mesmo testifica no prefácio à edição francesa de *O Capital*: “o método que utilizei e que ainda não havia sido aplicado aos assuntos econômicos torna bastante árdua a leitura dos primeiros capítulos.” (Ibidem, 1996a, p. 143). No caso do valor e do valor de uso, os chamados economistas vulgares, e até mesmo os clássicos, abordavam separadamente cada um destes polos, de acordo com a conveniência da perspectiva, dando ares de aleatoriedade às suas escolhas. Marx, por outro lado, utiliza-se de um método pelo qual os polos opostos, distintos entre si, integram unidades dialéticas. Assim, embora incorporados nestas unidades, Marx faz diferenciação entre o conteúdo material do modo de produção capitalista e a forma social antagônica.

Se, como disse Lukács, a sociedade capitalista tende a fragmentar os fenômenos, a produzir fatos isolados, Marx reintroduz esses aspectos particulares dentro de uma unidade. Esta unidade é a mercadoria que, no capitalismo, constitui sua riqueza e que, se por um lado tem como conteúdo material o valor de uso, possui uma forma social e histórica, que é o valor. Estabelecendo relação entre valor de uso e valor, Marx (1989a, p. 45) diz: “um valor de uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato. Como medir a grandeza de seu valor?” A resposta de Marx abre espaço para que se diferencie substância e medida do valor: “Por meio da quantidade da “substância criadora de valor” nele contida, o trabalho. A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações de tempo, como hora, dia etc.” (Ibidem). Desenvolvendo seu argumento, acrescenta que, na verdade, o valor é determinado pelo trabalho socialmente necessário, pois, se assim não fosse, “poderia parecer que quanto mais preguiçoso ou inábil um ser humano, tanto maior o valor de sua mercadoria”. (Ibidem).

Se a grandeza do valor de uma mercadoria é medida pelo tempo de trabalho requerido para sua produção, logo ela permaneceria invariável se o tempo de trabalho se mantivesse constante. Por isso, “quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor seu valor.” (Ibidem, p. 47). Em suma, se a produtividade se eleva, aumenta a produção de valores de uso, mas não necessariamente a de valor, pois cada unidade produzida conterá menores porções de valor. Nesse momento Marx para e somente retoma a questão da produtividade após analisar o duplo caráter do trabalho, questão esta essencial no processo de desmistificação da relação entre capital e trabalho, e a partir da qual ele analisa os efeitos do aumento da produtividade.

A exposição precisa prosseguir, por isso disse a Adolph Wagner que em sua análise da mercadoria não se deteve nas formas como o valor se apresenta, valor de uso e valor de troca, mas que passou “imediatamente a demonstrar que nesta dupla modalidade da mercadoria se manifesta o duplo *caráter do trabalho*” (Ibidem, 1974, p. 175), uma temática sobre a qual Marx diz ter sido o primeiro a analisar e a por em evidência, e que, na sua visão, era essencial para compreender a economia política. (Ibidem, 1989a, p. 48), ponto de vista que ele confirma em carta a Engels, em 08 de janeiro de 1868:

Sem exceção, uma coisa bem simples escapou a todos os economistas: e é que se a mercadoria possui um duplo caráter de valor de uso e de valor de troca, é indispensável que o trabalho representado nesta mercadoria também possua este duplo caráter; enquanto que a mera análise do trabalho *sans phrase*, tal como a encontramos em Smith, Ricardo, etc., se choca por toda parte fatalmente com problemas inexplicáveis. É este de fato todo o segredo da concepção crítica. (Marx e Engels, 1965, p. 198-199).

Na questão do duplo caráter do trabalho, o trabalho, como unidade, envolve dois aspectos: por um lado ele é trabalho concreto, trabalho criador de valores de uso; por outro, trabalho abstrato, trabalho criador de valor. Como unidade bidimensional, o trabalho, assim como a mercadoria, reproduz a luta pela primogenitura entre Esaú e Jacó no ventre de sua mãe. Possuindo dois polos em seu interior, é, por um lado, trabalho concreto segundo seu conteúdo material, o modo como aparece em qualquer sociedade. Mas ele faz parte de uma unidade contraditória, cuja forma social histórica, o outro polo, é dada pelo trabalho abstrato, indiferenciado, que surge ao por de lado o caráter útil do trabalho, pois, na sociedade capitalista “valores de uso não podem se opor como mercadorias, quando neles não estão inseridos trabalhos úteis qualitativamente distintos”. (Marx, 1989a, p. 49). Note que a mercadoria é uma totalidade, assim como o trabalho também o é. Nesse sentido, pode-se dizer que, “para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta [...] de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade.” (Netto, 2011, p. 56).

A questão da produtividade pode ser recolocada: “produtividade é sempre produtividade de trabalho concreto, útil, e apenas define o grau de eficácia da atividade produtiva, adequada a certo fim, em dado espaço de tempo. (Ibidem, p. 53). Fica evidente a importância da dualidade que envolve a categoria trabalho, conforme ele mesmo atesta em carta a Engels, de 24 de agosto de 1867: “O melhor do meu livro é: (1) o duplo caráter do trabalho, conforme ele se expressa em valor de uso ou em valor de troca (todo entendimento dos fatos repousa sobre isto, que é enfatizado imediatamente no primeiro capítulo; (2) a análise da mais-valia, independentemente de suas formas particulares.” (CW, 42, p. 407).

Percebe-se que, tanto na análise da mercadoria quanto na do trabalho, a totalidade é convocada para expressar elementos que pertencem seja à esfera da aparência, seja à da essência. Afirme-se mais uma vez que Marx parte do concreto, efetua abstrações, para chegar ao concreto, mas a este como uma rica totalidade de determinações. Os clássicos não

detectaram o que estava oculto, no âmbito da essência, o valor. Chegaram no máximo a sua forma de manifestação, o valor de troca. Em relação à categoria trabalho, deixaram escapar o processo de indiferenciação dos trabalhos, e se ativeram ao trabalho concreto como determinante exclusivo também das relações sociais capitalistas, ficando, assim, impedidos de perceber o que havia de essencial.

Prossiga-se com o roteiro de Marx. O valor no capitalismo foi analisado por ele a partir das formas de seu desenvolvimento nesta sociedade. Da primeira forma do valor, chamada por Marx de simples, singular ou fortuita do valor, momento em que as trocas eram eventuais, próprias de um estágio inicial do capital, Marx passa à análise da forma total ou extensiva do valor, momento lógico-genético seguinte, em que as trocas se tornam habituais. A intensificação das relações comerciais e o próprio desenvolvimento do capitalismo propiciam modificações na forma do valor, que chega a sua forma geral, momento em que os valores de troca encontram uma determinada mercadoria que funciona como equivalente do valor de troca de todas as outras. Por fim, o dinheiro se torna este equivalente, e o valor encontra sua forma dinheiro, com o ouro desempenhando o papel de equivalente geral.

Independente desta viagem representar a peregrinação da mercadoria ou do valor, dependendo da ótica,<sup>36</sup> o que se observa é um desdobramento da contradição existente na mercadoria entre valor de uso e valor de troca, que vai encontrar solução no advento do dinheiro. Com efeito, as transformações ocorridas com o valor representam o desenvolvimento de uma contradição entre os dois polos, valor de uso e valor de troca, desde a forma simples, em que, com o surgimento de uma sociedade em que as mercadorias são produzidas visando ao valor, este, tendo como conteúdo material o valor de uso, não pode se desgarrar totalmente, ainda que se esforce para isso, sentindo-se relativamente apaziguado com o surgimento do dinheiro, uma espécie de mercadoria de valor de uso bastante singular: representar o valor de troca das outras mercadorias. Portanto, o dinheiro representa o termo final desse confronto, dessa tentativa de separação de aspectos de uma mesma unidade.

O método usado para conduzir Marx da mercadoria ao dinheiro é o mesmo que o levará à mais-valia. Os clássicos, ao inverterm a direção da análise, foram vítimas da mistificação incidente sobre as fontes da renda. Por isso, na mesma carta a Engels, de 08 de janeiro de 1868, ele diz: “em contraste com a economia anterior que, ao começar o jogo, toma

---

<sup>36</sup> “Em *O Capital* Marx considera sujeito de tal processo o valor, ao passo que na polêmica com Wagner durante os anos de 1881-1882 afirma, ao contrário, literalmente, que o sujeito é a mercadoria, e não o valor.” (Kosik, 2002, p. 182).

como dados os fragmentos particulares da mais-valia com suas formas fixas de renda, lucro e juros, trato em primeiro lugar a forma geral da mais-valia, na qual tudo se encontra indiferenciado.” (Marx e Engels, 1965, p. 198).

Necessário insistir mais uma vez neste ponto. Somente pelo método dialético, seria possível apreender o que é essencial na temática da mais-valia. Na análise da mercadoria, Marx ultrapassou aquilo que é próprio de qualquer sociedade, o valor de uso, para encontrar o específico da sociedade capitalista, o valor. Na análise do trabalho, o processo se repete com o trabalho concreto e o trabalho abstrato. A mais-valia será descoberta pela aplicação do mesmo método dialético, em que a relação de troca entre capitalista e trabalhador terá que ser considerada uma unidade de dois aspectos. Esta relação possui a aparência de troca de equivalentes, e assim o é, do ponto de vista do valor de troca, pois o capitalista paga pela mercadoria que está comprando, a força de trabalho, o valor equivalente ao do salário. Nesse sentido, diz Marx (1989b, p. 679): “Cada transação particular corresponde sempre à lei da troca de mercadorias, comprando sempre o capitalista a força de trabalho e vendendo-a sempre o trabalhador, e admitiremos que pelo valor real.” Cabe à dialética, e só através dela, desmistificar essa aparência, tarefa que o empirismo dos economistas clássicos não tinha como dar conta. Com o cenário já montado, Marx, então, faz o anúncio da entrada da dialética: “Nessas condições, é evidente que o direito de propriedade privada, baseado sobre a produção e circulação das mercadorias se transmuta em seu oposto em virtude de sua própria dialética interna, inexorável.” (Ibidem).

Como já sugerido, a relação de troca entre capitalista e trabalhador constitui-se uma totalidade dentro da qual as partes isoladas precisam se articular. É o momento da dialética convocar o polo oposto, o da desigualdade, o da transgressão da lei de apropriação mercantil, que estabelecia como princípio a troca de equivalentes. “No início, havia uma troca de equivalentes, depois, a troca é apenas aparente: a parte do capital que se troca por força de trabalho é apenas uma parte do produto do trabalho alheio do qual o capitalista se apropriou sem compensar com um equivalente.” (Ibidem). Se do ponto de vista do valor de troca, a equivalência de valores foi mantida, agora, do ponto de vista do valor de uso, ocorre a transgressão daquela equivalência.

O método dialético de Marx, que deu conta de mostrar polos opostos da mercadoria e do trabalho, mostra também agora polos opostos na relação de troca entre capitalista e trabalhador. A contradição não é rejeitada ou considerada caso especial. Ela é parte integrante

da lógica constitutiva do ser. Aí, então, Marx recupera os conceitos de forma e conteúdo para dar conta da oposição entre os dois aspectos da troca, a saber, equivalência e transgressão. “A relação de troca entre capitalista e trabalhador não passa de uma simples aparência que faz parte do processo de circulação, mera forma, alheia ao verdadeiro conteúdo e que apenas o mistifica.” (Ibidem). Portanto, também no caso da mais-valia é necessário fazer distinção entre forma e conteúdo, para separar o que é próprio da sociedade capitalista daquilo que pode pertencer a qualquer formação histórica. “A forma é a contínua compra e venda da força de trabalho. O conteúdo é o capitalista trocar sempre por quantidade maior de trabalho vivo uma parte do trabalho alheio já materializado, do qual se apropria ininterruptamente, sem dar a contrapartida de um equivalente.” (Ibidem),

Do ponto de vista imediato, a partir da aparência, não se vê exploração, não se vê desigualdade na relação entre capital e trabalho, pois a lei de apropriação mercantil é atendida. A exploração só é visualizada pela perspectiva do conteúdo, a essência, relacionado com o valor de uso, e assim, Marx fecha a questão: “Por mais que o modo capitalista de apropriar-se do trabalho alheio pareça chocar-se com as primitivas leis da produção mercantil, ele não surge da transgressão delas, mas, ao contrário, de sua aplicação.” (Ibidem). Diga-se mais uma vez: segundo o conteúdo, aspecto que se refere ao valor de uso, há uma troca desigual, transgressão da lei de apropriação mercantil; segundo a forma, incidente sobre o valor de troca, acontece uma troca de equivalentes. A mais-valia é o valor excedente, que só se tornou possível a partir do advento de uma mercadoria especial, a força de trabalho, que tem seu valor de uso consumido no processo de produção gerando um valor além daquele que o capitalista pagou como salário. Cabe ressaltar que o mesmo método dialético perpassará toda a obra de Marx. No capítulo 5 do livro I, Marx, por exemplo, analisa o processo de produção, considerado por ele também uma unidade de dois aspectos: processo de produção de valor e processo de produção de mais-valia, procedimento a partir do qual se inicia a temática do trabalho produtivo e que poderia contribuir para elucidar questões teóricas do capitalismo contemporâneo, em relação às quais os instrumentos da economia convencional tem se mostrado ineficazes.

Importa perguntar, mesmo já tendo respondido negativamente: poderia Marx ter chegado à mais-valia sem as transições dialéticas ocorridas desde a mercadoria? Sobre isto, a pergunta de Engels no prefácio ao Livro II de *O Capital* é bastante significativa: “Que disse Marx de novo sobre a mais-valia?” (Marx, 1987, p. 14). Mais a frente responde comparando a descoberta da mais-valia à descoberta do oxigênio por Lavoisier. Segundo Engels, “nos fins

do século XVIII dominava, como se sabe, a teoria flogística, que explicava a natureza de toda combustão, dizendo que se desprendia do corpo em combustão outro corpo hipotético, um combustível absoluto, denominado flogisto”. O oxigênio já estava presente na natureza, mas Priestley e Scheele, que tinham isolado o oxigênio, sem saber o que tinham nas mãos o chamaram de ar desflogistizado e ar ígneo, respectivamente. Lavoisier, que não era prisioneiro da aparência – a teoria química vigente - foi informado por Priestley sobre a descoberta, e, através de suas pesquisas descobriu “que a nova espécie de ar era um novo elemento químico e que, na combustão, ao invés de o misterioso flogisto se desprender do corpo em ignificação, esse novo elemento se combina com o corpo que combure.” Assim como Lavoisier não inventou o oxigênio, Marx apenas despreendeu-se da economia política vigente, que eram prisioneiros das formas fenomênicas da mais-valia, e separou a mais-valia da renda da terra, do lucro e dos juros, que são apenas formas particulares como ela se manifesta na concorrência. Nisto consistiu sua análise da fórmula trinitária, em que Marx desmistifica um dos efeitos máximos da reificação das relações sociais: a aparência de que o lucro é produzido pelo capital, a renda fundiária pela terra e o salário pelo trabalho.

Como método que possui universalidade crítica, o método por ele descoberto permitiria transformar a mercadoria, como totalidade simples<sup>37</sup> e abstrata, em totalidade concreta, a partir das mediações que se seguiriam, e assim se aproximar da realidade concreta. Eis o movimento dialético que envolveu a descoberta da mercadoria como ponto de partida: “o ato dialético parte da determinação abstrata e constrói sistematicamente uma totalidade – concreta em relação à determinação, abstrata em relação à “totalidade concreta explicada”. (Dussel, 2004, p. 52). Foi “articulando estas três categorias nucleares – a totalidade, a contradição e a mediação -, [que] Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe propiciou o erguimento do seu edifício teórico.” (Netto, 2011, p. 58).

Nas palavras de Musto (2008a, p. 21),

Marx, então chegou a sua própria síntese, divergindo do empiricismo dos primeiros economistas, que resultava na dissolução de elementos concretos em definições abstratas [economistas do século XVII]; do método dos economistas clássicos

---

<sup>37</sup> Usa-se o termo “totalidade simples” não no sentido oposto a “complexo”. Conforme Netto (2011, p. 56), “para Marx, a sociedade burguesa é uma *totalidade concreta*. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é “simples” – o que as distingue é o seu grau de complexidade”. Acrescenta, ainda, a definição de Lukács da sociedade burguesa como “um complexo constituído de complexos”.

[economistas do século XVIII e XIX] que reduziam o pensamento sobre a realidade à própria realidade; do idealismo filosófico – que incluía, na visão de Marx, a filosofia de Hegel – que ele acusava de dar ao pensamento a capacidade de produzir o concreto com base em concepções gnosiológicas que contrapunham rigidamente formas de pensamento e a realidade objetiva; do historicismo e sua dissolução do lógico no histórico; e, finalmente, de sua própria convicção na Miséria da Filosofia, de que ele estava essencialmente seguindo a “marcha da história”

A categoria da mais-valia é emblemática neste processo de explicitação do método de Marx, pois, sendo trazida à superfície em decorrência de atendimento rigoroso das exigências deste método, veio a se constituir na pedra angular da teoria econômica de Marx. Embora pouco tempo depois da publicação do Livro I Marx retome os seus estudos visando revisar e reformular *O Capital* (Krätke, 2005, p. 149) - numa postura que reflete sua insatisfação contínua com o seu próprio estado da arte, e que se estenderá até seus últimos dias – não se deve desconsiderar o anúncio que ele faz em 1867 no prefácio da 1ª edição de *O Capital*: “A exposição está aperfeiçoada”. (Marx, 1996a, p. 129). O momento da descoberta e o local da exposição da mais-valia, conforme ela aparece no capítulo quatro do livro I de *O Capital*, são os temas das duas próximas seções.

#### **1.4 - O lugar da descoberta da mais-valia**

Apesar de ter sido uma das mais geniais descobertas de Marx, não se pode dizer que a mais-valia tenha sido perseguida conscientemente desde o princípio de seus estudos, ou que tenha sido resultado de uma experiência epifânica. Também não se argumenta que seja possível, conhecendo as obras maduras de Marx, olhar para trás e encontrar em sua trajetória intelectual uma linha singular e inescapável de continuidade, um processo de desenvolvimento teórico linear e previamente determinado que viesse a desembocar no conjunto de resultados que mais tarde ele exporia em *O Capital*. Também não se diga que tenha sido descoberta por acaso, haja vista sua busca incansável e obsessiva por respostas em sua longa trajetória como pesquisador, além dos diversos momentos em que aparentemente demonstra tê-la intuído.

Nos *Manuscritos de 1861-63*, portanto cerca de quatro anos depois de ter escrito os *Grundrisse*, diz que “a pesquisa sobre como a mais-valia se origina constituiu a questão mais importante da economia política, desde os fisiocratas até a época mais recente.” (Marx,

2010d, p. 40). Em 24 de agosto de 1867, em carta escrita a Engels, ele reitera, afirmando que, além de sua análise do duplo caráter do trabalho, sua “análise da mais-valia, independente de suas formas particulares, constitui o seu principal mérito”.<sup>38</sup> (CW, 42, p. 407).

Deve-se admitir que essa retrospectiva que Marx faz tem algo de inquietante. Se era tão importante essa discussão, por que ter levado tanto tempo para que ela se apresentasse como tal, ou para que a mais-valia como categoria central viesse à tona? Ela teria sido intuída pelos clássicos? Até que ponto se aproximaram dela e, por questões ideológicas ou de outras ordens, voltaram a se afastar? Uma primeira aproximação foi feita nas seções anteriores a partir da discussão sobre as dimensões da dissimulação da origem da mais-valia, nos termos das pistas dadas pelo próprio Marx, quando, discorrendo sobre as relações entre maquinaria e produção/distribuição da mais-valia, afirma de forma decisiva: “Por que essa contradição imanente não chega à consciência do capitalista individual e, portanto, tampouco à da Economia Política presa às concepções dele, ver-se-á nas primeiras partes do Livro Terceiro.” Marx (1996b, p. 40). Como se viu, a discussão sobre a dissimulação da mais-valia funcionou como uma espécie de contraface da solução encontrada por Marx através do seu método dialético. Por isso, dizer que apenas a tendência da mais-valia a dissimular-se explica o insucesso dos clássicos é, por outro lado, desmerecer todo o esforço teórico de Marx ao longo de décadas de pesquisa, que não se referem apenas à elaboração dos manuscritos diretamente relacionados com *O Capital* – os chamados “esboços”, mas também ao período entre 1843 e 1857, ao final do qual Marx inicia os *Grundrisse*, considerados o primeiro esboço.

Com efeito, há toda uma história de releituras e pesquisas antes da elaboração dos manuscritos do Livro III, considerados como terceiro esboço de *O Capital*. Como se sabe, Marx não organizou e revisou este livro visando a sua publicação, trabalho desempenhado por Engels alguns anos após a morte do seu amigo. Como informa Dussel (1990, p. 22-23), Marx começou a escrever o livro I de acordo com o mesmo formato que ele tinha adotado nos *Manuscritos de 1861-1863*: pela “transformação do dinheiro em capital”, e somente em 1867, no próprio ano da publicação deste livro, dá cabo dos primeiros capítulos deste livro, com base no que tinha escrito na *Contribuição*, de 1859. É de se notar, pelas informações de Dussel, que Marx começa o livro I justamente pelo capítulo onde a mais-valia aparece, dando a impressão de que não existiam muitas dúvidas para ele sobre o que deveria anteceder o

---

<sup>38</sup>Mandel (1967, p. 87) tem a mesma opinião. Para ele, a teoria marxista da mais-valia foi “a contribuição principal que Marx fez ao desenvolvimento da ciência econômica”.

capítulo da mais-valia. Dussel ainda informa que Marx deve ter trabalhado no livro I até junho de 1864, quando então, no verão deste ano, começa o livro III, pela seção 2: “Transformação do lucro em lucro médio”. Ou seja, se novas revelações da MEGA 2<sup>39</sup> não desmentirem Dussel, Marx teria interrompido o livro I para resolver questões relativas à dissimulação da origem da mais-valia. Mais tarde, na primeira metade de 1865, interrompe o livro III para começar o II, indo até meados daquele ano, para, então, voltar ao livro III.

Destaque-se a especificidade do livro III. Diferentemente dos livros I e II, voltados para a análise do capital em geral, em que o primeiro aborda a produção, e o segundo, a circulação, o livro III se dedica a analisar a realidade capitalista em seu conjunto. Se no livro I, Marx se dispõe a analisar o capital em sua relação com a força de trabalho, com foco nas relações estabelecidas no processo de produção, saltando no livro II para a análise da circulação e da reprodução do capital social, no livro III Marx irá reunir os elementos extraídos da essência para tentar revelar como eles se manifestam na aparência. Nos dois primeiros livros, escritos em elevado nível de abstração, Marx descobre novas determinações categoriais que, por um processo de concretização, precisariam ser articuladas ao todo em níveis cada vez menores de abstração, missão do livro III. Simplificações que foram feitas precisavam ser abandonadas, assim como circunstâncias desconsideradas teriam que ser incorporadas nesta análise do conjunto do modo de produção capitalista, em que os capitais, agora individualizados, sofrem os efeitos da concorrência. O próprio Marx (1991, p. 29-30) descreve no início deste livro tanto o que fez nos dois primeiros como o que fará a partir dali:

No livro primeiro investigamos os fenômenos do *processo de produção capitalista* considerado apenas como processo imediato de produção, quando abstraímos de todos os efeitos induzidos por circunstâncias a ele estranhas. Mas o processo imediato de produção não abrange a vida toda do capital. Completa-o o *processo de circulação*, que constitui o objeto de estudo do livro segundo. Aí – sobretudo na parte terceira, onde estudamos o processo de circulação como o agente mediador do processo social de reprodução – evidenciou-se que o processo de produção capitalista, observado na totalidade, é unidade constituída por processo de produção e processo de circulação. O que nos cabe neste livro terceiro não é desenvolver considerações gerais sobre essa unidade, mas descobrir e descrever as formas concretas oriundas do *processo de movimento do capital*, considerando-se esse processo como um todo. [...] Assim, as configurações do capital desenvolvidas neste livro abeiram-se gradualmente da forma em que aparecem na superfície da sociedade, na interação dos diversos capitais, na concorrência e ainda na consciência normal dos próprios agentes da produção.

---

<sup>39</sup> Sobre a *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA 2), ver Musto (2011c) – especialmente o apêndice II - e De Deus (2010b).

Ao totalizar os elementos já pesquisados nos dois livros anteriores, o que Marx busca é compreender o movimento global dos capitais de forma a superar os efeitos do fetichismo já inicialmente abordado no livro I, mas agora recuperados num plano mais ampliado, capaz de alcançar e incorporar categorias como capital mercantil, capital portador de juros, capital fictício, entre outras. E, de fato, *O Capital* - como *locus* da exposição dos resultados de sua pesquisa – apresenta logo no início do livro III, uma análise minuciosa dos elementos que dissimulam a origem da mais-valia, tais como o preço de custo, o salário, o capital fixo, a divergência entre mais-valia gerada e lucro apropriado pela empresa, entre outros.

Neste livro, Marx sente-se pronto, por exemplo, para tratar das formas fenomênicas da mais-valia, a saber, o modo como ela se reparte na sociedade através do lucro, juros e renda da terra. Tendo construído um sistema teórico assentado em categorias econômicas duais, vai a todo instante retomar pares dialéticos como aparência e essência, produção e circulação, preço e valor, mais-valia e lucro, lei de tendência da queda da taxa de lucro e contratendências etc, concluindo o livro, em suas partes sexta e sétima, com a análise da renda fundiária e da fórmula trinitária,<sup>40</sup> respectivamente. Cumpria-se, assim, pelas mãos de Engels,<sup>41</sup> o itinerário metodológico sugerido na *Introdução de 1857*: “nada parece mais natural, por exemplo, do que começar pela renda da terra, pela propriedade fundiária, dado que está ligada à terra, fonte de toda a produção e de todo modo de ser [...] Ora, nada seria mais errado.” (Marx, 1986b, p. 18). Apesar dos problemas de forma enfrentados por Engels para editar este livro, conforme ele esclarece no prefácio, a tarefa resulta razoavelmente bem sucedida, na medida em que as suas duas partes finais representam enfrentamentos em grau máximo do processo mistificador que acometeu tanto os fisiocratas quanto a economia clássica.

Porém, há de se considerar que, para que eles fossem apresentados dessa forma, a trama que se desenrolou nos *Grundrisse* e em obras anteriores foi fundamental. Esta trama pode, se minuciosamente investigada, apontar como Marx rasgou o véu que impedia a percepção das conexões entre a aparência e a essência dos conceitos. Se é verdade que Marx gastou muito tempo para descobrir uma forma de expor corretamente os efeitos da

<sup>40</sup> Apesar da “fórmula trinitária” ser assunto do capítulo 48, as questões principais nele tratadas se estendem até o último capítulo, o 52, que trata das classes sociais, tudo dentro da parte sétima, em que os capítulos estão ligados pelo tema maior, que compõe o título: “As Rendas e Suas Fontes”.

<sup>41</sup> Interessante a observação de Kosik (2002, p. 177-178): “Não é nossa intenção indagar até que ponto a edição, por Engels, do terceiro volume de “O Capital” corresponde em todos os detalhes às intenções de Marx, e se efetivamente Marx considerara concluída a sua obra com o capítulo sobre as classes. As conjeturas e as ilações de tal gênero são tanto mais inúteis quando não concebemos a conexão entre o início e a conclusão de “O Capital” como simples elo entre a primeira e a última frase, entre o capítulo inicial e o conclusivo, mas como estrutura imanente ou como princípio da estrutura da obra.”

dissimulação da mais-valia no mundo real, e ainda assim teria deixado a sua obra não concluída, também não seria incorreto dizer que Marx gastou um tempo ainda maior para desvendar para si próprio as origens e os mecanismos internos e essenciais daquela dissimulação. Nesse sentido, o que se sugere é um retorno ao Marx investigador, ao Marx que ainda não dispunha de uma estrutura teórico-metodológica consistente que lhe permitisse fazer a crítica da economia política. Esse retorno pode ser frutífero na medida em que explicita os elementos que funcionavam como entraves para o desenvolvimento de sua teoria, bem como os que lhe permitiram superá-los para avançar na construção de um edifício teórico próprio.

Admitir o lugar de destaque da teoria da mais-valia no conjunto da obra de Marx não quer necessariamente dizer que ela possa ser tomada em separado, ou que ela possa ser desvinculada de outras determinações teóricas de Marx, igualmente fundamentais para manter de pé o seu edifício teórico. Até porque a mais-valia, a partir do momento em que foi descoberta, estará presente, assim como o valor, ao longo da obra de Marx, mesmo que em níveis diferentes de abstração. O que se argumenta aqui é que, a despeito da originalidade no tratamento de categorias já tratadas antes pelos economistas clássicos, talvez nenhuma outra categoria seja tão emblemática do método de Marx quanto a mais-valia. Talvez nenhuma outra trajetória de construção de categoria em Marx seja tão paradigmática na tarefa de mostrar a inconsistência da tese que aponta a cisão entre o jovem e o velho Marx. Se se admite que a mais-valia não estava desde o princípio, e que não faz sentido querer encontrá-la escondida ou camuflada nas obras do Marx jovem, por outro lado tem-se por razoável admitir que sua gênese não pode ser compreendida em sua plenitude sem lançar mão de uma investigação mais atenta das obras de Marx entre 1843 e 1857.

Nesse sentido, reveste-se de significado especial a afirmação de Rosdolsky (2001, p. 20), que diz que “em torno de 1848 estavam traçadas as linhas fundamentais da teoria da mais-valia”.<sup>42</sup> O que restava era a tarefa de desenvolver a teoria em detalhes, que é o que foi feito nos *Grundrisse*. Essa afirmação marca uma espécie de linha divisória na formação do conceito. Sugere a importância dos anos pré-1848 na futura descoberta, informando que, se Marx chega à mais-valia nos *Grundrisse*, o faz porque pôde acumular conhecimentos, extrair

---

<sup>42</sup> Mandel (1968, p. 56) tem opinião semelhante: “É em *Trabalho Assalariado e Capital* [de 1847] que Marx pressentiu pela primeira vez o essencial de sua teoria da mais-valia, sem utilizar esse termo e sem exprimir-se de maneira precisa.” O caráter da mais-valia como uma mera intuição naquela obra é ressaltado com a afirmação mais incisiva que faz mais à frente: “nem a *Miséria da Filosofia*, nem o *Manifesto Comunista*, nem *Trabalho Assalariado e Capital*, contem ainda a noção de mais-valia.” (Ibidem, p. 84).

pistas e desfazer-se do que lhe era inútil. Por outro lado, como se sabe que só nos *Grundrisse* o conceito da mais-valia aparece plenamente pela primeira vez, a afirmação de Rosdolsky parece indicar que, se em 1848 Marx já tinha todas as peças componentes do conceito de mais-valia, o intervalo entre 1850 e 1857 - que compreende o período da chegada de Marx em Londres (27 de agosto de 1849) até o início de elaboração dos *Grundrisse* - marcaria uma etapa de aquisições metodológicas para a futura exposição dos resultados de sua pesquisa. Desta forma, do ponto de vista da formação e exposição do conceito de mais-valia, pode-se inicialmente inferir quatro momentos: um primeiro, uma espécie de período pré-diluviano (entre 1842 e 1849) em que elementos foram reunidos; um segundo (entre 1850 e 1856), de sobressaltos, interrupções e recomeço dos seus estudos, em que Marx, enfrentando um dos períodos mais conturbados de sua vida em seus aspectos familiares, financeiros e de saúde, empreende suas pesquisas paralelamente às atividades políticas e jornalísticas, estas últimas para efeito de sobrevivência;<sup>43</sup> um terceiro, o “dilúvio”, conforme Marx classifica a iminente crise entre os anos de 1857 e 1858, quando escreveu os *Grundrisse*, e, por fim, um quarto, o ano de 1867, quando Marx, entendendo ter já todos os elementos necessários, expõe os resultados de sua pesquisa em *O Capital*.

Este capítulo pretende então, antes de demonstrar a trajetória de Marx anterior à descoberta da mais-valia, indicar os elementos que caracterizam e definem a mais-valia como categoria num estágio mais avançado da teoria marxiana, que é como ele se encontra em *O Capital*.<sup>44</sup> Como ressalta De Paula (2008, p. 170), se nos *Grundrisse* Marx “realiza” a crítica, em *O Capital* ele a “expõe”. Esse procedimento metodológico permitirá esclarecer mais adiante os motivos pelos quais os *Grundrisse* são considerados como uma espécie de clímax, o momento central de definição da mais-valia como categoria, um marco divisor, momento em que Marx trata a mais-valia de uma forma que, não sendo precária, também não seria ainda a forma mais elaborada que a categoria apresentaria em obras posteriores.

É nos *Grundrisse* que a mais-valia se apresenta teoricamente ao mundo, pois ali já se vislumbra sua essência e os requisitos mínimos necessários para se apresentar como categoria,

<sup>43</sup> Ver Krätke (2007 e 2008a). No capítulo 3 estes textos serão retomados.

<sup>44</sup> Considerou-se aqui *O Capital* como o fim da jornada da mais-valia, como o momento de maturidade de uma categoria que, se teve todo um período anterior sobre o qual repousou a reconstituição da sua genealogia, encontra naquela obra o momento de sua afirmação, de finalmente poder se apresentar ao mundo, através de um método cujo autor pensava já ser o adequado. Com as reservas da metáfora defeituosa, é como um indivíduo já formado, em estágio adulto, que finalmente pode contar a sua história. Se a infância e a adolescência ficam sujeitas a muitas mutações e não precisam exatamente como o indivíduo será quando adulto, a senilidade, por outro lado, não voltará atrás para desmentir o adulto que ele foi. Sobre o Marx após *O Capital*, interessante artigo é o de Krätke (2005), além do livro de Dussel já citado.

mesmo quando se considera o “falso ponto de partida”, ou seja, o fato de os *Grundrisse* não se iniciarem pela análise da mercadoria, como sinaliza De Paula (2007, p. 315) em referência a Martin Nicolaus. Talvez seja justamente este o seu mérito, a saber, o de não conter a mercadoria como ponto de partida, o que pode ser mais uma evidência no sentido de mostrar um momento da obra teórica de Marx em que ele reúne de uma só vez tanto o que o retardou na descoberta da mais-valia como o que lhe permitiu avançar, numa demonstração de estar cada vez mais consciente dos recursos que a dialética podia lhe proporcionar. Por isso, soa bastante significativo o fato de somente após ter desvendado o enigma da criação de valor e ter discorrido sobre elementos da concorrência capitalista, Marx apontar, ao final dos *Grundrisse*, na última seção, e de forma autoconfiante, a mercadoria como ponto de partida. Parafrazeando certa epístola paulina, estava ali o Marx que tinha combatido o bom combate, acabado uma carreira e retido o essencial. Por isso, anuncia: “Retomar esta seção”. (Marx, 2011a, p. 756)

Portanto, para efeito do que se objetiva na próxima seção, tomar-se-á a categoria da mais-valia tal qual ela aparece em *O Capital* por considerar que ali ela se apresenta de forma acabada. Proceder dessa maneira significa lançar mão de uma obra reconhecidamente escrita sob o crivo do rigor do método de Marx, conforme atestado por ele, fugindo, assim, dos riscos de se deter na forma como a mais-valia aparece em obras escritas apenas para auto-esclarecimento e, portanto, passíveis de imprecisões.<sup>45</sup>

Com base na afirmação de Rosdolsky, para quem, em 1848, as determinações fundamentais da categoria da mais-valia já eram conhecidas por Marx, pode-se deduzir, então, que a partir dali caberia a ele apenas movimentar as peças já encontradas, impor as articulações dialéticas necessárias entre elas, através de um método que estava se descortinando para ele ali mesmo, nos *Grundrisse*. Por isso, esta obra e *O Capital* se constituem como dois momentos emblemáticos do processo de descoberta da mais-valia. Se é possível fazer uma analogia, a que se segue é familiar às metáforas teológicas rotineiramente

---

<sup>45</sup>Na mesma direção, e se apropriando de metáfora usada por Marx na *Introdução de 1857*, Kosik (2002, p. 166) defende esse procedimento: “Se é certo – como geralmente se repete – que a anatomia, do homem constitui a chave para a anatomia do macaco e que a compreensão da obra do jovem Marx deve resultar da compreensão da obra do Marx maduro e do marxismo revolucionário que se vinha desenvolvendo, era de esperar-se que todos os defensores de tal princípio o tivessem também respeitado e nos tivessem dado uma interpretação dos “Manuscritos” baseada na análise de “O Capital”. Na realidade os “Manuscritos” são interpretados isoladamente, afastados do completo desenvolvimento de Marx (o que é também uma das causas por que dezenas de artigos sobre “o jovem Marx” são tão estereotipados, enfadonhos e superficiais); e o modo pelo qual a sua problemática é abordada pressupõe uma confusa representação da dinâmica do desenvolvimento intelectual de Marx.”

usadas por Marx, como assinala Dussel.<sup>46</sup> Pode-se, pois, dizer que a trajetória de construção da pedra angular da doutrina econômica de Marx, sua teoria da mais-valia, se assemelhou ao processo de construção do grande templo judeu, cujo material fora durante anos ajuntado criteriosamente pelo rei Davi, para, então, apenas nos anos seguintes, ser construído pelo seu filho, o rei Salomão, dentro de um projeto em que cada passo e cada peça teriam que ser pensados e encaixados meticulosamente.

A analogia pode prosseguir. Davi não pôde construir o templo por ser considerado homem de guerra, homem que derramou sangue. O reino de Salomão seria pacífico e harmonioso, momento de colocar em ordem o material previamente ajuntado, quando não se ouviria o som de martelo, pois tudo fora concebido para um perfeito encaixe. *O Capital* é o templo erguido, “o todo artístico”,<sup>47</sup> resultado de anos de conquistas. Diferentemente, pois dos *Grundrisse*, momento do homem que derrama sangue, do homem que o escreve à beira da estufa física, momento tumultuado, de muitas idas e vindas, repetições, abandonos, avanços, recuos, cujo objetivo era a apropriação pouco a pouco do seu objeto, em *O Capital* as categorias aparecem meticulosamente seguindo uma determinada ordem metodológica. Daí ter Marx observado, no posfácio à segunda edição alemã de *O Capital*, que os resultados de sua pesquisa poderiam aparecer como uma “construção *a priori*”.

Como já dito em parágrafo anterior, a trajetória intelectual de Marx em torno da mais-valia pode ser dividida em quatro etapas. As três primeiras serão objeto de análise dos próximos capítulos. Cabe agora verificar como a mais-valia é exposta por Marx em *O Capital*. Embora ainda não se discorra aqui sobre o período anterior a *O Capital*, urge ressaltar que este salto não significa que as três primeiras etapas não tenham sido decisivas para a descoberta e formação do conceito de mais-valia de *O Capital*. O que se ressalta é que o foco sobre o conceito como ali ele aparece é legitimado pelo próprio fato de estar ele presente em uma obra madura de Marx, onde este já se sentia pronto e com domínio teórico-metodológico necessário para fazer a exposição. Ademais, a legitimidade deste procedimento pode ser recolhida das próprias palavras de Marx quando, discorrendo sobre as diferenças entre método de investigação e método de exposição, afirma que, se a teoria consegue espelhar idealmente a realidade, ela o faz não como uma “construção *a priori*”, mas como resultado de um processo de investigação que o antecedeu. Neste sentido, tomar a mais-valia

---

<sup>46</sup>Ver livro de Enrique Dussel, *Las metáforas teológicas de Marx*, 1993.

<sup>47</sup>Carta a Engels, de 31 de julho de 1865: “... o mérito dos meus escritos é que constituem um todo artístico e isto se pode lograr com o meu método de não publicá-los enquanto não os tenha terminado” (CW, 42, p. 173).

diretamente de *O Capital*, e a partir daí, olhar para trás, não significa anacronismo, como pode parecer. Significa apenas manter-se na mesma trilha de Marx, visualizar o mesmo ponto de chegada dele, não construindo nem mais nem menos do que ele próprio construiu.<sup>48</sup>

### 1.5 - A descoberta do lugar da mais-valia

Quando se diz que talvez nenhuma outra categoria seja tão emblemática do método de Marx quanto a mais-valia, está-se a ressaltar não somente a sua importância para o conjunto da estrutura teórica de Marx, mas também o grau de dificuldade que cercou sua descoberta. Conforme ensinou Marx, a abstração parte não do real concreto, mas da representação plena da realidade, do conhecimento genérico que temos dela, e chega à determinação abstrata. A partir daí, inicia-se o caminho de volta, em que, da determinação abstrata, e por meio das mediações, as partes abstraídas vão sendo incorporadas na totalidade, num processo dinâmico de concretização, até chegar não na própria realidade, mas na totalidade concreta.<sup>49</sup> Nesse sentido, a mais-valia, talvez mais do que outras categorias teóricas de Marx, encontra dificuldades para se moldar a qualquer sistematização metodológica. Como indica Dussel (2004, p. 160), Marx “quis ir do simples ao complexo, do abstrato ao concreto. Mas a questão da mais-valia exige, ao mesmo tempo, jogar com categorias ou questões simples e complexas, enfim com o nível profundo da produção e com a superficialidade da circulação”. Por isso, a mais-valia reflete tão bem o quão arguto e resiliente é o método de Marx.

Com efeito, Marx termina os *Grundrisse* em 1858 com um problema crucial para a exposição, a questão do ponto de partida, bem encaminhado. Sente-se pronto para expor sua teoria já no ano seguinte na *Contribuição*, mas termina por escrever apenas os capítulos referentes à mercadoria e ao dinheiro. Certamente, sentindo-se carente de mais algumas determinações teóricas para iniciar sua exposição sobre a transformação do dinheiro em capital, Marx começa a escrever um conjunto de manuscritos entre os anos de 1861 e 1863 justamente a partir deste tópico, que continuava requerendo sua atenção. Nestes manuscritos

<sup>48</sup>De certa forma, é o que Lukács sugere ante o método de Marx. No primeiro prefácio de *História e Consciência de Classes* (2003, p. 53), ele diz que sua obra pretendia “compreender corretamente a essência do método de Marx e de aplicá-lo corretamente, sem nunca “corrigi-lo”, em qualquer sentido que seja.”

<sup>49</sup>“A totalidade concreta, como totalidade de pensamentos, como um concreto de pensamentos, é de fato um produto do pensar, do conceber; não é de modo nenhum o produto do conceito que pensa separado e acima da intuição e da representação, e que se engendra a si mesmo, mas da elaboração da intuição e da representação em conceitos.” (Marx, 1986b, p. 15)

consta uma primeira parte, a análise do processo de produção do capital, escrita entre agosto de 1861 e março de 1862, além da maior parte das *Teorias da Mais-Valia*, que, juntamente com outros temas, são escritos por Marx até julho de 1863, num total de 23 cadernos.<sup>50</sup> O que se quer ressaltar, a despeito de os referidos manuscritos não serem aqui objeto de análise, é que Marx ainda não tinha feito uma abordagem sistemática do tema que introduz a mais-valia, qual seja, a transformação do dinheiro em capital. Ele, que já tinha avançado na análise das transições dialéticas da mercadoria para o valor, e deste para dinheiro, precisava dar seqüência com a demonstração da transição do dinheiro para o capital, para o quê a mais-valia seria essencial. Isto implicava em novas determinações para o valor. Se no início o valor era um atributo das mercadorias, era preciso mostrar como esse valor se substantiva, tornando-se sujeito de um processo em que ele, o valor, adquire a capacidade de se auto-valorizar.

Mesmo tendo escrito outra versão do Livro I entre os anos de 1864 e 1865, que se perdeu, restando apenas o capítulo VI inédito, Marx dá a entender no prefácio da primeira edição que o que apresentava nos primeiros capítulos<sup>51</sup> de *O Capital* era apenas uma reelaboração do que constara na *Contribuição*, não apresentando outros motivos, além da enfermidade, para correções das aquisições metodológicas já feitas:

A obra, cujo volume I entrego ao público, constitui a continuação de meu texto publicado em 1859 [...] A longa pausa entre começo e continuação deve-se a uma enfermidade de muitos anos, que reiteradamente interrompeu o meu trabalho. O conteúdo daquele texto anterior está resumido no capítulo I deste volume. (Marx, 1996a, p. 129).

Somente na 2ª edição Marx revisaria o formato do capítulo I, para dividi-lo em três capítulos, incorporados na seção I do Livro. No posfácio da 2ª edição, datado de 24 de janeiro de 1873, ele informa que tais modificações foram feitas por questões didáticas, por sugestão do seu amigo Kugelmann. Sobre a relevância das modificações, diz Marx: “Seria inútil entrar detalhadamente nas modificações, muitas vezes apenas estilísticas, de trechos do texto.” (Ibidem, p. 133).

---

<sup>50</sup> Sobre isso, pode-se consultar De Deus (2010a, p. 12-13) e Dussel (2008, p. 13). Esta questão reaparecerá na última seção do capítulo 4.

<sup>51</sup> Em carta escrita a Kugelmann em 13 de outubro de 1866 Marx já falava dos seus planos: “Pensei ser necessário começar *ab ovo*, ou seja, fazer em um capítulo, sobre as mercadorias e a moeda, um resumo do livro publicado por Dunker [Contribuição à Crítica da Economia Política].”

Na seção I do livro I, Marx expõe a circulação simples, que é a aparência imediata do sistema. Dando margem a uma polêmica que se arrastou por décadas,<sup>52</sup> o capítulo quatro marcava um passo decisivo em direção à explicação de um tema tão caro para Marx, e tão ignorado pelos clássicos: a origem do lucro. Ao contrário das outras seções ou partes do livro I, que são compostos por vários capítulos, a seção II, que contém apenas o capítulo quatro, dada a importância e centralidade da matéria, desenvolve e apresenta a categoria da mais-valia, numa espécie de antítese da primeira.

Se a primeira seção aborda a circulação simples, em que todos os indivíduos são proprietários de mercadorias e livres para comprar e vender num mundo onde impera a igualdade de condições e a equivalência nas trocas, a segunda seção introduziria a ótica da perda da propriedade por alguns, da desigualdade e da não-equivalência, sem, entretanto, cancelar, suprimir ou desfazer-se da dimensão equivalencial prevalecente na esfera da circulação. A segunda seção não é uma rejeição pura da primeira.<sup>53</sup> Apenas com ela se confronta para suprassumi-la, de forma que a aparência, como manifestação da realidade, seja incorporada no todo. Para vencer a dissimulação e construir uma teoria que reproduzisse idealmente a realidade, era necessário, pois, abandonar a esfera da circulação, descer ao mundo subterrâneo da produção, e voltar os olhos à circulação como superfície do sistema, mas agora imune às ilusões que essa esfera apresenta à primeira vista. Se na primeira seção reinam a igualdade e a liberdade, a partir da segunda Marx iria buscar desvelar a essência, para mostrar como esses atributos se transformam nos seus opostos. Marx estava pavimentando o caminho de uma teoria que apresentasse aqueles dois polos, aparência e essência, não como indicativas de mundos diferentes, mas como dimensões diferentes de uma mesma totalidade. Foi este o roteiro apresentado por Marx a partir da exposição que ele faz no Livro I de *O Capital*, com o subtítulo “O Processo de produção do Capital”.<sup>54</sup> Em síntese, da aparência – a circulação de mercadorias, Marx dirige-se à essência - a produção de mercadorias, para desmistificar o capitalismo como reino de liberdade e igualdade. Repita-se

---

<sup>52</sup> Muitos autores viriam a discutir se os capítulos que antecedem o que trata da mais-valia estavam já a analisar o capitalismo ou um outro tipo de sociedade mercantil. Interpretação interessante é a de Fausto (1997, p. 26-27), que aponta uma antinomia no fato de que, ali, na Seção I, Marx estaria tratando do capitalismo (tese) e do não capitalismo (antítese), e que, portanto, a resolução precisa acontecer dialeticamente, pela redução da tese e da antítese a “momentos”, ou seja, a aparência, como um dos momentos, é parte integrante do sistema capitalista, cuja essência tende a ser mistificada.

<sup>53</sup> Deve-se notar que a seção II continua abordando um aspecto fundamental da aparência que é a compra e venda da força de trabalho.

<sup>54</sup> Mesmo que se leve em conta que os livros II e III não tiveram o seu conteúdo e formato definidos por Marx, e sim por Engels, que assumiu essa tarefa após a morte do amigo, é possível atestar a legitimidade do seu trabalho através do rigor dialético também presente naqueles livros, nos moldes do livro I. Engels, que teve acesso às notas e manuscritos de Marx, registra permanentemente em prefácios e em outros textos a conexão de suas decisões com as pistas deixadas naqueles documentos. Obviamente, isto foge ao escopo desta tese.

que Marx não abandona a aparência. Ele busca submeter a aparência ao crivo do método dialético, que no final revela o seu contrário. Se Marx se limitasse à análise fragmentada e descontínua das trocas, perspectiva que não permite totalizar os capitais individuais e, assim, perceber o movimento do capital como um ciclo ininterrupto, ele teria se mantido prisioneiro da aparência, incapaz de romper o véu, como foi o caso dos economistas clássicos.

Era necessário perseguir o que era específico da sociedade capitalista. Aos que explicavam o lucro a partir de um embuste nas trocas, Marx insiste em chamar a atenção para o fato de que “a formação de mais-valia e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser, portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do seu valor, nem pelos compradores as comprarem abaixo do seu valor.” (Ibidem, p. 280). Explicar a mais-valia partindo do pressuposto que os bens deveriam ser intercambiados pelos seus valores, eis um procedimento original. Era preciso descartar as explicações frágeis que eram dadas ao mistério, assim como era também necessário desconsiderar fatores e variáveis que pudessem distorcer o resultado, como as oscilações no mercado dadas pela oferta e demanda.

Marx aparentemente faz todas as advertências possíveis, no sentido de mostrar que não escolheria um caminho fácil. Ele chama os seus oponentes ao duelo, aceita o debate já estabelecido e em curso, joga inicialmente no campo do adversário e conforme as regras deles, para, em um momento seguinte, subvertê-las pela crítica implacável. Ele está ali se desvencilhando de tudo que poderia assemelhá-lo aos seus antecessores e, em tom desafiador propõe que

A transformação do dinheiro em capital tem de ser desenvolvida com base nas leis imanentes ao intercâmbio de mercadorias de modo que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida. Nosso possuidor de dinheiro, por enquanto ainda presente apenas como capitalista larvar, tem de comprar as mercadorias por seu valor, vendê-las por seu valor e, mesmo assim, extrair no final do processo mais valor do que lançou nele. Sua metamorfose em borboleta tem de ocorrer na esfera da circulação e não tem de ocorrer na esfera da circulação. (Ibidem, p. 284)

A primeira frase do capítulo é bem representativa do seu método. Em Marx, o todo não se explica pela mera agregação das partes isoladas, por isso a segunda seção, como contraface da anterior - em que pese aparentar ser o início de outra matéria - começa pelo tema geral da primeira seção: “a circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital”. Como já se disse, pelo seu método as partes vão sendo articuladas no todo.

Na primeira seção, Marx, que partiu da mercadoria, mostrou pela análise das formas do valor, como a produção e circulação de mercadorias dão origem ao dinheiro. Na segunda

seção, em sua primeira parte, ele retoma a circulação simples de mercadorias. Nesta, o dinheiro aparece apenas como dinheiro, facilitador das trocas, categoria que surgiu como resultado de um desenvolvimento histórico e que resolveu a contradição que existia já na mercadoria entre valor e valor de uso. O circuito é representado por  $M - D - M$ , em que o possuidor da mercadoria a vende, obtém dinheiro, e, em seguida, compra outra mercadoria, tendo em vista a satisfação de sua necessidade. A mercadoria final representa para ele um valor de uso. Na circulação do dinheiro como capital,  $D - M - D'$ , o possuidor de dinheiro compra mercadoria para poder vender e obter um valor maior ao final do circuito. Portanto,  $D'$  é maior do que  $D$ . Dessa forma, o valor que foi desembolsado como dinheiro não somente se conserva, como também aparece acrescido ao final. O dono do dinheiro, neste caso, compra uma mercadoria não por conta do seu valor de uso, mas por conta do seu propósito de aumentar o montante inicial. O dinheiro que aparece neste circuito deixa de ser apenas dinheiro e se transforma em capital. Daí o título desta seção: “a fórmula geral do capital”, representada por  $D - M - D'$ .

Na seção seguinte, Marx (Ibidem, p. 275) pretende falar das contradições da fórmula geral do capital, e diz que “a forma de circulação, pela qual o dinheiro se revela como capital contradiz todas as leis anteriormente desenvolvidas sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da própria circulação.” Antes o intercâmbio acontecia com base na equivalência das mercadorias trocadas. Logo,  $M$  deveria ser igual a  $D'$ , e, portanto,  $D$  também deveria se igualar a  $D'$ , o que não acontece, constituindo-se numa contradição. A pergunta sobre o que deve ter acontecido vem à cabeça do leitor atento? Se houve violação nos termos da troca, teria surgido alguém, ou um grupo de pessoas, capaz de sempre vender suas mercadorias sempre acima do seu valor?

Como quem reverencia o leitor que o está acompanhando, Marx gasta páginas e páginas para mostrar primeiramente o caminho a não ser seguido. São tão pertinentes as ponderações dele, que o leitor, sendo obrigado a concordar, tende a rir das trapalhadas e quiproquós dos economistas vulgares. Marx mostra que os exímios vendedores que vendem acima do valor, em algum momento se transformarão em compradores, que comprarão acima do valor, neutralizando os ganhos obtidos quando eram vendedores, e assim, do ponto de vista global, a mais-valia não poderia ser explicada pelo fato do vendedor vender suas mercadorias por mais do que valem ou pelo comprador comprar por um valor menor. “Pode-se virar e revirar como se queira, o resultado permanece o mesmo. Se equivalentes são permutados, daí

não surge mais-valia, e se não-equivalentes são permutados, daí também não surge mais-valia. A circulação ou o intercâmbio de mercadorias não produz valor.” (Ibidem, p. 282).

Nesse momento, a lógica formal, que foi totalmente incorporada por Marx, compareceria afirmando em bom tom que, se realmente existe essa tal de “mais-valia”, teria que existir então fora da circulação. Marx aceita a provocação. Como já foi dito, é do seu *modus operandi* – ou, do seu método dialético – aceitar desafios e travar duelos, para ao final fazer prevalecer o seu ponto de vista. Marx, então, concorda: “Mostrou-se que a mais-valia não pode originar-se da circulação, que, portanto, em sua formação deve ocorrer algo por trás de suas costas e que nela mesma é invisível.” Mas, em seguida, emenda uma pergunta: “Mas pode a mais-valia originar-se de outro lugar que não da circulação?” (Ibidem, p. 283). Marx responde argumentando que se um produtor compra matérias-primas, e, através do seu trabalho, cria uma mercadoria de valor maior, esse valor não representa uma valorização do valor inicial, mas um novo valor derivado do trabalho do possuidor da mercadoria. Portanto, o dinheiro inicial que foi investido só se valorizará na medida em que o possuidor se voltar para a circulação. A lógica formal é, dessa forma, incorporada, pela lógica dialética e, resolutamente, proclama Marx (Ibidem, p. 284): “Capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação. Deve, ao mesmo tempo, originar-se e não se originar dela.” Para o dinheiro se valorizar ou, que é a mesma coisa, para o dinheiro se transformar em capital segundo a fórmula geral, tem ele de atender a lei da troca de equivalentes, e mesmo assim obter um incremento no valor inicial.

Marx revela todo o impasse. Aquele incremento não tem como acontecer na fase inicial do circuito,  $D - M$ , pois representa uma troca de equivalentes. Também não pode acontecer na fase seguinte,  $M - D'$ , que também representa uma troca de equivalentes. O que é visível, o que está na superfície, não explica o valor adicionado. Começa a terceira seção do capítulo. É aí que Marx submerge, para encontrar na primeira fase, que é a fase em que o possuidor de dinheiro compra a mercadoria, ou as mercadorias, o momento “mágico”. Referindo-se à primeira fase, quando o possuidor de dinheiro compra mercadorias, Marx diz que a “mágica”, o incremento de valor, só pode ocorrer com a mercadoria comprada: “A modificação precisa ocorrer, portanto, com a mercadoria comprada no primeiro ato  $D - M$ , mas não com o seu valor, pois são trocados equivalentes, a mercadoria é paga por seu valor. A modificação só pode originar-se, portanto, do seu valor de uso enquanto tal, isto é, do seu consumo.” (Ibidem, p. 285).

O impasse encontra solução, pois, apenas pelo recurso a um elemento de ordem histórica, através do qual pode se explicar tanto o aspecto de equivalência da troca (circulação), quanto o de não equivalência (produção). O leitor que se decidiu a acompanhá-lo é convidado a abandonar a esfera da circulação e imergir nas profundezas da produção para enfrentar o desafio de encontrar a única explicação possível: circunstâncias históricas gestaram uma nova classe social, os trabalhadores assalariados, livres por desprovidos dos meios de produção, mas possuidores de uma nova mercadoria, capaz de criar valor, a força-de-trabalho. Assim como a tradição religiosa apregoa que as trevas sobre a face do abismo foram dissipadas com uma ordem de “haja luz”, o materialismo de Marx, de forma original, iluminava teoricamente o sombrio processo de exploração que acontecia nos locais de consumo da mercadoria força-de-trabalho, como fábricas, minas e tantos outros espaços constituintes do capitalismo.

O trabalhador possui essa mercadoria, sua força-de-trabalho que, ao ser vendida para o capitalista, será posta em execução, produzindo um valor maior do que o valor pago para sua obtenção (o salário). Durante a jornada de trabalho, que é resultado de um contrato, de um livre acordo entre empregado e patrão, o trabalhador consegue produzir um valor que excede o valor de sua força-de-trabalho. Esse valor excedente é a mais-valia. Assim, quando o possuidor de dinheiro, o capitalista, compra essa mercadoria força-de-trabalho, respeita-se a equivalência, pois paga o valor dela, consubstanciado no valor dos bens mínimos necessários para a subsistência do trabalho e para a sua reprodução. Ao mesmo tempo, transgredir a lei da equivalência das trocas, pois a força-de-trabalho será usada numa proporção tal que produza um valor maior do que o seu próprio, e assim o capitalista terá pago apenas o valor da força-de-trabalho e obtido o valor total do trabalho executado. Se foi possível em algumas formações sociais anteriores o trabalhador se apropriar de todo o fruto do seu trabalho, pois ele era possuidor dos meios de produção, na sociedade capitalista, o trabalhador, que foi dissociado deles e que só possui como mercadoria a sua força-de-trabalho, se apossará apenas de parte do que ele mesmo produziu.

Reforçado pelas análises contidas nos capítulos 21 e 22 do livro I, Marx está a oferecer uma explicação que talvez seja a mais decisiva para entender o seu mecanismo de elaboração teórica, que é quando diz que tem que explicar a mais-valia a partir de uma dupla contradição: a primeira, o fato de que ela tem que surgir fora e dentro da produção; a segunda, ter que explicá-la tendo que ao mesmo tempo aceitar a troca de equivalentes e a transgressão. A categoria da mais-valia veio à luz não somente como um resultado de uma aplicação lógica e

direta da economia dos clássicos, que munuiu Marx, como ele sempre reconheceu, de ferramentas, como a teoria dos salários e a teoria do valor-trabalho, que ele não possuía antes do encontro com a economia política. Veio à luz por um processo que, se significou inicialmente uma adesão à teoria do valor por eles legada, veio a se caracterizar por um permanente confronto, cujo resultado foi a suprassunção daqueles.<sup>55</sup> Para que essa suprassunção fosse possível, Marx não somente rejeitou muitos dos ensinamentos dos clássicos, como também incorporou outros tantos, submetendo-os à análise por um método filosófico estranho àquele universo. A evolução nos seus conhecimentos de economia foi acompanhada, em via paralela, por revisões da sua perspectiva filosófica.

Recorra-se agora a uma pequena retrospectiva, que será retomada no capítulo seguinte. A categoria da mais-valia, que veio a ser em *O Capital* um conceito de dupla dimensão, econômica e filosófica,<sup>56</sup> estava até 1848 assentada, do ponto de vista da originalidade dos estudos de Marx, basicamente no grande aporte filosófico de Marx.<sup>57</sup> Vale dizer que em suas primeiras obras, *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843, e *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, a relação de Marx com a economia política era marcada por profunda animosidade. (Coutinho, 1997, p. 16). Estava ele ali a criticar ética e moralmente a alienação do trabalho e a propriedade privada, sem demonstrar iniciativa rumo a um diálogo com essa

---

<sup>55</sup>“Para muitas e decisivas questões, como no referente à teoria do valor, a teoria marxiana não só oferece respostas melhores que as da economia política, no referente à substância e magnitude do valor, quanto introduz uma problemática inteiramente nova: a referente à forma do valor, que é o que, efetivamente, permitiu a teoria marxiana “suprassumir” a teoria clássica do valor-trabalho...” (De Paula, 2010, p. 103).

<sup>56</sup> Apesar de reconhecer que é problemático esse recorte feito entre o Marx filósofo e o Marx economista, o que se faz aqui não tem relação com o reconhecido recorte feito por Althusser. Este o faz para indicar uma ruptura na trajetória de Marx. Faz-se, aqui, não para indicar descontinuidade, mas apenas como recurso analítico que permita evidenciar que, embora o pensamento de Marx não constitua uma identidade em sua totalidade, todavia constitui uma unidade. Unidade estabelecida pelo objeto de pesquisa, a saber, a gênese, o desenvolvimento, a consolidação e a crise do sistema capitalista. Isto posto, faz-se distinção entre os aportes filosóficos e os aportes econômicos da obra de Marx, definindo-se o primeiro como o conjunto de conhecimentos voltados para a interpretação do mundo na forma como Marx os absorveu na academia, dado que formalmente doutorou-se em filosofia, até seus estudos posteriores, incluindo-se aí a influência direta da filosofia clássica alemã, em especial dois de seus representantes, Feuerbach e Hegel, e toda a discussão sobre alienação e método desenvolvida a partir deles. Por outro lado, a economia ou, mais precisamente, a economia política, de acordo com denominação da época, é apreendida aqui como uma ciência “pura”, da prática, da riqueza, avessa a juízos de valor, que privilegia o aspecto quantitativo das trocas, “desprovida de filosofia”, no mesmo tônus hostil que Engels e Marx vieram a empregar no *Esboço de uma Crítica da Economia Política* (1843) e nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844), quando se referem à economia política como “ciência do enriquecimento” ou “ciência da riqueza”, respectivamente. (Engels, 1979, p. 02 e Marx, 2010, p. 141). Posteriormente, o conceito de economia política em suas obras perde esse tom hostil para ser definido, em linhas gerais, como a ciência que se ocupa dos aspectos da vida material da sociedade relacionados com a produção, a acumulação, a distribuição e a circulação da riqueza. (Teixeira, 2000, p. 85).

<sup>57</sup> Ainda que se leve em conta os avanços de Marx no conhecimento da economia política entre 1843 e 1848, a citação de Marx que se segue ilustra bem o quanto ele tinha ainda a evoluir: “Proudhon desempenhou tudo aquilo que a crítica da economia podia desempenhar do ponto de vista político-econômico.” (Marx e Engels, 2011, p. 45).

nova ciência, considerada por ele apenas como um meio cínico de justificar as novas relações sociais de propriedade do capitalismo. Portanto, sem diálogo, inviáveis se tornavam quaisquer movimentos teóricos de apropriação e suprassunção. Mesmo que esse argumento se valha da visão privilegiada do conceito em *O Capital*, publicado em 1867, pode-se dizer - e é este o argumento principal aqui - que Marx não tinha ainda desenvolvido a dimensão econômica do conceito – ou, dito de outra forma, sua teoria do valor - e faz uso, de pacote fechado, da teoria do valor-trabalho de Ricardo. No afã de se contrapor a Proudhon,<sup>58</sup> essa estratégia lhe era suficiente.

Ou seja, somente quando a categoria da mais-valia em Marx torna-se capaz de refletir sua bidimensionalidade, é que estará definitivamente madura. Se Marx avançasse em direção àquela categoria fazendo uso apenas do legado filosófico que possuía, não teria conseguido fazer a crítica da economia política, já que essa crítica exigia que o objeto fosse tomado internamente, que as determinações econômicas do objeto fossem investigadas, para que fosse possível fazer uma crítica não apenas de cunho moral.<sup>59</sup> Marx precisaria então agregar a dimensão econômica à filosófica, que é a forma como a mais-valia iria aparecer em *O Capital*. Porém, não bastava fundir esses dois aspectos. Era necessário que a dimensão econômica da categoria da mais-valia fosse entendida filosoficamente, o que não significava fazer uma mera agregação, mas sim articulá-los dialeticamente. Como que ressaltando o caráter multifacetado da trajetória de Marx, Lukács (2012, p. 248) acentua o teórico, crítico da economia política:

após o fracasso da revolução de 1848 na década de 1840, o centro de seus interesses passou a ser a fundação de uma ciência da economia. Isso levou muitos dos admiradores dos seus escritos filosóficos jovens a dizer que ele se afastara da filosofia para se tornar “apenas” um especialista em economia. Mas se trata de uma conclusão apressada ou, melhor dizendo, inteiramente insustentável.

Apesar de a economia política clássica ter avançado em relação aos fisiocratas ao compreenderem o excedente em termos de valor – trabalho transferido ao produto - e não em

---

<sup>58</sup>Pierre-Joseph Proudhon foi um filósofo e socialista francês que escreveu, entre outras importantes obras, *O que é a propriedade?*, publicada em 1840, a quem Marx presta certa devoção de início, mas que, poucos anos depois, com ele romperá, por acusá-lo de manter e difundir uma perspectiva reformista do socialismo. É contra Proudhon que Marx escreverá *Miséria da Filosofia*, em 1847.

<sup>59</sup>Heinrich (2004, p. 35) pontua que Marx em *O Capital* não tinha por objetivo apenas “fazer uma crítica moral com alguns comentários. Marx não acusa o capitalismo (ou mesmo capitalistas individuais) de violar algumas normas eternas de justiça.”

termos físicos, permanecia sem explicação o enigma da conciliação entre troca de equivalentes e valorização do capital, que só seria resolvido com a proclamação feita por Marx do advento de uma mercadoria singular, a força-de-trabalho, como a única capaz de criar valor. Com isso, Marx abstraía a mais-valia de suas formas particulares, representadas pela renda da terra, lucro e juros, que seriam analisadas no livro III.

Se na *Introdução de 1857*, Marx escreve um capítulo sobre método que depois rejeita, ele estava no capítulo quatro do Livro I de *O Capital* aplicando, em grande medida, as aquisições metodológicas daquele texto.<sup>60</sup> Recorra-se à citação de De Paula, referente àquele texto, que, se abstraídos os três primeiros capítulos de *O Capital*, em tudo compactua com a narrativa feita no capítulo quatro, sobre a mais-valia:

Mais forte neste capítulo que nos anteriores é a presença da filosofia, isto é, da dialética, e sua necessária mobilização para a efetivação da crítica da economia política, que é, a um tempo, tanto crítica dos procedimentos empíricos dos economistas no tratamento dos temas econômicos quanto crítica do método, que informa e organiza a prática dos economistas. (De Paula, 2010, p. 101).

Marx chegou à mais-valia por ter essa compreensão rigorosamente dialética a respeito do funcionamento do capitalismo. E aí toda a tradição filosófica dele se junta aos conhecimentos de economia política para definir um conceito de mais-valia que é ao mesmo tempo econômico e filosófico. Uma categoria teórica que, à guisa dos termos postos por Bensaïd (1999, p. 283), representa a confluência da “ciência inglesa” com a “ciência alemã”, “em equilíbrio sobre a ponta afiada da crítica.” Não teria chegado sendo só economista. Se ficasse apenas no plano da economia, não teria ultrapassado Ricardo e Smith. Somente pela perseguição de um método inovador pôde ele ir além da economia política para se tornar um crítico dela.

## 1.6 – Notas sobre a originalidade da mais-valia

O lugar de destaque dado pelo próprio Marx à sua teoria da mais-valia em relação ao conjunto de suas descobertas realça o quão central ela foi. Não somente faz afirmação direta

---

<sup>60</sup>Esta questão sobre as possíveis diferenças entre o método descrito na *Introdução de 1857* e o efetivamente usado em *O Capital* será analisada concisamente no capítulo quatro desta tese.

sobre isto, conforme citações já feitas aqui anteriormente, como, após tê-la descoberto nos *Grundrisse*, sente-se preparado para confrontar, nas *Teorias da Mais-Valia*, de 1861-1863, seus opositores, através de extenso estudo crítico sobre a história do pensamento econômico. Efetivamente, a teoria da mais-valia coincide com o próprio momento chave de instauração da crítica da economia política. Ou seja, a teoria da mais-valia permite a Marx, ali nos *Manuscritos de 1861-1863*, se confrontar com os principais autores de economia política, superando o máximo do pensamento crítico burguês representado pela economia política clássica.

Para além da sua importância como elemento capaz de ligar as pontas que estavam soltas, retoma-se aqui argumento já pontuado: o quão inquietante e desconcertante é o contraste entre, por um lado, a importância dessa teoria e, por outro, sua rejeição. Se teoria fundamental é, por que os economistas clássicos não a decifraram, ou por que deram voltas em torno dela? Tornou-se comum como primeira resposta, ouvir que os fins ideológicos justificaram a inércia daqueles. Entretanto, além de simplório, esse argumento obscurece os méritos de Marx, nubla a sua trajetória intelectual, elude ao *sui generis* em Marx e impõe que pergunta semelhante seja feita também a ele: se é tão fundamental, por que a categoria da mais-valia não foi descoberta antes por Marx tendo em vista, como acentuou Rosdolsky, que em 1848 ele já tinha todos os elementos?

Retome-se a alegoria. A imponência do templo judeu contrastou com o pragmatismo e as debilidades do tabernáculo. Este pequeno templo provisório já possuía todos os elementos que no templo de Salomão vieram a tomar forma definitiva e exuberante. Em outras palavras, o grande templo era, de certa forma, a concretização daquilo que já estava presente desde o projeto de levantamento do tabernáculo, pois resultou tão original como este o foi. Representava tanto o termo final de uma trajetória atribulada, quanto o momento de exposição total de projeto urdido lá, desde a saída do Egito. Construído por encaixes e em local pré-determinado, embevece tanto pela sua imponência quanto por sua centralidade na compreensão do cotidiano dos hebreus. O simples atrelamento e justaposição das peças não evidencia de imediato o esmerilhamento prévio. A capacidade explicativa da teoria da mais-valia, longe de denotar inconsistência ou implausibilidade, reafirma a originalidade e o brilhantismo de um método de exposição que foi capaz de apresentar ao mundo uma categoria que vivia oculta no subterrâneo do sistema capitalista e que, se não foi exposta antes por Marx, é porque o material necessário, além de requerer tempo para ser ajuntado, teria que ser trazido de terras distantes. Caminhando por terras estranhas ao longo de quarenta anos, os

hebreus iam passo a passo se aproximando da nova terra que justificaria tantos anos de enfrentamento das intempéries do deserto e da hostilidade dos povos estranhos. Como na tumultuada fuga do Egito, a *Crítica de 43* demarca a saída de Marx de terras familiares e o início de uma longa jornada pelas terras da economia política, numa trajetória de provações que forja um crítico que se recusa a permanecer naquelas terras e que caminha resolutamente rumo a uma construção teórica original.

A caminhada no deserto é a própria negação do Egito. Mas essa negação não acontece sem que Moisés, que um dia saiu como foragido, para lá retorne e resgate os elementos de uma futura emancipação humana que o acompanharia até os limites da terra, ainda que a cada nova adversidade as facilidades do Egito fossem lembradas como alternativa de vida mais fácil.<sup>61</sup> Marx alcança seu objetivo de vida porque, assim como Moisés - egípcio e hebreu ao mesmo tempo, que pouco a pouco perde essa dupla identidade para se transformar apenas no Moisés israelita - chega ao fim não sendo nem o Marx filósofo, nem o Marx economista crítico, mas o Marx crítico da economia política. Lamentavelmente ou não, apesar da planta dos pés de Moisés não tocar a terra, gerando querelas teológicas infundáveis semelhantes as do caráter inacabado de *O Capital*, a descrição final é a de que ele “ficou firme, como vendo o invisível”.<sup>62</sup> *O Capital* é muito mais uma espécie de diário que contém os detalhes de uma viagem rumo à desmistificação - e que precisa ser levado em conta como roteiro para qualquer tentativa de elucidação daquilo que no capitalismo vai além da aparência - do que propriamente uma cartilha sobre o “como chegar lá” ou sobre o “como será lá”. Nesse sentido, foram muitas as advertências de Marx quanto aos equívocos de se ater ao visível, de buscar a mais-valia na superfície, pois ela “não pode originar-se da circulação, [e] que, portanto, em sua formação deve ocorrer algo por trás de suas costas e que nela mesma é invisível.” (Marx, 1996b, p. 283).

O corolário dessa constatação é a ideia de que a originalidade da teoria da mais-valia está muito mais assentada no método de sua exposição do que nos próprios elementos de sua constituição.<sup>63</sup> Marx tinha desde 1848 os elementos da mais-valia, mas não tinha os

---

<sup>61</sup> De fato, teria sido mais fácil para Marx se o objetivo fosse apenas o de se tornar mais um economista político. Isto não exigiria uma redefinição completa do objeto, no sentido hegeliano de crítica.

<sup>62</sup> Carta aos Hebreus, capítulo 11, versículo 27.

<sup>63</sup> Mesmo no livro I Marx faz menção das exigências do método que o conduziu até ali e que o impedia de prosseguir, já que novos elementos e mediações só seriam incorporadas na análise a partir do livro II. Por isso, antecipa: “para que a valorização do capital comercial, não seja explicada por mero engodo dos produtores de mercadorias, é preciso dispor de uma longa série de elos intermediários, que ainda falta completamente aqui onde a circulação de mercadorias e seus momentos simples constituem nosso único pressuposto.” (Marx, 1996b, p. 282).

pressupostos de sua exposição, no mesmo sentido em que De Paula (2008, p. 170) separa realização de exposição da crítica. Por isso, “após a descoberta da mais-valia, restava um gigantesco trabalho a fazer, agora sim, sua verdadeira crítica à economia política”. (Silveira, 1983, p. 331). Assim como, no conhecido exemplo de Hegel, a semente é a totalidade simples, que por um processo de concretização, transforma-se em árvore, totalidade complexa, o tabernáculo prefigura o grande templo, mas é algo ainda distinto dele, não garante sua existência. Sem a disciplina requerida pelo método, há risco de se perder o que já foi descoberto, pois a inversão da ordem como os elementos são expostos pode comprometer a compreensão do objeto.

Como categoria que remete à exploração do homem pelo homem, assemelha-se no conteúdo, não na forma, às mesmas relações de exploração da antiguidade clássica, entre senhores e escravos, e da sociedade medieval, entre senhores feudais e servos. Por outro lado, as relações sociais capitalistas, expressas na mais-valia, se distinguem das presentes naquelas sociedades pela existência de uma ilusória roupagem de liberdade e igualdade, ratificada pela vigência de relações contratuais livres e iguais. A mais-valia foi a resposta dada ao enigma da inviável conciliação entre sistema opressor e trabalho livre, entre exploração e liberdade contratual. É neste âmbito que se situa mais um aspecto da originalidade da mais-valia, pois ela exprime algo que vai muito além daquilo que os socialistas utópicos e ricardianos expressaram através de argumentos e críticas morais do capitalismo, ou daquilo que pode ser inferido pela categoria do lucro como os economistas ingleses fizeram. A mais-valia não é apenas um grito contra a opressão, a exploração ou a desigualdade, como já tinha sido feito antes de Marx. Também não é apenas uma categoria pela qual se possa iluminar as esquinas do mundo da concorrência, tornando cognoscível o processo de acumulação de capital e a consequente reprodução das relações capitalistas, tarefa feita pela categoria lucro, como aponta Silveira (1983, p. 332). A mais-valia representou “um giro de 180 graus, numa verdadeira revolução teórica, numa nova perspectiva de inteligibilidade da estruturação e dos mecanismos de funcionamento das relações capitalistas” (Ibidem, p. 331), pois permitiu a compreensão de um mundo exterior, cujas conexões internas e ocultas situavam-se num nível de profundidade não alcançado pelas questões já levantadas pela economia clássica. A trajetória da sua descoberta pode servir de roteiro para inspirar novas elaborações teóricas sobre fenômenos econômicos do tempo presente. Numa brilhante conclusão, Silveira (Ibidem, p. 332) resume as potencialidades da mais-valia:

ela, ao mesmo tempo, revela uma fundação contraditória, baseada na exploração de uma classe sobre outra, num antagonismo inconciliável de classes; contradição que aponta, de uma forma permanente, para sua superação, que só pode dar-se para além das relações capitalistas, para novas relações, de fundação totalmente diversa.

Ao êxito e potencialidades dessa teoria se contrapõe um certo sentimento de frustração até por parte daqueles que aceitaram o convite à leitura feito por Marx. *O Capital* aparece como obra inacabada, como se o anfitrião tivesse abandonado a própria festa. É bem ilustrativo o fato de que Marx, tendo cuidadosamente exposto a teoria da mais-valia no livro I, adentrado no processo de circulação no II e avançado com o mesmo tema pelo mundo real dos diversos capitais no III, não termine o capítulo 48, um dos mais significativos sobre o caráter dissimulador da mais-valia. Em vez do ponto final, interrompe o manuscrito e termina o capítulo com reticências,<sup>64</sup> num movimento que, se considerada sua trajetória de frequentes adiamentos e retomada de estudos, poderia apenas sinalizar futuras incursões em novos autores e novas fontes de informação.

Muitos críticos de Marx usaram o caráter inacabado de *O capital* para qualificar sua teoria como inconclusiva e inconsistente. A despeito de ter usado um método inovador, embora complexo, como ele mesmo reconhece,<sup>65</sup> a hostilidade de seus opositores é, em grande medida, reflexo de má-vontade ou da incapacidade de compreender o método, abrindo espaço para que a teoria de Marx fosse acusada de não-científica, numa espécie de saída honrosa para os que evitavam “galgar as escarpas abruptas”. (Marx, 1996a, p. 143). Fato é que a interação entre as duas faces do real, a aparência e a essência, o individual e o global, impede, ou pelo menos dificulta, a compreensão daqueles que se lançam a conhecer a obra de Marx de forma fragmentada. Na verdade, a própria “função fragmentadora do entendimento constitui o limite especial das ciências não dialéticas – e explica, também, a incompreensão da dialética.” (Kofler, 2010, p. 87).

---

<sup>64</sup> “Mesmo nos grêmios medievais, nem o capital nem o trabalho se patenteiam livres; suas relações aparecem determinadas pelo sistema corporativo, pelas vinculações do sistema e pelas correspondentes ideias de obrigações de ofício, mestria, etc. Só ao chegar o modo capitalista de produção é que...” (Marx, 1985a, p. 954)

<sup>65</sup> No prefácio da edição francesa em 1872, diz que o método que utilizou “e que ainda não havia sido aplicado aos assuntos econômicos torna bastante árdua a leitura dos primeiros capítulos”, e continua se referindo a uma peculiaridade do público francês (que consideramos ser também do público alemão, americano, brasileiro etc) que é o fato de que aquele público “sempre impaciente em chegar às conclusões e ávido em conhecer a conexão entre os fundamentos gerais e as questões imediatas que o apaixonam, venha a desanimar em prosseguir a leitura porque tudo não se encontra logo no começo. Essa é uma desvantagem contra a qual nada posso fazer, exceto prevenir e acautelar os leitores sequiosos da verdade. Não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos.” (Marx, 1996a, p. 143).

Por essa mesma ótica, mesmo um autor marxista como David Harvey, informa que enfrentou dificuldades para estudar Marx, tendo em vista que os conceitos presentes na sua obra são interdependentes, numa imbricação permanente e dinâmica, sem a qual qualquer conceito isolado de Marx resultaria numa imprecisão. A dimensão da totalidade requerida pela dialética impediria um estudo concentrado em determinada parte da teoria de Marx. (Harvey, 1990, p.07).

É verdade que a teoria da mais-valia de Marx poderia ser confrontada com seus supostos precursores, procedimento não adotado aqui. Seria possível reconstruir um tipo de genealogia em que contribuições teóricas anteriores fossem avaliadas, como se o conceito tivesse uma genealogia iniciada em determinado autor, seguindo-se um desenvolvimento linear de gerações até chegar em Marx. Ao contrário da sugestão irônica de Böhm-Bawerk,<sup>66</sup> a genealogia investigada aqui é a do desenvolvimento categorial da mais-valia em Marx desde os seus primeiros escritos, por entender e demonstrar que Marx possui teoria original. Nesse aspecto, até mesmo Böhm-Bawerk (2010, p. 28) crítico permanente de Marx, concorda: “parece-me que Rodbertus e Marx conceberam e desenvolveram com tamanha originalidade a ideia da exploração, que, pessoalmente, não os pretendo apresentar como “emprestadores”, nem reciprocamente nem com relação aos antecessores.”

Se alguma herança teórica foi transmitida a Marx pelos tais precursores, isto se deu no âmbito do que Marx definiu como método de investigação. Com efeito, Marx não se furtava ao exame de qualquer que fosse o teórico. Mostrava-se sempre aberto ao surgimento de novas informações, ideias e contribuições teóricas distintas. Explicitamente Marx incorporava seus oponentes e, em seguida, os submetia à crítica. Entretanto, se grande reverência foi concedida por Marx aos textos de Smith e Ricardo durante toda sua vida, autores como Thompson, Hodgskin e outros socialistas ricardianos, além dos “economistas vulgares”, são muito mais conhecidos pela indiferença ou pelo tom intransigente como Marx os tratou, mesmo considerando que suas obras foram lidas por Marx e nunca rejeitadas *a priori*.<sup>67</sup> São autores que, assim como Proudhon, ficaram soterrados nos escombros das pesquisas de Marx, posto que, quando aparecem em obras sem fins de publicação, aparecem muito mais pela necessidade de materialização do inimigo. Recorrentemente, Marx nominava os corifeus da

---

<sup>66</sup> “Quem gosta de pesquisar árvores genealógicas, não apenas de famílias mas também de teorias, poderá encontrar, já em séculos passados, muitas manifestações que se adaptam bem à escola de pensamento da teoria da exploração.” (Böhm-Bawerk, 2010, p. 26)

<sup>67</sup> Conforme Mandel (1968, p. 47), “entre os escritores que ele estuda em Manchester em julho e agosto de 1845 se colocam T. R. Edmonds e William Thompson que tinham precisamente empregado os teoremas ricardianos dentro desse espírito. (Ele estudará depois de agosto John Bray, que faz parte da mesma categoria de autores).”

oposição, travava duelo com eles, visando desautorizá-los no campo em que eles se destacavam como representantes, mas, ao mesmo tempo, os usava, para sedimentar o seu próprio pensamento. Vale dizer, pois, que são autores aos quais é possível que Marx conferisse alguma deferência, como fez com Proudhon até certa época de sua vida, mas que, estando distantes da estatura teórica de autores como Smith e Ricardo, deveriam ser demolidos para evitar os males que a ideologia representada por eles pudesse conferir à causa proletária.

A proposta de Marx era muito mais profunda, além de radicalmente original em sua essência. Ele não negava a aparência como uma das dimensões do real, mas também não era envolvido e contido pelo seu caráter dissimulador. Retome-se mais uma vez o insuspeito detrator de Marx, Böhm-Bawerk (2010, p. 28):

É difícil decidir se a ideia que Anton Menger recentemente defendeu com entusiasmo, de que Marx e Rodbertus tiraram suas mais importantes teorias socialistas de modelos ingleses e franceses antigos, especialmente de Thompson, tem fundamento. Não considero essa ideia muito convincente. Quando uma doutrina, por assim dizer, está “no ar”, nem sempre se deve considerar “empréstimo” a concepção do mesmo pensamento: a originalidade de um escritor não se fundamenta nem se prejudica por ele ter expressado alguns anos antes ou depois um pensamento desses. Ao contrário, sua força criadora prova-se no fato de ele conseguir fazer acréscimos originais à ideia, assim construindo uma doutrina viva e coerente.

Os acréscimos originais à ideia, como citado acima por Böhm-Bawerk, são, na verdade, o resultado de uma iniciativa sem precedentes na forma de aplicar o método dialético no conjunto das relações materiais da sociedade. Marx incorporava os clássicos, mas se negava a permanecer prisioneiro da aparência, incapaz de superar o caráter mistificado do modo de produção capitalista, “o mundo encantado, distorcido e posto de cabeça para baixo, no qual Monsieur Le Capital e Madame la Terre exercem suas fantasmagorias ao mesmo tempo como caracteres sociais e imediatamente como meras coisas.” (Marx, 1985b, p. 280). Marx supera os clássicos por ter consciência de que a economia trata de categorias reificadas no âmbito de um modo de produção capitalista em que as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens. Para Rosdolsky (2001, p. 364), foi essa consciência que permitiu a Marx migrar do campo da “economia política” para o da “crítica da economia política”. Por isso, Marx decide colocar o tema do fetichismo da mercadoria no início de sua obra, na quarta seção do primeiro capítulo de *O Capital*, sinalizando que a economia e a

filosofia caminhariam atadas entre si. Com efeito, este procedimento permitiria a Marx descobrir a mais-valia no âmbito de sua análise do capital em geral no livro I e, prospectando novas determinações no livro II, prosseguir no estudo do caráter dissimulado da mais-valia pelo livro III, que culminaria no tema central de sua sétima e última parte, a “trindade econômica” – capital/juro, terra/renda da terra e trabalho/salário.

## CAPÍTULO 2

### Da filosofia à economia (1842-1849)

#### 2.1 - Ainda sobre o método

No capítulo anterior falou-se que a insatisfação de Marx com o estado da arte da economia política não resultou, desde logo, num plano pronto e acabado capaz de superar o que lhe parecia insatisfatório naquele campo do conhecimento. Tal assertiva necessita ser desdobrada de forma a qualificar a trajetória intelectual de Marx chamando a atenção para as reais motivações de um projeto que, oriundo da filosofia, compreendeu uma longa jornada rumo ao conhecimento científico da dinâmica da sociedade burguesa. Por assim dizer, o fato de não estar posto, previamente, o ponto de chegada da dinâmica do conceito, ressalta uma exigência do método adotado por Marx que requer que a realidade seja apreendida no decurso do seu próprio movimento. Na verdade, Marx tinha um propósito definido quando de sua entrada no campo da economia política, que era investigar o que ele chama de anatomia da sociedade burguesa. Insatisfeito com a crítica filosófica de sua época, inicia um percurso teórico em que as determinações materiais da existência ocupam lugar central no seu projeto de compreender o desenvolvimento histórico que resultou no capitalismo, como um processo em aberto, sem resultados pré-definidos.

Nesse sentido, o método dialético de Marx não é um conjunto de regras sobre o como conhecer, nem um tratado sobre as possibilidades do conhecimento, daí as dificuldades para se expor os procedimentos metodológicos de Marx separados do conhecimento real que ele produziu. É comum sintetizar essa afirmação dizendo que o método de Marx não visa à coisa da lógica, mas à lógica da coisa,<sup>68</sup> pois a lógica é aquela que se apreende no seu objeto. Tendo como objeto o próprio real, o método de Marx

---

<sup>68</sup> Segundo Lênin, “mesmo que Marx não nos tenha deixado uma lógica [...], ele nos deixou porém a lógica de *O Capital* [...]. Em *O Capital*, aplicam-se a uma mesma ciência a lógica, a dialética, a teoria do conhecimento (não seriam necessárias três palavras: são todas a mesma coisa) do materialismo, que recolheu de Hegel tudo o que nele há de precioso e o desenvolveu ulteriormente.” (Lênin, 1932, p. 249 apud Lukács, 2012, p. 258).

não é subjetivista, tal como o idealismo especulativo acrítico e abstrato, que pressupõe um pensamento autonomizado enquanto demiurgo do real [...], nem um método puramente objetivo, como o empirismo acrítico, o positivismo, que toma o pensamento como atividade passiva e a realidade como algo já acabado, pronto, dada imediatamente pela experiência direta. (Chagas, 2011, p. 02).

Portanto, se o real não é resultado do pensamento, e nem algo ao qual o pensamento se subordina para captá-lo na forma como aparece, é a partir da realidade sensível que o pesquisador deve iniciar sua busca pelo conhecimento. O teórico precisa confrontar-se com o próprio objeto, para descobrir nele, em seu movimento, as determinações que permitirão, num momento seguinte, a exposição da lógica interna do objeto. Recorde-se, mais uma vez, que o método de Marx é constituído de dois momentos, o da investigação e o da exposição, como ele mesmo expressou. Sendo assim, a questão de como o pesquisador se posiciona ante o objeto é fundamental, pois nem o seu pensamento por si só é capaz de reconstruir o real, nem o real é algo já construído do qual o pesquisador passivamente se apropria.

Não parece haver linearidade no processo de constituição da crítica da economia política, ou, num sentido mais geral, da obra de Marx. A título de ilustração, a interrupção da redação da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, em 1860, com a publicação de *Herr Vogt*, tem sido vista, por mais de um estudioso, como desconcertante. De fato, alguns chegam mesmo a sugerir que teria sido uma perda de tempo aquele ano dedicado a combater as injúrias do famigerado Vogt, a serviço dos governos das potências europeias. Não é o caso de subestimar a importância do livro *Herr Vogt*.<sup>69</sup>

É controversa a questão do quanto Marx teria, de fato, abandonado, por inconveniente, ou equivocada, a elaboração de uma introdução metodológica à crítica da economia política, seguindo a prescrição hegeliana de que o modo correto de expor o método é o que resulta da exposição do conceito em sua odisseia, em suas sucessivas metamorfoses que perfazem o caminho do abstrato ao concreto, da totalidade simples à totalidade complexa. De todo modo,

---

<sup>69</sup> Karl Vogt foi um líder de esquerda na Assembleia de Frankfurt que mais tarde emigra para a Suíça e funda um jornal cuja linha editorial era favorável à Bonaparte. A Guerra Franco-Prussiana tinha começado em 1859 e Bonaparte pretendia diminuir o controle da Áustria sobre o norte da Itália. Tendo recebido informações de que Vogt atuava a serviço do governo francês, Marx informa o fato ao editor do jornal alemão *Das Volk*, que era publicado em Londres, que imediatamente imprime e envia um exemplar a Vogt. Inicia-se o litígio, com Vogt acusando Marx de ser mentiroso e chantagista. Vogt lança um livro com o título *Minha Ação contra o Allgemeine Zeitung*, maculando a reputação de Marx, que, por sua vez, responde com outro livro de cerca de 200 páginas, *Herr Vogt* (Senhor Vogt), satirizando Vogt. Marx gasta dinheiro e cerca de dezoito meses envolvido nessa polêmica. Anos depois, surgem documentos que comprovam que Vogt tinha sido subsidiado pelo Governo francês. (McLellan, 1990, p. 332-337 e Mehring, 2013, p. 277-294).

mesmo depois de dizer, no prefácio de 1859, que teria abandonado o projeto de exposição metodológico, sua correspondência revela que esse plano nunca foi afastado inteiramente.

Tanto em Hegel quanto em Marx só se pode compreender o ser no seu movimento. A compreensão do ser se dá no processo mesmo de exposição de seu movimento, por isso, a crítica ontológica é também epistemológica. O método, como instrumento de exposição do movimento do ser, de tal modo que a crítica do conteúdo é, ao mesmo tempo, uma crítica da forma. Como o objeto de estudo de Marx era a sociedade burguesa, sua teoria sobre o modo de ser do capitalismo era também uma teoria sobre o modo como esse sistema se apresenta.

O corolário dessa perspectiva é que a chave metodológica de Marx passa por duas vias: pelo desenvolvimento histórico - no qual se inclui o contexto histórico-social que o cercava, e pela apreensão crítico-prática das categorias necessárias para a crítica da economia política. Seguir pela primeira via significa, de certa maneira, render-se ao inesperado, valorizar o acaso de algumas descobertas e contingenciar os avanços e recuos da teoria, no mesmo sentido em que Marx define o método de investigação como algo que se recusa a um pré-ordenamento, pois, como disse, “a pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima.” (Marx, 1996b, p. 140). A segunda via representa aceitar a proeminência da ênfase ontológica sobre a epistemológica na obra de Marx, ainda que sejam indissociáveis, ou antes, a forma dialético-materialista de mobilização da ontologia. Segundo Chasin (2009, p. 25),

É decisivo, numa época devastada pelo arbítrio e a equivalência das “leituras”, ressaltar uma questão fundamental: reproduzir pelo interior mesmo da reflexão marxiana o trançado determinativo de seus escritos, ao modo como o próprio autor os concebeu e expressou. Procedimento, pois, que adquire articulação e identidade pela condução ininterrupta de uma analítica matrizada pelo respeito radical à estrutura e à lógica inerente ao texto examinado, ou seja, que tem por mérito a sustentação de que antes de interpretar ou criticar é incontornavelmente necessário compreender e fazer prova de haver compreendido.

Para Rosdolsky (2001, p. 15), “não há tema tratado com mais descuido pelos comentadores da teoria econômica de Marx do que o de seu método e, particularmente, de sua relação com Hegel.” Se for levado em conta que muito já se escreveu sobre método em Marx, é possível, pois, que, dessa forma, se tenha por confirmada a impossibilidade de que os procedimentos metodológicos de Marx sejam destacados e extraídos do conhecimento teórico

que ele produziu. Por isso, “só é possível compreender o plano de *O Capital* depois de tomar conhecimento de seu conteúdo.” (Duménil, 2011, p. 228). Logo, não é a priori ou externamente que o sujeito constitui uma relação metodológica com o fito de apreender a lógica do objeto.

Tomando-se *O Capital* como o melhor exemplo de aplicação do método de Marx,<sup>70</sup> pode-se, pois, analisar a questão da relação entre o lógico e o histórico, as formas como o conhecimento lógico e o processo histórico real se articulam para reproduzir o real naquela obra. Para Arthur (2004, p. 17), Engels, Sweezy, Mandel e Meek seriam adeptos do método lógico-histórico, pelo qual a estrutura lógica do *Capital* apenas reflete o processo histórico real.<sup>71</sup> De fato, há em *O Capital* uma correlação com o processo histórico geral, porém, a reprodução lógico-histórica ali contida significa que Marx, na exposição teórica, segue uma ordem lógica das categorias de forma não desvinculada do desenvolvimento histórico subjacente. Não significa, por esse método, que o processo histórico esteja plenamente representado ali na teoria. Trata-se de usar o conhecimento lógico para expressar uma realidade que só pode ser compreendida a partir das contradições internas do seu movimento. Como diz Rosdolsky (2001, p. 109), “as categorias econômicas representam relações reais e não podem ser deduzidas apenas pela lógica, independentemente da história.”

Essa perspectiva conflita, por exemplo, com a dos novos dialéticos, pois, segundo eles, haveria em Marx um método extraído de Hegel em que, através de um sistema organizado de categorias, chegar-se-ia à lógica do objeto.<sup>72</sup> Consequentemente, Marx só poderia ser compreendido após análise prévia do sistema filosófico de Hegel,<sup>73</sup> haja vista ter Marx

<sup>70</sup> Conforme nota de rodapé 31.

<sup>71</sup> As nuances metodológicas de cada um desses autores, inclusive os da “nova dialética”, não serão analisadas aqui. Especificamente quanto a Engels, cabe registrar uma citação clássica: “É por si mesmo evidente que, se as coisas e suas relações recíprocas são consideradas mutáveis, em vez de fixas, suas reproduções mentais, os conceitos, submetem-se por sua vez a alterações e mudanças, não ficando petrificados em definições rígidas, mas desenvolvendo-se de acordo com o processo histórico ou lógico de sua formação.” (Engels, 1991, p. 15). Sobre este tema, a análise desenvolvida por Fine e Saad Filho (2010, p. 06-07) é bastante esclarecedora, seguindo a linha de argumentação de Engels.

<sup>72</sup> Referindo a Hegel e Marx, Arthur ressalta que “...eles tratam um **dado todo** e demonstram como ele se reproduz; então, o ordenamento das categorias não é de forma alguma determinada pela recapitulação de uma cadeia histórica de causalção; é articulado com base em considerações puramente sistemáticas”. (Arthur, 2004, p. 64 e 2011, p. 201).

<sup>73</sup> Na mesma direção do que sinaliza Saad Filho (2011, p. 39), essa exigência praticamente sepultaria as esperanças de que a obra de Marx se tornasse mais acessível e minimamente compreensível especialmente aos interessados nos aspectos de *O Capital* mais ligados à economia. Saad Filho ainda cita Murray (*Marx's Theory of Scientific Knowledge*, 1988, p. 57), que, reivindicando a necessidade de pré-requisitos para se entender Marx, indica entre eles a filosofia de Hegel, a filosofia dos jovens hegelianos e a crítica que Marx fez de todo o ciclo do pensamento especulativo. Vale lembrar que, a despeito da reconhecida capacidade intelectual de Rosdolsky e do marco que foi sua obra sobre *O Capital*, ele, por exemplo, não se arvora o direito natural de ter escrito sobre a obra de Marx. Diz, já no prefácio de seu livro, que não se julgava capaz para tal missão, pois não era filósofo

confessado, em carta a Engels de 14 de janeiro de 1858, ter sido de “...grande valia ter voltado a consultar [...] a Lógica de Hegel.” (CW, 40, p. 249).

Portanto, para Marx, o ser só pode ser apreendido quando for o resultado da explicitação dos seus conteúdos, de suas determinações que, imediatamente, estão contidas nas formas como podem se apresentar como abstrações, isto é, como totalidades carentes dos desdobramentos, da extrinsecação dos conteúdos do ser-em-si, que só podem se revelar como potencialidades, como devir. Marx não tem uma perspectiva a priori do objeto, posto que este já foi devidamente apreendido pelo investigador. Marx teve sempre um objetivo específico nas obras que produziu desde a *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*.<sup>74</sup> Por outro lado, as questões de método nunca deixaram de comparecer em seus escritos.

Existem opiniões diversas para o fato de Marx não ter se dedicado a escrever um tratado completo sobre método, nem desejar sua publicação. Para Duménil (2011, p. 209), Marx “sabia que era brilhante em seu método, porque esses parágrafos, por mais geniais que fossem considerados retrospectivamente, não estavam à altura do que ele queria deixar para a posteridade sobre o assunto. É uma pena.” Contestando dois outros pontos de vista sobre esta questão - o de Tony Smith, que diz que Marx teria negligenciado propositalmente o método de *O Capital* para tornar o livro mais acessível aos trabalhadores, e o de Arthur,<sup>75</sup> que diz ter chegado à conclusão que Marx não o fez por insegurança quanto a sua relação com o método de Hegel – Saad Filho (2011, p. 20) entende que Marx tinha consciência da importância do seu próprio método, e que não o desprezou para poder alcançar público maior, mas que, sendo “o seu trabalho essencialmente uma crítica do capitalismo e dos seus apologistas [...] o método geralmente cumpre um papel importante porém secundário, e ele tende a ficar submerso no argumento.” Apesar de consistente o argumento de Saad Filho em face dos de Smith e Arthur, parece necessário frisar a ambigüidade do termo “secundário” conforme por ele empregado. Talvez tenha querido ressaltar a menor impostação na obra de Marx do viés epistemológico em relação ao ontológico, sem, contudo, desmentir a imprescindibilidade do método para a teoria, até como condição de existência desta. É dizer que, se fica submerso no argumento, dele não se desprende, pois está indissolivelmente atado nele, pois “o método é

---

nem economista *ex professo* (2001, p. 17). O reverso da medalha soa atualmente como ironia, pois parece que quanto menos se souber de economia mais chances há de se entender Marx. “Uma das coisas curiosas do nosso sistema de ensino, a meu ver, eu diria, é que, quanto melhor for seu treinamento numa disciplina, menos habituado ao método dialético você será.” (Harvey, 2010, p. 12).

<sup>74</sup> Daqui em diante esta obra será citada pela sua forma abreviada *Crítica de 43*.

<sup>75</sup> Estes argumentos reaparecerão no capítulo quatro, na seção 4.2, sobre a *Introdução de 1857*.

algo tanto externo como interno à teoria, isto é, está no centro da própria teoria, sustenta e é envolvido por ela, mesmo tendo sido o instrumento de sua gênese.” (Godelier, 1978, p. 152).

Se, por um lado, como adverte Marx, o método de investigação não está sujeito a um ordenamento, por outro, é passível de descrição através da persecução do passo a passo de Marx, com suas idas e vindas, avanços, recuos e abandonos. Apenas para clarificação do seu método é que aqui os movimentos de Marx serão enquadrados em duas linhas de ação, uma filosófica a outra econômica, sem, entretanto, fazer tábula rasa do período anterior a 1843 em que o indivíduo Marx foi municiado e enriquecido culturalmente por variadas fontes, entre elas o próprio universo jurídico que o envolveu em seus primeiros estudos, a literatura universal, a influência dos socialistas utópicos, a experiência da ação política junto à classe trabalhadora e também a sua própria história de vida, que, como bem sublinha Bensaid (1999, p. 283), caracterizaria a forma de Marx de fazer ciência como ele mesmo registra no prefácio à primeira edição do *Capital*, pois ali ele “evoca a comunidade de “todas as ciências” e utiliza-as como modelo para a crítica da economia política [...]”

Dessa forma, apesar do recurso analítico aqui usado de se realçar ora o Marx filósofo ora o economista crítico, deve-se admitir a influência recíproca desses dois campos sobre Marx ao longo de toda a sua vida, até o momento em que elas se fundem definitivamente dando forma acabada ao Marx crítico da economia política. Portanto, se houve um Marx que até certo momento nada conhecia de economia política,<sup>76</sup> e que mais adiante teria domínio crescente e avançado desse campo do conhecimento, o que se ressalta é que houve um período a partir do qual seu interesse pelas questões da vida material se aflora. Considera-se aqui que isso aconteceu em algum momento a partir de 1843, como resultado de algo intuído por ele ainda nos tempos da *Gazeta Renana*.

É preciso reconhecer, porém, que, embora se considere a obra de Marx como recortada por momentos disruptivos, nem por isso deve-se perder de vista que ela constitui uma

---

<sup>76</sup> Engels, em carta a Franz Mehring, de 28 de setembro de 1892, informa que Marx, apesar de ser hegeliano nos anos 1841-42, naquele período “...não sabia absolutamente nada de economia política...” (CW, 49, p. 549-550). Para Mandel, as primeiras leituras que Marx fez de Hegel significaram uma espécie de aproximação involuntária da economia política: “Abordando a Fenomenologia do Espírito, a Filosofia do Direito e mesmo a Ciência da Lógica, Marx não descobria pois somente Hegel, mas já, através dele, uma parte da Economia clássica que aí está assimilada e filosoficamente traduzida, de sorte que Marx não teria sido tão bem sucedido na sua crítica da sociedade civil e do Estado segundo Hegel se não tivesse encontrado já nele certos elementos que permaneciam vivos, como a teoria das necessidades, a da apropriação ou a análise da divisão do trabalho.” (Mandel, 1968, p. 14).

unidade, o que implica aceitar que Marx, em 1843, elegeu um objeto de pesquisa e o perseguiu.<sup>77</sup>

Assumi-se no capítulo anterior que a trajetória intelectual de Marx em torno da mais-valia pode ser dividida em quatro etapas: 1842 a 1849, 1850 a 1856, 1857 e 1858 com os *Grundrisse*, e 1867 com *O Capital*. Rosdolsky retalha ainda mais aquela primeira etapa, ao indicar duas fases na trajetória intelectual de Marx até os *Grundrisse*: a primeira, de 1844 a 1846, e a segunda, de 1847 a 1849, com cada fase sendo relacionada às obras específicas de Marx, a saber, *Manuscritos-Econômicos e Filosóficos* e *A Ideologia Alemã* na primeira, e *Miséria da Filosofia*, *Manifesto do Partido Comunista* e *Trabalho Assalariado e Capital* na segunda. (Rosdolsky, 2001, p. 21).

O recorte aqui feito difere do de Rosdolsky em duas direções. Primeiramente, inclui-se o ano de 1843 por entender que, na trajetória de Marx, é decisivo o papel da *Crítica de 43*. Recua-se um pouco mais, até o ano de 1842, como recurso para evidenciar ainda mais a importância do seu trabalho teórico a partir do ano seguinte, pois foi em decorrência de suas atividades na *Gazeta Renana* que ele decidiu se confrontar com Hegel, conforme se pode inferir do seu relato no prefácio da *Contribuição*. Em segundo lugar, desconsidera-se aqui qualquer ruptura dentro desse período, não por discordar que as obras a partir de 1847 a 1849, sob certo sentido, marquem um período de transição,<sup>78</sup> mas porque, do ponto de vista do desenvolvimento do conceito de mais-valia, a perspectiva defendida por Coutinho (1997, p. 41), segundo a qual, na *Miséria da Filosofia* “devem ser menos enfatizadas as conquistas (aceitação do valor-trabalho, concepção materialista) do que as insuficiências”, parece ser mais profícua do que a de Rosdolsky. Este autor coloca ênfase no ano de 1847 como etapa a partir da qual Marx já se mostraria como “investigador independente e original em economia, consciente ao mesmo tempo de sua proximidade e de sua profunda oposição à escola clássica” (Ibidem, p. 21). Porém, logo em seguida diz que “em alguns temas ele ainda não superara as concepções de Ricardo, que mais tarde reconheceria como errôneas ou parciais ... [e] Tampouco tinha elaborado...sua teoria específica sobre o lucro.” (Ibidem, p. 21). Portanto, o período entre 1842 e 1849 é tomado aqui como um todo, pois importa saber que apesar da

<sup>77</sup> Discorrendo sobre as muitas versões de *O Capital* feitas pelo próprio Marx mesmo após a publicação do livro I em 1867, Krätke lembra de sua insatisfação quando em dezembro de 1881 ele escreve carta a Danielson, amigo e colaborador, dizendo: “Seria preciso retomar tudo, inteiramente.” Coerentemente, “Marx leva seu projeto de uma crítica da economia política de 1844 até sua morte.” (Krätke, 2005, p. 146-147).

<sup>78</sup> Assim como Rosdolsky, Coutinho (1997, p. 41) demarca o ano de 1847 como início das obras de transição de Marx, que terminaria em 1849, pois, dentre outras deficiências, Marx não tinha ainda desenvolvido sua teoria do capital.

evolução de Marx no campo da economia política dentro desse período, a mais-valia estaria nesta época mais próxima de um “pressentimento”, nos termos de Mandel,<sup>79</sup> do que da configuração que viria a ter nos *Grundrisse*. Dessa forma, mantém-se o limite dado pelo ano de 1849, quando Marx publicou o que seria *Trabalho Assalariado e Capital*, que reúne artigos resultantes de conferências por ele proferidas em 1847 na Associação dos Operários Alemães de Bruxelas.

Ademais, se os momentos disruptivos na trajetória de Marx fossem todos levados em conta, outros recortes teriam que ser feitos. Dentro do período 1842-1849, por exemplo, o salto entre o Marx da *Crítica de 43* e o Marx dos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, do ponto de vista da compreensão da economia política, teria que ser levado em conta, pois esta última obra também poderia ser considerada como de transição, por ter sido o primeiro momento em que a reflexão filosófica se imbrica com a economia política.<sup>80</sup> Desse modo, mantém-se o período como um bloco, para analisar dentro dele as rugosidades próprias de um processo de investigação, sem deixar de ter em conta que um fio condutor liga essa etapa de uma ponta a outra: a investigação da natureza e dinâmica da sociedade capitalista, dentro da qual Marx caminha, ainda que sem saber, em direção à descoberta da categoria da mais-valia.

Advirta-se, mais uma vez, quanto à forma como os textos serão analisados, pois aspectos consagrados na literatura marxista são abordados de forma a que o foco se mantenha nas aquisições metodológicas essenciais do projeto marxiano. Cada passo de Marx é compreendido apenas como uma superação parcial da economia política, ainda que, em última instância, tenham sido passos fundamentais para a elaboração da teoria da mais-valia. Quer-se, assim, fugir do anacronismo, evitando estabelecer relação de linearidade entre as inúmeras conquistas metodológicas de Marx e a descoberta da mais-valia. Trata-se de tentar ver nestas obras as conquistas em si mesmas, como elos da corrente teórica de Marx em direção à crítica da economia política. Ou seja, o fio condutor das pesquisas de Marx não era a elaboração da teoria da mais-valia e sim, como já se disse, a busca pela compreensão da natureza da sociedade burguesa, que, por sua vez, era movida pela sua insatisfação tanto com o pensamento burguês quanto com o pensamento filosófico feuerbachiano e neo-hegeliano.

<sup>79</sup> Ver nota de rodapé nº 42.

<sup>80</sup> “O resultado do estudo intensivo da economia política por Marx foi sua grande obra conhecida como *Manuscritos econômico-filosóficos*.” (Mészáros, 2006, p. 77). Segundo Mandel (1968, p. 162), “trata-se, precisamente, de uma transição, do jovem Marx, da Filosofia hegeliana e feuerbachiana para a elaboração do materialismo histórico. Nesta transição, elementos do passado combinam-se, necessariamente, com elementos do futuro. Marx aí combina, à sua maneira, isto é, modificando-os profundamente, a dialética de Hegel, o materialismo de Feuerbach e as determinações sociais da Economia Política. Essa combinação não é coerente. Não cria um novo “sistema”, uma nova “ideologia.”

Assim sendo, longe de pretender fazer um inventário das questões analisadas por Marx, o foco estará posto mais no percurso com seus avanços e recuos, a trama que envolve o processo de investigação, do que nas obras em si ou nas polêmicas decorrentes delas.

## **2.2 - A *Gazeta Renana* e o prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política***

Talvez mais do que qualquer outro, o ano de 1843 tenha produzido efeitos profundos e permanentes no filósofo Marx. Ele tinha sido colocado diante de questões concretas que demandavam conhecimentos sobre a vida material da sociedade, passíveis de serem satisfeitos apenas pela emergente ciência da economia política, como muitos anos mais tarde ele admite no prefácio da *Contribuição*, de 1859.<sup>81</sup> O que se vai argumentar aqui é que há amplas indicações de que, ao longo de mais de um século e meio, o referido prefácio tenha sido subestimado em sua capacidade de esclarecimento e síntese da trajetória intelectual de Marx, e sobremaneira enaltecido pela formulação clássica da essência do materialismo histórico.

Marx nasce em 1813 numa Alemanha que era apenas uma Confederação composta de unidades territoriais sob regime constitucional monárquico ou sob o absolutismo. Em 1841 se doutora em filosofia, ano em que Frederico Guilherme IV sobe ao trono da Prússia e cria grande expectativa de abertura democrática num país ainda não unificado. Ao contrário da Inglaterra e da França, a Alemanha não tinha experimentado uma revolução burguesa clássica. Frederico Guilherme IV não corresponde às expectativas e, na prática, o que faz é reacender políticas reacionárias no âmbito da Confederação Germânica, como a adoção, em 1841, de leis sobre a censura. É natural, pois, que nesse período, o jovem Marx adote posições radicais pró-democracia, e é com esse espírito que assume a direção do jornal *Gazeta Renana* em outubro de 1842,<sup>82</sup> um jornal que era financiado pela burguesia renana com o fim de combater a política levada a efeito pelo governo. Marx escreve uma série de artigos sobre censura e liberdade de imprensa, mas se vê isolado quando a burguesia local, mostrando-se inclinada a compactuar com Frederico Guilherme IV, cessa o financiamento do jornal. Em 1842 sai um decreto imperial que criminalizava o recolhimento de madeira. Através do jornal

---

<sup>81</sup> “Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como forma de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida [...] mas que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na economia política.” (Marx, 1986a, p. 24).

<sup>82</sup> Ver Maximilien Rubel, 1974, cap. 2.

Marx critica o decreto e talvez pela primeira vez se depare com as demandas de uma classe específica, os camponeses, diretamente atingidos pelo decreto. A quebra daquilo que era um direito consuetudinário atingia em cheio os padrões éticos do filósofo Marx, que vai desenvolver no jornal toda uma argumentação contrária ao decreto, mas assentada apenas em pilares morais e políticos.<sup>83</sup> Este fato pode ter levado Marx a perceber claramente, e pela primeira vez, o papel que a luta de classes representa para a compreensão do funcionamento da sociedade burguesa. Tendo estudado Direito, e se doutorado em Filosofia, tais acontecimentos levam Marx a perceber o quão insuficientes<sup>84</sup> eram para ele sua formação. A *Gazeta Renana* é proibida de circular em janeiro de 1843 e em 17 de março daquele ano cessa sua publicação.

Se o conselho de Mandel for seguido, a atuação de Marx na *Gazeta Renana* pode ser colocada como a centelha que acendeu a chama do seu interesse pelas questões da vida material: “para compreender a evolução das ideias econômicas do jovem Marx, é interessante seguir a gênese do interesse de Marx pela questão social.” (Mandel, 1968, p. 16).<sup>85</sup> Em outubro de 1842, Marx havia se juntado a um grupo, que era a própria Comissão Editorial da *Gazeta Renana*, e que se reunia mensalmente para debater questões políticas e sociais. O interesse de Marx por essas questões ia paulatinamente aumentando, mas esbarrava nas limitações dadas pela perspectiva exclusivamente legal e política dos seus argumentos. Tanto a questão do decreto que proibia a extração de lenha – elemento vital para a sobrevivência dos camponeses, dadas as baixas temperaturas - quanto à dos vinhateiros do Mosela, empobrecidos por conta da competição pós-Zollverein,<sup>86</sup> foram abordadas por Marx em artigos específicos:<sup>87</sup> *Debate sobre a lei do roubo da madeira*, em 1842, e *Justificação do correspondente do Mosela*, em 1843. Não por acaso Marx cita no prefácio da *Contribuição*

---

<sup>83</sup>“Sua posição fundamental permanece a da luta por um Estado “humano”; ele se coloca ainda no plano dos “direitos humanos” em geral, no plano da luta contra os resíduos feudais...ele se choca com o problema das classes sociais.” (Mandel, 1968, p. 17)

<sup>84</sup> “Além do mais, naquele tempo em que a boa vontade de “ir a frente” ocupava muitas vezes o lugar do conhecimento do assunto [...]” (Marx, 1986a, p. 24).

<sup>85</sup> Segundo Krätke (2008a, p. 162), a passagem de Marx pela *Gazeta Renana* “foi o início de uma longa relação com a economia política.”

<sup>86</sup>Zollverein (*Deutscher Zollverein* ou União do Uso Geral da Alemanha) foi o nome dado à aliança aduaneira criada em 1834 entre os estados da Confederação Germânica. A aliança, que teve sua formação organizada pela Prússia, sem o apoio da sua rival Áustria, visava promover um trânsito livre de mercadorias, a fim de favorecer o desenvolvimento do comércio e da indústria.

<sup>87</sup> O primeiro artigo, de 1842, foi publicado em cinco partes na *Gazeta Renana*, através dos suplementos nº 298, 300, 303, 305 e 307. O segundo, nos suplementos 15, 17, 18, 19 e 20, todos em janeiro de 1843.

estas duas questões,<sup>88</sup> além das relacionadas com o livre-comércio e a proteção aduaneira, como as que o fizeram iniciar-se nas questões econômicas.

Interessante notar que algumas das questões que Marx aponta em cada um destes artigos já são uma indicação daquilo que seria estabelecido como seu objeto de estudo ao longo de toda a sua vida, e em relação ao qual Marx nunca se afastaria definitivamente: o desvendamento da gênese, do desenvolvimento, da crise e do colapso do modo de produção capitalista. Quando Musto (2011b, p. 119) se refere ao novo campo de estudos inaugurado por Marx a partir de sua chegada em Paris - momento em que, tendo deixado a *Gazeta Renana*, Marx coloca em prática projeto gestado desde sua frustração diante da necessidade de analisar fatos econômicos para aquele jornal – diz que o “fio condutor de seu trabalho [em Paris] é a necessidade de desvelar e desmentir a maior mistificação da economia política: as teses segundo as quais suas categorias são válidas em todo tempo e em todo lugar.”

Pois já no artigo sobre o roubo de madeira é possível perceber, ainda que embrionariamente, a confluência de alguns temas que estariam presentes em obras futuras de Marx. Inicialmente, nas suas reflexões sobre a propriedade privada, Marx desenvolve toda uma argumentação ainda muito assentada em fundamentos lógicos e jurídicos. Para ele, mesmo que se admita a propriedade privada,

O que recolhe galhos secos não separa nada da propriedade. Tira da propriedade o que já está separado dela. O ladrão de lenha pronuncia ele mesmo e através do seu ato um juízo contra a propriedade. O que recolhe galhos secos se limita a executar o juízo pronunciado contra a propriedade pela natureza, que é quem possui a árvore, em relação a qual não fazem parte os galhos secos. (Ibidem, p. 227).

Marx empreende esforço considerável para melhor qualificar seus argumentos, e busca explorar o máximo dos recursos intelectuais que possuía. Assim, num arroubo proudhoniano,<sup>89</sup> intensifica sua crítica: “se qualquer violação da propriedade, sem distinção

---

<sup>88</sup> “Nos anos de 1842/43, como redator da *Gazeta Renana* vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais. As deliberações do Parlamento renano sobre o roubo de madeira e parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o Sr. Von Schaper, então governador da província renana, abriu com a *Gazeta Renana* sobre a situação dos camponeses do vale do Mosela, e finalmente os debates sobre o livre-comércio e proteção aduaneira, deram-me os primeiros motivos para ocupar-me de questões econômicas.” (Ibidem).

<sup>89</sup> Segundo Netto (2004, p. 102), Marx “conhecia a obra de Proudhon (especialmente *O que é a propriedade?*) e, desde 1842, refere-se a ele: ao tempo da *Gazeta Renana*, cita-o frequentemente como “o mais penetrante” e o “mais consequente” dos escritos socialistas. E, até 1846, manteve para com ele uma atitude extremamente simpática e receptiva.”

ou determinação mais precisa, é roubo, não seria toda propriedade privada um roubo? Através de minha propriedade privada eu não estaria privando outra pessoa desta propriedade? Não violo assim o direito de propriedade?” (CW, 01, p. 228).

Aproxima-se do final do artigo, e, como quem dá um primeiro sinal de despertar para o materialismo subjacente à causa, critica a postura do jornal, que desde 1840 em Berlim ecoava as versões oficiais do Estado:

Este vil materialismo, este pecado cometido contra o espírito santo dos povos e da humanidade é consequência direta da doutrina que a Gazeta do Estado Prussiano prega ao legislador, quando lhe diz que, ao legislar sobre lenha, deve pensar apenas em lenha e madeira, e não devem tentar resolver cada problema material de uma maneira política – isto é, em conexão com todo o complexo de raciocínio cívico e moralidade cívica. (Ibidem, p. 262).

Finalizando o artigo, antecipa a questão do fetichismo e a naturalização das relações sociais capitalista:

Em contradição direta com os escritores de fantasia que professam encontrar na representação dos interesses privados um romantismo ideal, profundezas imensuráveis de sentimento, e a fonte perene e mais fecunda das formas individuais e específicas da moral na representação dos interesses particulares, o que ocorre é que esta representação destrói na realidade todas as diferenças naturais e espirituais por entronizar em seu lugar a abstração imoral, irracional e sem alma de uma determinada matéria e de uma determinada consciência, elevada servilmente ao trono [...] Os indígenas cubanos consideravam o ouro como um fetiche dos espanhóis. Eles celebraram um banquete em sua honra, entoou canções em volta dele e, em seguida, o jogou no mar. Se aqueles indígenas cubanos estivessem presentes na sessão da Dieta renana, teriam considerado a madeira como fetiche dos renanos? Mas em outras sessões da mesma Dieta teriam aprendido que o fetichismo leva consigo a adoração a animais, e assim, teriam jogado ao mar as lebres para salvar os homens.” (Ibidem, p. 262-263).

As relações sociais entre os homens passariam, portanto, a ser mediadas pela madeira, que foi transformada em um fetiche, “coisas mortas que mantém um domínio secreto sobre os homens vivos; as relações naturais de dominação e posse se inverteriam, e o homem [passa a ser] determinado pela madeira.” (Mclellan, 1990, p. 69). Os homens haviam passado a segundo plano, sendo dominados por coisas: “a lenha e as lebres eram propriedade privada dos senhores. Os pobres camponeses morriam de fome, mas a propriedade privada da lenha e das lebres era mais sagrada que os homens.” (Dussel, 1982, p. 189).

Esses temas antecipados por Marx são aqui lembrados como forma de sinalizar o momento a partir do qual ele se interessa por assuntos econômicos, confirmando assim o que disse no prefácio, e jamais com o propósito de já encontrar naquele momento categorias econômicas marxistas, mesmo em estado primitivo ou embrionário que, de outro modo, só encontrarão forma precisa em obras posteriores e no âmbito do seu método dialético. Nesse sentido, cabe registrar a primeira aparição do termo “mais-valia” (em alemão, *Mehrwert*) nos escritos de Marx<sup>90</sup>:

Poderia o proprietário do bosque assegurar melhor sua lenha do que aqui se faz, ao converter o delito em renda? Sua sagaz estratégia converte o assalto a sua propriedade em uma fonte segura de infalíveis lucros, pois graças ao roubo a mais-valia [*Mehrwert*] se transforma de um sonho econômico em uma tangível realidade. (CW, 01, p. 251).

Em síntese, Marx tangenciava questões que estimulariam seu aguçado espírito científico a buscar respostas onde fosse possível encontrá-las. Para Dussel (1993, p. 41), este é o momento em que Marx passa “da crítica política do Estado cristão luterano à crítica econômica do fetichismo.”

Também no artigo sobre a miséria que se abateu sobre os vinhateiros do vale do Mosela, Marx iria começar a discutir questões que seriam por ele retomadas depois. Ainda não instrumentado para tal, entendia que era preciso mergulhar no pântano das relações objetivas específicas da sociedade capitalista, recusando uma discussão amparada apenas nos aspectos legais do imbróglio. Por isso, no suplemento 17 do artigo, Marx reivindica uma mudança de perspectiva, insistindo na necessidade de se atentar para uma determinada autonomização das relações sociais capitalistas, que iria requerer análise mais profunda sobre a questão do Estado. Como esclarece McLellan (1990, p. 72), “as condições no vale do Mosela eram devidas a relações objetivamente determinadas”, algo que Marx já havia indicado nos artigos sobre o roubo de madeira:

Na investigação de condições políticas é-se tentado muito facilmente a não ver a natureza objetiva das relações e explicar tudo a partir da vontade da pessoa que age. Há relações, porém, que determinam as ações de pessoas privadas tanto quanto das autoridades individuais e que são tão interdependentes como os movimentos na

---

<sup>90</sup>Conforme Aisa (2013), referente à nota nº 39 do seu artigo.

respiração. Tomando esta postura objetiva desde o início, não se há de pressupor uma vontade exclusivamente boa ou má de ambos os lados. Antes, observar-se-ão relações em que apenas pessoas parecem atuar a princípio. (CW, 01, p. 337).

Essas conclusões, que aparecem timidamente nestes textos, denotam um Marx que antevia o problema central, sem saber, porém, como explicá-los. Por outro lado, o Marx que escreve o referido prefácio, é o teórico que em 1859, com auto-confiança e ricamente abastecido de conhecimentos da economia política, não hesita em qualificar melhor as conclusões daquela época:

o resultado a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor dos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. (Marx, 1986a, p. 25).

É nesse sentido que, com uma determinação mais precisa, Musto diz que Marx, em 1844, tendo já se estabelecido em Paris, tinha como fio condutor dos seus estudos a mistificação da economia política, ou, nos termos de Dussel, a crítica econômica do fetichismo.

Marx dava, assim, mais um passo em direção ao estudo das condições materiais de existência do homem, que iriam passar pelo enfrentamento da visão hegeliana de Estado e pelo abandono de suas concepções idealistas, que, “embora não se trate, ainda, de uma ruptura com o idealismo – e nem de longe tenha encontrado o papel determinante das relações de produção –, [conduzirá] a atenção do jovem Marx [...] às relações materiais e, ainda, à relação entre esta esfera e o Estado.” (Assunção, 2004, p. 209).

Se, como ele disse, sua passagem pela *Gazeta Renana* lhe colocou em contato com assuntos econômicos, pode-se dizer, então, como se mostrará adiante, que, em sua longa viagem da elaboração teórica, há o Marx pré-1843, quando toma consciência da necessidade de partir em direção ao conhecimento das determinações materiais da existência; o Marx de 1843, que arruma as malas, vistoria seus equipamentos, certifica-se do que tem em mão, e esboça um roteiro de viagem, isto é, quando com *A Crítica de 43* ele se prepara para o encontro com a economia política, por haver definido de onde partiria; e, por fim, o Marx de

1844, que se encontra com ela, e com ela segue adiante de mãos dadas até 1849, quando inaugura uma nova etapa da viagem que o levaria a um lugar chamado *Grundrisse*.

### **2.3 - Da Crítica de 43 ao encontro com Engels: Marx filósofo**

No prefácio da *Contribuição* de 1859, Marx diz que sua saída da *Gazeta Renana* significou uma retirada do cenário público para o gabinete de estudos. Era um resultado da sua insatisfação com o nível de conhecimento que possuía tanto sobre os chamados “interesses materiais” quanto sobre “o conteúdo das correntes francesas”, as teorias sobre o socialismo e o comunismo em voga na França. A *Gazeta Renana* tinha sido editada entre 1º de janeiro de 1842 e 31 de março de 1843, e encerrado suas atividades a partir desta data, por conta de Decreto do governo prussiano que impunha censura desde 19 de janeiro daquele ano. Marx participava no jornal desde abril de 1842 com a elaboração de artigos, subindo ao posto de editor-chefe a partir de outubro daquele ano.

Interessante notar como sua passagem pela *Gazeta Renana* deixou marcas para sua trajetória teórica futura. Segundo Löwy (2002, p. 75), Marx escreve uma carta a Oppenheim, em 25 de agosto de 1842, portanto antes de ter assumido a direção do jornal, em que “se pronunciava contra as “afirmações teóricas gerais” e mostrava que “a verdadeira teoria deve ser elucidada e desenvolvida mediante situações concretas.” O estilo de Marx à frente do jornal desgostaria tanto os representantes do estado prussiano quanto os próprios burgueses liberais que financiavam o jornal, que acusavam Marx de ter ridicularizado suas instituições. (Ibidem).

Antes mesmo da interdição do jornal, já tinha ficado claro para Marx que a classe burguesa não capitanearia o processo de enfrentamento do conservadorismo infligido por Frederico Guilherme IV. O estopim se deu com o pedido feito pelo czar Nicolau I, da Rússia, que solicitou ao rei da Prússia o fechamento do jornal por conta de visível hostilidade em artigo publicado no dia 04 de janeiro. (Wheen, 1999, p. 51). Assim, escreve em 25 de janeiro de 1843 a Ruge,<sup>91</sup> dizendo:

---

<sup>91</sup> Arnold Ruge foi um filósofo radical, integrante dos jovens Hegelianos, que Marx conheceu em Berlim quando passou a frequentar o Clube dos Doutores, grupo que, depois da morte de Hegel em 1831, passou a se reunir regularmente para discutir, entre outros temas, a relação da filosofia de Hegel com as questões do Estado.

Eu não fiquei surpreso. Você sabe o que eu achava da instrução da censura desde o início. O que aconteceu agora é nada mais que a consequência lógica. Eu vejo o fechamento da *Gazeta Renana* como um indicativo do progresso da consciência política e, portanto, estou me demitindo. De qualquer modo, a atmosfera já me era irrespirável. É ruim trabalhar em servidão, mesmo em nome da liberdade, e ter que lutar com alfinetadas, em vez de porretes. Cansei-me da hipocrisia, da estupidez, da arbitrariedade flagrante, e de termos que nos portar obsequiosamente, usando de evasivas e discutindo ninharias por causa de palavras. Consequentemente, o governo me devolveu minha liberdade. (Marx e Engels, 1987, p. 691).

Marx estava disposto a partir para o exílio, pois, como dizia na mesma carta, “na Alemanha eu não posso começar nada novo; aqui você é obrigado a se falsificar.” Em 13 de março, escreve outra carta a Ruge, dizendo que sob nenhuma condição permaneceria na *Gazeta Renana*. (CW, 01, p. 400). Por certo, o convite que Ruge lhe tinha feito em janeiro de 1843 para que fossem coeditores de uma revista em Paris facilitou a saída de Marx, pois lhe proveria meios de sustento condizentes com o propósito paralelo que tinha de se casar com Jenny Von Westphalen. As perspectivas de Marx eram otimistas, conforme ele expressa nesta mesma carta, pois, ao contrário dos *Anais alemães*, os *Anais franco-alemães* “seriam um começo, um evento consequente, uma retomada para inspirar entusiasmos.” O plano era criar uma revista que fizesse a confluência das questões debatidas na França e na Alemanha, aproveitando-se da maior liberdade vigente na França para lá fazer a impressão e, evitando a censura, enviá-la posteriormente à Alemanha.

Marx se casa em 19 de junho de 1843 e passa a lua-de-mel na cidade de Kreuznach. Tendo viajado por algumas outras cidades, volta a Kreuznach para passar um período de três meses, marcando a sua efetiva “retirada do cenário público para o gabinete de estudos”, conforme relata no prefácio da *Contribuição*. Ali ele pretendia dar cabo de projeto formulado ainda antes de atuar diretamente na *Gazeta Renana*, que era fazer uma crítica da filosofia política de Hegel, conforme carta escrita a Ruge em 20 de março de 1842: “Por tudo isso, eu não fui capaz, é claro, de enviar, em anexo, a crítica da filosofia hegeliana do direito para a próxima *Anekdotas*.” É nesse período de bonança que Marx escreveu o texto que ficaria conhecido como *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, que consistia numa análise, parágrafo a parágrafo do livro de Hegel, *Princípios da filosofia do direito*, publicado em 1820.

Sua atuação na *Gazeta Renana* tinha sido um período de desencantamento com o estado prussiano ao mesmo passo em que procurou confrontá-lo com os seus artigos, porém por uma perspectiva que via o Estado como depositário fiel da verdade sobre os problemas sociais. (Löwy, 2002, p. 80). Como o Estado não correspondeu as suas expectativas, que repousavam na ideia de que um dos seus papéis primordiais era garantir sua universalidade

“contra o assalto dos interesses privados que querem subjugar-lo” (Ibidem), era, então, necessário, estudá-lo, e a melhor referência sobre o tema era Hegel. Tanto para este autor quanto para Marx a relação entre Estado e sociedade civil era fundamental para a compreensão do mundo. Por isso disse no prefácio à *Contribuição*: “O primeiro trabalho que empreendi para resolver a dúvida que me assediava foi uma revisão crítica da filosofia do direito de Hegel, trabalho este cuja introdução apareceu nos *Anais Franco-Alemães*, editados em Paris em 1844.” (Marx, 1986a, p. 24). Ali em Kreuznach, ao mesmo tempo em que se preparava para fazer a crítica, estudava intensamente a história da revolução francesa e os clássicos da política, de Maquiavel a Rousseau.

Marx inicia sua crítica sob a influência de Feuerbach, que, em 1841, tinha publicado *A Essência do Cristianismo*, que também era uma crítica radical de Hegel. A partir da visão antropológica de Feuerbach, Marx encontraria seu ponto de partida (Netto, 2004, p. 2), ao mesmo tempo em que se munia de uma concepção materialista. Criticando Hegel, Feuerbach inverte a ordem da lógica especulativa de Hegel, para quem o Espírito estava dado, num momento seguinte entra em contradição consigo mesmo, aliena-se de si mesmo e põe o mundo. Em linhas gerais, diz Feuerbach que não é o Espírito quem cria os homens, mas os homens que, ao não discernirem suas potencialidades, se alienam de si mesmos, criando os deuses.

É dessa forma, a partir de Feuerbach, que Marx vai apontar para a mistificação também feita por Hegel na problemática do Estado, que tem como pano de fundo uma crítica ontológica: da mesma forma que para este autor o Espírito é o demiurgo do real, o Estado produz a sociedade civil. Portanto, Hegel teria feito uma inversão indevida entre sujeito e predicado, e assim, mistificado essa relação.

Se Hegel tivesse partido dos sujeitos reais como a base do Estado, ele não precisaria deixar o Estado subjetivar-se de uma maneira mística [...] Hegel autonomiza os predicados e logo os transforma, de forma mística, em seus sujeitos [...] Hegel autonomiza os predicados, os objetos, mas ele os autonomiza separados de sua autonomia real, de seu sujeito. Posteriormente, o sujeito real aparece como resultado, ao passo que se deve partir do sujeito real e considerar sua objetivação. A Substância mística se torna sujeito real e o sujeito real aparece como um outro, como um momento da Substância mística. (Marx, 2010c, p. 44).

Feuerbach, com sua crítica da religião, tinha munido Marx de uma perspectiva materialista, que foi usada para denunciar o equívoco cometido por Hegel ao ontologizar o Espírito, e não a realidade concreta. Marx, que como os jovens hegelianos, já tinha se desiludido com o Estado há algum tempo, não concorda com a ideia hegeliana de que é o

Estado que organiza e funda a sociedade civil. Se, como disse Hegel no prefácio *Princípios da filosofia do direito*, “tudo o que é real é racional e tudo o que é racional é real”, então o Estado, que é real, inscreve-se nos limites do racional. Logo, o Estado só pode ser contestado fugindo-se da razão. Esse argumento de tónus conservador, defendido pelos hegelianos de direita, deixava o estado prussiano imune aos clamores de mudança. Os jovens hegelianos, ou hegelianos de esquerda, preferiam dar ênfase à segunda parte do dito de Hegel, e assim contestar um Estado que, ao adotar medidas irracionais como a censura e a polícia secreta, não poderia ser considerado real.

Portanto, para Hegel o Estado expressava uma universalidade capaz de se contrapor ao individualismo e ao privatismo da sociedade civil. Para Marx, essa análise padece dos efeitos da mistificação, tendo em vista que é a sociedade civil que expressa o Estado. Se o Estado em Hegel é detentor de uma universalidade capaz de superar os defeitos da sociedade civil, para Marx essa universalidade é alienada e, portanto, é a partir da sociedade civil que se entende o Estado. Por isso, Marx diz no prefácio da *Contribuição*:

relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil”, seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política (Marx, 1986a, p. 25).

Portanto, a transformação do Estado teria que ser feita a partir da sociedade civil. Porém, sendo ela caracterizada pelo privatismo, pelos interesses individuais, e pela miséria física e moral como apontava Hegel, não seria ela o agente transformador do Estado na visão de Marx. Além da *Crítica* se configurar aqui como uma plataforma de lançamento em direção à economia política, conforme citação acima, Marx, de acordo com Mészáros (2006, p. 68) antecipava a questão da alienação, ainda que sem usar conceitos que só apareceriam nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, que é o que se observa na seguinte citação:

Característico é somente que a *privação de posses* e o *estamento* do trabalho *imediato*, do trabalho concreto, constituam menos um estamento da sociedade civil do que o terreno sobre o qual repousam e se movem os seus círculos. O estamento propriamente dito, onde posição política e posição social coincidem, é apenas aquele dos *membros do poder governamental*. O estamento atual da sociedade mostra já a sua diferença do antigo estamento da sociedade civil porque no fato de que ele não é, como outrora, algo de comum, uma comunidade que contém o indivíduo, mas que é em parte o acaso, em parte o trabalho etc. do indivíduo, o que determina se ele se

mantém ou não em seu estamento; um estamento que é, ele próprio, por sua vez, apenas uma determinação exterior do indivíduo, pois não é inerente ao seu trabalho, nem se relaciona com ele como uma comunidade objetiva, existente, organizada segundo leis estáveis e mantendo com ele relações estáveis [...] Assim como a sociedade civil se separou da sociedade política, ela também se separou, em seu interior, em *estamento* e posição *social*, para tantas quantas são as relações que têm lugar entre ambos. O princípio do estamento social ou da sociedade civil é o *gozo* e a *capacidade de fruir*. Em seu significado político, o membro da sociedade civil abandona seu estamento, sua real posição privada; é somente aqui que ele chega, como *homem*, a ter significado, ou que sua determinação como membro do Estado, como ser social, manifesta-se como sua determinação *humana*. Pois todas as suas outras determinações na sociedade civil *aparecem* como *inessenciais* ao homem, ao indivíduo [...]. (Marx, 2010c, p. 97-98).

O impacto do mercado e da lógica da permuta incide sobre o indivíduo fazendo-o não se reconhecer na sociedade civil pelo seu trabalho. “Dinheiro e cultura são os critérios principais”. (Ibidem). Esta nova sociedade teria, então, que ser transformada, constituindo, assim, uma agenda que demandaria instrumentos analíticos ainda desconhecidos por Marx. Ao mesmo tempo, essa conclusão de Marx demarcava um primeiro ponto de rompimento com aquele que lhe tinha dado a inspiração inicial para confrontar Hegel: Feuerbach.

Antecipe-se um pouco da relação entre Marx e Feuerbach. É de se notar que já na carta escrita a Ruge, em 13 de março de 1843, Marx, comentando o livro de Feuerbach, *Teses preliminares para a reforma da filosofia* - escrito em abril de 1842 e publicado em fevereiro de 1843 na *Anekdotia*, coleção de artigos publicados em forma de livro por Ruge - dizia:

“os aforismos de Feuerbach, a meu ver, não tem senão um defeito: remetem demais à natureza e muito pouco à política. Pois uma aliança com a política fornece o único meio para a filosofia contemporânea se tornar verdade. Mas o que aconteceu no século XVI, quando o Estado tinha seguidores tão entusiastas como os da natureza, sem dúvida não se repetirá.” (CW, 01, p. 399).

Mesmo com essa impressão, Marx, já pensando no projeto dos *Anais Franco-Alemães*, escreve carta a Feuerbach, em 03 de outubro de 1843, pedindo que ele fizesse uma crítica ao filósofo Schelling, cujas posições se alinhavam com o conservadorismo do estado prussiano. (CW, 03, p. 349-351). Em carta de 25 de outubro de 1843, Feuerbach diz a Marx que “seria temerário passar da teoria para a prática, enquanto a própria teoria não tivesse sido perfeitamente burilada”. (Wheen, 1999, p. 57).<sup>92</sup> Marx não via, ao contrário de Feuerbach, a solução no plano teórico, mas na ação prática. Por isso, em 1845, nas *Teses sobre Feuerbach*,

<sup>92</sup> Nesta carta, de 25 de outubro de 1843, Feuerbach diz a Marx que se condoia de não poder atender o seu pedido, pelo menos por enquanto, e que desmascarar Schelling “não responderia a uma necessidade científica, mas simplesmente a uma necessidade política.” (Marx e Engels, 1987, p. 694).

e remetendo ao tema da práxis, iria dizer que “os filósofos apenas interpretaram o mundo de forma diferente, o que importa é mudá-lo.” (Marx, 1990, p. 35). De fato, como se verá mais adiante, haverá muito ainda da presença de Feuerbach nas próximas obras de Marx, notadamente na *Sagrada Família* e nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, acontecendo o rompimento apenas nas *Teses sobre Feuerbach* e em *A Ideologia Alemã*.<sup>93</sup>

Retorne-se à *Crítica de 43*. A propriedade privada é tema recorrente da segunda parte do texto, pois ali Marx critica sua centralidade em Hegel, por ser o elemento que, em última instância, permite que o Estado expresse uma dimensão universal capaz de conferir racionalidade à sociedade civil. Na elaboração de Hegel, os proprietários fundiários e os burocratas seriam mediadores de uma construção política, cujos polos eram ocupados pelo Estado e pela sociedade civil. Esse grupo possui atributos, conferidos pelo morgadio, que os colocam acima e distantes das limitações próprias da sociedade civil, pois, a inalienabilidade de suas propriedades conferia a eles a possibilidade de se ocuparem com os interesses mais universais, dado que não estavam sujeitos à insegurança dos interesses particularistas da sociedade civil. Marx (2010c, p. 115) acusa Hegel de ter feito inversão, pois, o “morgadio, é, antes, um efeito, uma consequência, *o poder da propriedade privada abstrata sobre o Estado político*, ao passo que Hegel descreve o morgadio como *o poder do Estado político sobre a propriedade privada*.” De forma lógica, Marx ressalta a incoerência de que o instituto do morgadio sirva como ponte entre a sociedade civil e o Estado, posto que é resultado da aleatoriedade do nascimento, produto hereditário reservado aos primogênitos de cada família. Com isso, Marx estendia um pouco mais sua crítica à propriedade privada, presente desde o artigo sobre o roubo de madeira.

Em síntese, “o ponto de partida é antropológico (Feuerbach), mas o ponto de chegada é político” (Löwy, 2002, p. 79). Sem uma solução para o problema da alienação, Marx coloca no povo, sociedade civil, as possibilidades de superação da alienação, evocando a democracia como instrumento para a verdadeira soberania, e não a monarquia, perspectiva adotada por Hegel. Marx desenvolve sua análise ainda sem menção à categoria “classes sociais”, ainda que na citação indicada acima por Mészáros haja referência aos trabalhadores privados de posses, realizadores de trabalhos concretos. Em lugar de “classes sociais”, terminologia que

---

<sup>93</sup> Naturalmente, não cabe nos limites desta tese um olhar mais aprofundado sobre a relação entre Marx e Feuerbach. Mesmo sendo bastante conhecida a ideia de que, em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels fazem um acerto de contas com Feuerbach - proposição confirmada mais tarde pelo próprio Marx, existem argumentos no sentido de que naquela obra há ainda muito da perspectiva feuerbachiana que, compreensivelmente, dada a ênfase ofensiva que seus autores conferem à filosofia clássica alemã, ficaram menos visíveis.

estaria presente nas obras futuras, usa o termo “estamento”, demonstrando uma imprecisão que não apareceria mais na obra seguinte.

Seria questão de tempo Marx conferir o protagonismo a uma classe social específica, o proletariado, como um desdobramento do raciocínio iniciado na *Crítica de 43*, pois, “como a propriedade privada é o grande obstáculo que impede a identificação do particular com o universal, basta impelir ao máximo o raciocínio para que o proletariado venha a ser o portador dos interesses universais da sociedade.” (Ibidem, p. 82).

Marx parecia ansioso para dar continuidade a sua análise sobre o Estado. Ele ainda estava em Kreuznach quando escreve a Ruge em setembro de 1843: “estarei em Paris no final deste mês, porque o próprio ar que respiro aqui me torna um vassalo e porque não vejo na Alemanha nenhum espaço de manobra para exercer alguma atividade livre.” (Marx, 2010b, p. 70).

Decide, então, partir para Paris, cidade efervescente, “uma maravilha monstruosa, incrível conjunto de movimentos e máquinas pensantes, a cidade de cem mil livros, a cabeça do mundo” (Balzac, 2004 apud Musto, 2011b, p. 116), onde encontraria refugiados alemães e de outras partes do mundo, além de garantias políticas que não eram oferecidas na Renânia. A cidade mostrava-se ideal para o projeto dos *Anais Franco-Alemães*. Marx chega a Paris no final de outubro de 1843 e, antes de acabar o ano, dá continuidade a sua crítica de Hegel num texto que ficou conhecido como *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, escrita no final de 1843 em Paris, e que, junto com *A Questão Judaica* – texto iniciado ainda em Kreuznach e terminado em Paris, seriam publicados nos *Anais Franco-Alemães*.

Na *Introdução*, Marx retoma o tema da emancipação humana, já presente em *A Questão Judaica*. Neste último, Marx dava um passo adiante em sua análise ao fazer distinção entre emancipação política e emancipação humana e concluiu que, apesar da primeira ser um grande passo rumo à segunda, esta última requer que o processo de superação da alienação ocorra na origem do problema, no âmbito das relações sociais, “nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política*.” (Marx, 2010b, p. 54).

Se, na *Crítica de 43*, Marx contrapunha a democracia à monarquia como passo em direção à emancipação do povo, sem, entretanto, ter avançado na indicação da forma como se daria a superação da alienação, na *Introdução* Marx arvora a revolução como único meio para

a autorrealização do homem. A classe proletária aparece neste momento para Marx como a única capaz de realizar as promessas da filosofia clássica. Assim, do povo e da democracia, Marx transitava para o proletariado e para a revolução, como elementos da ação prática em direção à emancipação humana. Conclui o texto dizendo que “a cabeça dessa emancipação é a filosofia, o proletariado é o seu coração. A filosofia não pode se efetivar sem a suprassunção do proletariado, o proletariado não pode se suprassumir sem a efetivação da filosofia.” (Marx, 2010c, p. 157).

Marx tinha descoberto o proletariado, que neste momento está num plano preliminar e abstrato. Apesar dele já ter se defrontado com questões como a punição dos camponeses por causa do roubo da lenha, suas condições de habitação, e também com as circunstâncias adversas que envolveram os vinhateiros do Mosela, sua visão da classe proletária ainda era muito idealizada, pois Marx se colocava “ainda em limites filosóficos não-desligados de um certo humanismo sentimental: o princípio antropológico de Feuerbach” (Mandel, 1968, p. 18), sobre o qual “Engels dirá mais tarde que o princípio antropológico de Feuerbach parte de um homem abstrato, aistórico, visto que não se trata nunca do mundo (das condições sociais concretas) no qual vive esse homem.” (Mandel, 1968, p. 18). Ali em Paris, Marx iniciava seus contatos com os ciclos socialistas e com as vanguardas da classe operária,<sup>94</sup> que, neste último caso, fomentavam nele uma visão romântica de uma classe que era sofredora, mas que, por isso mesmo, era heroica. Alguns elementos concorrerem para mudar essa visão idílica de Marx, transformando sua concepção de classe operária em abstrato por uma outra com o viés materialista que o acompanharia nas obras seguintes. Com efeito, o operário seria visto como um homem de carne e osso, e a greve dos tecelões da Silésia, assim como o encontro com Engels em 1844 e sua obra *Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845, concorrerem para dar a Marx uma perspectiva empírica que até então ele não tinha. Por isso, como diz Löwy (2002, p. 92), sua descoberta do proletariado como classe emancipadora ainda é filosófica.

O problema do Estado permanecia para Marx sem solução no campo da política, mas os seus estudos, além de levá-lo ao comunismo, lhe deram a perspectiva de que a transformação dessa sociedade passava pela compreensão de sua anatomia, que só poderia ser encontrada na economia política, conforme testemunha no prefácio da *Contribuição*. Ali

---

<sup>94</sup> No livro que escreveu em 1860 em resposta às acusações de Karl Vogt, Marx diz: “Durante minha primeira estadia em Paris, mantive relações pessoais com os chefes parisienses da Liga, com os chefes da maior parte das sociedades operárias secretas francesas, sem entrar, porém, em nenhum desses agrupamentos.” (Marx, 1927, tomo I, p. 105 apud Löwy, 2002, p. 111).

também menciona sua congruência com Engels ao dizer que chegaram aos mesmos resultados por caminhos diferentes. (Marx, 1986a, p. 26). Com efeito, Marx começaria em 1844<sup>95</sup> a estudar os economistas clássicos, tarefa já feita por Engels anteriormente quando escreveu *Esboço de uma Crítica da Economia Política* em 1843.<sup>96</sup>

Os dois já tinham se encontrado em novembro de 1842 na *Gazeta Renana*, como testemunha Engels em carta escrita a Franz Mehring, no final de abril de 1895:

eu me deparei com Marx, e essa foi a ocasião de nosso primeiro encontro, claramente pouco cordial. Marx havia marcado sua posição contra os Bauer, isto é, dissera que se opunha não só a que a *Gazeta Renana* se tornasse predominantemente um veículo de propaganda teológica, ateísmo, etc., em vez de se destinar à discussão e à ação política, como também ao tipo de comunismo bombástico de Edgar Bauer [...] Como eu me correspondia com os Bauer, fui considerado seu aliado, enquanto eles me levaram a ver Marx com desconfiança.” (CW, 50, p. 503).

Entretanto, seria em 1844, mais precisamente em 28 de agosto, em meio às atividades dos *Anais Franco-Alemães*, que os dois voltariam a se encontrar, e por dez dias permaneceriam envolvidos numa apreciação mútua de suas visões teóricas. Confirmando o que Marx relataria muitos anos depois, Engels (1953e, p. 157)<sup>97</sup> diz: “Quando, no verão de 1844, visitei Marx em Paris, ficou patente nosso acordo completo em todos os terrenos teóricos, e data dessa época nossa colaboração.” Fica evidente que neste encontro Marx já tinha sido atingido pela genialidade do *Esboço*, que seria publicado naquele mesmo ano nos *Anais Franco-Alemães*. Como primeira obra econômica, esta obra escrita por Engels chancelaria de uma vez por todas a incursão de Marx no campo da economia política, seja por animá-lo a prosseguir nos estudos já iniciados neste campo desde o início do ano, seja por

---

<sup>95</sup> De forma geral os autores citam o ano de 1844 como o ano a partir do qual Marx começou a estudar os clássicos. É possível que assim façam por conta da intensidade com que Marx, em 1844, e já em Paris, se dedicou a estudá-los, ao mesmo tempo em que consideram irrelevante o estudo que Marx já tinha feito sobre eles em 1843. Segundo Mészáros (2006, p. 76-77), “é sabido que Marx começou o estudo dos clássicos da economia política no final de 1843, mas eles serviram apenas para proporcionar, tanto em *A questão judaica* como na *Crítica da Filosofia do direito de Hegel – Introdução*, um pano de fundo indefinido para uma exposição principalmente política, no espírito de sua expressão programática segundo a qual a crítica da religião e da teologia devia ser transformada na crítica do direito e da política.”

<sup>96</sup> Apesar do teor pejorativo do título, a biografia de Engels, *Comunista de Casaca*, escrita por Tristram Hunt e recentemente publicada no Brasil (2010), contém informações bastante detalhadas e úteis para compreender o itinerário intelectual deste autor.

<sup>97</sup> Como não consta data de publicação em nenhum dos volumes da edição em língua portuguesa das obras de Marx e Engels - editora Alfa-Ômega, optou-se por indicar a data de publicação da edição soviética que foi usada como base, a saber, 1953.

confirmar que os instrumentos teóricos da filosofia de que dispunha eram insuficientes para prosseguir em direção à crítica.

O encontro com Engels marca o efetivo encontro de Marx com a economia política, a despeito de muitos autores considerarem os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* como ponto de partida de Marx nessa área. Se, como diz Mandel (1968, p. 21), referindo-se a esta obra de Engels, ele “não diz nela nada de substancialmente novo”, é possível que sua maior virtude tenha sido o fato dela constituir uma iniciativa ou um modelo de análise dos clássicos por uma perspectiva crítica, de talhe tão inovador e sistemático como foi a obra *Capital* de Adam Smith para a economia política. Nesse sentido, as considerações aqui feitas sobre o *Esboço* procuram evidenciar alguns elementos conceituais construídos por Engels que foram úteis ou inspiraram Marx na sua elaboração da crítica, sem, entretanto, ignorar suas insuficiências.<sup>98</sup>

A crítica de Marx à propriedade privada, de certa forma até aquele momento restrita às fronteiras do seu pensamento filosófico, encontraria no *Esboço* uma forma de prosseguir, seja pelo conteúdo, seja pela forma. Ali Engels convoca Smith, Ricardo, Quesnay, Hume e outros para estabelecer com eles uma interlocução com nítida remissão à dialética hegeliana. Se Engels não diz nada de novo, por outro lado, inova ao demonstrar dialeticamente que a doutrina mercantilista, ao defender monopólio, não é, na essência, contrarrestada pelos economistas liberais. Estes, advogando a tese da liberdade comercial, da livre concorrência, não teriam combatido o monopólio que é essencial na sociedade burguesa: a propriedade privada. Assim, “destruíram os pequenos monopólios para deixarem o caminho mais livre e desobstruído para o único grande monopólio de base: a propriedade.” (Engels, 1979, p. 06). Ao longo de sua análise, Engels recorrentemente faz uso de pares dialéticos, algo tão familiar nas obras futuras de Marx, “ênfatizando um sistema de antinomias – monopólio x concorrência, riqueza em tesouro x riqueza em mercadorias – que descreve o *ethos* da economia política clássica e identifica sua natureza.” (Coutinho, 1997, p. 18).

A crítica à defesa implícita da propriedade privada dentro do pensamento liberal não impede que Engels consiga enxergar méritos, pois, ao subverterem os monopólios e os entraves à circulação, conseguiram deixar “claras as verdadeiras consequências da propriedade privada.” (Engels, 1979, p. 03). Semelhantemente, de forma dialética, ainda que

---

<sup>98</sup> Para Mandel (1968, p. 22), a segunda parte do livro, a “que trata do valor [...] é a mais fraca”, pois “indica que Engels não compreendeu nem aprofundou Ricardo no momento de redigir esse trabalho”. Coutinho (1997, p. 18) chama a atenção para o descrédito do *Esboço* perante comentadores, pelo fato dele “externar simpatias em relação ao critério da utilidade na determinação do valor das mercadorias.” Coutinho menciona ainda uma série de impropriedades, que apontam para a compreensão apenas parcial de Engels sobre assuntos econômicos.

refém de argumentos morais – que também estariam presentes no Marx dos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* - Engels aponta um resultado positivo da defesa dos interesses privados feita pelos economistas liberais, a saber, “criaram as bases para um novo humanismo [...] ao derivarem o valor do trabalho humano.” (Coutinho, 1997, p. 20).

Apesar do teor filosófico dos extremos da crítica de Engels, que parte da rejeição à propriedade privada e encontra ao final, como solução, o comunismo (Ibidem, p. 22), o *Esboço* daria um primeiro passo para uma caracterização da classe proletária com elementos empíricos, o que, como já se disse, não havia ainda em Marx. Efetivamente, Engels chegava, por outro caminho, aos mesmos resultados que Marx. Se este falava nesse momento da emancipação humana a ser capitaneada pela classe proletária, através de uma revolução que conduzisse ao comunismo, Engels, impregnado de dados empíricos desde sua chegada em Manchester no outono de 1842, acrescentaria no *Esboço*, e mais ainda na *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, aspectos do real à sua filosofia, pois, foi ali, naquela região, a partir da segunda metade da década de 1840, que a realidade vivida por Engels no coração do mundo capitalista, no palco real do drama encenado por trabalhadores, capitalistas, investidores, indigentes e outros tantos, contribuiria com elementos para a sua formação intelectual e ideológica que seriam vitais para o desenvolvimento do marxismo. Se possível for falar de personalidade dialética, Engels encarnava a tese e a antítese de um comportamento inusitado, pois de dia trabalhava nas empresas do pai e à noite perambulava pelos guetos operários coletando dados. Com isso, reúne em sua análise os temas da pauperização dos trabalhadores, das crises econômicas e da revolução:

Mas por tanto tempo quanto continuarem a produzir como hoje, de forma inconsciente e irrefletida, abandonada aos caprichos da sorte, as crises subsistirão: e cada uma delas que vier deverá ser mais universal e, pois, pior do que a precedente: deve pauperizar maior número de pequenos capitalistas e aumentar progressivamente o efetivo da classe que só vive do trabalho, e, portanto, aumentar visivelmente a massa do trabalho a ocupar (o que é o principal problema dos nossos economistas) e provocar por fim uma revolução social tal que a sabedoria escolar dos economistas jamais sonhou. (Engels, 1979, p. 15).

Digna de nota ainda é a antecipação de questões que remeteriam a categorias posteriormente tratadas por Marx, e que, aparecendo no *Esboço* de forma fragmentada, sem níveis de abstração e sem uma teoria do valor consistente, receberiam adiante tratamento dialético mais rigoroso, como é o caso da alienação e do fetichismo da mercadoria. Quanto à

primeira, Engels diz: “Como o capital já fora separado do trabalho, este é, por seu turno, desdobrado pela segunda vez: o produto do trabalho opõe-se a ele enquanto salário, é divorciado dele e, como de costume, definido pela concorrência.” (Ibidem, p. 12-13). Reconhecendo nos pensadores liberais um mérito, apesar de considerar a economia política como a “ciência do enriquecimento, nascida do logro mútuo e da ambição dos comerciantes, [que] traz na frente a marca do egoísmo mais repugnante” (Ibidem, p. 02), Engels toca naquilo que fundamentaria uma das mais conhecidas teorias de Marx, o fetichismo da mercadoria: “pelo seu viés, conhecemos o mais profundo aviltamento da humanidade, sua dependência das relações concorrenciais; ele nos mostrou que, em última análise, a propriedade privada faz do homem uma mercadoria, cuja produção e destruição dependem, também elas, apenas da concorrência.” (Ibidem, p. 19)

Com isso, Engels fazia uma crítica à propriedade privada avançando por uma seara pela qual apenas timidamente Marx tinha trilhado até então. Na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução*, Marx descobre uma classe sofrida, os proletários, e dá a ela o protagonismo da emancipação humana pela realização da filosofia, sem, entretanto, equipar-se com os instrumentos teóricos necessários. De posse da categoria da revolução, conclui sua obra com a metáfora do canto do galo gaulês,<sup>99</sup> que, em contraposição à coruja de minerva de Hegel, “que alça seu voo somente com o início do crepúsculo”, anuncia um novo amanhecer. Com efeito, se Marx e Engels terminam as suas obras sem saber como chegar ao “dia da ressurreição alemã”, a contribuição deste último no *Esboço* com sua crítica à propriedade privada evidencia de uma vez por todas a polarização entre capitalistas e trabalhadores, assentando em bases mais claras a dimensão do projeto de pesquisa que açambarcaria os dois por longas décadas.

#### **2.4 - Rumo à crítica da economia política: Marx em transição**

Os *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* são frequentemente considerados o ponto de encontro de Marx com a economia política, entre outros fatores, porque, tendo sido escritos em 1844, é o momento inicial de execução de um projeto elaborado durante sua crítica da

---

<sup>99</sup> “Quando estiverem realizadas todas as condições internas, o dia da ressurreição alemã será anunciado pelo canto do galo gaulês.” (Marx, 2010c, p. 157). Marx ainda não sabia que condições internas eram aquelas, mas anunciava uma filosofia com o pendão de transformar o mundo, e não apenas compreendê-lo.

filosofia do direito de Hegel, quando descobre que a chave explicativa da sociedade burguesa teria que ser buscada na esfera material das relações sociais.

Considerou-se anteriormente que o encontro de Marx com a economia política, a descoberta de um novo tipo de racionalização da sociedade civil, se deu com o *Esboço* de Engels, sendo os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* não propriamente o encontro, mas o ponto de arranque em direção à crítica da economia política.<sup>100</sup> Mesmo que se considere que o trabalho de Engels estimulou Marx a intensificar seu estudo dos clássicos, aquela delimitação mostra-se irrelevante se considerar que nos *Manuscritos de Paris* o primeiro texto que Marx resumiu foi o *Esboço*, escrito em dezembro de 1843 e enviado a Marx em janeiro de 1844 para publicação nos *Anais Franco-Alemães*.

No prefácio da *Contribuição*, Marx (1986a, p. 25) diz sobre a economia política: “Comecei o estudo dessa matéria em Paris [...]”. Novição naquela ciência, iniciava seus estudos já munido da ideia de revolução e de classe social. Tendo como fio condutor a crítica da sociedade burguesa, ele mergulha na leitura dos economistas políticos por vislumbrar que somente através deles poderia elaborar “uma teoria radical da sociedade, capaz de tomar as massas operárias e de as tornar conscientes do imperativo de uma revolução social que desse fim a sua alienação.” (Mandel, 1968, p. 29). Por isso, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* são considerados aqui como obra de transição, pois são escritos por um Marx que ainda não tinha feito um ajuste de contas satisfatório com a filosofia. Ele colocava os pés no terreno da economia política para poder tirar de lá os elementos necessários para uma crítica dirigida tanto aos representantes daquela nova ciência quanto aos filósofos que lhe influenciaram. Tratava-se de recorrer aos economistas políticos para melhor compreender o objeto eleito, a sociedade burguesa, mas, ao mesmo tempo, submetê-los ao crivo de uma capacidade analítica que, no seu caso, era basicamente filosófica. Por isso, diz Rosdolsky (2001, p. 21) que ali é o “Marx principalmente filósofo, que procura aplicar à economia, domínio que já considerava decisivo, sua recém-esboçada concepção “humanista” – ou seja, materialista – da história.”

Na verdade, Marx fazia dois ajustes de contas simultâneos, pois tanto procurava aplicar sua filosofia à economia, como buscava usar a economia para, nas palavras de Mandel (1968, p. 30), “clarificar suas ideias por respeito a seus mestres em Filosofia e velhos amigos: Hegel, Feuerbach e os jovens pós-hegelianos da escola de Bauer.” Em resumo, Marx, que

---

<sup>100</sup> Oakley (1984, p. 27) e Frederico (2009, p. 130).

tinha passado da crítica da religião para a crítica da política,<sup>101</sup> agora migrava desta para uma crítica de uma sociedade específica. Como já se disse, dois ajustes de contas simultâneos, que implicavam tanto na busca do modo de ser deste objeto, quanto na apreensão da forma como esse objeto se apresenta. Dessa forma, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* representam um início, e não uma síntese. Ele busca consolidar uma nova visão de mundo. É Marx testando uma nova ferramenta de análise, distinta de todas as outras anteriores, pois tratava-se de unir a reflexão filosófica a uma preocupação própria da economia política. Nas palavras de Lukács (2009, p. 180), “ele pretende aplicar aos problemas da economia as categorias da dialética [...] pretende descobrir na dialética real do ser econômico as leis da vida humana, do desenvolvimento social dos homens, a fim de dar-lhes uma formulação conceitual.” Por isso, diz-se que Marx está em transição.

Seus estudos começaram pela leitura e anotações de trechos das obras de autores como Jean-Baptiste Say, Adam Smith, David Ricardo e James Mill, numa intensidade tal que preencheu nove livros de notas e citações, no que ficou conhecido como *Manuscritos de Paris*, escritos simultaneamente aos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*.<sup>102</sup> Além dos autores acima citados, Marx estudou outros como Skarbek, MacCulloch, Prevost, Destutt de Tracy, Schüz, List, H. F. Osiander, Buret, De Boisguillebert, Law e Lauderdale. (Marx, 2011b, p. 184-186). Marx trabalhou intensivamente entre maio e agosto na elaboração dos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* para os quais os *Manuscritos de Paris* serviam de base.<sup>103</sup> A intensidade foi tamanha que Engels, que se encontrou com Marx em agosto de 1844, insiste em carta escrita cerca de dois meses depois, para que ele publicasse logo sua crítica que, como se sabe, somente ocorreria quinze anos depois com a *Contribuição*.

---

<sup>101</sup> McLellan (1969, p. 103) discorda que Marx, neste momento, tenha passado da crítica da religião para a crítica da política, pois, segundo ele, Marx escrevera sua crítica à Filosofia do Direito de Hegel influenciado mais imediatamente pela *Teses preliminares para a reforma da filosofia*, de Feuerbach que, por sua vez, era uma crítica geral à filosofia hegeliana.

<sup>102</sup> Dando destaque aos aspectos filológicos destes manuscritos, Musto (2011b, p. 124-125) diz que, eles “não podem ser considerados uma obra, um texto coerente escrito de maneira sistemática e pré-ordenada. Todas as muitas interpretações que buscam atribuir-lhe uma orientação concluída, tanto as que revelam neles que o pensamento marxiano estava já completo como os que os indicavam como uma concepção definida e oposta a da etapa da maturidade científica, são refutadas pelo exame filológico.” Essa observação se coaduna com a forma como as obras são aqui analisadas, pois busca-se acompanhar o itinerário de Marx quanto ao surgimento e desenvolvimento de algumas categorias, mais do que propriamente uma análise sistemática dos textos.

<sup>103</sup> O texto de Musto (2011b) é útil para esclarecer as relações entre os *Manuscritos de Paris* e os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Muitas vezes eles são considerados indistintamente por alguns autores. Para um acompanhamento mais detalhado da análise de Marx dos autores analisados nos *Manuscritos de Paris*, a tese de De Deus (2010c) é uma boa fonte de consulta. Dados os objetivos da presente tese, que busca ressaltar as principais aquisições teórico-metodológicas de Marx para a descoberta “dialética” da mais-valia, o foco se coloca sobre os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, onde, reconhecidamente, Marx tomou Adam Smith como uma espécie de catalisador de sua análise.

Apesar de os *Manuscritos de Paris* não serem um texto escrito de forma sistemática, ele contém um espécie de roteiro dos temas e categorias econômicas que chamavam a atenção de Marx. O fato de o *Esboço* de Engels ter aparecido em uma folha solta, com poucas anotações, em vez de desmentir a profunda admiração que Marx nutria por ele, pode, por outro lado, confirmar o quanto Marx já estava familiarizado. (Marx, 2011b, p. 103). O primeiro autor que Marx, de fato, analisou foi Jean-Baptiste Say, especialmente a visão que este autor possuía sobre a propriedade privada e a riqueza. A primeira, para Say, “é um fato cuja explicação não está na economia política, apesar de constituir seu fundamento.” (Ibidem, p. 105). Marx contesta: “Não há riquezas sem propriedade privada, e a economia política é, por sua própria essência, a ciência do enriquecimento. Não há, portanto, economia política, sem a propriedade privada.” (Ibidem). Para Marx, a propriedade privada precisa ser analisada, e não simplesmente suposta. O mesmo raciocínio é aplicado quanto à visão de riqueza de Say, pois, segundo Marx, “a riqueza é definida como soma de valores”, e, assim sendo, é necessário que o conceito de valor seja explicado, e não deduzido da propriedade privada.

Em seguida, Marx analisa Ricardo e a diferença deste para Say quanto à noção do valor. Para Say, a utilidade é o elemento determinante; para Ricardo, são os custos de produção. Sobre Ricardo, Marx acentua o mérito de ter assinalado “como o obreiro nada ganha com a elevação da produtividade do trabalho.” (Ibidem, p. 109). As anotações de Marx se estendem sobre diversas outras categorias econômicas, principalmente em Smith e Ricardo, como renda da terra, trabalho, preço natural e preço de mercado etc. Em determinado momento, confrontando Ricardo a Say, Marx questiona a validade do que ficaria consagrado na literatura econômica como a “lei de Say”. (Ibidem, p. 115-116).

Outro autor analisado é James Mill, tomado por Marx como exemplo de procedimento padrão adotado pelos economistas políticos que extraem leis econômicas partindo de suas abstrações, sem olhar para a realidade. Ainda que Smith e Ricardo sejam abonados por Marx, os outros economistas “constroem” leis econômicas que explicam apenas parte da realidade, e, portanto, “a lei não é mais que um momento abstrato, casual e unilateral, os economistas modernos fazem algo acidental, inessencial.” (Ibidem, p. 125). Na parte em que analisa os escritos de Mill sobre o dinheiro, Marx destaca a centralidade da temática da alienação: “O essencial do dinheiro não consiste sobretudo em ser a alienação da propriedade, senão no fato de que a atividade mediadora, o movimento ou ato humano, social, mediante o qual os produtos do homem se complementam uns aos outros – se encontra alienada nele e convertida em atributo seu, como atributo de uma coisa material, exterior ao homem.” (Ibidem, p. 127).

As anotações de Marx se estendem, mas fica evidente o quanto os *Manuscritos de Paris* serviram de sustentação teórica para os *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*.

Nesta obra, duas categorias da economia política merecem tratamento especial por parte de Marx: a propriedade e o trabalho, ainda que discorra também sobre salário, renda da terra, capital, dinheiro e outras mais. Tem razão Musto quando diz, como já citado na seção 2.1 desta tese, que o fio condutor de Marx era a questão da mistificação, pois, se as relações entre propriedade e trabalho constituem tema central da argumentação de Marx, será pelo desvendamento das leis sobre a natureza da propriedade que se tornará possível desmistificar a natureza da sociedade burguesa. E, nesse sentido, é crucial para Marx a questão do trabalho alienado: “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão.” (Marx, 2010a, p. 80). A partir do conceito de trabalho alienado, Marx extrai a propriedade privada: “se minha própria atividade não me pertence, é uma atividade estranha, forçada, a quem ela pertence, então?” (Ibidem, p. 86). A chave passa a ser considerar a relação não apenas pelo aspecto do trabalhador, mas também pela do não-trabalhador, aquele que se apossa do produto do trabalho alheio: “a relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista (ou como se queira nomear o senhor do trabalho) com o trabalho”. (Ibidem, p. 87). E conclui: “a propriedade privada resulta portanto, por análise, do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado.” (Ibidem).

Marx acusa a economia política de ter naturalizado a propriedade, sem compreender suas leis: “a economia nacional parte do fato dado e acabado da propriedade privada. Não nos explica o mesmo.” (Ibidem, p. 79) A economia política fez da propriedade seu fundamento, como se ela fosse imutável e externa ao homem. Através da problemática do trabalho, ele pode prosseguir na discussão de tema que o acompanha desde o embate com a filosofia do direito de Hegel: a alienação. Esse fenômeno, que não foi compreendido pela economia clássica, para Marx representou “o elemento crucial, o “ponto de Arquimedes de sua grande síntese.” (Mészáros, 2006, p. 76). Com a categoria da alienação, Marx avança na crítica à economia política. Mas para isso tem que pensar o trabalho de forma distinta à da economia clássica, pois não é o trabalho humano que engendra a alienação, e sim o trabalho alienado. Feuerbach é novamente convocado, não pela sua crítica à religião, mas pela sua antropologia, ainda que Marx termine por se afastar dela ao construir uma antropologia distinta, em que o homem é percebido na interioridade do ser social, ou seja, ele é antes de tudo um ser prático e social. Assim, a alienação do trabalho substitui a alienação religiosa. Por esta, quanto mais o

homem transfere de si a Deus, menos retém para si, assim como por aquela, na medida em que produz para o capital.

Marx, pois, vai dizer que o homem é um ser genérico em permanente tensão com a sua individualidade. Ele é refém de sua singularidade, e somente a genericidade humana pode fazê-lo transcender. Para que o homem transcenda de sua singularidade é necessário recorrer a um sistema de objetivações, que é o que está disponível na natureza, o que liga o homem singular ao homem genérico. A propriedade privada impede o homem de desfrutar de um rico acervo de objetivações, através das quais ele se subjetiva. Marx aponta que a objetivação essencial é o trabalho: “o objeto do trabalho é portanto, a objetivação da vida genérica do homem” (Marx, 2010a, p. 85), atividade que realiza a essência humana.<sup>104</sup> Assim, se o trabalho for trabalho alienado, o homem perde o vínculo capaz de reatar sua individualidade à sua genericidade: “na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano].” (Ibidem, p. 84).

O que fica evidente é que Marx resgata categorias da economia política, mas a elas pretende dar um tratamento diferente, que tanto remetia à dialética de Hegel, quanto ao materialismo de Feuerbach, mas que deles se afastava pela recusa ao idealismo daquele e à resignação e passividade da visão de mundo deste.<sup>105</sup> Marx, portanto, incorpora e rejeita tanto os economistas políticos quanto Hegel e Feuerbach. Aproxima-se da economia política com o objetivo de estabelecer uma conexão entre aquela ciência e “o Estado, o direito, a moral, a vida civil [...] na medida em que a economia nacional<sup>106</sup> mesma, *ex professo*, trata destes objetos.” (Marx, 2010a, p. 19). Ao mesmo tempo em que busca captar as determinações desse novo mundo, Marx afina o seu instrumental metodológico. A pretexto de defender a legitimidade e veracidade dos dados empíricos usados, Marx aponta para o seu novo ponto de partida, que não seria filosófico, mas econômico: “Ao leitor familiarizado com a economia

<sup>104</sup> O debate sobre a essência humana em Marx ganharia força nas décadas seguintes à publicação dos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Verifica-se a predominância de opiniões como a de Markus (1974, p. 47) que entende que, em Marx, “o único resultado da análise da “essência humana é demonstrar que tal essência, entendida num sentido absoluto e metafísico, não existe de modo algum.”

<sup>105</sup> Sobre as semelhanças e diferenças entre Marx e Feuerbach, Markus (1974, p. 44) diz: “Pode parecer paradoxal que Marx, precisamente nesse trabalho, que assinala a sua separação de Feuerbach no que diz respeito ao conjunto da sua filosofia e no qual a nova avaliação da práxis humana conduz a uma filosofia materialista de tipo fundamentalmente novo, aproxime-se da concepção de Feuerbach em alguns pontos [...] Feuerbach esperava que a realização do “céu na terra” proviesse da reforma da consciência, enquanto Marx parte da “alienação prática”, da alienação do trabalho, e sua opinião é que tão-somente uma revolução comunista que venha a abolir a alienação pode modificar também os fundamentos da consciência.”

<sup>106</sup> Como esclarece o tradutor, Marx mais tarde passaria a usar o termo “economia política” em substituição ao termo usado até este momento “economia nacional”. (Marx, 2010a, p. 19).

nacional não preciso assegurar que meus resultados foram obtidos mediante uma análise inteiramente empírica, fundada num meticuloso estudo crítico da economia nacional”. (Ibidem, p. 19-20). Era de fato uma mudança metodológica para um autor que “antes dos *Manuscritos de 1844* o fator econômico só surgia como um aspecto vagamente definido das relações sociopolíticas.” (Mészáros, 2006, p. 79).

Mesmo considerando a ênfase dada por Marx às questões econômicas, reitera-se o caráter de transição da obra no tocante ao método, pois os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* constituem um primeiro ensaio de uma crítica elaborada pela união metodológica entre economia e filosofia. Como diz Lukács (2009, p. 181), “embora economia e filosofia sejam tratadas separadamente nos *Manuscritos*, as duas críticas se iluminam reciprocamente.” E aí, uma questão fundamental é assinalada por Lukács ao dizer que a crítica de Marx à economia e à filosofia do pensamento burguês clássico está pautada em avaliar como e em que medida, conscientemente ou não, aquele pensamento expressa, ou até propositalmente dissimula, as contradições da sociedade burguesa. Daí, diga-se mais uma vez que o fio condutor de Marx é a busca pela compreensão da lógica de funcionamento daquela sociedade, por um método que procura desmistificar sua aparência natural.

Se ainda não estava totalmente seguro quanto ao método, Marx já se insinuava quanto a procedimentos metodológicos que somente anos depois ele tentaria sistematizar na *Introdução de 1857*, ao dizer que o ponto de partida é o real concreto, assim como também o é o ponto de chegada. Ademais, acentua o movimento de entrar no campo do adversário, para suprássumi-lo:

Partimos dos pressupostos da economia nacional. Aceitamos sua linguagem e suas leis. Supusemos a propriedade privada, a separação de trabalho, capital e terra, igualmente do salário, lucro de capital e renda da terra, da mesma forma que a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca etc. A partir da própria economia nacional, com suas próprias palavras, constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (*Macht*) e à grandeza (*Grösse*) da sua produção [...]. (Marx, 2010a, p. 79).

Marx, assim como o Engels do *Esboço*, reconhece os méritos da economia política, pois ela “percebe o processo *material* da propriedade privada” (Ibidem), a despeito de não perceber as suas contradições. Se Engels se limita a criticar, por uma perspectiva empírica, a

condição desfavorável do trabalho no mundo em que vige a propriedade privada, Marx dá um passo à frente por convocar a categoria do trabalho alienado como agente dessa crítica, de forma a, ultrapassando os limites das evidências empíricas, desmistificar a naturalização de categorias feita pela economia política. Até onde é possível dizer, Marx desmistificou a própria desmistificação operada pela economia política em relação aos mercantilistas. Pela teoria do valor trabalho, os clássicos desmistificam o fetichismo da riqueza nos termos do mercantilismo, pois, sendo o valor derivado do trabalho humano, a propriedade passa ser justificada pelo trabalho. Nos mercantilistas a riqueza era algo externo ao homem, materializada no vil metal. Nos clássicos, ela é introjetada no homem através do trabalho, “essência subjetiva da propriedade privada”. (Ibidem, p. 99). Marx, por sua vez, desmistifica a concepção de trabalho da economia política, pois o que ela reconhece é o trabalho alienado, e assim, se os clássicos dessacralizaram a riqueza mediante o trabalho, acabaram por sacralizar “a propriedade privada genérica como valor universal, a pretexto de reabilitar o homem.” (Coutinho, 1997, p. 28-29).

No mesmo sentido, quando a economia política analisa, por exemplo, a relação entre capital e trabalho, o faz, diz Marx, pela ótica do interesse do capitalista, tudo remetendo à concorrência, sem em momento algum tentar iluminar os recônditos daquela relação, ou seja, “ela supõe o que deve desenvolver. Do mesmo modo, a concorrência entra por toda parte. É explicada a partir de circunstâncias exteriores.” (Ibidem).

A categoria da alienação, como categoria dialética que dava conta de incorporar aspectos contraditórios, foi um exemplo de refinamento do seu instrumental metodológico. Sua construção teórica significava “um aperfeiçoamento dos instrumentos e ferramentas intelectuais – principalmente pela elaboração das categorias da dialética – necessários a uma compreensão filosófica adequada dos fenômenos mistificadores da alienação”, (Mészáros, 2006, p. 76), além de ter sido um passo decisivo em direção à elaboração ulterior de sua teoria do fetichismo da mercadoria. Ademais, sendo a alienação do trabalho aquela em torno da qual gravita todas as outras alienações, é a partir dela que Marx extrai uma série de relações, entre as quais as relações entre propriedade, dinheiro e valor. Como não são os homens que se relacionam, e sim as propriedades de que dispõem, o valor intrínseco nessas mercadorias passam a ser representados pelo dinheiro, “o vínculo que me liga à vida humana, que liga a sociedade a mim” (Marx, 2010a, p. 159).

O tratamento que Marx dá à questão do dinheiro vem a reboque do seu interesse de entender a alienação, relação já observada por Marx em seus extratos de James Mill. O elemento de fundo é alienação, seja à da propriedade privada – expressa pelo dinheiro, seja à do trabalho, expressa pelo valor das coisas. De igual modo, o tratamento dado por Marx à categoria do capital guarda relação com a questão do trabalho alienado, como já se vê no início da seção sobre este tema. Pergunta Marx: “Em que se baseia o capital, isto é, a propriedade privada dos produtos do trabalho alheio?” (Ibidem, p. 39). A análise de Marx sobre o capital se esforça para adquirir contornos dialéticos mais precisos, numa aparente indecisão entre o capital como categoria dominante na sociedade, dado que se apodera do trabalho alheio, e o capital como meios de produção ou produtos produzidos. Com efeito, Marx capta determinações do objeto, sem dar o salto dialético para sair da mesma antinomia que envolveu Adam Smith, para quem ora a riqueza é quantidade heterogênea de bens, ora é poder sobre trabalho alheio. Por isso, a categoria capital se mostra distante da configuração que adquiriria em obras maduras, em que apareceria como relação social capaz de criar riqueza.

Algumas categorias fundamentais na teoria do Marx maduro apareciam já nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, ainda que em forma embrionária e distante da precisão de significado alcançada posteriormente. Em certo momento diz que “o trabalhador tornou-se uma mercadoria” (Marx, 2010a, p. 24). Porém, Marx ainda identifica o trabalho, e não a força de trabalho como mercadoria: “se o trabalho é, portanto, uma mercadoria, é então uma mercadoria com as mais infelizes propriedades.” (Marx, 2010a, p. 37). Interessante que, mesmo não desenvolvendo a tematização sobre o duplo caráter do trabalho, Marx cita a categoria do trabalho abstrato: “É evidente por si mesmo que a economia nacional considere apenas como trabalhador o proletário, isto é, aquele que, sem capital e renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral, abstrato.” (Ibidem, p. 30).

De fato, Marx se movimenta dentro dos limites dados pela teoria do valor dos clássicos. Conseqüentemente, nenhuma teorização preliminar sobre a mais-valia pode ser encontrada, apesar de Marx criticar a oscilação da economia política que ora diz que “o *produto total* do trabalho pertence ao trabalhador” (Ibidem, p. 28), ora diz que “ao trabalhador pertence a parte mínima e mais indispensável do produto”. (Ibidem). Porém, numa espécie de premonição da mais-valia relativa, diz Marx que, se há alguma elevação de salário, ela “é mais do que compensada, para o capitalista, pela redução da quantidade de tempo de trabalho” (Ibidem). E não podia ser diferente, isto é, não poderia ele dar este salto, pois sua

teoria do salário é entremeada de protestos contra a miséria do trabalhador, contentando-se Marx em alternar sua análise entre, por um lado, a constatação de que o salário se relaciona à subsistência do trabalhador (Ibidem, p. 24), por outro, sua determinação de acordo com as fases do ciclo econômico. Entretanto, Marx já percebia que a dissociação ocorrida entre trabalhador e meios de produção era elemento fundamental na análise da relação capital e trabalho: “Portanto, somente para o trabalhador, a separação de capital, propriedade da terra e trabalho é uma separação necessária, essencial e perniciosa.” (Ibidem, p. 23). De resto, já comparece nesse texto a percepção marxiana do conflito dos rendimentos, fundamental tanto para a crítica à mistificação das categorias econômicas nos clássicos como para a sua futura abordagem das formas fenomênicas da mais-valia: “Segundo o conceito, renda fundiária e ganho do capital são *deduções* que o salário sofre. Mas, na realidade efetiva, o salário é uma dedução que terra e capital permitem chegar ao trabalhador, uma concessão do produto do trabalho ao trabalhador, ao trabalho.” (Ibidem, p. 30).

Marx, que ironicamente nos *Grundrisse* acusaria Ricardo de ter fugido da economia para se recolher na química orgânica (Marx, 2011a, p. 631), já menciona aqui “a inversão dos conceitos na economia nacional, que transforma a fertilidade da terra num atributo do possuidor fundiário”. (Marx, 2010a, p. 64). Porém, ele critica a determinação da renda da terra pela fertilidade do solo, e acrescenta que ela é “estabelecida pela luta entre arrendatário e proprietário fundiário.” (Ibidem). Perto de encerrar sua incursão neste tema da renda fundiária, Marx reúne numa só passagem elementos que, talvez mais do que resumir suas conclusões sobre o tema neste texto, são dicas e indicadores para sua futura agenda de pesquisas: a propriedade da terra é mercadoria e a dominação do proprietário da terra uma relação social a ser inscrita nos movimentos do capital. É esta passagem que, segundo Mandel (1968, p. 34), além de ser marcante, configura um Marx que “se move na fronteira da Filosofia e da Economia Política”. Diz Marx:

É necessário que esta aparência seja supressumida (*aufgehoben*), que a propriedade fundiária, a raiz da propriedade privada, seja completamente arrastada para dentro do movimento da propriedade privada e se torne mercadoria; que a dominação do proprietário apareça como a pura dominação da propriedade privada, do capital, dissociado de toda a coloração política; que a relação entre proprietário e trabalhador se reduza à relação nacional-econômica de explorador e explorado; que toda a relação pessoal do proprietário com sua propriedade termine, e esta se torne, ela mesma, apenas riqueza material *coisal*; que no lugar do casamento de honra com a terra se instale o casamento por interesse, e a terra, tal como o homem, baixe do mesmo modo a valor de regateio. (Marx, 2010a, p. 75).

Mais do que demonstrar a imprecisão das categorias econômicas da economia política, esse bombardeio de Marx efetuado em todas as direções, evidencia um esforço notável de um autor que tenta se puxar pelos cabelos, dar saltos cada vez maiores, mas que acaba por cair sempre no chão de uma teoria do valor ainda referenciada nos clássicos. Seu êxito é incontestável, pois se familiarizou com o caráter dissimulado das categorias econômicas da sociedade burguesa. Dessa maneira, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* representam uma transição do Marx que atuava no campo filosófico - seja criticando a religião ou a política, para o Marx que passa a atuar no campo da crítica da economia política. Embora esteja já aí ensaiando uma crítica, ela é feita por Marx de forma fragmentada, quase ponto a ponto. As contradições da economia política já são detectadas, mas ele ainda não busca rearticulá-las no âmbito de uma totalidade, categoria cuja centralidade apareceria pela primeira vez de forma explícita apenas na *Miséria da Filosofia*. Nos termos de Musto (2011b, p. 131-132), tanto os *Manuscritos de Paris* como os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*

mostram o sentido dos primeiros passos deste empreendimento. Seus escritos estão cheios de elementos teóricos derivados de predecessores e contemporâneos. Nenhum dos rascunhos ou das obras deste período pode ser classificado em uma disciplina específica. Não são escritos puramente filosóficos, nem essencialmente econômicos, nem somente políticos. O que se deriva deles não é um novo sistema, um conjunto homogêneo, senão uma teoria crítica.

## **2.5 - A *Miséria da Filosofia* como primeiro platô da crítica: Marx filósofo e economista crítico**

Mesmo com a insistência de Engels para que Marx publicasse sua obra, conforme carta escrita em outubro de 1844, e uma outra, em 20 de janeiro de 1845,<sup>107</sup> os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* resultaram inconclusos. Marx estava sempre insatisfeito e pronto para ajustar contas teóricas ou pessoais com quem quer que fosse. Um desses embates teóricos aconteceria com Bruno Bauer, amigo seu dos tempos de Berlim, entre 1840 e 1841. Bauer pertenceu ao grupo dos jovens hegelianos de esquerda e foi excluído da Universidade de Berlim com a onda reacionária imposta por Frederico Guilherme IV. Após isto, dedicou-se à

<sup>107</sup> “Faça um esforço para acabar seu livro de economia política; pouco importa que ainda haja coisas nele com as quais você esteja insatisfeito. Os ânimos estão exaltados e é preciso agir enquanto o ferro está quente [...] Já é mais do que tempo. Portanto, tente acabá-lo antes de abril. Faça como eu: estabeleça uma data final e providencie que o livro seja publicado o quanto antes.” (CW, 38, p. 17).

elaboração do que ele chamava de filosofia ou crítica pura. Defendendo a ideia de que a filosofia de Hegel era crítica, Bauer pretendia fazer a crítica da crítica. Por isso, Marx e Engels escreveram a quatro mãos um livro contra Bauer, que recebeu o título irônico de *A Sagrada Família ou Crítica da Crítica Crítica*, em que criticavam as concepções idealistas dos irmãos Bauer, Bruno e Edgar. A pretexto de fazerem uma crítica da filosofia idealista da família Bauer e dos amigos deles, acabaram por fazer um balanço do debate filosófico alemão dos anos quarenta: “O que nós combatemos na *Crítica* baueriana é justamente a *especulação* que se reproduz à maneira de *caricatura*.” (Marx e Engels, 2011, p. 15).

Em que pese a advertência de Mandel (1968, p. 37), para quem “*A Sagrada Família*, além de não visar responder preocupações econômicas, constituiu uma contribuição secundária na evolução do pensamento econômico de Marx e Engels”, esta obra, mesmo com todo o seu conteúdo rigorosamente filosófico, é mais um elo em direção à construção de sua crítica da economia política, pois, embrionariamente nela, e plenamente em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels davam um passo decisivo rumo a uma teoria da história, marcando, assim, um deslocamento de uma problematização filosófica do mundo para uma crítica assentada na economia política:

Quem faz tudo isso, quem possui e luta é, muito antes, *o homem*, o homem real, que vive; não é, por certo, a “História”, que utiliza o homem como meio para alcançar *seus fins* – como se tratasse de uma pessoa à parte –, pois a História *não é senão* a atividade do homem que persegue seus objetivos. (Marx e Engels, 2011, p. 111).

É verdade que na *Sagrada Família*, assim como foi nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx e Engels ainda demonstram grande simpatia por Feuerbach, como na citação a seguir:

Mas quem descobriu, então, o mistério do “sistema”? *Feuerbach*. Quem destruiu a dialética dos conceitos, a guerra de deuses, a única que os filósofos conheciam? *Feuerbach*. Quem pôs, não certamente o “*significado do homem*” – como se o homem pudesse ter outro significado, além do de ser homem! – mas o “homem” no lugar da velha quinquilharia, inclusive no lugar da “autoconsciência infinita”? *Feuerbach*, e apenas *Feuerbach*. E ele ainda fez bem mais que isso. Destruiu há tempo as mesmas categorias que a “Crítica” agora agita em volta de si, a “riqueza real das relações humanas, o mesmo conteúdo da História, a luta da História, a luta da massa contra o espírito” etc. etc. (Ibidem).

Mesmo tendo, muitos anos depois, considerado sua admiração por Feuerbach algo exagerado,<sup>108</sup> ficam evidentes as marcas deste autor nos argumentos de Marx e Engels. Apesar do avanço, a crítica da economia política de Marx estava fadada a esperar. Na *Sagrada Família*, enquanto Engels, imaginando que, ao escrever rapidamente pouco mais de quinze páginas da obra, teria dado conta de metade do trabalho, Marx se estende, como sempre, e acrescenta cerca de outras trezentas páginas, terminando-a apenas no final de novembro.

Depois de escrever sua parte, ainda no mês de agosto, Engels partiu para a Renânia, onde terminaria o seu livro *A Situação da classe Trabalhadora na Inglaterra*, ao mesmo tempo em que fazia propaganda do comunismo, mantendo esperança de que Marx terminasse, na verdade, sua obra propriamente econômica, de crítica da economia política. Por isso, a carta já mencionada dele a Marx, escrita no início de outubro de 1844, para que ele se apressasse na elaboração desta obra. (CW, 38, p. 06). Entretanto, outro fator postergaria a crítica de Marx. Ele tinha enviado um artigo demolidor para *Vorwärts!*,<sup>109</sup> um jornal radical publicado em alemão, contendo ácidas críticas ao rei da Prússia, que, tomando conhecimento, solicita ao rei Luís Filipe a adoção de providências contra os ultrajantes e subversivos filósofos alemães. Em 25 de janeiro a revista é fechada e Marx recebe ordem de expulsão.

Seu destino é Bruxelas, aonde chega em 02 de fevereiro de 1845. Lá, Marx daria continuidade aos seus estudos de economia política, conforme relata no prefácio da *Contribuição*: “comecei o estudo dessa matéria em Paris, mas tive que continuá-lo em Bruxelas, para onde me transferi em consequência de uma ordem de expulsão do Sr. Guizot” (Marx, 1986a, p. 25), ministro do Interior da França. Assim como fez em Paris, o ritmo de seus estudos de economia política em Bruxelas seria intenso, em parte porque, exatamente no dia em que deixou a capital francesa, assinara contrato com o editor Karl Leske para publicar seu livro de crítica da economia política.

Nos primeiros meses em Bruxelas, Marx explora a biblioteca municipal da cidade buscando conhecimentos sobre economia política que lhe permitissem compreender melhor o seu objeto, a sociedade capitalista. Já havia em Marx uma predisposição a focar o processo

---

<sup>108</sup> Em carta a Engels, de 24 de abril de 1867, Marx diz que, após ter lido textos seus da juventude, se sentiu “agradavelmente surpreso por descobrir que nós dois não precisamos nos envergonhar do nosso trabalho, ainda que o culto a Feuerbach tenha um efeito bastante humorístico sobre mim hoje em dia”. (Marx, 2011, p. 111). Ressalte-se, mais uma vez, como já assinalado, que já na carta de 13 março de 1843 a Ruge, Marx antecipava sua crítica a Feuerbach.

<sup>109</sup> Avante!

histórico como ponto de partida da construção de uma teoria da emancipação proletária.<sup>110</sup> Assim, na primavera de 1845, escreve as *Teses sobre Feuerbach*, consideradas por Engels como “a primeira vez que se tomava realmente a sério a concepção materialista do mundo e que, de maneira consequente – pelo menos em suas grandes linhas – ela era aplicada.” (Engels, 1953b, p. 194).<sup>111</sup> Diz Marx logo na primeira tese: “A falha principal, até aqui, de todos os materialismos (incluindo o de Feuerbach) é que o objeto, a realidade efetiva, a sensibilidade, só é percebido sob a forma do *objeto* ou da *intuição*; mas não como *atividade sensivelmente humana*, como prática, e não de maneira subjetiva.” (Marx, 1990, p. 30).

Entre fevereiro e julho de 1845 escreve seis cadernos de anotações sobre conceitos elementares da economia política, que ficaram conhecidos como *Cadernos de Bruxelas*. Simultaneamente, estuda questões relacionadas à maquinaria e à grande indústria, além de ter iniciado, e não terminado dois outros projetos: uma crítica a Friedrich List, economista alemão, defensor da proteção aduaneira como fonte de desenvolvimento econômico da Alemanha, e um conjunto de traduções de socialistas utópicos. Os dois projetos são abortados e, em 12 de julho de 1845, Marx e Engels vão para a Inglaterra realizar pesquisas para o livro prometido a Leske. Permanecem a maior parte do tempo, entre 12 de julho e 21 de agosto, em Manchester,<sup>112</sup> onde Marx escreve outros nove cadernos de citações, os *Cadernos de Manchester*, com extratos de Thomas Cooper, Thomas Tooke, John Ramsay McCulloch e John Stuart Mill, além de estudar os socialistas John Francis Bray e Robert Owen. (Musto, 2011a, p. 36-37).

Ao retornarem da Inglaterra, Marx e Engels decidem que precisam dar continuidade ao balanço da filosofia alemã pós-hegeliana. Os principais representantes desta última, e especialmente Feuerbach, seriam finalmente enfrentados. O materialismo de Feuerbach, diria Marx, não foi capaz de “libertá-lo” da filosofia, posto que é um materialismo apenas teórico, contemplativo.<sup>113</sup> A visão do homem que Feuerbach possui não parte da história ou das relações sociais, mas de abstrações, e, portanto, ele também é um idealista, a despeito de

<sup>110</sup> Conforme carta a Ruge, de 13 de março de 1843.

<sup>111</sup> Em 1883, no prefácio à edição alemã do *Manifesto do Partido Comunista*, Engels (1953a, p. 17) fala sobre a autoria da concepção materialista da história, “este pensamento fundamental [que] pertence única e exclusivamente a Marx”. Acrescenta, ainda, em nota de rodapé: “Mas quando reencontrei Marx em Bruxelas na primavera de 1845, ele a tinha elaborado completamente, e dela me fez uma exposição, mais ou menos tão claramente como acima o fiz.”

<sup>112</sup> Esta foi a primeira passagem de Marx em Manchester (Henderson, 2005, p. 02-03, 10). Este autor busca descrever, de forma detalhada e com dados precisos, a relação de Marx e Engels com aquela cidade, que ficaria marcada como local privilegiado de observação e contato com a realidade vivida pela classe trabalhadora.

<sup>113</sup> Ironicamente, Feuerbach significa em alemão “rio de fogo”.

Feuerbach ter proposto um descarte total da filosofia de Hegel, por assemelhá-la à teologia. Com isso, se nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* a releitura que Marx faz de Hegel, em especial de sua *Fenomenologia*, de certa maneira reabilita este autor, pois Marx encontra nele o homem como resultado de um processo de auto-criação “resultado de seu próprio trabalho [com um comportamento ativo] para consigo mesmo na condição de ser genérico” (Marx, 2010a, p. 123) - ainda que o trabalho não esteja conectado diretamente com o empírico, com o mundo material, sendo, assim, trabalho de espírito, idealizado - em *A Ideologia Alemã*, Marx busca unir o materialismo de Feuerbach ao idealismo de Hegel.

Esta obra é, portanto, um ponto de chegada de uma trajetória sinuosa, que tem como uma de suas marcas distintivas o rompimento com a antropologia feuerbachiana. Marx havia partido de Feuerbach para criticar Hegel. Porém, no meio do caminho se depara com a economia política e termina por se incompatibilizar com Feuerbach, cuja antropologia naturalista interditava sua trajetória rumo à compreensão do ser social. Grosso modo, era preciso, então, “hegelianizar” Feuerbach e “materializar” Hegel.

Entre o final de 1845 e junho de 1846, Marx e Engels escrevem, pois, *A Ideologia Alemã*, e fazem isto, como eles mesmos indicam, também com outro objetivo, conforme carta escrita por Marx ao editor Leske em 01 de agosto de 1846: “preparar o público para o ponto de vista adotado em minha Economia, que se opõe diametralmente à erudição alemã passada e presente.” (Wheen, 1999, p. 92). Na verdade, *A Ideologia Alemã* era uma obra de auto-esclarecimento, que nem mesmo foi publicada por eles, deixada para “a crítica roedora dos ratos”, como disse Marx no prefácio da *Contribuição*:

E, quando ele [Engels], na primavera de 1845, veio também instalar-se em Bruxelas, decidimos elaborar em comum nossa oposição contra o que há de ideológico na filosofia alemã; tratava-se, de fato, de acertar as contas com a nossa antiga consciência filosófica. O propósito tomou corpo na forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito, dois grossos volumes *in octavo*, já havia chegado há muito à editora em Westfália quando fomos informados de que a impressão fora impedida por circunstâncias adversas. Abandonamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos atingido o fim principal: a compreensão de si mesmo. (Marx, 1986a, p. 26).

Nesta obra, Marx e Engels formulam uma concepção da dinâmica histórica - que seria sumamente exposta no prefácio da *Contribuição* - através da qual a compreensão da história passa pela compreensão da produção material da vida social. Importa conhecer como se dá a

operação das forças produtivas no âmbito de determinadas relações sociais. A chave explicativa está na centralidade da exploração do trabalho como fundamento da produção de excedente. Não há simetria entre as relações de propriedade e o desenvolvimento das forças produtivas, de tal forma a tornar possível que, em determinado momento, aquelas forças produtivas tenham o seu desenvolvimento travado pelas relações sociais de produção vigentes. Advindo, pois, a contradição entre aqueles dois polos, as relações de produção tendem a implodir, dando ocasião a que novas relações sociais sejam construídas num processo histórico que é conduzido pelos homens. Dessa maneira, Marx e Engels começam a obra realçando aquilo que seria um dos seus objetivos centrais, a crítica da filosofia idealista, que vê o pensamento como demiurgo do real:

Nesse caos geral, formaram-se poderosos impérios para logo perecerem: emergiram heróis momentaneamente para, em seguida, serem catapultados de volta às trevas por rivais mais arrojados e poderosos. Foi uma revolução diante da qual a Revolução Francesa não passou de um brinquedo de criança; uma luta mundial diante da qual os combates dos diádocos pareceriam mesquinhos. Uma vez deslocados os princípios, os heróis do pensamento atropelaram-se uns aos outros com uma precipitação inusitada, e em três anos, de 1842 a 1845, revirou-se mais o solo da Alemanha do que nos três séculos anteriores. Tudo isso teria acontecido no terreno do pensamento puro. (Marx, 2007b, p. 85).

Importa ressaltar que, pela primeira vez, Marx e Engels analisam os fenômenos sociais por um método que busca levar em conta tanto as determinações do conteúdo material quanto a forma social daqueles fenômenos. Eles chegam, pois, a conclusões que cancelam a crítica da economia política como recurso indeclinável para a compreensão da sociedade burguesa. Não sendo pela filosofia, posto que ela pode ser comprometida pela ideologia – tema amplamente discutido em *A Ideologia Alemã* - a crítica da economia política se afirma como imprescindível para iluminar os nexos causais do capitalismo. Para alguns autores, a partir desse momento, Marx deixa de ser filósofo. Para a perspectiva aqui adotada, acrescente-se, em sentido semelhante à citação de Lukács,<sup>114</sup> que o Marx que nesse momento caminha em direção ao enfrentamento de Proudhon na *Miséria da Filosofia*, é o Marx que, ainda não tendo encontrado o formato final da exposição da sua crítica à economia política, é o teórico que

---

<sup>114</sup> Ver citação de Lukács (2012, p. 249) na p. 29 do capítulo 1º.

permanece encharcado de filosofia, mas que busca, como estratégia que o conduza à crítica, ser também um economista crítico.<sup>115</sup>

Recupere-se, por um instante, o argumento central desta tese: Marx não abandona a filosofia; ele a reconstrói. Uma reconstrução que significa rejeição da filosofia especulativa, para colocar em seu lugar uma filosofia “com base real”, cujo ponto de partida seja a concepção materialista da história, amparada pela investigação empírica da realidade, para o que concorreria a crítica da economia política. Em suma: se a filosofia reconstruída à luz da concepção materialista da história é o alicerce do edifício teórico,<sup>116</sup> suas paredes são levantadas pela crítica da economia política que, como foi demonstrado no capítulo anterior, evoca o conjunto de todas as ciências, e que, em especial, requer que filosofia e economia andem de mãos dadas. Assim, a mais-valia pôde ser descoberta. Daí, compreender a genealogia da mais-valia implica, a um só tempo, reconstrução do método e método de reconstrução, este último referindo-se à reconstituição da forma como Marx reposiciona as categorias da economia política, suprassumindo-as, vis-à-vis seu trabalho de investigação empírica e elaboração de novas categorias.

Em 1846, Marx achava que concluiria o primeiro volume da sua *Crítica da Economia Política* até o final de novembro, o que não aconteceu. O atraso não ocorreu somente por conta de questões teórico-metodológicas, mas também devido às atividades políticas intensas desempenhadas por Marx em Bruxelas. De fato, em Bruxelas ele teve o seu primeiro contato com uma associação clandestina secreta de exilados alemães, a chamada Liga dos Justos. Ainda durante a elaboração de *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels são solicitados a prestar auxílio na reformulação das características da Liga. Estabelecem o Comitê de Correspondência Comunista, cujo objetivo era fomentar uma aproximação entre as várias

---

<sup>115</sup>Retome-se o argumento da nota de rodapé nº 16. No prefácio desta obra, ainda que em tom irônico, Marx se intitula “alemão e economista”, conforme citação mais a frente. Segundo Guerrero (1997, p. 61), “não se deve esquecer que Marx sempre falava e escrevia sobre os economistas na terceira pessoa, auto-excluindo-se conscientemente do coletivo de “sicofantas do capital.” Porém, a perspectiva adotada aqui ultrapassa a mera questão ideológica. Na mesma linha de argumentação de Lukács, que não vê sentido na contraposição entre o filósofo e o economista puro, diga-se que a própria configuração da crítica da economia política requeria que Marx não fosse apenas mais um economista, no sentido estrito do termo. Como já exposto no capítulo anterior, Marx entra na economia para sair dela mais à frente, e assim, enquanto operador da economia, sobretudo nos anos 1850, fica ele aqui caracterizado como um economista crítico.

<sup>116</sup>Engels (1875) concedia à elaboração da concepção materialista da história o mesmo grau de importância da descoberta da teoria da mais-valia: “Estas duas descobertas: a concepção materialista da história e a revelação do segredo da produção capitalista que se resume na mais-valia são devidas a Karl Marx. Graças a estas descobertas, o socialismo converte-se numa ciência, que não é preciso senão desenvolver em todos os seus detalhes e concatenações.”

ligas de trabalhadores na Europa com o fim de unificar as diretrizes teóricas e práticas do comunismo nesta região.

Paralelamente às atividades políticas, Marx trabalhava incessantemente, tendo escrito, entre o outono de 1846 e setembro de 1847, um conjunto volumoso de excertos relacionados à história da economia, divididos em três cadernos de citações. (Ibidem). Atuando em diversas frentes ao mesmo tempo, em maio de 1846, ainda por conta das atividades do Comitê, Marx, que na *Sagrada Família* mostrara apreço por Proudhon, escreve a ele convidando-o a atuar como correspondente do Comitê em Paris. A resposta de Proudhon foi uma espécie de preliminar para a futura elaboração da *Miséria da Filosofia*:

Se o senhor quiser, investiguemos juntos as leis da sociedade, o modo como elas se realizam, o progresso segundo o qual chegamos a descobri-las. Mas, por Deus!, depois de demolir todos os dogmatismos *a priori*, não sonhemos, de nossa parte, com a doutrinação do povo [...] Aplaudo, de todo coração, sua ideia de confrontar todas as opiniões; estabeleçamos uma polêmica boa e leal; ofereçamos ao mundo o exemplo de uma tolerância sábia e previdente; mas, pelo fato de estarmos à frente do movimento, não nos tornemos chefes de uma nova intolerância, não nos coloquemos como apóstolos de uma nova religião, ainda que da lógica, da razão. Acolhamos, estimulemos todos os protestos, desencorajemos todas as exclusões, todos os misticismos. Não consideremos jamais uma questão esgotada. E, quando tivermos usado até o nosso último argumento, se for preciso, recomeçemos, com eloquência e ironia. Com estas condições, entrarei com prazer na sua associação; sem elas, não! (Marx, 2009 p. 239-240).

Mais a frente, Proudhon acrescenta: “Eis, meu caro filósofo, onde me encontro por agora; posso enganar-me e, se isso ocorrer, espero receber a fêrula da sua crítica, a que me submeto de boa vontade, reservando-me a resposta.” A *Miséria da Filosofia* foi a fêrula,<sup>117</sup> o golpe pressentido por Proudhon, escrita por Marx após este último ter publicado *Filosofia da Miséria*. Logo no prefácio, Marx zombeteia:

O Sr Proudhon tem a infelicidade de ser singularmente desconhecido na Europa. Na França, tem o direito de ser um mau economista, porque passa por ser um bom

<sup>117</sup>Em carta a Schweitzer, de 24 de janeiro de 1865, diz Marx: “Pouco antes da publicação da sua segunda obra importante, *Filosofia da miséria*, Proudhon anunciou-me sua próxima edição numa carta muito detalhada, em que, entre outras coisas, dizia-me o seguinte: “Espero a fêrula de sua crítica”. Com efeito, a minha crítica caiu rapidamente sobre ele (em meu livro *Miséria da Filosofia*, 1847), de tal forma que pôs fim, para sempre, à nossa amizade.” (Marx, 2009, p. 259). De fato, Proudhon acusa o golpe, quando, ao receber o seu exemplar do livro de Marx, faz anotações furiosas do seguinte tipo: “Marx é a ténia do socialismo”; “esta raça que envenena tudo”; “o judeu é o inimigo do gênero humano”; “É preciso recambiar esta raça para a Ásia ou exterminá-la.” (Ibidem, p. 162).

filósofo alemão. Na Alemanha, tem o direito de ser um mau filósofo, por passa por ser um dos mais vigorosos economistas franceses. Nós, na qualidade de alemão e economista ao mesmo tempo, quisemos protestar contra esse duplo erro. (Marx, 2009, p. 41).

Ainda que seja imperativo levar em conta o envoltório polêmico e político da *Miséria da Filosofia*, nem por isso se deve desconsiderar a cientificidade do seu conteúdo. A concepção materialista da história, que já tinha sido expressa, mas não publicada, na *Ideologia Alemã*, veio a público pela primeira vez, através da *Miséria da Filosofia*. Mais uma vez, o prefácio da *Contribuição* é algo esclarecedor, pois nele, depois de fazer exposição sucinta da sua teoria da história, Marx resume sua visão histórica da sociedade burguesa, que seria mantida até o fim dos seus dias:

As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo. Daí que com essa formação social se encerra a pré-história da sociedade humana. (Marx, 1986a, p. 26).

Poucas linhas adiante, o próprio Marx concede à *Miséria da Filosofia* o status de obra científica fundamental em sua trajetória intelectual, portadora de elementos essenciais da sua teoria: “os pontos decisivos de nossa opinião foram indicados cientificamente pela primeira vez, ainda que apenas de uma forma polêmica, em meu escrito *Miséria da Filosofia*, publicado em [julho de] 1847 e dirigido contra Proudhon.” Diante dessa declaração de Marx, as obras anteriores, inclusive os *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, seriam acientíficas, uma sentença que não leva em conta, no caso desta última, o fato de não ter sido escrita para publicação e ter resultado incompleta.

A *Miséria da Filosofia* não era propriamente a crítica da economia política tantas vezes reclamada por Engels, mas tratava-se da primeira obra de economia de Marx em que ele claramente ensaia uma tentativa de submeter as categorias da economia política ao crivo de um método dialético específico, que, apesar de distante da configuração que teria nos anos seguintes, já se insinuava modificado em relação ao instrumental metodológico dos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Nestes, a abstração operada pela filosofia hegeliana é

analisada por Marx em seus aspectos positivos, notadamente na seção sobre a *Fenomenologia*. Na *Miséria da Filosofia*, os aspectos negativos da filosofia hegeliana são ressaltados, pois os seus defeitos são também aqueles nos quais incorre a economia política de Proudhon, que parte de categorias abstratas para chegar ao real, precisando, assim, também ser invertida. O que Hegel fez com a religião e com o direito, Proudhon fez com a economia, por um método chamado por Marx de “metafísica da economia política”. Diz Marx já no início do segundo capítulo: “Eis-nos em plena Alemanha! Teremos de falar a linguagem da metafísica, sem abandonar a da economia política.” (Marx, 2009, p. 119).

Talvez não seja uma extravagância dizer que, para os objetivos desta tese, uma análise da *Miséria da Filosofia* deva se concentrar muito mais nos aspectos metodológicos do que na evolução da compreensão de Marx sobre as categorias econômicas da economia política clássica. Isto porque aqui não se coloca o foco sobre as virtudes e debilidades teóricas da “economia política” proudhoniana. Interessa, é verdade, compreender a evolução de Marx, porém, há de se reconhecer que, de certa forma, este intento fica prejudicado quando se leva em consideração que, nesse confronto, Marx se apresenta com uma roupagem ricardiana. Ou seja, por um certo ângulo, o da evolução de suas categorias econômicas, o Marx da *Miséria da Filosofia* não é o Marx em processo; é o Marx que, negando-se a si mesmo, coloca Ricardo em seu lugar, e posta-se sobre um platô, ainda que não passivamente, para observar o resultado do confronto teórico entre este autor e Proudhon, e do confronto metodológico entre este último e Hegel. Mesmo assim, não há dúvida de que a análise de determinados aspectos da elaboração econômica de Proudhon pode contribuir para mostrar como Marx ensaiava o exercício da crítica, além de lançar luzes sobre a sua própria “economia política”, o nível a que tinha chegado o seu conhecimento dos clássicos, ou, em termos já empregados anteriormente nesta tese, o quanto Marx, a esta altura, já tinha de economista crítico. Daí, o subtítulo desta seção, “Marx filósofo e economista crítico”, que sugere uma determinada primazia do primeiro sobre o segundo.

Marx agora não é apenas o filósofo que, como nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, subordina a economia política a um problema filosófico, o interesse maior de compreender a alienação humana, para o qual categorias econômicas como propriedade, dinheiro, trabalho e capital são apenas elos importantes. Na *Miséria da Filosofia*, o Marx economista crítico se avulta, sem deixar de ser filósofo, e isto porque ele já percebe a essencialidade da economia política para o seu projeto de compreensão da sociedade burguesa. Avulta-se não porque construa sua própria teoria econômica, mas porque já tem

amplo domínio da economia política e consegue, criticamente, transitar entre os autores mais significativos desta nova ciência. Ele já é “um investigador independente e original em economia, consciente de sua proximidade e de sua profunda oposição à escola clássica.” (Rosdolsky, 2001, p. 21). Esta consciência, o domínio que já possuía da economia política até então, lhe dava condições de colocar e retirar Ricardo no palco de acordo com a sua conveniência, sem perder, com isso, o comando do espetáculo. Não se ignora que a teoria econômica de Marx não estivesse ali recortada por insuficiências. Retornando a Rosdolsky (Ibidem), “em alguns temas ele ainda não superara as concepções de Ricardo, que mais tarde reconheceria como errôneas ou parciais.” Mas é justamente isto que justifica a amplitude do clamor que àquela altura o seu *alter ego* economista fazia, o avultamento supracitado, ao reivindicar mais atenção, mais dedicação, mais pesquisas, demandas que seriam atendidas a partir de sua chegada em Londres, no final de 1849. Ademais, essa perspectiva é confirmada pelo salto gigantesco em tempo tão curto, representado pela evolução dos seus conhecimentos de economia política, que seriam consolidados em *Trabalho Assalariado e Capital*, publicado apenas dois anos depois. Esta questão será retomada um pouco mais à frente.

De fato, o Marx, economista crítico, procura seu lugar, quer mais espaço, mas não apenas porque entendeu ser necessário ir mais a fundo no estudo da economia política. Seu projeto não era ser mais um excelente economista político. Retome-se a proposição desenvolvida na primeira seção do presente capítulo que diz que, em Marx, como também em Hegel, o ser só pode ser compreendido no seu movimento, ou seja, a compreensão do ser se dá no processo mesmo de exposição de seu movimento e que, por isso, a crítica ontológica é também epistemológica. Na *Miséria da Filosofia*, o Marx economista crítico alarga seus horizontes, sem reduzir os do Marx filósofo, porque busca compreender a sociedade burguesa, as categorias econômicas que a definem, através de um método dialético científico que submete aquelas categorias ao escrutínio de sua concepção materialista da história. Em outras palavras, entender a teoria econômica de Proudhon exige que se entenda também o método por ele utilizado, “o método absoluto” (Marx, 2009, p. 123) que, segundo Marx, usa a razão pura, o procedimento hegeliano das abstrações, para explicar tanto o ser, como o movimento do ser, sem privilegiar o movimento histórico da produção. “Se se encontra nas categorias lógicas a substância de todas as coisas, imagina-se encontrar na fórmula lógica do movimento o *método absoluto*, que tanto explica todas as coisas como implica, ainda, o movimento delas.” (Ibidem).

Estava claro para Marx que seu embate não era apenas com Proudhon: “Temos, pois, que nos haver com dois homens, primeiro o sr. Proudhon, depois com Hegel” (Ibidem, p. 120). Era preciso denunciar o uso indevido que Proudhon fazia da dialética hegeliana: “Decididamente, o sr. Proudhon quis amedrontar os franceses lançando-lhes ao rosto frases quase hegelianas.” (Ibidem, p. 120).<sup>118</sup> Proudhon não teria conseguido entender, segundo Marx, o que seria o núcleo central da dialética hegeliana. Por isso, incorre em procedimentos estranhos ao sistema de Hegel, quando entende que o movimento dialético é resultado da simples oposição entre o lado mau e o lado bom das categorias econômicas. “Para o sr. Proudhon, toda categoria econômica tem dois lados – um bom, outro mau [...] O lado bom e o lado mau, a vantagem e o inconveniente, tomados em conjunto, constituem para o sr. Proudhon, a contradição em cada categoria econômica. (Ibidem, 127). Mais adiante: “Da dialética de Hegel, o sr. Proudhon só tem a linguagem.” (Ibidem, p. 128). Marx adverte que Proudhon aniquila o movimento dialético, por impedir que a categoria se ponha e se oponha a si mesma. “É o sr. Proudhon, que se move, se debate e se agita entre os dois lados da categoria.” (Ibidem, p. 129). Em carta a Annenkov, de 28 de dezembro de 1846, diz: “Por que o sr. Proudhon recorre a um hegelianismo superficial para dar-se ares de pensador profundo?” (Ibidem, p. 243).

Com efeito, a *Miséria da Filosofia* marca uma inflexão na trajetória de Marx. Não se encontra nela, por exemplo, referência ao trabalho alienado, elemento central dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* para explicar as contradições no âmbito do desenvolvimento histórico material. Sua análise terá como ponto fulcral o entendimento de que a produção material da vida, o desenvolvimento material das condições de produção, é a determinação ontológica primária e fundamental, que precede a todas as outras, sem desconsiderar que estas últimas são igualmente essenciais. Faz isto no mesmo sentido em que menciona no prefácio da *Contribuição* a célebre e mal compreendida oposição entre estrutura e superestrutura, para em seguida dizer: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (Marx, 1986a, p. 25).

---

<sup>118</sup> Possivelmente, Marx estava se referindo aqui ao que ele chama de *sophistication* de Proudhon, conforme declara em carta a Schweitzer: “Durante minha estância em Paris, em 1844, travei conhecimento pessoal com Proudhon. Menciono aqui o fato porque, em certa medida, sou responsável pela sua *sophistication*, como os ingleses chamam à adulteração de mercadorias. Em nossas longas discussões, que frequentemente duravam noites, contaguei-o, para grande desgraça sua, com o hegelianismo que, por seu desconhecimento da língua alemã, não podia estudar a fundo.” (Marx, 2009, p. 260). Netto cita Gurvitch, para quem, o conhecimento que Proudhon tinha de Hegel “vinha, do que Ahrens, emigrado alemão que lecionara no Collège de France, veiculara no Curso de psicologia, publicado em 1836-1838”. (Netto, 2004, p. 93).

Pode-se, assim dizer, que, neste aspecto, a *Miséria da Filosofia* é legatária de *A Ideologia Alemã*, pois foi nesta última que se verificou uma mudança essencial no ponto de vista de Marx acerca da relação indivíduo-sociedade, que veio a aparecer plenamente naquela, a saber, as relações sociais como o elemento primário a partir do qual se pode entender o indivíduo, fugindo-se assim do procedimento que parte da relação estabelecida entre o indivíduo e sua atividade, algo próximo ao que ele chamaria mais tarde de robinsonada.

Corroborar-se, dessa forma, a perspectiva pela qual a *Miséria da Filosofia* é considerada aqui o primeiro platô da crítica. Ao descobrir a história, Marx encontrou a altura e ângulos corretos para seguir adiante. Nela, usou os elementos econômicos que tinha coletado por uma outra perspectiva. Já tinha compreendido que “os economistas nos explicam como se produz nessas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem essas relações.” (Marx, 2009, p. 120).

Marx divide a obra em dois capítulos: no primeiro, ele analisa a “economia política” de Proudhon, ao mesmo tempo em que sintetiza o seu próprio conhecimento, apreendido nas leituras de economia política; no segundo, faz uma discussão de método, com sucessivas remissões às categorias *forças produtivas* e *relações de produção*, que, juntamente com temas como divisão do trabalho, maquinaria, inovações tecnológicas, concorrência, monopólio, crises, etc, permitiriam a Marx reiterar os princípios fundamentais da sua concepção materialista da história. Com efeito, se por um lado, a *Miséria da Filosofia* pode se situar nos marcos da crítica da economia política, por outro, como já se disse aqui, é a obra de um filósofo que se apropria da economia política ricardiana – apenas parcialmente criticada por ele até então - para fazer uma crítica direta das ideias proudhonianas, e assim, conter o avanço de sua influência no movimento operário francês.

É verdade que Marx avançaria muito ainda tanto no seu conhecimento de economia política quanto no afinamento do seu método dialético. Ressalte-se que neste momento ele tinha pouco mais de três anos de leitura dos economistas políticos. De certa forma, como acontece com qualquer estudioso que se proponha a resumir suas descobertas, a *Miséria da Filosofia*, a despeito de representar um ataque ferrenho a Proudhon, representaria para Marx um momento de preparo para saltos maiores na sua crítica. Daí, diga-se mais uma vez, considerá-la o primeiro platô da crítica.

Como o ferro que com o ferro se afia, seu enfrentamento com Proudhon - que, como já foi dito, no campo da economia política dava-se indiretamente, via Ricardo - resultaria em

avanços para ele próprio, que se manifestariam nem tanto na *Miséria da Filosofia*, mas em obras seguintes. No primeiro capítulo dessa tese foi dito que Marx talvez desconfiasse de não “ter” economia política suficiente para enfrentar Proudhon na forma eleita por ele como a única capaz de demolir qualquer filosofia idealista, e por isso recorresse a um capítulo sobre método. Pode-se, agora, dizer também, que ele discute economia política no capítulo primeiro por achar que já tinha o suficiente para enfrentar Proudhon, e assim, através do que já possuía em seu estoque de conhecimento, se credibilizava para discutir o método usado por Proudhon. Os dois pontos de vista são válidos, pois, em Marx, teoria e método não se dissociam. Ao fim e ao cabo, esses movimentos da análise de Marx na *Miséria da Filosofia*, que, entre idas e vindas, ora paira sobre a economia política, ora sobre método, constituem uma espécie de ensaio, prenúncio de sua futura crítica da economia política.

A concepção materialista da história que Marx já tinha desenvolvido comparecia a todo instante como uma espécie de instrumento de aferição das categorias econômicas em Proudhon. Marx apontava um erro de base, que era o fato de Proudhon partir de abstrações, e assim não ter conseguido nem ao menos imitar Ricardo, para quem o ponto de partida era a realidade concreta. O procedimento de Marx será, então, avaliar as ideias de Proudhon à luz de sua concepção materialista da história. Logo no início do livro ele se põe a analisar a economia política proudhoniana, que é, a um só passo, também análise da “dialética” de Proudhon: a oposição entre valor de utilidade (valor de uso) e valor de troca. E, já neste momento, Marx aponta o idealismo de Proudhon, o uso indevido do abstracionismo hegeliano, ao identificar valor de uso com abundância e valor de troca com escassez. Se há abundância de alguma mercadoria, seu valor de troca tende a zero, identificando-se, assim, a abundância ao valor de uso; por outro lado, se há escassez, o valor de troca da mercadoria tende ao infinito, identificando-se, assim, a escassez ao valor de troca. Vê-se que Proudhon saca de seu esquema lógico e abstrato categorias como abundância e escassez, sem levar em conta que algo somente é escasso ou abundante em função da demanda, que, por sua vez, assim, como a oferta, são relações determinadas pelas pessoas, entes reais: “ele se esquece totalmente de que há pessoas que a produzem, pessoas cujo interesse exige levar a demanda em consideração.” (Ibidem, p. 52).

A categoria da totalidade começa a aparecer na análise de Marx. No caso em tela, diz ele: “a demanda é, simultaneamente, uma oferta; a oferta, simultaneamente, é uma demanda.” (Ibidem, p. 54). As abstrações de Proudhon são arbitrárias, pois trabalham com aspectos teóricos isolados da totalidade. A crítica de Marx é semelhante à que ele efetuará na

*Introdução de 1857*: “o consumidor não é mais livre que o produtor. A sua opinião assenta sobre seus meios e suas necessidades. Uns e outros são determinados pela sua situação social que, por sua vez, depende de toda a organização social.” (Ibidem, p. 55). Marx refuta esse procedimento de Proudhon de, diante do problema teórico, tirar uma abstração da cartola para poder resolver o imbróglio. Assim, abstrações como livre arbítrio, opinião, “um homem”, são reflexo de um método que não recorre ao empírico, ao mundo real, onde os homens produzem tanto a si mesmos quanto as condições de sua existência. Para Marx, Proudhon não se atentou para o fato de que “as relações de produção de qualquer sociedade constituem um todo.” (Ibidem, p. 126).

Dessa forma, Marx critica a economia política de Proudhon por uma visão binocular que foca, ao mesmo tempo, teoria e método: por um lado, ele não conseguiu o mínimo, que foi entender e reproduzir (ou criticar) as categorias econômicas que economistas políticos como Sismondi, Lauderdale, Smith, Ricardo e outros, já tinham tratado, e em relação às quais Proudhon agora reivindica originalidade; por outro, reproduz a dialética hegeliana naquilo que era o seu defeito: “Então, em que consiste toda a dialética do sr. Proudhon? Consiste na substituição do valor útil e do valor permutável, da oferta e da demanda por noções absurdas e contraditórias, tais como a escassez e a abundância, o útil e a opinião [...]” (Ibidem, p. 57).

O procedimento é o mesmo na seção seguinte, em que Marx analisa a categoria do valor constituído ou valor sintético, pretensamente descoberta por Proudhon. Diz Marx que, desde 1817, era possível encontrar essa doutrina em Ricardo. Mais uma vez demonstrando a falta de originalidade de Proudhon, Marx desenvolve aquilo que era uma questão de fundo de toda a obra, que era o fato de Proudhon usar a teoria do valor trabalho para construir uma sociedade igualitária: “De qualquer maneira, à posteridade parecerá muito ingênuo que o sr. Proudhon exhiba como “teoria revolucionária do futuro” o que Ricardo expôs cientificamente como a teoria da sociedade atual, da sociedade burguesa.” (Ibidem, p. 59). O mérito de Ricardo, não reproduzido por Proudhon, foi o de ter construído a sua teoria partindo dos fenômenos mais significativos da realidade econômica, enquanto que este último parte de categorias abstratas construídas sobre hipóteses arbitrárias. “Ricardo nos apresenta o movimento real da produção burguesa, que constitui o valor. Abstraindo esse movimento real, o sr. Proudhon “se debate” na invenção de novos procedimentos.” (Ibidem, p. 63). E, mais adiante: “Ricardo é a interpretação científica da vida econômica atual; a teoria dos valores do sr. Proudhon é a interpretação utópica da teoria de Ricardo.” (Ibidem).

Um erro fundamental de Proudhon, acusa Marx, foi o seu procedimento de igualar o valor das mercadorias medido pela quantidade de trabalho nelas fixado com o valor das mercadorias medido pelo valor do trabalho. (Ibidem, p. 68). Daí “as consequências igualitárias que o sr. Proudhon extrai da doutrina de Ricardo.” (Ibidem). Marx acentua a impossibilidade de construir tal sociedade baseando-se naquele princípio de igualdade, pois “o valor do trabalho, como o valor de qualquer coisa, não serve para medir o valor [...] é mover-se num círculo vicioso: é determinar o valor relativo por um valor relativo que, por sua vez, precisa ser determinado.” (Ibidem, p. 69).

Constitui-se, pois, um equívoco a proposta de Proudhon de que todos os produtos sejam trocados pelo seu custo de produção, para que assim os trabalhadores possam trocar o mesmo tempo de trabalho por diferentes mercadorias, obtendo participação proporcional no total da produção. Além de não considerar o trabalho como uma mercadoria qualquer, cujo valor também é medido pelo tempo necessário para ser produzido, Proudhon desconsidera os efeitos da concorrência, que é o mecanismo responsável por fazer com o que os preços oscilem em torno do valor. Interessante notar que essa discussão sobre o valor do trabalho-mercadoria conduz Marx a se desgarrar de Ricardo por um pouco, e discorrer por conta própria sobre categorias como trabalho simples e trabalho complexo.

Ao longo do livro, diversos são os exemplos em que a teoria econômica de Proudhon é cotejada com a dos clássicos, especialmente Ricardo. Nesse sentido, é temerário dizer que Marx desenvolvia sua própria teoria do valor, até porque ele explicitamente lançava Proudhon aos leões da economia política para demonstrar a inconsistência de sua teoria. Se Marx “desconstruía” seu adversário, não se pode dizer que tenha encontrado espaço para “construir” sua própria teoria econômica. De qualquer forma, Marx avançava na construção da crítica da economia política, pois é herdeiro de procedimento filosófico gestado desde *A Ideologia Alemã*, para além do que sua futura e definitiva crítica da economia política requereria o apoio de ampla e rigorosa investigação empírica, a ser executada sob os fortes ventos contrários dos 1850 no laboratório londrino.

Por isso, alguns autores consideram que na *Miséria da Filosofia* Marx era um ricardiano.<sup>119</sup> O que geralmente se admite, sem maiores controvérsias, é que Marx sobe aos ombros de Ricardo como numa estratégia de submeter Proudhon ao que ele considerava o

---

<sup>119</sup> Sobre isto, ver Mandel (1968, p. 42-53) e Coutinho (1997, p. 36-43).

degrau mais alto da economia política. Era comum Marx desarmar os adversários usando as próprias armas deles: “Vamos segui-lo em todos os seus rodeios, para sempre retornar ao seu ponto de partida.” (Ibidem, p. 46). Ele mostraria assim, que Proudhon não tinha feito nem o dever de casa elementar, que era entender os clássicos.

Não há na *Miséria da Filosofia* o tom hostil dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* quanto à economia política, apesar de, já nesta última obra, Marx ter compreendido que esta ciência tinha que ser considerada não apenas pelo cinismo de suas premissas e conclusões, mas também pelo fato de que conseguiu acompanhar a própria evolução do processo de desenvolvimento econômico que embutia consigo uma intensificação da alienação. Logo, o aparente cinismo era um reflexo do conteúdo científico avançado da economia política. Assim, desde o início, serão constantes e explícitas as referências de Marx à teoria do valor de Ricardo como recurso de crítica a Proudhon. Se é verdade que Marx aderiu a Ricardo para, através dele, enfrentar Proudhon, não é menos verdade que fez isto sendo também um crítico de Ricardo. A rigor, Marx não era um ricardiano, mas também ainda não tinha desenvolvido a sua própria teoria do valor. Em alguns momentos apresenta aversão a Ricardo, como na observação que faz quanto a sua teoria do salário: “É evidente que a linguagem de Ricardo não poderia ser mais cínica. Colocar no mesmo plano os custos de fabricação dos chapéus e os custos de manutenção do homem é transformar o homem em chapéu.” (Ibidem, p. 64). E aí, Marx resume o que já havia dito nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*: “Mas não protestemos tanto contra o cinismo. O cinismo está nas coisas, nas palavras que as exprimem.” (Ibidem).

Reitere-se: o pano de fundo de toda argumentação de Marx era sua concepção de materialismo histórico. Os economistas políticos tinham naturalizado as categorias econômicas, e Proudhon não somente cai no mesmo erro, como é incapaz de reproduzir ou superar o potencial analítico deles.

Antes de entrar no capítulo segundo, sobre método, Marx ainda comenta duas questões tratadas por Proudhon: a moeda e o excedente do trabalho. Já afeito à perspectiva da totalidade, Marx diz que Proudhon não compreendeu que “a moeda não é uma coisa, é uma relação social [...] que essa relação é um elo e, como tal, intimamente ligada a todo o encadeamento das outras relações econômicas.” (Ibidem, p. 95). Marx não esboça uma teoria monetária, mas já aponta para o ponto nevrálgico da questão, não percebido por Proudhon, que é “saber por que, nas trocas, tais como elas se constituem atualmente, foi preciso

individualizar, por assim dizer, o valor permutável, criando um agente especial da troca.” (Ibidem). Quanto à segunda questão, o excedente do trabalho, Marx vai apontar erros recorrentes de Proudhon, tais como, anunciar originalidade sobre tema já antes desenvolvido por outros “cem economistas” (Ibidem, p. 106), como a constatação de que uma força coletiva de trabalho excede ao conjunto de indivíduos isolados, e continuar recorrendo a abstrações e não à própria realidade. Mais uma vez Marx elenca as questões essenciais que, por sua vez, perpassam “as condições históricas nas quais elas foram produzidas” (Ibidem, p. 114-115), sem as quais não se pode compreender a temática do excedente do trabalho: “a acumulação privada de capitais, a divisão moderna do trabalho, a fábrica mecanizada, a concorrência anárquica, o salariato, enfim, tudo o que se baseia no antagonismo entre as classes.” (Ibidem, p. 115). Em meio à discussão, Marx, mais uma vez, indica suas fontes: Ricardo e Lauderdale.

Marx, de fato, demonstra ter avançado bastante no conhecimento da economia política. Ao longo da obra mostrou que dominava o conhecimento produzido pelos economistas políticos, sendo capaz de fazer alusões a categorias fulcrais da economia política, como capital, trabalho, salário, lucro, concorrência, acumulação, etc. Porém, faz isto nos marcos da economia política, com referência principalmente a Ricardo, sem deixar sua própria marca. Não se diga o mesmo quanto ao seu método, que, em certa medida, teve na *Miséria da filosofia* um ganho de qualidade ao incorporar, e testar, a concepção materialista da história.

O atrelamento a Ricardo justifica a inexistência de uma teoria do capital como relação social geradora de excedente. Como se sabe, a distinção entre valor e valor de troca é estranha ao universo conceitual de Ricardo. Para ele, valor é valor relativo, valor de troca, algo comum a toda e qualquer formação social. Assim, partindo também do valor ricardiano, Marx não incorporava aquilo que é específico de uma forma social histórica: a desigualdade nas relações capitalistas de troca. Logo, se a perspectiva é a de Ricardo, e se Ricardo é guiado pela dimensão da sociabilidade burguesa dada pela igualdade, Marx não teria como seguir adiante rumo à temática da mais-valia, e, conseqüentemente, na de capital como potência extratora de excedente.<sup>120</sup> Se no livro III de *O Capital* ele chamaria os clássicos de “prisioneiros da aparência”, o seu procedimento analítico na *Miséria da Filosofia* de tomar o valor como princípio teórico fundamental, faz dele também um prisioneiro da aparência, pois sua análise ainda não articulava conteúdo e forma num só movimento. No livro I de *O*

---

<sup>120</sup> Esse tema é bem desenvolvido por Coutinho (1997, p. 40-43).

*Capital*, Marx faria distinção entre valor de troca e valor, como elementos constituintes de uma mesma unidade dialética, em que o primeiro pertence à aparência e o segundo à essência.

Também não se fala de força de trabalho, mas de trabalho, por sua vez já explicitamente considerado uma mercadoria. Sua teoria dos salários ainda está atrelada à ideia da pauperização absoluta dos trabalhadores como consequência irreversível do desenvolvimento capitalista, formulação que seria alterada nos *Grundrisse*. De inspiração também ricardiana, a teoria dos salários de Marx neste momento se resume a considerar os efeitos da oferta e procura de mão de obra na determinação de um nível mínimo necessário para que o trabalhador se mantenha vivo. O que era uma evidente insuficiência da teoria dos salários, a saber, a imposição unilateral das leis da concorrência, mostrava, por outro lado, um avanço de Marx, que passava a ver a concorrência não mais como disruptiva, obstáculo para a realização da lei do valor, mas como elemento que impõe a norma. (Coutinho, 1997, p. 40).

Claramente, a *Miséria da Filosofia* se situa ao final de uma etapa da trajetória de Marx em que ele, ajustando contas com Proudhon, revisa seus conhecimentos de economia política, burila seu método, e pressente que, a partir dali, precisaria começar tudo de novo, como testemunharia no prefácio da *Contribuição*. Ao estabelecer, explicitamente pela primeira vez, a totalidade como categoria ontológica fundamental, Marx fechava uma lacuna que desde os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* estava aberta. Com isso, potencializava uma crítica que não fosse apenas filosófica, mas uma crítica da economia política. Em síntese, no primeiro capítulo ele discute economia política com liames metodológicos nítidos; no segundo, ele discute método, reportando-se ao universo conceitual da economia política. Dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* para a *Miséria da Filosofia* Marx, portanto, redireciona o foco de sua análise. Na primeira obra, sua análise concentrava-se num plano filosófico-econômico; na segunda, dá menos destaque à necessidade de uma lógica e privilegia a análise concreta das categorias econômicas.

De qualquer forma, mesmo que envolvido por essa parcialidade (quanto ao uso da teoria do valor de Ricardo), Marx tinha, no mínimo, afiado uma das lâminas da tesoura, a referente ao método. Tinha descoberto o essencial para iluminar o seu caminho em direção à apreensão da outra lâmina, a economia: “na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. (Marx, 1986a, p. 25).

De fato, a crítica de Marx tinha alcançado um novo patamar. Não surpreende que, alcançando este platô, e sendo envolvido por situações incontornáveis como as seguidas ordens de expulsão decorrentes de suas atividades políticas entre 1848 e 1849,<sup>121</sup> Marx mencione sua chegada a Londres como início de uma nova etapa, quando então recomeçaria tudo novamente. Tendo chegado a um ponto teórico-metodológico que, por si só, requeria uma continuidade, Marx elenca alguns outros fatores que o estimulariam em Londres a seguir adiante nas suas investigações:

A enorme quantidade de material sobre a história da economia política que se encontra acumulada no Museu Britânico, a situação favorável de Londres como ponto de observação da sociedade burguesa e finalmente o novo estágio de desenvolvimento em que esta parecia entrar com a descoberta do ouro na Califórnia e Austrália determinaram-me a começar tudo de novo, e estudar criticamente até o fim todo o material. (Marx, 1986a, p. 27).

Sua chegada em Londres foi precedida de intenso trabalho político e jornalístico na *Nova Gazeta Renana*, jornal no qual Marx publica *Trabalho Assalariado e Capital*. Apesar de Mandel (1968, p. 54) falar que as obras escritas por Marx entre 1846 e 1847, incluindo a *Miséria da Filosofia e Trabalho Assalariado e Capital*, terem todas elas visões praticamente idênticas sobre questões econômicas, ele mais adiante chama a atenção para o fato de que, nesta última, Marx apresenta o que seria a primeira intuição da mais-valia. Para Nicolaus (2003, p. 106), “neste momento, Marx tem clara consciência de que existe um excedente, mas evidentemente não tem consciência das enormes consequências desse fato para a teoria econômica.”

Sem dúvida, a intuição de Marx era resultado de uma maior precisão que conferia a algumas categorias econômicas, em que pese um procedimento metodológico temerário realizado por Engels, e confessado no prefácio: a substituição da palavra “trabalho” por “força de trabalho”. (Marx, 2012, p. 21). Com efeito, as diversas aquisições metodológicas que

---

<sup>121</sup> Com a eclosão da Revolução de 1848, o governo belga expede, no dia 03 de março, uma ordem de expulsão de Marx. Parte então para a França, onde um Governo Provisório havia sido instaurado, cancelando sua ordem de expulsão anterior. Com a explosão da revolução também na Alemanha, Marx, na primeira semana de abril, parte para Colônia, capital da Renânia, aonde chega no dia 10. Ali, cria um jornal chamado *Nova Gazeta Renana*, com linha editorial destinada a orientar a revolução naquele país. Em 16 de maio de 1849 recebe nova ordem de expulsão da Renânia e retorna no dia 19 de maio à Paris, onde passaria os três meses seguintes. Com a derrota da revolução, ele recebe outra ordem para abandonar Paris. No dia 24 de agosto de 1849 Marx parte para Londres, onde permaneceria até o final de sua vida. Sobre a participação de Marx e Engels nas revoluções de 1848, o livro de Fernando Claudin (1985) é excelente fonte de consulta.

permitiram Marx descobrir a categoria força de trabalho não estavam ainda postas quando da elaboração desta obra.<sup>122</sup> Contrariava o adágio amplamente conhecido por qualquer judeu, que preconizava não deitar vinho novo em odre velho. Uma determinação do objeto, a força de trabalho, era arbitrariamente introduzida num ponto passado da teoria através de um desenvolvimento metodológico ocorrido no futuro. Diz ele: “Portanto, *salário* é apenas um nome especial dado ao preço da força de trabalho, a que se costuma chamar preço do trabalho.” (Ibidem, p. 34). Mais a frente explica que a força de trabalho “é, portanto, uma mercadoria que o seu proprietário, o operário assalariado, vende ao capital. Por que ele a vende? Para viver.” (Ibidem, p. 36). Por fim, para ficar nesses exemplos, considera que “o capital também é uma relação social de produção”. (Ibidem, p. 46). Seu progresso no campo da economia política era notório. Por isso, chega de forma surpreendente à intuição do que mais tarde chamaria de mais-valia, intuição que não deixaria de ocorrer mesmo sem o recurso do anacronismo ocorrido com o uso do termo força de trabalho:

Como, então, uma soma de mercadorias, de valores de troca, se transforma em capital? Pelo fato de, como *poder* social autônomo, isto é, como poder *de uma parte da sociedade*, se manter e se multiplicar *por meio da troca com a força de trabalho viva, imediata*. A existência de uma classe que nada possui senão a capacidade de trabalho é uma condição prévia necessária do capital. (Ibidem, p. 47).

Marx chegava ao final sem resolver a questão do “milagre” do excedente. Porém, tinha reunido uma série de elementos que guiaria seus próximos estudos. Uma última questão merece ser levantada: como e em que momento Marx aprimorou de forma tão monumental sua visão econômica, tendo em vista que ele terminou a *Miséria da Filosofia* em abril de 1847, notadamente recortada ainda por imprecisões? Ele termina de escrever *Trabalho Assalariado e Capital* entre o fim de março e o início de abril de 1849, e fez isto a partir de notas relativas a conferências proferidas na Associação dos Operários Alemães de Bruxelas, em dezembro de 1847. O que ele expõe nesta obra já não estava pronto para ser exposta naquela? Talvez essas questões possam ser respondidas por uma das três possibilidades que se seguem. A primeira reafirmaria a estratégia de, na *Miséria da Filosofia*, Marx confrontar Proudhon a partir de Ricardo, fazendo assim, na verdade, uma dupla crítica, porém, mantendo-se à parte, como se estivesse reservando suas próprias aquisições para momento

---

<sup>122</sup> O momento da descoberta da categoria força de trabalho será analisado no capítulo quatro, com algum espaço para conjecturas sobre os motivos que levaram Marx a trocar o termo capacidade de trabalho por força de trabalho.

mais oportuno. A segunda advém do seu estudo intensivo da história da economia entre o outono de 1846 e setembro de 1847, principalmente de um destacado economista alemão da época, Gustav Von Gülich. Com isso, entre abril de 1847 – mês em que ele finaliza a *Miséria da Filosofia* – e setembro, Marx teve cinco meses de aprendizado que não se refletiram nesta obra, mas que puderam se refletir no *Trabalho Assalariado e Capital*. Finalmente, uma terceira possibilidade é que seus trabalhos na *Nova Gazeta Renana* tenham lhe municiado de conhecimentos e reflexões econômicos, apesar da referência de Musto (Ibidem, p. 39) ao abandono total dos estudos de economia política por parte de Marx a partir de seu retorno para a Alemanha em 1848, quando a revolução lá se inicia. O próprio Marx (1986a, p. 27) fala sobre isto, por uma afirmação que será melhor analisada no início do próximo capítulo: “a publicação da *Nova Gazeta Renana*, em 1848 e 1849, e os acontecimentos posteriores interromperam meus estudos econômicos, que só puderam ser retomados em 1850, em Londres.” De fato, Marx permaneceu um pouco menos de um ano à frente da *Nova Gazeta Renana*, mas o depoimento do poeta alemão Georg Weerth, recuperado por Musto (2011, p. 38), faz acreditar que o esforço de Marx tornava tais feitos possíveis:

Num certo sentido, Marx é considerado o cabeça do partido comunista. Porém, muitos comunistas e socialistas autodidatas ficariam espantados se soubessem o quanto esse homem é capaz de fazer. Marx trabalha dia e noite para esclarecer as mentes dos trabalhadores da América, da França, da Alemanha etc. a respeito do sistema peculiar que os obscurece. [...] Ele trabalha como um louco em sua história da economia política. Há muitos anos esse homem não dorme mais do que quatro horas por noite. (Georg Weerth a Wilhelm Weerth, 18 de novembro de 1846, Enzensberger, 1973, p.68-9).

## CAPÍTULO 3

### Marx, economista crítico e filósofo (1850-1856)

Como primeiro platô da crítica, a *Miséria da Filosofia* apresentou um Marx que, no sentido mais completo da expressão, ainda não era um crítico da economia política. Pelo exposto no capítulo primeiro, a crítica da economia política resulta acabada quando o objeto da economia política é submetido a uma operação crítica específica, nos termos do que Hegel chamou de suprassunção. Com efeito, é uma operação filosófica, dialética, que não suprime a economia política, mas que a redefine. Restou demonstrado - conforme deficiências contidas na *Miséria da Filosofia*, embora parcialmente corrigidas em *Trabalho Assalariado e Capital* - que Marx, mesmo claudicando, caminhava em direção à crítica. Sua filosofia ainda seria aprimorada, notadamente nas questões do método, mas já tinha sido submetida a constantes ajustes de contas em obras como *A Sagrada Família*, *Teses sobre Feuerbach* e *A Ideologia Alemã*. Sua economia, por outro lado, fora, submetida a um primeiro teste, um primeiro ajuste de contas, para o qual Proudhon se mostrara o *sparring* ideal.

Para fins do projeto que tinha em mente, sua economia também precisaria sofrer considerável evolução. A economia política tinha sido estudada, dando a Marx um estoque de conhecimento suficiente para confrontar Proudhon, mas não suficiente ainda para fazer a crítica da economia política. Dessa forma, o Marx que chega ao final da década de 1840 é o Marx que reconhecia a necessidade de ser mais economista, de dedicar mais tempo ao estudo da economia, de se abastecer de maior conteúdo empírico. Ele já tinha analisado tanto os aspectos negativos quanto os positivos da dialética hegeliana, num processo caracterizado por uma ruptura inicial na *Crítica de 43*, acompanhado de posterior reaproximação de Hegel a partir dos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. O tom mais acentuado da crítica a Hegel na *Sagrada Família* e na *Ideologia Alemã* denotava, na verdade, o objetivo central que Marx e Engels tinham de combater a visão da *Ideia* como sujeito da história. De certa maneira, este tom permaneceu na *Miséria da Filosofia*, em que Marx deixa de acentuar os aspectos positivos de Hegel, como estratégia de não fazer a mínima concessão à dialética proudhoniana,<sup>123</sup> considerada uma versão mal aplicada da dialética hegeliana. Para Marx, a

---

<sup>123</sup>“Na realidade, quando Marx critica a Hegel [na *Miséria da Filosofia*], não é tanto a Hegel que ele quer atingir, mas a Proudhon.” (Dussel, 2005, p. 55).

relação de Proudhon com Hegel e com os economistas políticos tinha em comum o fato dele reproduzir os defeitos sem o abono dos méritos.

Marx, pois, percebia a importância da dialética hegeliana para a compreensão de uma sociedade mistificada como a capitalista, porém, desde que suas estruturas essenciais estivessem em relação direta com as condições concretas da realidade. Por isso, a economia política clássica, embora permeada de debilidades, por descrever as condições materiais da vida social, constitui-se um recurso inescapável. Nesse sentido, diz-se aqui que, se na *Miséria da Filosofia* tem-se o Marx filósofo e economista, a década de 1850 apresentará um Marx economista e filósofo, num movimento que busca conferir a Marx um espectro de conhecimentos no campo da economia suficiente para dirimir a claudicância que, em grande medida, encontrará seu termo no final da década, com os *Grundrisse*, quando então Marx robustece em medidas semelhantes tanto o seu lado filósofo quanto o seu lado economista.

Naturalmente, a inversão dos termos busca apenas enfatizar uma ordem de prioridade que reflita a própria trajetória intelectual de Marx, pois, de fato, ele nunca deixou de ser as duas coisas ao mesmo tempo, filósofo e economista, um teórico que procura chegar ao conhecimento da realidade por um método que seja a própria expressão do seu movimento, o que exige desenvolvimento em igual medida de teoria e método, de economia e filosofia. Necessário ressaltar as insuficiências também do seu método até aquele momento, que, basicamente, ao final da década de 1840, restringe-se a exercícios parciais de análise das categorias econômicas em conformidade com a sua concepção materialista da história, isto é, ao princípio segundo o qual elas são expressão teórica de relações de produção historicamente determinadas.

A década de 1850 seria, pois, para Marx, um período decisivo em sua trajetória intelectual, pois Marx viveria em Londres, localização privilegiada tanto para um pesquisador ávido por fontes bibliográficas quanto para um observador atento aos fatos econômicos mais característicos de um capitalismo dinâmico. Mostrava-se etapa decisiva também pelos desgastantes embates que enfrentaria em todos os sentidos de sua vida pessoal. Exilado em Londres, desempregado, morando em condições precárias, abatido pelas constantes enfermidades e sofrendo perdas de entes familiares, Marx enfrentaria talvez o momento mais difícil de sua vida. Em meio a tudo isto, encontra disposição para retornar rapidamente aos seus estudos econômicos. Cabe, porém, recuperar uma das hipóteses lançadas sobre a acentuada evolução dos conhecimentos econômicos de Marx demonstrados em 1849, com a

publicação de *Trabalho Assalariado e Capital*: a sua participação como jornalista na *Nova Gazeta Renana* que, a despeito de se constituir atividade puramente jornalística em função dos acontecimentos revolucionários da época, lança luzes sobre o período em que Marx atuaria também como jornalista durante a década seguinte em Londres. Este procedimento tem um duplo objetivo. Primeiramente, buscar esclarecer em que sentido as atividades jornalísticas de Marx na *Nova Gazeta Renana* de fato constituíram uma interrupção de seus estudos econômicos, como ele mesmo informa no prefácio da *Contribuição*. Em segundo lugar, iniciar o argumento de que a carreira jornalística<sup>124</sup> de Marx teve papel primordial na trajetória entre as duas grandes descobertas de Marx, conforme escreve Engels no *Anti-Dühring*, a concepção materialista da história e a mais-valia. Quer-se destacar aqui a empiria como momento fundamental da trajetória teórico-metodológica de Marx, embora, como adverte Krätke (2006, p. 128), não se deva esperar que os inúmeros textos jornalísticos de Marx, publicados entre os anos 1850 e 1860, sejam capazes de preencher as lacunas referentes a aspectos não contemplados pela sua crítica da economia política.

Como já discutido anteriormente, Marx esclarece, na *Introdução de 1857*, que o ponto de partida e o ponto de chegada do método é o real concreto. Entre estes dois pontos, há tanto o processo de elevação do concreto ao abstrato - em que, através de uma análise crítico-prática das determinações do objeto, procede-se às abstrações - como o de elevação do abstrato, este último uma trajetória de aproximações sucessivas, de concretização, para o qual também se requer o maior conhecimento possível da face empírica do objeto. Se, nos anos iniciais da década de 1850, o conhecimento da realidade concreta serve para os fins de aplicação de sua concepção materialista da história, em 1857-1858, com os *Grundrisse*, Marx já estará pronto para reunir todos os elementos essenciais de sua crítica da economia política. Antes dos *Grundrisse*, porém, é preciso ver a década de 1850 como período fecundo da evolução teórica de Marx, seja pelas atividades jornalísticas que lhe fornecem conhecimento de questões práticas, seja pelo quase sempre concomitante trabalho teórico que desenvolve. Ainda que estas duas atividades sigam separadamente pelas próximas seções, nem por isso

---

<sup>124</sup>Os excelentes artigos de Michael Krätke (2006 e 2008a) procuram analisar a importância dos trabalhos jornalísticos de Marx para a crítica da economia política, especialmente a partir dos anos 1850, com uma grande variedade de exemplos sobre questões e dados levantados por Marx em seus artigos, que depois compareceriam em obras como *O Capital*. Parte da discussão sobre o jornalismo de Marx deste período, portanto, é baseada naqueles artigos de Krätke, bem como em Musto (2011a), autores cujos trabalhos tem sido publicados em sintonia com as últimas divulgações da MEGA 2. Este texto de Musto fornecerá também os elementos essenciais para a análise desenvolvida na seção 3.2.

perca-se de vista, como se esclarecerá, que elas se entrecruzam a todo instante, uma criando as condições de realização da outra.

### **3.1 – O jornalismo a serviço da crítica: a empiria como um requisito do método de investigação**

A rigor, não há razões para contestar o depoimento dado por Marx quanto a ter interrompido seus estudos formais de economia durante os anos de 1848 e 1849. Ele, até então, tinha se debruçado no estudo dos teóricos mais proeminentes no campo do socialismo e da economia política, através de análise cuidadosa, quase sempre parágrafo a parágrafo, de suas principais obras. De fato, essa prática é interrompida com a ida de Marx para Colônia, onde, no calor da revolução que inflamava os alemães, ele se dedicaria à publicação diária de um jornal, a *Nova Gazeta Renana*, que em algumas edições era acompanhado por volumosos suplementos, demandando quase o seu tempo total disponível. Nas palavras de um dos seus biógrafos,

“O que distinguia o *Neue Rheinische Zeitung* [Nova Gazeta Renana] do resto da imprensa “democrática” da Alemanha era sua preferência pela informação, em vez da extensa pregação teórica. Arrebanhando cuidadosamente os fatos que atendiam a seus objetivos, Marx acreditava poder realizar muito mais do que o punhado de liberais acadêmicos que remoíam o sentido do republicanismo. Ele também prestava grande atenção às atividades dos cartistas na Grã-Bretanha e dos jacobinos de última hora na França, na esperança de que eles alertassem seus leitores para o antagonismo necessário entre burguesia e o proletariado – um antagonismo que Marx não se atrevia a enunciar mais explicitamente. (A primeira providência que tomou ao chegar a Colônia foi fazer assinaturas de três jornais ingleses, o *Times*, o *Telegraph* e o *Economist*.)” (Wheen, 1999, p. 126).

Nesse período, Marx teve que dividir o seu tempo com questões paralelas a sua atividade principal, como os processos judiciais e a militância política. Seus trabalhos na *Nova Gazeta Renana*, assim como os desempenhados em Londres a partir de 1850, requeriam que Marx acompanhasse a situação política e econômica no calor dos acontecimentos. Se, por um lado, Marx na *Nova Gazeta Renana* se afastava dos tradicionais compêndios de economia política, por outro, adquiria paulatinamente a capacidade de estar em fina sintonia com a ordem do dia. Tornava-se um exímio analista de conjunturas.

A mudança de tom é evidente do Marx da *Gazeta Renana* para o Marx da *Nova Gazeta Renana*. Naquele, o tratamento dos assuntos foi pautado por argumentos políticos e jurídicos, gerando, ao final, uma percepção de que os acontecimentos ligados a vida material eram centrais, não passíveis de tratamento teórico adequado ante seus poucos conhecimentos no campo da economia política. Por outro lado, os trabalhos jornalísticos a partir de 1848 se caracterizariam por um constante enfrentamento não somente de questões políticas, mas também de questões relacionadas ao sistema bancário, crédito e dinheiro, por exemplo, que, além de ser o resultado da capacitação adquirida nos cinco anos anteriores de estudo dos economistas políticos, seria também um traço característico de suas pesquisas em Londres.

Sua ida para a Alemanha significou um afastamento das atividades políticas que desempenhava no Comitê Central em Bruxelas, mas também uma aproximação dos fatos políticos que norteavam a causa proletária na Alemanha. Abandonou o Comitê Central por achar que a *Nova Gazeta Renana* constituía um meio mais eficiente de fazer propaganda, e que “nas condições criadas tornava-se possível realizar propaganda aberta sem necessidade de uma organização secreta, dado que existia liberdade de imprensa e propaganda.” (Claudin, 1985, p. 89). A divulgação das ideias socialistas e a orientação das ações revolucionárias, através de um jornal que estrategicamente se autodenominava democrático,<sup>125</sup> não estavam desvinculadas dos ideais de Marx de fornecer uma base científica para a ação dos trabalhadores, conforme já se pode perceber do pronunciamento que faz em 1846 em reunião do Comitê Central de Bruxelas: “Em particular, dirigir-se na Alemanha aos operários sem possuir ideias rigorosamente científicas e uma doutrina concreta equivaleria a levar a cabo um jogo desonesto e inútil, uma propaganda em que estaria suposto, de um lado, um entusiasmo apoteótico e, doutro, simples imbecis escutando de boca aberta” (Chasin, 1993, p. 24). Assim, longe de caber aqui uma análise detalhada dos textos publicados na *Nova Gazeta Renana* a fim de encontrar ali o passo a passo de novas descobertas teóricas e metodológicas de Marx refletidas em *Trabalho Assalariado e Capital* – texto também publicado naquele jornal, busca-se constatar que o perfil de sua atuação, bem como o perfil do órgão que comandava,

---

<sup>125</sup> Sobre o fato do jornal ter sido considerado “órgão da democracia”, diz Engels (1953d, p. 146): “Quando fundamos na Alemanha um grande jornal, nossa bandeira só podia ser, portanto, a bandeira da democracia: mas de uma democracia que destacava sempre, em cada caso concreto, o caráter especificamente proletário que ainda não podia estampar, definitivamente, em seu estandarte. Se não tivéssemos procedido assim, se nos tivéssemos negado a aderir ao movimento, incorporando-nos à ala que já existia, que era a mais progressista e, no fundo, era uma ala proletária, com o objetivo de assim levar à frente o movimento, só nos teria restado como remédio, fazer propaganda do comunismo em qualquer jornalzinho local, fundar, em vez de um grande partido de ação, uma pequena seita. Pregar no deserto era, porém, um papel que já não aceitávamos: tínhamos estudado demasiado bem os utopistas para seguir esse caminho. Não era para isso que havíamos traçado nosso programa.” Sobre o tema, ver também. Chasin (1993, p. 35-37), Cotrim (2010, p. 38-39) e Hunt (2010, p. 153).

compelia Marx a se calçar de ampla base empírica. Afastava-se dos estudos da economia política, mas não da análise dos fatos econômicos do dia a dia, uma prática que atenderia aos seus propósitos de dar à economia política uma base científica, que significava a recusa às leis abstratas como ponto de partida.

Essa nova feição dos trabalhos de Marx, de ampla remissão à vida concreta, e maior apelo à empiria, teve como embrião, como já se disse no capítulo anterior, seu primeiro período como jornalista, além da influência de Engels com o *Esboço e a Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, obras também de cariz empírico. É esta nova configuração das suas investigações que permite relativizar a afirmação de Marx sobre a interrupção dos seus estudos econômicos no período da *Nova Gazeta Renana*. Como alerta Chasin (Ibidem, p. 33), “cabe atentar bem para o significado intrínseco da afirmação, pois, não se há de supor, evidentemente, que Marx interromperia seus estudos econômicos por tão longo período em troca de alguma bagatela.” Com efeito, os trabalhos de divulgação da MEGA 2 têm contribuído para aumentar o conhecimento sobre a trajetória teórica de Marx, desautorizando opiniões e conceitos que estavam petrificados, muitos deles por conta das manipulações ideológicas dos textos originais de Marx, especialmente durante o período stalinista.

Os olhos de Marx permaneciam, pois, atentos aos fatos econômicos da época, como mostram alguns dos seus textos publicados naquele jornal. Os artigos citados a seguir são apenas alguns, dentre outros, que abordam a temática econômica e que são elencados prioritariamente, e em ordem cronológica, devido à ênfase própria dos seus títulos: “O projeto de lei sobre o empréstimo compulsório e sua exposição de motivos” (Marx, 2010e, p. 167-170), de 26 de julho de 1848, artigo no qual, de forma sucinta, Marx menciona categorias como circulação, dinheiro, capital e juros; “A *Gazeta de Colônia* sobre o empréstimo compulsório” (Ibidem, p. 191-192), de 04 de agosto de 1848, que contém elementos sobre a questão fiscal da Prússia; “O discurso de Proudhon contra Thiers” (Ibidem, p. 195-198), de 05 de agosto de 1848, em que Marx critica a ideia de criar um Banco Nacional com conseqüente redução dos juros a zero; “A Bélgica, ‘Estado-Modelo’” (Ibidem, p. 199-202), de 07 de agosto de 1848, com o uso de dados demográficos, comércio exterior, produção da indústria nacional, etc; “O orçamento dos Estados Unidos e o germano-cristão” (Ibidem, p. 373-376), de 07 de janeiro de 1849; “A situação financeira prussiana sob Bodelschwingh e consortes” (Ibidem, p. 440-449), de 17 de fevereiro de 1849; “Outra contribuição sobre a administração financeira velho-prussiana” (Ibidem, p. 454-456), de 23 de fevereiro de 1849; “A situação do comércio” (Ibidem, p. 484-488), de 07 de março de 1849 e “Os bilhões” (Ibidem, p. 513-517),

de 16 de março de 1849, com elementos da política monetária do Governo Provisório na França. No dia 05 de abril de 1849, Marx publica o primeiro editorial, de um total de cinco, do que ficou conhecido como *Trabalho Assalariado e Capital*.

Engels relata a dificuldade da tarefa de Marx ao procurar aplicar a concepção materialista da história a fatos econômicos que, por natureza, são voláteis: “Acompanhar durante a época revolucionária de 1848-1849 as flutuações econômicas que se davam ao mesmo tempo, ou, mesmo, ter delas uma visão de conjunto era inteiramente impossível.” Mesmo assim, Engels, na *Introdução de 1895* ao conjunto de textos de Marx reunidos sob o título *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, menciona os textos da *Nova Gazeta Renana* como um dos momentos, além de *O Manifesto Comunista*, em que Marx consegue, com sucesso, aplicar a concepção materialista da história “para explicar acontecimentos políticos contemporâneos. [...] Tratava-se, pois, de reduzir, seguindo a concepção do autor, os acontecimentos políticos a efeitos de causas que, em última instância, eram econômicas.” (Engels, 1953c, p. 93).

Na década seguinte, e sobretudo até a publicação de *O Capital*, a feição empírica dos trabalhos de Marx permanece. Em Londres, a partir de 1850, volta aos estudos da economia política, em alguns momentos de forma simultânea às atividades jornalísticas, buscando construir uma teoria do valor própria, num movimento que não poderia prescindir dos dados econômicos e estatísticos constantes das mais diversas fontes, como jornais, relatórios de agências oficiais, cadernos dos inspetores de fábrica, os *Blue Books* (cadernos azuis, publicados pelo Parlamento Britânico com informações sobre a história econômica e diplomática do país), etc. Esse retorno de Marx aos livros de economia política, portanto, não anula a prática dos tempos da *Nova Gazeta Renana*, de analisar os fatos econômicos à luz da concepção materialista da história, como informa Engels (*Ibidem*, p. 94): “O mesmo sucedeu durante os primeiros meses do exílio em Londres, no outono e no inverno de 1849-1850. E foi precisamente neste momento que Marx iniciou seu trabalho.”

O objeto de estudo de Marx, a sociedade burguesa, não poderia ser compreendido sem o apelo ao empírico. De certa forma, o que aqui é apresentado como resultado do entendimento de Marx de que o método correto exigia submeter as categorias da economia política a sua concepção materialista da história - o que requeria pesquisas mais profundas sobre elementos da vida material que até já tinham sido tratados pelos clássicos - tem também o seu lado fortuito, pois Marx foi obrigado a se apegar ao jornalismo como única fonte de sobrevivência. Se a adoção da carreira jornalística esteve longe de ser uma escolha planejada

e espontânea,<sup>126</sup> não se diga o mesmo da forma como essa contingência foi direcionada para seus propósitos de construir uma crítica da economia política. É razoável entender que a publicação dos textos, especialmente na *Nova Gazeta Renana*, se tinha objetivos políticos, tinha também uma certa funcionalidade teórica, muitas vezes com a proeminência desta última sobre aqueles, como se pode extrair da queixa de Engels, reproduzida por Wheen (1999, p. 126):

“Ele não é e nunca será um jornalista”, dizia ele. “Passa o dia inteiro estudando minuciosamente um artigo de fundo que outra pessoa levaria umas duas horas para fazer, como se ele concernisse ao manejo de um problema filosófico profundo. Altera e aprimora, e depois modifica as alterações, e, graças a seu rigor incansável, nunca consegue terminar na hora certa.”

Marx chega a Londres no final de agosto de 1849 decidido a dar prosseguimento às suas atividades políticas e teóricas. Envolve-se com atividades de apoio a refugiados políticos alemães, com a reorganização da Liga Comunista e com a criação de um jornal alemão, de publicação mensal, cujo objetivo mais uma vez, além do próprio nome escolhido, demonstra o processo de retroalimentação entre aquelas duas atividades: “investigar de modo detalhado e científico as relações *econômicas* que constituem a base de todo o movimento político.” (Claudin, 1985, p. 228). Assim como o seu jornal da Renânia, o nome escolhido foi *Neue Rheinische Zeitung* (Nova Gazeta Renana), distinguindo-se apenas quanto ao acréscimo do termo *Politisch-ökonomische Revue* (Revista Econômico-Política).

Segundo Engels, Marx tinha acompanhado os principais acontecimentos dos anos 1848-49 de tal forma, que estava apto a escrever sobre a situação econômica e política das principais nações europeias, sem as perturbações que a proximidade dos eventos pode causar a um analista que tenha participado dos fatos ocorridos:

Todavia, malgrado essas circunstâncias desfavoráveis, seu conhecimento exato da situação econômica da França anterior à Revolução de Fevereiro, assim como da história política desse país desde então, permitiram-lhe descrever os acontecimentos, revelando o encadeamento interno dos mesmos, de modo até hoje inigualado e que

---

<sup>126</sup> Considera-se aqui que tanto na *Gazeta Renana*, quanto na *New York Tribune*, e em menor medida nos *Anais Franco-Alemães*, Marx apenas se torna jornalista devido à absoluta falta de fontes alternativas de sustento financeiro. Se é verdade que sua inserção na *Nova Gazeta Renana* e na *Nova Gazeta Renana – Revista Político-Econômica* resultou de sua própria iniciativa, é verdade também que neles estava vinculado mais aos propósitos políticos que a uma suposta vocação profissional.

suportou brilhantemente a dupla prova que o próprio Marx lhe impôs posteriormente. (Engels, 1953c, p. 94).

De fato, política e economia se imbricam nos três únicos números do jornal, publicados em forma de revista. Os temas versam sobre conjuntura econômica e política internacional tanto no primeiro número (janeiro-fevereiro de 1850), quanto nos dois outros (março-abril e maio-outubro de 1850). Este último número antes da falência do jornal foi precedido por um aprofundamento da análise econômica por parte de Marx, que chega à conclusão de que “a crise comercial contribuiu infinitamente mais para as revoluções de 1848 do que a revolução para a crise comercial.” (Musto, 2011a, p. 42). Para Musto, foi a “partir desse ponto, [que] a crise econômica adquiriu uma importância fundamental em seu pensamento, não apenas economicamente, mas também sociológica e politicamente.” (Ibidem). Essa constatação recrudescer a visão que Marx já defendia desde a década anterior, especialmente na *Nova Gazeta Renana*, de recusar o método pelo qual a revolução seria fruto de algum plano habilmente preparado, o que gerava forte oposição de quadros políticos aliados.<sup>127</sup>

Antes de entrar em completo isolamento político, “uma grande quantidade de artigos econômicos nas *Notes to the People* e no *People’s Paper* foram escritos com a colaboração direta de Marx.” (Krätke, 2008a, p. 163). Com o isolamento imposto pelas circunstâncias, Marx permanece em Londres, enquanto Engels abandona o jornalismo e volta para Manchester, onde se empregaria na empresa têxtil de seu pai, a Ermen & Engels. Por alguns meses, Marx ministra cursos de economia para os amigos em sua própria casa, o que o mantém em contato com a teoria. Conforme depoimento de Wilhelm Liebknecht, amigo e discípulo de Marx, prestado em 1896,

entre os anos 1850 e 1851, Marx ministrou um Curso de Conferências sobre Economia. Não estava muito animado no início, mas depois de algumas lições privadas em um reduzido círculo de amigos, deixou-se convencer a ministrar seus ensinamentos perante um auditório mais amplo. Ao longo do curso, que constituiu um

---

<sup>127</sup>O Comitê Central da Liga dos Comunistas de Londres envia uma carta à Direção Geral, em princípios de 1851, contendo ataques a Marx e Engels e explicando os motivos da divergência: “[...] A única diferença entre eles e nós com referência aos princípios – quando ainda trabalhávamos juntos – era que esses homens afirmavam a necessidade de prosseguir por pelo menos durante 50 anos mais em oposição, isto é: de atuar de forma meramente crítica, enquanto que nós afirmávamos que com uma adequada organização de nosso partido seríamos capazes de impor já na próxima revolução as medidas tendentes à instauração da sociedade proletária.” (Enzensberger, 1999, p. 163-164).

profundo prazer para todos aqueles que tivemos a felicidade de assistir, Marx já desenvolvia completamente as bases de seu sistema, tal como hoje constam por escrito em *O Capital* [...] Marx procedia de forma metódica. Formulava uma frase – a mais curta possível – e em seguida passava a explicá-la em detalhes, evitando utilizar qualquer expressão incompreensível aos trabalhadores. [...] Quando manifestei minha surpresa com sua maestria, fui informado que ele havia dado conferências sobre temas econômicos na Associação dos Trabalhadores de Bruxelas. (Enzensberger, 1999, p. 130-131).

Com efeito, a resistência de Marx em participar dos projetos de preparação para a revolução guardava relação com a sua convicção de que era necessário antes compreender cientificamente a natureza e a estrutura de funcionamento da sociedade capitalista. A dissolução da Liga Comunista acontece em 17 de dezembro de 1852, mas, desde 1851, o afastamento das atividades políticas dá a Marx a oportunidade de se voltar para os estudos de economia política. Ele não seria membro de nenhum partido político pelos próximos dez anos.

Esses acontecimentos impactariam positivamente o ritmo dos estudos de Marx que, em busca de respostas, empreende uma acelerada troca de cartas com Engels sobre temas da economia política. O ritmo na troca de cartas entre os dois seria tão intenso que às vezes uma carta era enviada antes que chegasse a resposta referente à carta anterior. Por isso, nos intervalos entre as “cartas teóricas”, Marx e Engels se correspondiam sobre os mais variados assuntos. Sem saber ainda que voltaria a se ocupar com tarefas jornalísticas, Marx escreve a Engels em 11 de fevereiro de 1851: “Eu gosto muito do isolamento do público no qual nos encontramos. Tem a ver com nossa atitude e nossos princípios.” (CW, 38, p. 286). Em janeiro de 1851, Wilhelm Pieper, um jovem filólogo alemão que foi secretário de Marx, escreve a Engels, dizendo: “Marx tem estado muito isolado. Seus únicos amigos são John Stuart Mill e Lloyd. Quando alguém chega em sua casa, em lugar de cumprimentos é saudado com categorias econômicas.” (Enzensberger, 1999, p. 168).

Engels passaria aproximadamente os próximos vinte anos em Manchester, naquilo que ele considerou seu próprio exílio pessoal. O epistolário Marx-Engels, tema que será retomado mais adiante, torna-se, desde então, um repositório valioso do desenvolvimento teórico conjunto desses dois autores. Eles, que escreveram diversas obras juntos, tinham nas cartas a única possibilidade de interação. Em 07 de janeiro de 1851, Marx escreve: “Te escrevo somente para submeter a seu exame uma pequena questão teórica de natureza político-econômica. Começamos desde o princípio: sabes que, segundo a teoria de Ricardo, a renda não é mais do que a diferença entre custo de produção e o preço do produto agrícola [...]”

(CW, 38, p. 258). Engels responde somente em 29 de janeiro de 1851. Em 03 de fevereiro, Marx escreve longa carta a Engels, com grande quantidade de dados referentes à circulação monetária na Inglaterra. Engels envia seu parecer a Marx em 25 de fevereiro de 1851. Em 02 de abril, Marx informa a Engels que, teve que interromper seus estudos devido aos problemas financeiros e de saúde de Jenny, sua esposa, mas que, dado o estado adiantado de suas pesquisas sobre economia, em cinco semanas concluiria a sua Economia Política e se dedicaria a outro campo de aprendizagem no Museu Britânico (Ibidem, p. 325). Durante o ano de 1851, quando aconteceu de o período entre uma carta e outra exceder a um mês, as justificativas apareciam logo no início da carta seguinte, conforme, por exemplo, cartas de Marx a Engels, de 08 de agosto e de 24 de novembro. (Ibidem, p. 408 e 490).

Em agosto de 1851, Marx recebe convite de Charles Dana, editor do jornal norte-americano *New York Tribune* para ser correspondente na Europa e escrever uma série de artigos sobre os eventos políticos ocorridos na Alemanha. Esses artigos seriam escritos por Engels, a pedido de Marx, que ainda não dominava o idioma inglês. Além dessa dificuldade, que seria logo superada,<sup>128</sup> Marx não queria parar seus estudos de economia política. Em carta de 14 de agosto de 1851, escreve a Engels: “Tens que me ajudar, agora que estou ocupadíssimo com a economia política.” (CW, 38, p. 425). Durante onze anos, de agosto de 1851 e fevereiro de 1862, Marx, com a participação de Engels, enviou artigos semanais para aquele jornal, que era publicado em três versões diferentes: o *New York Daily Tribune*, o *New York Semi-Weekly Tribune* e o *New York Weekly Tribune*. Segundo Musto (2011a, p. 47), “o primeiro publicou 487 artigos, dos quais mais da metade reapareceram no *New York Semi-Weekly Tribune* e mais de um quarto no *New York Weekly Tribune*”, além dos que foram recusados por Charles Dana. Daquele total, 350 foram de autoria de Marx, 125 de Engels (dos quais a maioria foi sobre assuntos militares) e 12 escritos em conjunto. (McLellan, 1990, p. 307).

Aproximadamente um terço dos artigos de Marx destinava-se à análise de assuntos financeiros e econômicos da atualidade, principalmente da Grã-Bretanha, mas também de outros países e da economia mundial como um todo. (Krätke, 2008a, p. 163). Nesses artigos, Marx se expressa de maneira aprofundada sobre temas que reaparecem em *O Capital* sem o mesmo nível de profundidade, como o mercado monetário e a legislação bancária, com exceção dos temas relacionados à legislação fabril, expostos detalhadamente por Marx

---

<sup>128</sup>Segundo Riazanov (2012, p. 148), “ao cabo de um ano, Marx conhece tão bem o inglês que começa a escrever diretamente seus artigos neste idioma.”

naquela obra. (Ibidem, 2006, p. 129). Certamente, este é mais um exemplo de como a exposição dos resultados da pesquisa, em Marx, aparece antes da investigação, pois, em *O Capital*, as digressões mais específicas sobre jornada de trabalho e legislação fabril aparecem a partir do capítulo oito, enquanto a exposição da mais-valia acontece no capítulo quatro. Para efeito, por exemplo, da elaboração posterior da categoria mais-valia relativa, a complexa questão da relação entre produtividade e intensidade do trabalho é analisada cuidadosamente por Marx, “que argumenta estritamente em termos da teoria do valor: o que os proprietários da fábrica perdiam pela limitação legal da jornada de trabalho, em tempo de trabalho absoluto, recuperavam através da intensificação do tempo de trabalho.” (Ibidem, p. 131).

Krätke menciona, ainda, a seção quinta do livro III de *O Capital* como consistindo, em grande parte, de matérias daquele período. Ademais, temas como

crises, mercado mundial, estruturas internacionais do comércio, por meio das quais umas nações exploram outras, colônias, colonialismo e sua importância para o desenvolvimento do capitalismo, e diferentes formas de finanças públicas e economia pública – somente foram tratadas por Marx em seus artigos de jornal. Algumas das mais sofisticadas reflexões sobre o estado moderno, seu desenvolvimento histórico dentro do contexto do sistema europeu de estados nacionais, e o desenvolvimento das principais formas da política nas sociedades burguesas modernas são somente encontradas numa série de artigos escritos por Marx em diversas ocasiões. (Ibidem, 2008a, p. 163-164).

É necessário compreender a teoria de Marx como resultado de experimentos, tentativas, correções, descobertas, recuos e avanços, dentro de um processo que significava acompanhar um objeto histórico no seu próprio ritmo. Naturalmente, Marx não sabia os momentos de suas descobertas. A evolução dos seus conhecimentos empíricos e do seu instrumental metodológico precisava ser acompanhada em igual medida pela evolução dos seus conhecimentos teóricos, no mesmo sentido em que ontologia e epistemologia caminham juntas. A premência da busca pelo sustento, aliada a outros projetos que surgiam nesse meio tempo, adiavam o esperado livro sobre economia. De certa maneira pode-se dizer que nem os trabalhos jornalísticos interromperam os estudos de economia, nem estes interromperam aqueles. Marx era “o jornalista e economista crítico, consciente de viver um período turbulento do capitalismo, e que comparou a rápida expansão do mercado global durante a década 1849-1858 aos mais brilhantes períodos do século XVI.” (Ibidem, 2006, p. 134-135).

De fato, a consolidação do modo de produção capitalista é apreendida por Marx. A realidade era analisada por ele nos marcos de sua concepção materialista da história, num

momento em que se generalizavam tanto as forças produtivas especificamente capitalistas, quanto as relações sociais capitalistas de produção. No prefácio da *Contribuição* de 1859, menciona “o novo estágio de desenvolvimento em que esta [a sociedade burguesa] parecia entrar com a descoberta do ouro na Califórnia e Austrália” (Marx, 1986a, p. 27), como fator que o levou a recomençar os estudos. Krätke (2006, p. 135) acrescenta outras circunstâncias históricas como a revogação da lei de cereais, a enorme onda de imigração europeia, a expansão dinâmica do mercado mundial, marcada, principalmente, pela exportação dos produtos ingleses oriundos de sua principal indústria, a indústria do algodão.

Os trabalhos jornalísticos de Marx perduram até 1862,<sup>129</sup> intercalado por diversos momentos em que a prioridade se volta para os estudos teóricos e até políticos. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, considerada por muitos como sua obra histórica mais profunda, foi escrito entre dezembro de 1851 e março de 1852, para uma revista mensal norte-americana, a *Die Revolution*. Nesta obra, Marx analisa os efeitos do golpe de 02 de dezembro de 1851 no contexto do conflito de classes existente na França. Ainda no mês de dezembro, escreve *Revelações sobre o processo de comunistas de Colônia*, e, entre maio e junho de 1852, Marx escreve *Os Grandes homens do exílio*, em que analisa os problemas internos entre os exilados no interior da Liga Comunista.

Se, entre 1850 e 1853, Marx esteve ocupado com os *Cadernos de Londres*, seus estudos teóricos seriam retomados em algum momento entre o fim de 1854 e o início de 1855. (Musto, 2011a, p. 54). Simultaneamente a estas iniciativas, continuava produzindo artigos jornalísticos, embora suas publicações no *New York Tribune* decrescessem. Em 1853, 80 artigos de Marx foram impressos naquele jornal. Em 1854 o número se repete, mas, no ano seguinte, cai para 40, e, em 1856, para 24. (McLellan, 1990, p. 306).

Os artigos de Marx produzidos em 1856 focavam principalmente as crises monetárias na Europa (Krätke, 2008a, p. 163), tendo escrito, em junho de 1856, três artigos sobre o *Crédit Mobilier* (CW, 15, p. 08-24), banco francês fundado pelos irmãos Péreire, principal instrumento da política financeira de Napoleão III. Os irmãos Isaac e Jacob Émile Péreire criavam sociedades por ações, através das quais lançavam títulos de curto prazo na Bolsa e captavam recursos de pequenos investidores para o banco. Marx o considerou “como um dos maiores fenômenos de nossa época”.

---

<sup>129</sup> Nos últimos anos de sua vida, Marx recusaria todo tipo de trabalho jornalístico, dedicando toda sua energia à publicação de *O Capital*. (Krätke, 2006, p. 162).

Nos dois anos seguintes, Marx e Engels escreveriam 117 artigos, sendo 98 de autoria de Marx e 19 de Engels. Dividindo esses artigos em blocos temáticos, vê-se que as crises econômicas são o segundo tema mais abordado, com 17 artigos, logo atrás da Revolta dos Sipaios, com 19. Outros seis artigos tratam do sistema bancário europeu, 11 da situação política da Grã-Bretanha e o restante sobre questões políticas, sociais e bélicas diversas. (De Paula, 2011, p. 133-134). “Nestes artigos, Marx fazia uso frequente do material que estava coletando diligentemente para o seu “livro sobre a crise”.” (Krätke, 2008a, p. 165).<sup>130</sup>

Em abril de 1857, Marx recebe outro convite de Charles Dana, desta vez para enviar artigos para o *New American Cyclopaedia*, em forma de verbetes que, em sua maioria, tratariam de temas biográficos e militares. Neste período, a maior parte dos trabalhos fica por conta de Engels, para que Marx possa dedicar mais tempo a sua pesquisa. Um total de 67 artigos são publicados até o final de 1858, sendo 51 de autoria de Engels e 16 de Marx (McLellan, 1990, p. 307).

Sobre os efeitos que as intensas pesquisas desenvolvidas por Marx na fundamentação de seus artigos jornalísticos teve no seu desenvolvimento teórico, os seus depoimentos parecem ser contraditórios. Por um lado, diz, em carta ao amigo Cluss, de 15 de setembro de 1853: “A contínua porcaria jornalística me aborrece. Toma muito tempo, dispersa meus esforços e, na análise final, não é nada. Por mais independente que se queira ser, ainda se é dependente do jornal [...] Obras puramente científicas são algo completamente diferente.”. (CW, 39, p. 367). Por outro, sugere uma relação positiva entre suas atividades no jornalismo e seus estudos de economia política, no prefácio da *Contribuição*, em 1859:

Esses estudos, em parte por causa do seu próprio caráter, chegaram a disciplinas aparentemente afastadas do plano original, nas quais tive que deter-me por mais ou menos tempo. Mas foi sobretudo a necessidade imperiosa de exercer uma profissão para ganhar a vida que me reduziu o tempo disponível. Minha colaboração, já de oito anos, com o primeiro jornal anglo-americano, o *New-York Tribune*, tem exigido uma extraordinária dispersão dos estudos, uma vez que apenas excepcionalmente me ocupo com o jornalismo dito. Contudo, artigos sobre fatos econômicos de destaque, ocorridos na Inglaterra e no continente, constituem parte tão significativa da minha contribuição que me vi obrigado a familiarizar-me com pormenores que ficam fora do ramo da ciência da Economia Política propriamente dita.” (Marx, 1986a, 27).

---

<sup>130</sup> Quanto os livros sobre a crise, há o artigo de Krätke (2008b). Conforme este autor, os livros citados diferem dos outros cadernos de notas de Marx, pois neles quase não constam a transcrição de textos de outros economistas políticos, nem opiniões pessoais do próprio Marx.

Para Krätke (2006, p. 129), “como um pensador da economia política, Marx aprendeu com seu trabalho jornalístico mais do que ele estava disposto a admitir.” Pino (2013, p. 20) é ainda mais enfático, ao dizer que a lista de linhas temáticas trabalhadas por Marx, especialmente no *New York Tribune* “constitui, desde uma perspectiva teórica, um trabalho de investigação, análise de dados e teste dos conceitos crucial na sua formação, através do qual poderá estabelecer no ano de 1858 – na frenética escritura dos *Grundrisse* (1857-1858) – a noção vertebral de sua crítica a econômica política: o conceito de mais-valia.”

A conexão quase instantânea que Marx possuía com os últimos acontecimentos lhe permitia diminuir o hiato entre a ocorrência do fato e a sua análise. Se ele não era essencialmente um jornalista, como disse Engels referindo-se ao ritmo da fabricação de suas matérias, é necessário reconhecer que ele também tinha adquirido hábitos próprios de um jornalista quanto aos meios usados para ter acesso às informações. Seus defeitos como jornalista eram a razão da alta qualidade dos seus artigos, valorizados nos Estados Unidos por conta da profundidade de suas análises. O uso de suas fontes, relacionamento pessoal e de todos os recursos disponíveis que viabilizasse o acesso a dados de variados tipos, desde relatórios a livros de tiragem limitada, eram práticas típicas do jornalismo que desautorizam uma construção caricata de Marx como teórico de gabinete. Quando ele mesmo não conseguia algum livro ou relatório, era comum solicitá-los a amigos distantes, conforme, por exemplo, pedido que faz a Engels, em carta de 13 de outubro de 1851, para que ele buscasse encontrar em Manchester o livro de Johnston, onde seria possível “encontrar todo tipo de informações interessantes”. (CW, 38, p. 476).

Ao mesmo tempo em que se dedicava à análise da realidade capitalista concreta e à luta política, esta última como contraface do uso de sua pena, Marx se empenhava em continuar os seus estudos de economia política, abandonados desde sua ida para Colônia. A percepção afinada de seus textos jornalísticos seria respaldada pelos seus estudos teóricos. Para Engels,

a primeira prova ocorreu quando Marx, a partir da primavera de 1850, encontrou lazeres para se entregar a estudos econômicos e empreendeu, primeiramente, o da história econômica dos dez últimos anos. Desse modo, ele extraiu, com toda clareza, dos próprios fatos, o que até então não fizera senão deduzir, semi-aprioristicamente, de materiais insuficientes, isto é, que a crise do comércio mundial, ocorrida em 1847, fora a verdadeira mãe das revoluções de fevereiro e de março e que a prosperidade industrial, que voltara pouco a pouco, a partir de meados de 1848, e chegara ao seu apogeu em 1849-1850, foi a força vivificante na qual a reação européia hauriu renovado vigor. (Engels, 1953c, p. 95).

O jornalismo, pois, não constituiu uma “pausa teórica”, um intervalo na trajetória intelectual de Marx, ou, em sentido semelhante à tese defendida por Althusser, uma espécie de corte epistemológico separando dois tipos de Marx. Nas palavras de De Paula (2011, p. 133), não se deve falar

de prejuízos para o esforço de elaboração da crítica da economia política o tempo e o trabalho dedicados ao jornalismo. De fato, é preciso ver a atividade jornalística como fornecendo base empírica, que informará e subsidiará a elaboração dos *Grundrisse*, que sendo um discurso do capital em geral, sobre as formas mais gerais de presentificação do capital, não prescinde de referências histórico-concretas, que são trazidas ao texto tanto para exemplificações, quanto como materializações do movimento geral do capital como “particularidade” e como “singularidade”, isto é, pela explicitação de suas formas fenomênicas de existência.

Retome-se, mais uma vez, a discussão sobre o papel fundamental da empiria para o método dialético de Marx. Na *Introdução de 1857*, Marx discorreria sobre as abstrações necessárias no processo de elaboração teórica que, diferentemente dos clássicos, teria que incorporar no âmbito de uma totalidade orgânica, tanto os aspectos gerais referentes a toda e qualquer sociedade, quanto os aspectos específicos de uma determinada formação social. Especialmente quanto a estes últimos aspectos, o conhecimento fornecido pelos trabalhos jornalísticos seria fundamental para que Marx evidenciasse as determinações próprias e contraditórias do modo de produção capitalista.

De fato, a crítica da economia política seria o resultado da aplicação de seu método às categorias da economia política analisadas no âmbito de relações históricas determinadas, para a qual concorreu tanto seu intenso trabalho de prospecção de dados empíricos, quanto o estudo de inumeráveis livros nos mais variados terrenos, como economia política, história, filosofia, ciências naturais, matemática e, de forma original, também a literatura, dado que Marx usa, a todo instante, citações de Shakespeare, Balzac, Cervantes, Goethe e outros, para ilustrar seus argumentos teóricos.

Os *Grundrisse*, como *locus* da desmistificação da origem da mais-valia, são tributários desse amplo conhecimento empírico. Segundo Pino (2013, p. 22), “os artigos do *New York Tribune* ensinaram a Marx que as contradições geradas pelo capital eram definitivamente insolúveis. Com efeito, o caminho teórico em direção à essência da mais-valia inicia-se depois

da análise de suas formas de manifestação. Sem dúvida, Marx havia avançado bastante no conhecimento sobre o funcionamento concreto do capitalismo. Havia estudado questões complexas e avançadas como as relações entre os mecanismos de circulação monetária e os momentos de crises econômicas e de prosperidade, mas não se sentia ainda capaz de desvendar por completo a natureza interna da sociedade burguesa.

Nos *Grundrisse*, Marx busca reunir tudo o que havia apreendido nos seus anos de estudo teórico e de pesquisas empíricas. As experimentações na forma dialética de apresentação dos conceitos da economia política têm a empiria como um recurso imprescindível, embora se restrinja ao método de investigação, ao primeiro momento do método, o que vai do concreto ao abstrato. Neste caminho, pois, do concreto ao abstrato, a realidade mesma é o ponto de partida da teoria científica. O caminho de volta, do abstrato ao concreto, embora lógico, encontra correspondência também no próprio processo real da história. Entretanto, é preciso diferenciá-los, pois a exposição, como momento que sucede à investigação, busca ordenar, fazer o encadeamento lógico dos fatos já pesquisados. Nesse sentido, Ilienkov faz distinção entre o método dialético de tratamento dos fatos/dados empíricos e o método de elevar-se do abstrato ao concreto,<sup>131</sup> considerando apenas uma exceção:

A tarefa específica do teórico que parte de toda esta informação sobre a realidade não consiste, por assim dizer, em dar a esta expressão “abstrata” uma forma ainda mais abstrata. Ao contrário, começa sempre procedendo a uma análise crítica de abstrações do nível empírico do conhecimento e as refaz para seguidamente avançar, criticando a estreiteza e o subjetivismo de tais abstrações e destruindo as ilusões que elas contêm desde o ponto de vista da realidade em seu conjunto concreto. Neste sentido (e somente neste sentido), o passo do estado empírico ao estado racional do conhecimento aparece também como um passo “do abstrato ao concreto”. (Ilienkov, 1978, p. 39).

Em suma, o tratamento dos dados empíricos que subsidiam a análise de Marx é, em si, um procedimento dialético. Como diz Ilienkov (1978, p. 34), “este procedimento de análise permanece o mesmo, isto é, dialético, tanto no tratamento preliminar dos dados, como no curso de sua elaboração definitiva, ainda que, naturalmente, vá se aperfeiçoando na medida em que avança em direção a *O Capital*.”

---

<sup>131</sup> A perspectiva de Ilienkov é semelhante à de Vygotsky, descrita por Fineschi (2009, p. 58) da seguinte forma: “Temos, então: (i) uma íntima ligação entre o modo de exposição e a elevação do abstrato ao concreto, (ii) uma íntima ligação entre o modo de pesquisa e a elevação do concreto para o abstrato, (iii) a separação, no espaço e no tempo – embora não absoluta - de exposição e pesquisa.”

A descoberta da mais-valia, como demonstrado no capítulo primeiro desta tese, foi resultado desse método, pois Marx partiu da circulação, do mundo visível, para chegar à conclusão que a geração de valor novo só poderia ser encontrada em outra esfera, a produção, uma descoberta que aparece inicialmente na *Miséria da Filosofia*, mas que só se potencializa metodologicamente com os seus primeiros artigos jornalísticos da década de 1850. Ressalte-se, todavia, que, ao longo daqueles anos, a profundidade e o acurado espírito crítico dos seus textos jornalísticos eram reflexos do aprimoramento paralelo dos seus conhecimentos teóricos. Como projeto nunca abandonado, a crítica da economia política requeria, especialmente a partir de a *Miséria da Filosofia*, que Marx elaborasse uma teoria do valor própria. Por isso, o estudo dos economistas políticos, notadamente aquele que foi sua referência maior naquela obra, David Ricardo, era um exercício obrigatório desde sua chegada em Londres.

### **3.2 – De volta à teoria: os *Cadernos de Londres* (1850-1853) e o epistolário Marx-Engels**

O período de elaboração dos *Cadernos de Londres* é entrecortado por diversas outras atividades e acontecimentos de cunho político e pessoal. Marx volta-se para os estudos teóricos, em relação aos quais suas cartas refletem todo um conjunto de questões, dúvidas e descobertas que acompanhavam a própria evolução de suas pesquisas. Como já mencionado, o período de isolamento, entre os anos de 1850 e 1851, permitiu que Marx retornasse às suas pesquisas sobre economia política. Neste período, há um incremento acentuado no número de cartas trocadas por Marx e Engels, que era solicitado continuamente por aquele para dar sua opinião sobre as diversas questões teóricas que estava analisando. A partir de 1853 a quantidade de correspondências entre Marx e Engels avoluma-se novamente. Assim, não tendo Marx escrito obras econômicas no período entre a *Miséria da Filosofia* e os *Grundrisse*, sua evolução teórico-metodológica entre 1850 e 1856 encontra registros tanto em suas anotações nos *Cadernos de Londres*, quanto nas diversas cartas escritas.<sup>132</sup>

---

<sup>132</sup> Marx e Engels trocaram cartas nas quais tratavam dos mais variados assuntos, desde questões familiares e de finanças pessoais, até questões teóricas e políticas. As cartas aqui recuperadas são as que fornecem pistas do desenvolvimento teórico de Marx. Por isso denominá-las “cartas teóricas”. Quanto aos *Cadernos de Londres*, há autores que mencionam sua publicação tardia na MEGA 2 (1983-1991) como um dos fatores fundamentais que impossibilitou uma melhor compreensão do método de Marx. (Fineschi, 2009, p. 58).

É verdade que os *Grundrisse* iriam representar um novo começo para Marx, o que explica o fato de muitos analistas não levarem em conta os primeiros anos da década de 1850, ou simplesmente os caracterizarem como meros “antecedentes dos *Grundrisse*”, dando, assim, um salto da *Miséria da Filosofia* para os *Grundrisse*. Esta obra aparece, então, em algumas análises, como um momento mágico de Marx, quando toda a sua inspiração teórica floresce, em questão de meses, e se consubstancia numa obra magistral. Compreende-se que, sendo os *Grundrisse* um recomeço, do ponto de vista da teoria econômica de Marx os prejuízos ficam minimizados. Porém, do ponto de vista do método, os anos de intermitentes estudos teóricos de Marx entre 1850 e 1856 precisam ser levados em conta, pois realçam a mutualidade entre empiria e teoria na elaboração da crítica da economia política, um dos traços característicos do seu método dialético. Assim, de uma só vez, ficam demonstradas tanto a inexistência de regras metodológicas para o conhecimento da realidade em Marx, quanto as impropriedades das críticas sobre o caráter metafísico de sua crítica. Tendo já discorrido sobre a importância dos trabalhos jornalísticos de Marx para sua elaboração teórica, cabe agora recuperar algumas das suas aquisições teóricas dessa fase.

Foi com o iminente fechamento da *Nova Gazeta Renana – Revista Político-Econômica* que Marx voltou a estudar economia política. O último número da revista foi publicado em novembro, já sob a nuvem negra da falência. Antes disso, em setembro de 1850, Marx dá início aos seus estudos teóricos, aproveitando-se do rico acervo do Museu Britânico.

O jejum teórico de três anos é rompido com uma incessante pesquisa, os chamados *Cadernos de Londres*, compilados em 24 cadernos de notas durante os três anos seguintes, de setembro de 1850 a agosto de 1853. De acordo com a esquematização proposta por Musto (2011a, p. 44-49), os *Cadernos de Londres*<sup>133</sup> podem ser divididos em três grupos, conforme tabela que se segue:

---

<sup>133</sup>Um esquematização alternativa é feita por Duayer (2011, p. 15-16), seguindo a ordem como os cadernos são dispostos nos volumes da MEGA 2. Assim, o primeiro grupo de cadernos, de I a VI, escrito entre setembro de 1850 e, provavelmente, fevereiro de 1851, está disposto no volume 7 da seção IV; o segundo, cadernos VII a X, escritos entre março e julho de 1851, consta no volume 8 da seção IV; o terceiro, cadernos XI a XIV, escritos entre julho e setembro de 1851, ocupa parte do volume 9 da seção IV. Os cadernos restantes, a constarem nos volumes 10 e 11 da seção IV, ainda não foram publicados (ver Roth, 2009, p. 29 e Musto, 2011c, p. 60). Obviamente, esta seção não pretende percorrer os *Cadernos de Londres* em todos os seus detalhes, mas apenas extrair alguns elementos essenciais da evolução intelectual de Marx. Por isso, além da esquematização e comentários de Musto (2011a), esta seção se vale da análise pormenorizada sobre este tema feita por Leonardo de Deus (2010c), e, em menor medida, do texto mais antigo de Maximilien Rubel, *Les cahiers d'études de Marx*, in RUBEL, M. Marx: critique du marxisme, 1974, p. 312-325.

Tabela 1

*Cadernos de Londres (1850-1853)*

| Grupo | Período                   | Cadernos  | Principais temas e autores analisados   |
|-------|---------------------------|-----------|---|
| 1º    | set/1850<br>a<br>mar/1851 | I-VII     | História e Teorias das Crises Econômicas, dinheiro e crédito / Thomas Tooke, James Taylor, Henry Thornton, Adam Smith, David Ricardo                                  |
| 2º    | abr-nov/1851              | VIII      | Salário, Renda da Terra / David Ricardo, James Steuart  |
|       |                           | IX-X      | Obras críticas sobre Ricardo / John Tuckett, Thomas Hodgskin, Thomas Chalmers, Richard Jones, Henri Carey   |
|       |                           | XI        | Condição da Classe Trabalhadora – Salários, padrões de vida dos trabalhadores, greves, trabalho infantil / J. Fielden, P. Gaskell, Thomas Hodgskin (1)                |
|       |                           | XII-XIII  | Química agrária – Renda da Terra / Justus Liebig, James F. W. Johnston  |
|       |                           | XIV       | Debate sobre a Teoria da População, Modos pré-capitalistas de produção, colonialismo / Thomas Malthus, Archibald Alison, Adolphe D. de La Malle, William H. Prescott. |
|       |                           | XV        | História da Tecnologia / Johann Poppe, J. Gray  |
|       |                           | XVI       | Diversas questões de economia política / Bastiat, Proudhon (2)  |
| 3º    | abr/1852<br>a<br>ago/1853 | XVII-XXIV | Controvérsias históricas sobre a Idade Média, História da Literatura, da cultura e dos costumes.  |

**FONTE:** MUSTO, Marcello. *A formação da crítica de Marx à economia política: dos estudos de 1843 aos Grundrisse*. Revista Crítica Marxista. São Paulo, n. 33, p. 44-49, 2011a.

(1) Rubel (1974, p. 315).

(2) Rubel (1974, p. 318). Caderno escrito entre outubro e novembro de 1851.

De setembro de 1850 a fevereiro de 1862, os estudos teóricos serão feitos, em maior ou menor intensidade, simultaneamente às atividades jornalísticas. O estudo sobre as crises econômicas feito nos primeiros cadernos, e que redundou no último número da *Nova Gazeta Renana – Revista Político-Econômica*, deu a Marx a percepção de que a revolução só aconteceria no ambiente de uma crise econômica. A análise das crises econômicas tornava-se, assim, objeto múltiplo do interesse de Marx, por constituir tema vital tanto para suas investigações teóricas, quanto para suas atividades jornalísticas e também para os projetos políticos posteriores. Suas investigações empíricas, submetidas a uma análise pautada pela concepção materialista, confirmaram aquilo que havia sido esboçado desde *A Ideologia Alemã*, a saber, a revolução como consequência da contradição existente entre as forças

produtivas e as relações de produção vigentes. Marx concluía que “as verdadeiras causas da crise deveriam, na verdade, ser procuradas nas contradições da produção.” (Ibidem, p. 44).

É surpreendente a constatação que Marx faz depois de ter estudado todos aqueles autores do primeiro grupo, que, excluído o Caderno VII, totalizam cerca de 600 páginas impressas da seção IV, volume V da MEGA 2. Marx ainda não tinha iniciado o Caderno VIII, quando escreve a Engels, em carta de 02 de abril de 1851, informando o estado adiantado de suas pesquisas, e que tinha chegado à conclusão que “essa ciência [a economia política] não fez progresso desde A. Smith e D. Ricardo, apesar de todas as investigações particulares, frequentemente muito válidas, que eles fizeram.” (CW, 38, p. 325).

Ricardo era o alvo principal de Marx, que reserva a ele os cadernos IV, VII e VIII, considerados “a parte mais importante dos [*Cadernos de Londres*] devido aos inúmeros comentários e reflexões pessoais que as acompanham”. (Musto, 2011a, p. 44). Nos Cadernos VII e VIII constam também anotações sobre Adam Smith e James Steuart, respectivamente. Musto ressalta a importância das anotações sobre Ricardo, evidenciada pelo fato de terem sido o único grupo de citações de Marx publicados em 1941, no segundo volume da primeira edição dos *Grundrisse*.<sup>134</sup> Quando termina o caderno VII, Marx escreve dois outros cadernos de notas, onde expõe o seu próprio conhecimento, sob o título *Ouro: o sistema monetário perfeito*, considerada por Musto como, possivelmente, a “primeira formulação autônoma de Marx sobre a teoria do dinheiro e da circulação.” (Ibidem, p. 45). Segundo De Deus (2010c, p. 88-89), nesta obra, Marx desenvolve algumas questões de forma original. Os metais preciosos já ficam determinados como “mercadoria universal” e como “medida geral do valor das mercadorias”.

Marx retorna a Ricardo no caderno VIII. Sua investigação tinha avançado anteriormente pelas concepções ricardianas sobre a renda da terra, conforme carta enviada a Engels, em 07 de janeiro de 1851, que responde em 29 de janeiro, em tom aprovatório, sugerindo que Marx se apressasse para publicar sua economia. (CW, 38, p. 271). Na carta seguinte, de 03 de fevereiro de 1851, Marx pretende discutir com Engels a *currency-theory*, e escreve a ele resumindo conclusões que já apareciam no seu Caderno IV. Neste, diz Marx: “Um capítulo muito confuso. Os custos de produção do ouro não podiam surtir efeito, segundo Ricardo, até que a quantidade do metal aumente ou diminua, e esse efeito somente se

---

<sup>134</sup>Parte dos extratos sobre Ricardo, constantes dos Cadernos IV e VIII, aparecem no 3º volume da edição dos *Grundrisse*, publicada pela Siglo Veintiuno Editores (2006). Rubel (1974, p. 314) também salienta que, ao contrário do caderno VII, o VIII se destaca por ser rico em notas pessoais.

apresenta muito tardiamente.” (Marx, 2006, p. 18-19). Na referida carta, além de resumir parte do conteúdo do Caderno IV, fica explícito o recurso aos dados empíricos:

Tooke faz a mesma afirmação; mas não encontrei nenhuma prova em sua história dos preços para 1843-1847. Note a importância do assunto. Em primeiro lugar, toda a teoria da circulação se encontra comprometida em sua própria base. Em segundo lugar, fica demonstrada como o desenvolvimento das crises, em que pese o sistema de crédito ser uma de suas condições, não tem relação com a *currency*, e que as insensatas regulamentações estatais podem ainda mais agravar (como em 1847) a crise. (CW, 38, p. 275).

Engels responde a Marx em 25 de fevereiro e em 03 de abril. Nesta última, demonstra satisfação pelo estado avançado das pesquisas, mas também pessimismo quanto à viabilidade de uma rápida publicação do esperado livro de economia. As alegações de Engels têm uma explicação de fundo que, na verdade, refletem os obstáculos metodológicos que Marx ainda teria que superar: “A coisa já está por demais atrasada, e enquanto você tiver um livro diante de si, cuja leitura considere importante, você não vai começar a escrever.” (CW, 38, p. 330). Mais do que isto, Marx não somente ainda não dominava totalmente os materiais econômicos – apesar da grande intensidade dos seus estudos, como justifica Musto (2011a, p. 45), como ainda não tinha compreendido a natureza do valor, tarefa alcançada no final dos anos 1850.

A evolução nos conhecimentos de economia, notadamente quanto ao dinheiro, renda da terra, crédito, crises, etc, não eram ainda suficientes para ensejar a construção de sua crítica. Com efeito, Marx não tinha ainda, nessa época, compreendido a dupla natureza da mercadoria e do trabalho, lacunas que obstaculizavam a progressão dos seus conhecimentos sobre os assuntos que já vinha estudando, ao mesmo tempo em que o impulsionava a investigar mais. Entretanto, “o descarte da teoria quantitativa da moeda é fundamental para o avanço da teoria marxiana do valor, já que permite situar a questão do valor integralmente na produção, no trabalho.” (De Deus, 2010c, p. 87).

No Caderno VIII, escrito entre abril e maio de 1851, Marx prossegue com a análise de Ricardo, que se estende, pelos Cadernos IX e X, escrito entre maio e julho de 1851, nas leituras que faz sobre os críticos daquele autor. Como se sabe, foi na 3ª edição dos seus *Princípios de Economia Política e Tributação* que Ricardo acrescentou um capítulo sobre o tema “Maquinaria”, pelas razões que ele mesmo, Ricardo, explica na “advertência à terceira edição”, de 26 de março de 1821, com amplas remissões aos aspectos negativos da

mecanização sobre os trabalhadores. É de se esperar, que Marx não se contentasse com as edições anteriores, e, de fato, é esta obra que Marx está analisando. (Marx, 2006, p. 68-70).

Para os efeitos dos objetivos da presente tese, o Caderno VIII se notabiliza, entre outros motivos, porque é nele que reaparece a intuição sobre a mais-valia, anteriormente esboçada em *Trabalho Assalariado e Capital*. Diz Marx: “a maior parte dos adversários de Ricardo, como por exemplo Wakefield, afirmam que ele não pode explicar o excedente”. (Marx, 2006, p. 76). A partir daí, dá exemplos numéricos, a exemplo do capítulo 4 de *O Capital*, para mostrar que “o excedente, não se explica a partir do comércio, ainda que este possa explicar o lucro extra. Desde o principio, o caso desaparece ao considerar o excedente da classe inteira dos capitalistas industriais. Impossível explicar dizendo que a classe rouba a si mesma.” (Ibidem). Nesse ponto, Marx está insinuando pequenos movimentos dialéticos em torno da categoria da totalidade. Um pouco a frente, a intuição aparece plenamente:<sup>135</sup>

Mas a renda pressuposta de toda classe proprietária tem que surgir na produção, e, portanto, ser de antemão uma dedução do lucro ou dos salários [...] Para que se aumente o valor do lucro, tem que haver um terceiro cujo valor se reduza. Quando se afirma que o capitalista gasta 30 dos 100 em matéria-prima, 20 em maquinaria, 50 em salário e que logo vende estes 100 por 110, desconsidera-se que, se tivesse desembolsado 60 pelo salário, não haveria obtido lucro algum, salvo que obtivesse mais que os 110, uns 8,2%, etc. Ele troca seu produto por outro cujo valor está determinado pelo tempo de trabalho nele empregado. Vendeu um produto de 20 dias de trabalho, digamos, e obtém um dia por cada dia. O excedente não surge da troca, ainda que tão somente nela se realize. Surge de que deste produto que consome 20 dias de trabalho, o obreiro só obtém o produto de 10, etc., dias de trabalho. Na mesma medida em que cresce a força produtiva do trabalho, decresce o valor do salário.” (Marx, 2006, p. 77).

Portanto, dentre as principais aquisições teórico-metodológicas destes Cadernos,<sup>136</sup> estão a percepção de Marx de que a produção é o elemento explicativo principal da crise, a instância reveladora da natureza íntima dos fenômenos, e a descoberta de que o excedente não podia ser explicado pela circulação, confirmando a sua descoberta anterior quanto à centralidade da produção para o desvendamento da lógica do sistema capitalista.

Certamente, a evolução do Marx economista se concretizava, viabilizando e sendo viabilizada pela sua filosofia. Suas descobertas aconteciam dentro dos marcos de uma

<sup>135</sup> Por tratarem da questão do salário, os Cadernos de Extratos sobre Ricardo, de 1851 e o sobre Bastiat e Carey, de 1857, são considerados por Dussel (2004, p. 333) como “a pré-história da questão da mais-valia”.

<sup>136</sup> De Deus (2010c, p. 94-100) lança luzes sobre outras aquisições metodológicas, inclusive a análise que ele faz na “Reflections”, nome dado por Marx ao conjunto de sete páginas impressas pertencente ao Caderno VII.

abordagem que era histórica e lógica ao mesmo tempo. Talvez sem se ainda dar conta, sua filosofia ia pouco a pouco lhe fornecendo a condição de se distanciar da economia de Ricardo. Como acentua De Deus (2010c, p. 99), “todos esses manuscritos e anotações parecem apontar para uma questão fundamental do método de redação marxiano: as categorias devem ser explicitadas em sua lógica e organização e, ao longo desses anos, a busca por essa articulação se deu simultaneamente ao próprio exame dessas categorias.”

Antes de terminar o Caderno X, Marx imagina estar próximo de concluir suas pesquisas, dizendo, em carta a Weydemeyer, de 27 de junho de 1851, que o seu trabalho estava perto do fim, resultado da longa jornada diária de estudos no Museu Britânico, geralmente das 9 da manhã às 7 da noite. (CW, 38, p. 377). Termina o Caderno X e novamente se vê na iminência de parar os estudos, tanto pelos problemas financeiros que enfrentava, quanto pelo fato de ter conseguido o livro de Proudhon, *A Ideia Geral de Revolução no século XIX*, sobre o qual ele admitia o desejo de elaborar uma crítica. Marx o lê em agosto, mas abandona o projeto de escrever sobre ele, embora escreva longa carta a Engels, em 14 de agosto, expressando suas opiniões. (CW, 38, p. 422-425). Em carta de 13 de outubro, Marx diz a Engels que ainda espera dele o parecer sobre Proudhon. (CW, 38, p. 475-476).

Tendo aceitado o convite para trabalhar como jornalista na *New York Tribune*, em agosto de 1851, Marx, paralelamente, continua suas pesquisas. É bastante sintomático que após a intuição sobre a mais-valia no Caderno VIII, Marx se dedique a estudar, no Caderno XI, textos sobre a condição da classe trabalhadora. Os Cadernos XII e XIII, contendo suas pesquisas sobre química agrária, são bastante emblemáticos do seu método. Apesar de Engels ter insinuado, em carta de 29 de janeiro, que a “teoria da renda da terra” de Marx poderia até mesmo ser publicada (CW, 38, p. 271), Marx continuava a buscar no mundo real elementos para as soluções teóricas que ainda necessitava. Assim, entre setembro e novembro de 1851, escreve o Caderno XV, com temas sobre tecnologia, e o Caderno XVI, sobre temas diversos da economia política.

Em novembro de 1851, Engels adverte Marx novamente sobre a necessidade de lançar o livro (Wheen, 1999, p. 178). Segundo Rosdolsky (2001, p. 23), referindo-se à carta de Marx a Engels de 24 de novembro de 1851, Marx já tinha abandonado o plano de escrever sua obra sobre economia, e adotado outro, um ajuste de contas com as obras econômicas e socialistas já publicadas, o que parece não se justificar diante da carta de Marx a Weydemeyer, de 30 de

janeiro de 1852, em que solicita ajuda para encontrar um editor para a sua *Economia* lá nos Estados Unidos, já que na Alemanha as coisas haviam fracassado. (CW, 39, p. 26). Curiosamente, em dezembro de 1851, em vez de escrever sua *Economia*, Marx iniciava *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, finalizado em março de 1852, e, entre maio e junho, ocupava-se com a escrita de *Grandes homens do exílio*.

Apesar das múltiplas tarefas, já que, em março de 1852 – paralelamente à elaboração de *O 18 Brumário* - começa, de fato, a escrever para a *New York Tribune* (Krätke, 2006, p. 150), Marx inicia, em abril de 1852, o terceiro grupo de cadernos, que consubstanciam uma grande dispersão de temas. (Musto, 2011a, p. 49). Esses cadernos são finalizados em agosto de 1853, quando então Marx interrompe novamente seus estudos teóricos. No mês seguinte, escreve a Cluss, dizendo que tinha esperança de voltar a se isolar para trabalhar novamente na sua *Economia*. (CW, 39, p. 367). Isto acontece, como indica Musto (2011a, p. 54), entre o fim de 1854 e o início de 1855, prosseguindo até meados deste ano. De certa maneira é uma continuidade dos *Cadernos de Londres*, pois Marx começa pela releitura dos seus antigos manuscritos, numa revisão que dá origem, segundo Musto (Ibidem), à elaboração de vinte páginas de novas anotações, intituladas *Citações: essência do dinheiro, essência do crédito, crises*. Marx retorna ao estudo de autores como Tooke, John Stuart Mill, Steuart e de diversos economistas políticos, ao mesmo tempo em que faz resumos de artigos do *The Economist*. Vê-se, dessa forma, como os trabalhos da MEGA 2 exigem que se relativizem opiniões como a de Mandel (1968, p. 83), referindo-se a Rubel, segundo a qual Marx teria deixado seus estudos econômicos de lado de agosto de 1852 até o fim de 1856.

Com a nova interrupção de suas pesquisas ocorrida em meados de 1855, Marx só iria retornar aos estudos teóricos em junho de 1856, com os artigos para o *The People's Paper* sobre o *Crédit Mobilier*, em grande medida por causa de suas obrigações como jornalista. Em outro artigo, Musto (2008b, p. 150) diz que “no decurso de 1856, Marx negligenciou completamente o estudo da economia política, mas a aproximação de uma crise financeira internacional repentinamente mudou esta situação.” Em julho de 1857, Marx dá sequência às suas pesquisas, com notas sobre Bastiat e Carey.

A crise ainda não tinha chegado e Marx intensifica seus estudos, que culminam com o início de elaboração dos *Grundrisse*, em agosto de 1857. A busca por dados empíricos e por todo tipo de informação útil para a construção da teoria se acelera. Entre outubro de 1857 e fevereiro de 1858, Marx escreve os *Livros sobre a Crise*. Também nesse período, as “cartas

teóricas” entre Marx e Engels adquirem um perfil mais próximo de “cartas empíricas”, pois, estando Engels mergulhado no dia a dia da indústria em Manchester, mantinha-se em condições de enviar a Marx dados sobre a crise, além de uma série de informações de caráter prático, relacionadas ao funcionamento das máquinas, ciclo de vida, disponibilidade de determinadas matérias-primas, situação de mercado de algumas indústrias, nível salarial, etc. Entre os dias 07 e 17 de dezembro de 1857, Engels escreve quatro cartas a Marx com as informações referidas. Em 20 de janeiro de 1858, Marx especifica ainda mais o pedido: “acabo de chegar a um determinado ponto, em meus trabalhos econômicos, sobre o qual desejo algumas explicações práticas, porque não tenho encontrado nada sobre isto nas obras teóricas.” (Marx e Engels, 1974, p. 69). Em outra carta, de 02 de março de 1858, Marx pede a Engels informações sobre o período médio de tempo para a renovação das máquinas. (CW, 40, p. 278). Engels responde com carta de 04 de março, que é seguida por outra de Marx, de 05 de março, agradecendo as respostas e enviando outras perguntas. (Ibidem, p. 325-327).

Pode-se, pois, depreender desses anos turbulentos vividos em Londres, que Marx, de fato, tinha se apropriado dialeticamente da economia política clássica e da filosofia idealista, mostrando-se, ao final da década, em condições de iniciar a sua tão aguardada crítica da economia política, que seria realizada com os *Grundrisse*. E isto, em dois sentidos, seja porque se munuiu de conhecimento empírico e teórico mais vasto, seja porque pôde exercitar seu método dialético nos textos que escreveu durante esse período. É o que sinaliza Ilienkov (1978, p. 47):

A análise dos conceitos desenvolvidos por toda a história anterior da economia política coincide com a análise dos fatos persistentes da realidade econômica. Esses dois aspectos da investigação científica teórica se fundem num processo único. Nenhum dos dois é concebido ou possível sem o outro. Assim como a análise crítica dos conceitos é impossível fora da análise dos fatos, a análise teórica dos fatos é impossível se não se dispõe de conceitos pelos quais eles podem ser expressados.

Categorias econômicas como capital variável, capital constante, composição orgânica, força de trabalho, e sobretudo a mais-valia, são apreendidas por Marx não como construções arbitrárias de um pesquisador, mas como traços constitutivos do objeto analisado. A descoberta destas categorias nos *Grundrisse* seria legatária tanto da trajetória teórica iniciada com a *Crítica de 43*, quanto das vicissitudes do laboratório da vida real na Londres dos anos 1850.

## CAPÍTULO 4

### OS *GRUNDRISSE* E A ESSÊNCIA DA MAIS-VALIA (1857-1858)

#### 4.1 – O dilúvio

Como obra escrita por Marx apenas para seu próprio esclarecimento, sem fins de publicação, os *Grundrisse* constituíram-se numa espécie de repositório das categorias teóricas do projeto marxiano, um local de preparação das armas teóricas para uma possível revolução que supostamente se avizinhava, ante a iminente crise econômica de 1857. Os *Grundrisse* continham notadamente um espírito pré-guerra, no sentido de que Marx buscava armazenar nesta obra todos os elementos teóricos e metodológicos necessários para que a classe proletária estivesse consciente e pronta para o embate.

A crise, que na visão de Marx finalmente chegaria, ou, conforme suas próprias palavras, o dilúvio, seria a conjuntura perfeita para a deflagração dos ideais revolucionários. Por isso, dizia ele a Engels, em carta de 08 de dezembro de 1857: “Eu trabalho como um louco, noites inteiras adentro, para organizar meus estudos econômicos, para por às claras pelo menos os elementos fundamentais antes do dilúvio.” (CW, 40, p. 217). Como diz Rosdolsky (2001, p. 25), “era natural que ‘antes do dilúvio’ – ou seja, antes do começo da esperada revolução européia – Marx quisesse colocar no papel pelo menos os traços fundamentais de sua teoria.”

Em outra carta a Engels, de 18 de dezembro, descreve mais uma vez o ritmo alucinante dos seus trabalhos: “Eu estou trabalhando muito, como regra até as 4 horas da manhã. Estou envolvido em uma tarefa dupla: 1. Elaborar os contornos da economia política (para o público, é absolutamente essencial ir até o fundo do assunto, assim como o é para mim também, para que me veja livre deste pesadelo); 2. A atual crise [...]” (CW, 40, p. 224).

De fato, a possibilidade de crise, mais do que as súplicas de Engels ou dos editores, parece ter sido o seu aguilhão, o único elemento capaz de fazê-lo seguir em frente e superar os rigorosos padrões de qualidade que ele impunha a si próprio. Escrevendo a Lassalle em 21 de dezembro de 1857, diz: “a crise comercial atual levou-me a dedicar seriamente à redação dos meus fundamentos de economia política, ao mesmo tempo em que preparo alguma coisa

sobre a crise presente.” (CW, 40, p. 226). Entretanto, se a crise foi realmente o maior detonador dos ânimos de Marx, é de se ressaltar o caráter especial desse período na sua evolução intelectual. Ou seja, é possível também imaginar que aquela crise tenha coincido com o seu momento de ápice intelectual, instante e local exatos de confluência na mente de Marx da lucidez necessária para lidar com todo o caldo de saber com que ele se defrontara, analisara, contestara e suprasumira em uma década e meia de estudos.

Em outra carta a Lassalle, escrita em 12 de novembro de 1858, diz expressamente que os *Grundrisse* são “o resultado de quinze anos de estudos, logo do melhor período de minha vida.” (CW, 40, p. 354). Com efeito, se só a iminência de crise decretasse para Marx uma imediata retomada de seus estudos, ele talvez o tivesse feito em 1852, em 1853 ou em 1855, quando, juntamente com Engels, previram erradamente a explosão de crises. (Mandel, 1968, p. 77). De qualquer forma, é incontestável o fato de a crise de 1857 ter contribuído decisivamente para a elaboração dos *Grundrisse*. Como diz Rosdolsky (2001, p. 25), “seu prognóstico revolucionário era uma ilusão. Mas, quantas vezes esse tipo de ilusão revelou-se frutífero!”

Os *Grundrisse* compreendiam um total de oito cadernos, escritos entre agosto de 1857 e início de junho de 1858,<sup>137</sup> divididos por Marx da seguinte forma:

**Tabela 2**

***Grundrisse (1857-1858)***

| <b>Caderno</b>                  | <b>Período</b>   | <b>Conteúdo</b>           |
|---------------------------------|--|---------------------------|
| M                               | 23 de agosto /1857<br>a meados de setembro               | <i>Introdução de 1857</i> |
| I – II (sete primeiras páginas) | outubro/1857 (1)   | Capítulo do Dinheiro      |
| II                              | novembro/1857  | Capítulo do Capital       |
| III                             | 29 de novembro a meados de dezembro/1857 (2)             |                           |
| IV                              | meados de dezembro/1857 a 22 de janeiro/1858             |                           |
| V                               | 22 de janeiro/1858 a começo de fevereiro                 |                           |
| VI                              | fevereiro/1858   |                           |
| VII                             | Fins de fevereiro, março, fins de maio e começo de junho |                           |

<sup>137</sup>Embora seja comum encontrar autores que indicam maio de 1858 como a data de finalização dos *Grundrisse*, optou-se por mencionar aqui o começo de junho, conforme consta na versão da Siglo XXI, p. 176.

**Fonte:** MARX, Karl. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858**. V. 1. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 20. Ed., 2007, p. 02, 36, 176.

(1) Segundo Musto (2011a, p. 58), “o primeiro rascunho do Caderno I, que contém a análise crítica de Marx de *De la réforme des banques* de Alfred Darimon, foi escrito nos meses de janeiro e fevereiro de 1857, não (como os editores dos [*Grundrisse*] pensavam em outubro.”

(2) O primeiro texto que compõe a versão portuguesa dos *Grundrisse*, intitulado “Bastiat e Carey”, foi escrito por Marx em julho de 1857, e constou nas sete primeiras páginas do Caderno III, que ele começou a escrever em 29 de novembro, conforme informado no prólogo da primeira edição em alemão, constante da obra supracitada à p. L (algarismo romano).

Os referidos cadernos estão publicados na segunda seção da MEGA 2, volumes II/1.1 e II/1.2. Vale lembrar que a primeira MEGA foi interrompida, sem que a segunda seção tivesse sido publicada (Cerqueira, 2010, p. 23-25). Foi em 22 de junho de 1941, com a invasão da União Soviética pela Alemanha, que “todos os planos editoriais foram aniquilados”. (Hecker, 2010, p. 59). A MEGA foi retomada a partir de 1975, conforme (De Deus, 2010b, p. 41) e quadro descritivo elaborado por Bellofiore e Fineshi (2009, p. 10-15).

O trabalho de Marx foi tão intenso que, em março de 1858, durante a elaboração do sétimo caderno, conforme tabela 2, ele enfrenta graves problemas de saúde. Ademais, havia escrito três cadernos de anotações entre outubro de 1857 e fevereiro de 1858, os *Cadernos da Crise*. Fragilizado pela enfermidade no fígado, interrompe as atividades durante todo o mês de abril, retomando-as somente a partir do mês seguinte, quando, permanecendo em Manchester com Engels do dia 03 ao dia 24 de maio (Henderson, 2005, p. 10), escreve as últimas páginas dos *Grundrisse*. (Musto, 2008b, p. 157).

Os *Grundrisse* são, pois, o ponto de chegada de longos anos de investigação. Os quinze anos anteriores de Marx, em que ele lê autores das mais variadas vertentes teóricas, executa análises, elege interlocutores, tece críticas, imprime avanços, efetua recuos, esboça retomadas, todo este movimento investigativo - que Marx denominaria mais tarde, no posfácio à 2ª edição alemã de *O Capital*, como um esforço de “captação detalhada da matéria” - deságuam nestes oito cadernos. Daí seu patamar privilegiado para uma efetiva realização da crítica da economia política. De igual forma, se esta obra representa um dos topos na evolução do pensamento de Marx, um momento final, representa também um ponto de partida em direção à exposição da crítica da economia política. É o momento efetivo de “arrumação da casa” para a chegada da categoria mais excelente, a mais-valia.

A importância desta obra para a compreensão da trajetória intelectual de Marx contrasta com os infortúnios editoriais a que foi submetida. Segundo Musto (2009, p. 101),

permaneceu desconhecida até 1923, quando então David Riazanov, diretor do Instituto Marx-Engels (IME) em Moscou, a descobre e relata o fato em uma reportagem para a Academia Socialista de Moscou: “Eu encontrei entre os textos de Marx uns oito cadernos de estudos de economia [...] O manuscrito pode ser datado de meados de 1850 e contém os primeiros esboços da obra de Marx [*Das Kapital*], cujo título ele não havia ainda cunhado na época [...]” (Ibidem). Segundo Musto, Riazanov acrescentou que “Kautsky encontrou o ‘Prefácio’ à *Contribuição à Crítica da Economia Política*” – e considerou os manuscritos preparatórios d’*O capital* de “interesse excepcional para aqueles que abordam o desenvolvimento intelectual de Marx e seu próprio método de trabalho e de pesquisa.” (Ibidem). Após amplo trabalho, os *Grundrisse* foram finalmente publicados em 1939 e, numa versão mais completa, dois anos mais tarde.

Para Marx, a elaboração destes Manuscritos de 1857-1858 foi um trabalho monumental, pois representava o esforço de organização, análise e condensação de conteúdos com que se defrontara nos quinze anos anteriores, desde a *Crítica de 1843*. Se o momento político era adequado, a decisão de escrever os *Grundrisse* tinha também relação com uma percepção pessoal de que já reunia condições de começar. Somente durante a elaboração da obra algumas descobertas essenciais seriam feitas. Porém, já era evidente o quanto havia se distanciado de concepções teóricas presentes nas obras anteriores à década de 1850. Ele se sentia pronto para começar a colocar em ordem aquilo que ele havia coletado durante longo período.

Assim, o que esse aquartelamento de Marx representava era uma busca incessante do método mais adequado de elaboração teórica, visando à publicação futura de sua crítica da economia política, dando fim aos recorrentes adiamentos ocorridos desde a segunda metade da década de 1840. Essa contínua postergação era o resultado do rigor excessivo de Marx quanto às suas investigações e à forma de exposição de suas conclusões. Mesmo durante a elaboração dos *Grundrisse*, seu trabalho foi interrompido, não somente pelos problemas pessoais, mas pelo rigor teórico e honestidade intelectual. A cada momento Marx via a necessidade de constante revisão dos seus estudos e de incorporação na sua análise teórica de novos documentos e materiais que lhe chegavam às mãos. Por isso os *Grundrisse* ficaram conhecidos como o laboratório de Marx. Aqui, para além dessa qualidade de lugar em que os experimentos podem se realizar com tranquilidade, os *Grundrisse* são tratados como momento de intensa turbulência teórica e metodológica no projeto marxiano. A sistemática de pequenos e localizados confrontos era abandonada em favor, agora, de uma guerra global e

definitiva, uma espécie de enfrentamento que Marx “parece ter evitado durante muito tempo, [pois] não encontrava o meio de se aproximar da questão. O resultado disso foi o longo itinerário de pesquisas, fornecendo farto material para a marxologia.” (De Deus, 2010c, p. 248). Nesse sentido, tinha escrito aproximadamente a metade do trabalho quando, em tom triunfal, anuncia a Engels, em 16 de janeiro de 1858: “Demoli toda a teoria do lucro, como era até aqui.” (CW, 40, p. 249)

Definitivamente, Marx está nos *Grundrisse* apenas realizando a sua crítica da economia política. É emblemático que nesta mesma carta de 16 de janeiro de 1858 ele mencione a Engels a casualidade de ter encontrado pouco antes a *Lógica* de Hegel. E, de forma mais explícita ainda, diga a Engels, menos de uma semana depois, em 20 de janeiro, que tinha chegado a um ponto dos seus trabalhos em que necessitava de algumas explicações práticas, pois não havia encontrado nada em obras teóricas. (Marx e Engels, 1974, p. 69). Ou seja, a crítica estava se ensaiando, preparando-se para uma futura publicação *sine die*. A categoria da mais-valia é bastante paradigmática de seu método. Se é provável que, depois de longos anos de pesquisa, e ante a intensidade vivida em Londres, Marx já tivesse muitos dos elementos teóricos e metodológicos necessários, faltava, por outro lado, caminhar em direção à forma adequada de apresentação. Por isso, para o editor da versão francesa da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, por ocasião do início dos *Grundrisse*, a mais-valia – considerada por ele o elemento central – já estava, no conjunto, esclarecida. Tratava-se “agora de ordenar e classificar os pormenores que lhe apareceram ao longo das suas pesquisas. Segundo o método que lhe é familiar, toma por base um autor de que discute as teorias, expondo ao mesmo tempo as suas.” (Marx, 2011c, p. XIII).

Dussel está se referindo à mais-valia quando diz: “Foi em dezembro de 1857, [...] quando Marx, depois de ter esclarecido suficientemente o conceito de valor – mediante a polêmica com os proudhonianos [...] formulou seu descobrimento essencial na produção teórica da vida.” Segundo ele, então, foi após terminar o capítulo do dinheiro que Marx já tinha diante de si os contornos bem definidos da categoria da mais-valia. Esta tese de Dussel tende a ser verdadeira quando confrontada com a informação dada por Musto (2011a, p. 58), que diz que o primeiro rascunho do Caderno I (o do capítulo do dinheiro) foi escrito nos meses de janeiro e fevereiro de 1857, e não em outubro, como os editores dos *Grundrisse* pensavam. De qualquer forma, permanecia para Marx o problema metodológico essencial da ordem expositiva.

Mais uma vez, como foi com Hegel, Feuerbach, a família Bauer, Proudhon, e também seria com Vogt em 1860, Marx elegia um inimigo capaz de gerar a motivação necessária para dar um formato final as suas ideias. Dessa vez, porém, não havia um alvo específico, o que tornava a tarefa mais complexa. Confrontos particulares estavam submetidos a um projeto mais abrangente. Tratava-se de confrontar tudo e todos que já tinham sido confrontados antes na sua trajetória de investigação, para que, em uma só obra, pudesse dar cabo do objetivo maior: a realização da crítica da economia política.

Faça-se distinção, pois, entre realização e exposição da crítica: nos *Grundrisse*, Marx realiza a crítica; em *O Capital*, ele a expõe. É na exposição que, realmente, tudo e todos são confrontados, que uma nova visão de mundo é apresentada. Não há espaço na exposição para experimentações, ou para a eleição de interlocutores privilegiados, ainda que eventualmente eles apareçam em um ou outro momento, pois se trata de apresentar uma teoria já pronta, capaz de reproduzir idealmente a realidade. Na realização da crítica, por outro lado, Marx faz incursões teóricas exploratórias e se vê às voltas com alguns daqueles interlocutores do passado, numa espécie de auto-treinamento. Nesse sentido, Rosdolsky diz que Marx mantinha ainda o desejo de ajustar contas com Proudhon, o que se evidenciava pelo fato de os *Grundrisse* começarem com um ataque fulminante a um discípulo dele, Darimon. (Rosdolsky, 2001, p.26). Os resquícios desse hábito, ainda presente nos *Grundrisse*, denotam o caráter deste manuscrito que, distante do formato para exposição, seria o termo final de um longo percurso de investigação. Em sentido semelhante, diz Vaisman (2010, p. 74) que “nos *Grundrisse* assistimos a primeira configuração da crítica da economia política em seu desenho final. [A diferença é que] muitas vezes os elementos categoriais afins ou interdeterminativos não estão sempre aglutinados num mesmo momento da exposição. Às vezes, esses elementos comparecem mais de uma vez, repetidos, no interior de novas preocupações temáticas, etc.”

Se na exposição os defeitos são suprimidos e as rugosidades da etapa investigativa ficam ocultadas, os *Grundrisse*, como momento da realização da crítica, funcionam como uma radiografia permanente de Marx, no sentido de permitir que se vislumbrem, desde as camadas mais abstratas da narrativa, elementos como o modo de pesquisa, de construção de categorias e as pequenas transições dialéticas. Uma série de questões tratadas nos *Grundrisse* seria mais tarde retomada em *O Capital*, assim como outras tantas deixariam de ser abordadas nas obras futuras. Para Mandel (1968, p. 106), “são sobretudo as partes dos *Grundrisse* que não foram retomadas no *Capital* que merecem um estudo particular.” Entretanto, as partes que apareceram nos *Grundrisse*, e reapareceram em *O Capital*, devem também ser retomadas,

pois, esta última obra, mesmo naquilo que se reporta àquela, representa o momento de exposição que tanto reproduz quanto descarta aspectos categoriais antes analisados nos *Grundrisse*. Trata-se de ver em *O Capital* a retomada dos mesmos temas, porém à luz do método dialético de Marx em todo o seu esplendor. A categoria da mais-valia, considerada pedra angular da teoria marxista, talvez seja o exemplo maior de uma trama que revela um processo não linear de fazer teoria. Isto é, a ordem harmoniosa que rege o surgimento desta categoria em *O Capital* oculta as incertezas do processo de investigação representado pelos *Grundrisse*. Nos *Manuscritos de 1861-1863*, Marx atesta a importância dessa descoberta: “a pesquisa sobre como a mais-valia se origina constituiu a questão mais importante da economia política, desde os fisiocratas até a época mais recente.” (Marx, 2010d, p. 40).

Em carta a Lassalle de 22 de fevereiro de 1858, Marx explica a natureza do seu trabalho: uma crítica das categorias econômicas. Dá a Lassalle a liberdade de considerar o seu trabalho como uma exposição crítica, porém, logo em seguida ressalta os problemas de forma que indicavam por si só que até a real exposição muitos ajustes ainda seriam feitos:

O trabalho que é tratado em primeiro lugar é a crítica das categorias econômicas ou, se você preferir, a exposição crítica do sistema da economia burguesa. É ao mesmo a exposição desse sistema e, indiretamente, a sua crítica. Não faço a menor ideia das folhas impressas que virão a ser necessárias. Se eu tivesse tempo e meios para rever o conjunto antes de submeter ao público, considerá-lo-ia muito, pois sempre gostei deste método. Mas assim (o que é talvez melhor para compreensão do público, mas prejudica sem dúvida a forma), impressa em forma de fascículos, a coisa alongar-se-ia necessariamente. (CW, 40, p. 270).

Com efeito, se Marx ainda não tinha consciência total até aquele momento de que aquilo não era a exposição de sua crítica, no sentido rigoroso do termo, em pouco tempo entenderia a necessidade de encontrar o método adequado de exposição. Isto é bem ilustrado pelo fato de a mercadoria ser considerada ponto de partida apenas na última seção dos manuscritos. Por outro lado, é possível ver nos *Grundrisse* um conjunto de “mini-exposições”, que são, na verdade, um reflexo de um texto que buscava encontrar a forma mais precisa de apresentação dos resultados. Depreende-se, pois, que, ao falar de “exposição crítica do sistema da economia burguesa”, Marx estava enfatizando para Lassalle mais o fato de ser

uma crítica do que de ser uma exposição. Daí, não ser adequado fazer referência a esta carta de Marx para fundamentar a ideia de que exposição e crítica acontecem simultaneamente, como faz Grespan (2000, p. 231-232). O “se você preferir” dito por Marx evidencia que o que ele tinha feito até ali era a realização de uma crítica e que, na ausência de outro texto, poderia Lassalle considerá-lo como “a exposição crítica do sistema da economia burguesa.” É provável, portanto, que Marx use o termo “exposição” apenas para indicar a disponibilidade do texto, ou seja, que o que nunca fora escrito antes estava agora sendo externado e em vias de tomar o formato de fascículos. Mais à frente, chega a dizer a Lassalle que a exposição era “absolutamente científica”, porém, diz isto para tranquilizá-lo quanto a um possível movimento de repressão policial em torno de obras de caráter subversivo.

Os *Grundrisse* seriam mais um dos textos de Marx a restarem inconclusos. Assim como foi com o capítulo 48 do livro III de *O Capital*, sobre a Fórmula Trinitária, os *Grundrisse* terminam com reticências. (Marx, 2011a, p. 757). Naquela carta a Lassalle ele já lamentava as condições adversas, pois além de só poder trabalhar nos *Grundrisse* durante as noites, estava enfrentando problemas financeiros e de saúde. Por isso, resignava-se a entregar o livro em forma de fascículos, embora já informe a Lassalle seu projeto de escrever seis livros sobre o tema, na seguinte ordem: Do capital, Da propriedade fundiária, Do regime de salários, Do Estado, O comércio internacional, o mercado mundial.

Em 11 de março de 1858, escreve outra carta a Lassalle: “Este fascículo compreende: 1. Valor. 2. Dinheiro. 3. O Capital em geral (processo de produção do capital, processo de circulação do capital, unidade de ambos ou capital e lucro, juros).” (Marx e Engels, 1974, p. 76). Lassalle encontra um editor no final de março, mas Marx já tinha interrompido seus trabalhos. Em carta a Engels de 02 de abril, reitera seu projeto de seis livros, detalhando-o da seguinte forma: o primeiro, sobre o capital, seria dividido em quatro partes: o capital em geral, a concorrência, o crédito e o capital por ações. A parte do “capital em geral” seria subdividida em outras três: valor, dinheiro e capital. A seção sobre o dinheiro conteria as seguintes partes: dinheiro como medida, dinheiro como meio de troca ou a circulação simples, dinheiro como moeda. Termina dizendo a Engels que a parte mais importante do fascículo, que continha as seções sobre valor, dinheiro e capital, era a última, sobre a qual necessitava do parecer dele. (CW, 40, p. 296-304).

Em carta a Marx de 09 de abril, Engels aprova o projeto de seis livros, mas, durante aquele mês, devido às restrições da saúde, dedica-se exclusivamente à elaboração de artigos

para o *New York Tribune*. Seu estado físico era tão precário que a forma encontrada foi fazer sua esposa de secretária. Ele ditava e ela escrevia.

Além destes problemas, outro episódio bastante revelador aparece na carta de Marx a Engels, de 31 de maio de 1858, e que parece justificar o fato dele ter alterado seu plano de estruturação da obra a ser publicada. A *The Economist* havia publicado uma matéria sobre um livro recentemente lançado, que Marx considerava essencial para os seus trabalhos. Diz a Engels que era um livro escrito por Maclaren sobre a história do dinheiro, que não havia chegado à biblioteca ainda, que só chegaria em alguns meses, que não tinha condições financeiras de comprá-lo e que era essencial lê-lo antes de escrever o próprio livro. (CW, 40, p. 317-318). Com isso, os *Grundrisse* eram definitivamente interrompidos, e a saga em direção à crítica seria retomada a partir de setembro quando Marx começaria os trabalhos para a publicação da *Contribuição à Crítica da Economia Política*.<sup>138</sup>

Como se verá, o caminho escolhido neste capítulo para se chegar à descoberta da mais-valia é o passo a passo do acompanhamento da trama conceitual dos *Grundrisse*, partindo da famosa *Introdução de 1857*, passando pelo capítulo sobre o dinheiro e finalizando com parte do capítulo sobre o capital. Este último capítulo será analisado apenas até o ponto em que Marx descobre e descreve a mais-valia, aquilo que se convencionou chamar “a mais-valia em geral”. Busca-se, dessa forma, reconstituir o caminho de ida,<sup>139</sup> não analisando as formas fenomênicas da mais-valia, como ela se apresenta na aparência. Tenta-se aqui não repetir as questões de método já tratadas no capítulo primeiro. Porém, dada sua relevância no âmbito da *Introdução de 1857*, aspectos paralelos serão abordados, por reconhecer que, naquele capítulo, esta temática foi considerada por uma ótica que não enfatizou as nuances quanto ao método nos diferentes textos entre a *Miséria da Filosofia* e o que foi considerado como o último texto econômico de Marx, *Glosas Marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolph Wagner*, de 1880. Importa dizer que, de fato, a *Introdução de 1857* representou um avanço na compreensão de método que Marx havia apresentado na *Miséria da Filosofia*, embora se saiba que determinados aspectos do método foram melhor esclarecidos em textos posteriores, inclusive nos próprios *Grundrisse*. Advirta-se que esta discussão será objeto mais de observações pontuais do que de uma análise que ultrapassaria os objetivos aqui propostos.

---

<sup>138</sup> Alguns aspectos desta obra, bem como dos *Manuscritos de 1861-1863*, no que se relacionam com a exposição da mais-valia, serão discutidos na última seção do presente capítulo.

<sup>139</sup> Conforme observações que originam a nota de rodapé nº 08.

Há de se fazer ressalva, ainda, quanto a esse procedimento de seguir rigorosa e minuciosamente as pegadas de Marx, numa espécie de reconstituição, que é a necessidade de se ter em conta que os *Grundrisse* não visavam à publicação. Constituindo-se apenas num trabalho de investigação e síntese de tudo aquilo que ele já vinha há anos estudando, e que precisava agora ser revisto e reelaborado - ao contrário de um livro como *O Capital* - o surgimento de novas categorias e as descobertas que iam sendo feitas nos *Grundrisse* indicam o progresso de um cientista que, em regra, não tinha a priori conhecimento dos resultados. Dessa forma, a mais-valia, que pode se apresentar ao leitor de *O Capital* como um resultado óbvio do livre desenlace da trama que envolve as categorias teóricas evidenciadas por Marx, para ele, o investigador, não era em princípio algo óbvio. Isto quer dizer que acompanhar o passo a passo de Marx é se submeter ao seu ritmo de avanços e recuos. É parar quando ele para e seguir quando ele avança, resistindo à tentação de querer antecipar em Marx aquilo que ele mesmo não via naquele momento, haja vista a visão privilegiada de quem se dispõe a analisar uma obra com um distanciamento temporal de mais de 150 anos. Por outro lado, o risco de anacronismo diminui, seja porque se aproxima do momento da descoberta, seja porque o próprio Marx, por conta das constantes experimentações que faz, indo e vindo em suas análises, aproxima e afasta o seu leitor daquela categoria. Por isso, há momentos em que a mais-valia parece a ponto de surgir, mas aí Marx recua até encontrar um caminho mais adequado para prosseguir.

#### **4.2 – A Introdução de 1857**

É bastante significativo o fato de que Marx, ao publicar, em 1859, a *Contribuição à Crítica da Economia Política* tenha optado por um prefácio descritivo de sua trajetória teórica em detrimento da clássica *Introdução de 1857*, texto que começou a escrever em 23 de agosto de 1857 e concluiu em meados de setembro. Sem dúvida, àquela altura ele estava sob os efeitos de uma experiência própria, recentemente vivida, de não ter conseguido dar cabo do livro do capital, haja vista entregar a *Contribuição* apenas com dois capítulos, o da mercadoria e o do dinheiro. Diz a Engels, em 29 de novembro de 1858: “Enfim, a primeira seção tornou-se mais extensa; efetivamente os dois primeiros capítulos, dos quais o primeiro, *A mercadoria*, ainda não estava redigido no primeiro rascunho, e o segundo, *O dinheiro ou a circulação simples*, estava apenas muito brevemente esboçado, foram desenvolvidos com

muito maior amplitude do que eu a princípio tinha em vista.” (Marx, 2011c, p. XVIII). Além disso, ele se via às voltas com sucessivos planos para a sua crítica que eram, certamente, uma indicação de que qualquer antecipação seria uma temeridade. Um deles foi um índice, feito em junho de 1858, depois de finalizado o Caderno VII dos *Grundrisse*. Portanto, temia antecipar aquilo que só poderia ser resumido *a posteriori*.

Favorecido por uma visão retrospectiva, o problema é facilmente traduzido por Marx, no prefácio da edição francesa de *O Capital*, escrito em 18 de março de 1872, quando reconhece que, no caso em questão, o método tornava árdua a leitura dos primeiros capítulos. E diz mais: “Não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos.” (Marx, 1996a, p. 143). Terminava o prefácio da *Contribuição* também com frases de efeito: “*Qui si convien lasciare ogni sospetto Ogni viltà convien Che sia morta*”.<sup>140</sup> (Ibidem, 1986a, p. 27).

O prefácio, datado de janeiro de 1859, aparece como um “convite metodológico”, ao mesmo tempo uma espécie de advertência, um chamado aberto ao leitor para que, se desejar segui-lo, aperceba-se antes que a trilha metodológica inerente à sua teoria impõe que se percorram as mesmas etapas que seu autor percorreu, um caminho que vai do particular para o geral. (Marx, 1986a, p. 24).

Não obstante este sentido geral, o referido prefácio elucida o motivo maior da desistência: Marx não queria antecipar resultados que ainda teria que provar. Se os *Grundrisse* eram o ponto de chegada de uma longa trajetória de investigação, Marx logo perceberia que aquela obra, a *Contribuição*, seria o início de um outro tipo de trajetória, que também incluiria novas investigações. Na carta a Lassalle, de 22 de fevereiro de 1858 - escrita, portanto, após a elaboração da *Introdução* e durante à dos *Grundrisse* - diz que sempre que pensa em alguns assuntos que já foram estudados antes, logo novos aspectos começam a ser revelados, exigindo tratamento mais detalhado. (CW, 40, p. 270). De fato, como já se disse, apesar de Marx ter feito a exposição de suas descobertas na *Contribuição*<sup>141</sup> e em *O Capital*, ele iria, por uma de suas idiossincrasias, continuar até o final de sua vida garimpando novas descobertas.

Assim, ao mesmo tempo em que o prefácio da *Contribuição* é uma sugestão, por si só, de que uma introdução metodológica ao objeto de pesquisa de Marx seria inviável, dado que o

<sup>140</sup> “Que se afaste toda suspeita Que neste lugar se despreze todo o medo”. (Dante, *Divina Comédia*). (Ibidem).

<sup>141</sup> A partir daqui, volta-se a tratar a *Contribuição à Crítica da Economia Política* apenas como *Contribuição*.

modo de ser daquele objeto, a sociedade capitalista, e a forma como ele se apresenta, acontecem simultaneamente, ele contém também um resumo dos “princípios metodológicos estruturantes do projeto marxiano, sob a forma tanto da centralidade das determinações materiais da vida social quanto do conceito de modo de produção.” (De Paula, 2010, p. 90). Com efeito, Marx não teria abandonado totalmente seu projeto de fazer uma introdução metodológica, mas, por algum motivo, nunca detalhado por ele, jamais se prontificou a fazê-la, havendo até mesmo, dentro dos *Grundrisse*, “algumas remissões à mencionada introdução e aos temas que seriam tratados nela.” (Rosdolsky, 2001, p. 481).

Conforme demonstrado no capítulo dois,<sup>142</sup> Saad Filho (2011, p. 20) desqualifica os argumentos de Arthur e de Smith, ao dizer que Marx tinha consciência de que “o método geralmente cumpre um papel importante porém secundário, e [que] ele tende a ficar submerso no argumento.” O fato de ter essa consciência, porém, não significa que não pudesse demonstrar insegurança, nem que o método não pudesse ser explicado. Não é porque Marx soubesse o que estava fazendo que ele não pudesse explicar para os seus leitores as linhas gerais do que, de fato, estava realizando, conforme sugere Musto.<sup>143</sup> Por isso, embora não seja plausível, é compreensível o surgimento de interpretações como a de Arthur (2000, p. 126): “Assim, cheguei à conclusão que Marx estava confuso sobre a relevância da lógica de Hegel. Em razão disto, considero necessário reconstruir a crítica do capitalismo de acordo com os princípios da dialética sistemática, e a análise da forma do valor com maior consistência [...]”. Ele diz isto logo após ter sugerido certa incongruência entre a vigorosa crítica de Marx ao idealismo hegeliano e o fato de que, em *O Capital*, ele se reconhece explicitamente como discípulo de Hegel.<sup>144</sup>

O mesmo acontece com o argumento de Tony Smith que, de certa maneira, superestima Marx ao dizer que ele propositalmente “suavizou” o método para facilitar o acesso dos trabalhadores a uma obra complexa como *O Capital*:

---

<sup>142</sup>Ver página 84.

<sup>143</sup> Conforme nota de rodapé nº 14.

<sup>144</sup> A opinião de Lebowitz (2009, p. 80) parece se contrapor à de Arthur, quando diz que há um nítido recrudescimento da influência do método dialético de Hegel em Marx quando este se pôs a examinar a taxa de lucro nos *Grundrisse*. Porém, é perfeitamente conciliável com a hipótese de que a suposta insegurança de Marx quanto ao método na *Introdução de 1857* tenha diminuído na medida em que avançava na elaboração daquela obra.

Isso ainda deixa a pergunta por que Marx, por vezes, aprovou uma leitura não sistemática de suas obras econômicas da maturidade. Minha própria conjectura é que isto deve ser visto à luz da resposta do público à publicação da *Crítica da Economia Política* e à primeira edição do Volume 1 de *O Capital*. Na história do movimento socialista, nenhuma obra foi tão ansiosamente aguardada. Por outro lado, também é o caso de não ter havido trabalhos saudados com tanta decepção. O próprio Marx havia assimilado a dialética sistemática, e se atualizou na *Lógica* de Hegel antes de escrever *O Capital*. Mas o público leitor tinha mudado no tempo em que *O Capital* foi publicado. O movimento hegeliano estava morto. O público que Marx queria alcançar simplesmente não estava familiarizado com aquela sistemática de ordenação das categorias econômicas. Neste ponto Marx tinha duas opções. Em edições posteriores de *O Capital* ele poderia ter antecipado famoso aforismo de Lênin e insistido que ninguém poderia compreender totalmente este trabalho sem um entendimento prévio da *Lógica* de Hegel. Se ele tivesse tomado este rumo, *O Capital* certamente teria permanecido como uma obra significativa na história intelectual. Mas é duvidoso que pudesse atingir significância em nível mundial. Então ele partiu para segunda opção. Ele minimizou a natureza sistemática da teoria e destacou os componentes históricos muito mais acessíveis da obra.” (Smith, 1993, p. 46-47).

De fato, o que Tony Smith pontua havia sido dito explicitamente por Marx, em carta a Engels, de 09 de dezembro de 1861: “Meu texto está progredindo, mas lentamente. Ante as circunstâncias, poucas eram as condições de finalizar tais questões teóricas. Entretanto, a coisa está assumindo uma forma muito mais popular e o método estará menos evidente do que na primeira parte”.<sup>145</sup> (CW, 41, p. 333).

Oakley (1984, p. 159-160) apresenta três possibilidades para a supressão da *Introdução de 1857*: 1) Marx não omitiu o texto por ter encontrado erros nele, e que, não sendo necessário dar maiores esclarecimentos, entendia que sua manutenção não ajudaria o leitor e até mesmo o impediria de entender o desenvolvimento do argumento crítico apresentado; 2) a análise contida na *Introdução de 1857* podia parecer uma aceitação acrítica da estrutura fenomênica da economia política burguesa; 3) aquilo que aparecia como resultado, a saber, que o capital dominou as relações de produção e que a produção dominou a forma de distribuição, troca e consumo, tinham sido antecipados e deveriam ter sido fundamentados, antes de serem afirmados.

Aqui, não se trata de recuperar esta discussão, relativamente exposta no capítulo primeiro desta tese. Embora seja razoável o argumento de Tony Smith, ele parece se situar numa ordem de importância bastante inferior em relação à explicação dada pelo próprio Marx. A intenção foi apenas ressaltar que, embora muitas vezes tenha sido dito nesta tese que o método de Marx, tendo sido aplicado em *O Capital*, só pode ser apreendido pelo estudo

---

<sup>145</sup> A “primeira parte” refere-se à *Contribuição à Crítica da Economia Política*.

desta obra – como se fizesse tábula rasa das obras anteriores - há evidências que os princípios metodológicos gerais expressos na *Introdução de 1857* foram em grande parte aplicados nos textos de Marx da maturidade. Trata-se apenas de abrir caminho para alguns aspectos que ainda não foram considerados e que podem iluminar a exposição das próximas seções.<sup>146</sup> Ou seja, que Marx não escreveu um texto cuidadoso sobre método, isto é um fato, um dado incontroverso, que, conduz, muitas vezes, a que se façam análises que não distinguem as proposições sobre o método expostas na *Introdução de 1857* das efetivamente aplicadas em *O Capital*. Como diz Musto (2009a, p. 16), “ao contrário do que certos comentaristas da “Introdução” argumentaram, a definição de Marx de “o método cientificamente correto” não significa absolutamente que ele próprio o tenha empregado.”

É necessário, pois, que se veja a *Introdução de 1857* não somente como uma tentativa de antecipação de resultados, mas como um ponto de chegada dos princípios metodológicos desenvolvidos por Marx até aquele momento. Ora, quando Marx diz que “toda antecipação perturbaria os resultados ainda por provar”, não parece ser casual ali a palavra “antecipação”. Ele, de fato, já podia antecipar algumas questões, e isto não porque estava de posse de um método universal, mas porque seus estudos anteriores lhe deram esta condição. A título de ilustração, Marx afirma de forma incisiva na *Introdução de 1857* que “o capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada” (Marx, 1986b, p. 14), determinações que ele só iria investigar lógica e historicamente no capítulo do dinheiro. Essas antecipações já se mostravam em obras anteriores, ainda que de forma deficiente e fragmentária. Os *Grundrisse* serão, pois, não somente um momento de pesquisa e descobertas, mas também de organização e sistematização de conhecimentos já adquiridos, e de busca por um método de exposição para a sua obra magna, conforme indicara em seus planos.

A interpretação de Krätke parece ser uma resposta adequada tanto a Arthur quanto a Smith, embora esteja se referindo ao método de Marx nos *Grundrisse*:

Tentando apresentar o sistema das categorias econômicas de uma maneira “dialética”, Marx se depara com os limites próprios do método dialético e alcança um modo de exposição sistemático que lhe parece adequado para os requisitos de uma ciência social, histórica e política como a economia política. Ele retoma e leva

---

<sup>146</sup> Uma análise cuidadosa sobre a *Introdução de 1857* é feita por De Paula (2010). Há também o livro por ele indicado, *Marx's Grundrisse and Hegel's Logic*, de Hiroshi Ushida. Outros textos sobre o tema são tomados como referência nesta seção, como o de Rafael Echeverria (1978) e o de Musto (2009a).

mais adiante sua crítica a Hegel e do maneirismo hegeliano, afastando-se cada vez mais de uma dialética incondicional. Chega finalmente a uma dialética muito reduzida e comedida, o que ele não considera como um deslizamento em direção a uma popularização nem a uma vulgarização de sua teoria. (Krätke, 2005, p. 148).

É bastante sintomático o fato de Marx começar o texto dizendo que o “objeto deste estudo é, em primeiro lugar, a produção material” (Ibidem, p. 03). Este início tem relação com o tema da produção, elemento fundamental na crítica feita a Proudhon na *Miséria da Filosofia*: “as relações de produção de qualquer sociedade constituem um todo.” (Marx, 2009, p. 126). Desde 1851, nos *Cadernos de Londres*, já entendia que “a renda de cada classe proprietária tem que surgir na produção, e, portanto, ser de antemão uma dedução do lucro ou dos salários.” (Marx, 2006, p. 77). Conforme indica De Paula (2010, p. 94), “o ponto de partida é, num primeiro momento, o mesmo da melhor tradição da economia política. Trata-se de reivindicar a *produção* como objeto a ser considerado em primeiro lugar.” Assim, a *Introdução de 1857* é, a um só tempo, tanto uma tentativa de apresentar os princípios metodológicos gerais de sua crítica, quanto um resumo de conclusões a que havia chegado em estudos anteriores.

Discutindo a relação entre a *Introdução de 1857* e o prefácio da *Contribuição*, Echeverria (1978, p. 346-347) reconhece, por exemplo, que o conteúdo daquele pressupõe o conteúdo deste último, escrito aproximadamente dois anos depois, e que o prefácio não é o resultado de conclusões alcançadas naquele período, mas da década de 1840. Logo, a *Introdução de 1857* encerra conclusões também daquele período. Echeverria está se referindo, em linhas gerais, à concepção materialista da história, à análise feita por Marx desde *A Ideologia Alemã* sobre a relação contraditória entre forças produtivas e relações de produção, descritas sucintamente no prefácio.

Quanto aos princípios metodológicos apresentados na *Introdução de 1857*, é necessário que se leve em conta que assim como nem todas as proposições ali contidas foram inteiramente aplicadas em *O Capital*, também há ali um visível distanciamento das formulações sobre método presentes na *Miséria da Filosofia*. Nesta, as considerações positivas de Marx em relação a Hegel ficavam reféns do interesse maior de combater o idealismo da economia de Proudhon. Na *Introdução de 1857*, vê-se um Marx com explícita vinculação a Hegel. Todo o período de intensos estudos realizados em Londres deu a Marx um estoque de conhecimentos teóricos e práticos que, no momento de redigir a *Introdução de 1857*, requeria que o método mais adequado fosse aplicado como condição essencial para a

construção de sua crítica. Nesse sentido, é possível ver a *Introdução de 1857* sob a influência da releitura que Marx fez da *Ciência da Lógica* de Hegel, ainda que ele só registre esse fato na carta a Engels, de 14 de janeiro de 1858. (CW, 40, p. 249). Em carta posterior, de 1º de fevereiro de 1858, Marx informa a Engels sobre um livro que Lassalle estava escrevendo. Critica a forma como ele aplicava a *Lógica* de Hegel às categorias da economia: “Ele descobrirá, a seu próprio custo, que uma coisa é levar adiante uma ciência até o ponto em que ela possa ser exposta dialeticamente, e outra bem diferente é aplicar um sistema abstrato e completo de lógica a noções vagas de um sistema.” (CW, 40, p. 261). Dussel resume da seguinte forma:

A primeira vez que Marx tratou a questão do método foi, justamente, na *Miséria da Filosofia*, cap. 2. Marx expôs sete observações, da maior importância. A primeira delas sobre “a ordem dos tempos” – períodos em uma descrição genética – e sobre a sucessão das ideias [...]. Marx descarta a “ordem das ideias” (categorias) em favor do “movimento histórico”. Nos *Grundrisse* tomará uma posição mais complexa, mas, em última instância, inclinar-se-á por expor o assunto seguindo uma “ordem das categorias” em abstrato, mas do “todo” concreto capitalista. Marx é irônico quanto ao método abstrato de Proudhon (mas, nos *Grundrisse*, lhe fará mais justiça). Enfim, Marx iria repassar uma por uma de suas observações contra Proudhon com muito cuidado, porque, de certa maneira, os *Grundrisse* são uma autocrítica que Marx se faz, ou melhor, um aprofundamento que não lhe permite repetir o que havia escrito contra Proudhon na *Miséria da Filosofia*. Certamente o Marx da *Miséria da Filosofia* era, todavia, mais juvenilmente materialista que o Marx mais maduro dos *Grundrisse*. (Dussel, 2004, p. 55).

Por isso, não é sem razão que Marx, ao explicitar na *Miséria da Filosofia*, pela primeira vez, a categoria da totalidade, vai iniciar a *Introdução de 1857* referindo-se à centralidade da produção material. Logo na primeira parte busca deixar evidente a especificidade histórica do modo de produção capitalista. Seu propósito é que as abstrações se estruturam como totalidades orgânicas. Ele reconhece que há determinações comuns a todos os modos de produção e que elas precisam ser integradas nos diversos elementos do desenvolvimento histórico. Importa, pois, reconhecer também as especificidades de cada etapa histórica. Por isso, as determinações mais gerais, juntamente com as específicas de uma determinada época, se articulam dentro das abstrações gerais.

Na segunda parte aparece explicitamente a citada vinculação a Hegel quando, analisando a produção como uma totalidade, aplica o esquema hegeliano de universalidade-particularidade-individualidade. Os diversos momentos do ciclo econômico são incorporados numa totalidade orgânica. É certo que ele já percebia a necessidade de que, para teorizar sobre o capital, seria imprescindível ultrapassar a esfera da circulação, demonstrando a sua presença

e articulação perpassando o conjunto das relações sociais, indicadas logo de início pelo título que prometia abordar as esferas da produção, consumo, distribuição e troca (circulação). Assim, conclui: “O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade.” (Marx, 1986b, p. 13). Em síntese, ao acenar para a construção de abstrações no âmbito de totalidades orgânicas, Marx efetivamente caminha em direção à realização da crítica, pois abre espaço para incorporar as abstrações gerais da economia política, ao mesmo tempo em que recepciona, dentro de uma mesma totalidade, os elementos referentes à forma histórica específica. As bases estão postas para a análise específica sobre método na seção seguinte.

Com efeito, a *Introdução de 1857* revela aquisições metodológicas feitas por Marx que seriam essenciais para a descoberta futura da mais-valia, ainda que somente mais adiante, no capítulo sobre o capital dos *Grundrisse*, ele voltasse a concentrar a sua análise na produção. Apenas neste capítulo, o terceiro, Marx iria desenvolver os aspectos mais fundamentais para a elucidação e descoberta daquela categoria. De qualquer forma, como diz De Paula (2010, p. 97), referindo-se ao combate de Marx, nas duas primeiras seções da *Introdução de 1857*, às teses de Mill e às de Proudhon, “é crucial para o projeto teórico marxiano mostrar que a produção da mais-valia se dá no momento e no processo mesmo da produção, o que significa dizer que produção e distribuição fazem parte da mesma totalidade [...]”

É possível, pois, entender, que, na *Miséria da Filosofia*, Marx já discernia a centralidade da dialética hegeliana como recurso provedor de estruturas essenciais para a compreensão da realidade. Por outro lado, ao contrário do que Lassalle fazia, aquelas estruturas essenciais da lógica tinham que estar em relação direta com a própria realidade, e isto se incluía no rol do que Musto (2008a, p. 17) chama de “diferenças radicais” em relação a Hegel.

Outro aspecto, para além dos já abordados sobre a *Introdução de 1857* no capítulo primeiro desta tese, é o que se refere às diferenças metodológicas entre este texto e as obras seguintes. Mesmo que se considere a existência de uma enorme variedade de polêmicas sobre este tema, destacam-se a questão do método “cientificamente correto” – o que se eleva do abstrato ao concreto - e uma outra a ela vinculada: a mercadoria como ponto de partida. Na *Introdução de 1857*, Marx fala que “o concreto aparece no pensamento como o processo da

síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.” (Marx, 1986b, p. 14). Portanto, o concreto é o ponto de partida efetivo. Mais à frente, ao considerar a ordem como as categorias deveriam aparecer na análise, diz que “o capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade da terra.” (Ibidem, p. 19). Discutir a relação entre estas duas citações de Marx exigirá que se volte à questão da relação entre o histórico e o lógico no método de Marx, o que não é mais o caso. Quer-se apenas evidenciar alguns pontos geradores dos debates sobre o método dialético de Marx ter ou não mudado entre a *Introdução de 1857* e *O Capital*. Já no fim desta terceira parte, Marx diz que sua análise começaria com “as determinações abstratas gerais, que convém portanto mais ou menos a todas as formas de sociedade [...]” (Ibidem), que seria seguida por uma outra seção sobre capital, trabalho assalariado e propriedade fundiária. Vê-se, pois, que o capital já não aparece mais no início da análise.

Pode-se entender, então, que, durante a elaboração dos *Grundrisse*, Marx tenha percebido a complexidade da questão metodológica, conforme carta a Lassalle de 12 de novembro de 1858, em que diz que a demora no envio do manuscrito deveu-se principalmente ao seguinte fato: “tinha toda a matéria diante de mim, mas toda minha preocupação era com a forma.” (CW, 40, p. 354). Para o editor da versão francesa da *Contribuição*, isto acontece já antes de terminar a *Introdução de 1857*: “Mas, ao redigi-la, Marx sente que se trata mais de um apuramento das suas próprias reflexões do que de uma verdadeira introdução. Assim, a partir do ponto IV contenta-se em indicar os títulos dos tópicos [...]” (Marx, 2011c, p. XII).

Krätke (2005, p. 148-149), igualmente, diz que “O manuscrito de 1857-1858 marca um passo à frente, porque seu autor aprendeu muito, principalmente sobre o método de exposição adequado a uma teoria geral e sistemática. A lição mais importante para ele foi a de que era preciso estar consciente dos limites inevitáveis do método dialético e da necessidade de evitar até mesmo a aparência de uma construção a priori.” Prossegue afirmando que Marx continua a ler e reler *O Capital* até o final de vida, a fim de encontrar falhas.

Quando finalmente resolve expor os resultados de sua pesquisa, tanto na *Contribuição*, quanto em *O Capital*, começa com a mercadoria. Em 1880, nas *Glosas Marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolph Wagner*, Marx diz que não começa de “conceitos”, nem do “conceito de valor”, mas da “forma social mais simples em que se

corporifica o produto do trabalho na sociedade atual, que é a “*mercadoria*.” (Marx, 1974, p. 176). Adiante, acrescenta: “apenas afirmo que, a *forma social concreta* do produto do trabalho, a *mercadoria*, é por uma parte valor de uso e por outra parte “valor”, não valor de troca, posto que este é uma simples *forma* fenomênica e não seu próprio *conteúdo*. (Ibidem, p. 177).

É evidente que, entre a *Introdução* e *O Capital*, o método dialético de Marx sofreu algum refinamento. Mas, se alguma conciliação puder ser feita, deve-se dizer que a mercadoria atende ao que foi exposto na *Introdução de 1857*, pois ela é uma determinação simples e abstrata, que, na última seção dos *Grundrisse*, será definida como “a primeira categoria em que se apresenta a riqueza burguesa” (Marx, 2011a, p. 756), ou, como expressado no primeiro parágrafo de *O Capital*, “a forma elementar da riqueza capitalista” (Marx, 1989a, p. 41). Também é um ponto de partida concreto, resultado de um desenvolvimento histórico que culminou no capitalismo, portanto, “uma forma social concreta”, como afirma no debate com Adolph Wagner. A mercadoria seria, então, fruto de um “ato dialético [que] parte da determinação abstrata e constrói sistematicamente uma totalidade – concreta em relação à determinação, abstrata em relação à “totalidade concreta explicada”. (Dussel, 2005, p. 52). Dessa forma, uma análise que começa com a mercadoria estaria, pois, de acordo com o método que se eleva do abstrato ao concreto, no mesmo sentido conferido por Ilienkov (1978, p. 49-50). Situe-se a mercadoria no plano inicial da análise e chegar-se-á à coincidência total entre o método descrito na *Introdução de 1857* e o efetivamente aplicado em *O Capital*, diria Echeverria (1978, p. 334). Segundo ele, “o problema foi definido em termos de determinar a maneira pela qual Marx em *O Capital* cumpre os critérios estabelecidos na *Introdução de 1857*”, embora indique mais adiante que a adoção da mercadoria como ponto de partida altera o método prescrito na *Introdução de 1857*, pois ela mesma é um ponto de partida concreto: “a mercadoria é concreta, mas também um concreto simples. De forma distinta da posição assumida na *Introdução*, a identidade entre o abstrato e o simples é quebrada. Entretanto, isto invalida a unidade do que foi proposto na *Introdução* sobre o ponto de partida.” (Echeverria, 1978, p. 355).

Apesar disto, Echeverria continua identificando os “dois métodos”, pois, ainda que fale de quebra do método anterior, permanece interpretando o método de *O Capital* como o de se elevar do abstrato ao concreto.<sup>147</sup> Este posicionamento não encontra guarida num dos

---

<sup>147</sup> Esta observação é feita por Borges Neto (2002, p. 87-93), que também indica a oposição de Nicolaus.

textos clássicos sobre os *Grundrisse*, escrito por Martin Nicolaus. Para ele, Marx mudou radicalmente o método, pois, ao colocar a mercadoria como ponto de partida, ele abandona o caminho que vai do abstrato ao concreto e começa com o próprio concreto. (Nicolaus, 1993, p. 38). Nicolaus chega até mesmo a indicar que a supressão da *Introdução de 1857* se deu porque, após reescrever duas vezes o capítulo sobre o dinheiro da *Contribuição*, Marx percebeu o falso ponto de partida. (Ibidem, p. 39). O que Echeverria não percebe, assim como Nicolaus, é que, como já dito anteriormente, a mercadoria é uma categoria abstrata e concreta ao mesmo tempo, dependendo da perspectiva.

Em resumo, mesmo que se reconheça não ter havido uma ruptura radical entre os dois textos, é preciso admitir que o método de *O Capital* não seja uma aplicação incondicional das prescrições contidas na *Introdução de 1857*, até mesmo porque Marx continuaria perseguindo uma lógica de exposição, que, num sentido final, é dada pelo próprio objeto. De toda forma, este texto permanece sendo absolutamente útil para quem tenta compreender o método dialético de Marx.

### 4.3 - O espectro de Proudhon e o capítulo do dinheiro

Em 10 de janeiro de 1857, Marx escreve a Engels, dando notícias sobre o novo livro de Proudhon: ele “está publicando em Paris uma “bíblia econômica” [...]. Disse que expôs a primeira parte na *Filosofia da Miséria*. Agora vai revelar a segunda [...] Tenho aqui uma recente publicação de um discípulo de Proudhon: Da reforma dos bancos, escrito por Alfred Darimon, 1856. O velho truque.” (Marx e Engels, 1974, p. 58-59). Além da iminente crise de 1857, Proudhon seria, mais uma vez, o acicate da crítica elaborada por Marx. Depois de ter passado os meses de agosto e setembro às voltas com a *Introdução de 1857*, Marx dá início, em outubro de 1857 ao que seria o primeiro capítulo dos *Grundrisse*: o capítulo do dinheiro.

De fato, o fantasma de Proudhon não tinha abandonado Marx. Se, por um lado, era possível que ele já considerasse como encerrado o embate com Proudhon em torno de questões mais centralmente relacionadas com o comunismo, por outro, ainda se preocupava com as deformidades de uma teoria do dinheiro derivada daquele que já algum tempo tornara-se, o “falso irmão do movimento operário socialista”. (Rosdolsky, 2001, p. 26). Por isso, estava sempre atualizado quantos aos passos do seu oponente. Curiosamente, essa obsessão

não era recíproca,<sup>148</sup> mas teria sido essa prática de combater Proudhon que, segundo Rosdolsky, fomentou a teoria do dinheiro de Marx, quando diz que “a prática fertilizou a teoria.” (Ibidem).

O capítulo sobre o dinheiro era um convite a Proudhon para um duelo, aparentemente desprovido de regras, pois a ordem como Marx desenvolve sua argumentação em tudo difere da ordem sistemática e harmoniosa de *O Capital*. Cabe aqui mostrar não que Marx tivesse em mente traçar intencionalmente uma trajetória que desembocasse na categoria da mais-valia, mas como que esse aparente caos na organização de seu raciocínio contém elementos imprescindíveis para que no capítulo seguinte o surgimento da mais-valia se tornasse factível. Da mesma forma como fez com Hegel, ao trazer para perto de si a sua *Filosofia do Direito* e criticá-la, Marx repete o gesto, convocando Proudhon e Darimon e com eles interagindo.

A partir dessa crítica, lado a lado com o objeto enfrentado, Marx vai se aparelhando para elaborar sua própria teoria do dinheiro. Porém, adverte Coutinho (2010, p. 112), “o leitor do Capítulo do Dinheiro dos *Grundrisse* que tiver como referência a Seção I do Livro I de *O Capital*, em particular seu capítulo I (A mercadoria), passará pela experiência de cair do céu à terra.” Eis alguns exemplos dados por ele: Marx inicia aquilo que seria sua teoria do dinheiro por uma discussão sobre crédito, algo impensável ante o rigor expositivo de *O Capital*. Em seguida embrenha-se na discussão da relação entre circulação monetária e balanço de pagamentos, para, mais adiante, pôr-se a discutir um tema altamente complexo que é a relação entre meio de circulante e nível de preços.

Por outro lado, essa escolha de questões monetárias diversas indica um Marx já bastante familiarizado com os temas monetários da época. Em 1851, estudou de forma aprofundada uma série de questões sobre o dinheiro, que constaram em dois cadernos de notas sobre temas relacionados à moeda, naquilo que Musto (2011a, p. 45) considerou, possivelmente, a “primeira formulação autônoma de Marx sobre a teoria do dinheiro e da circulação.” Como já demonstrado no capítulo anterior, passou toda a década de 1850 envolvido com a análise de questões monetárias e financeiras relacionadas com as crises econômicas.

Como Marx tinha pressa, haja vista a premência do “dilúvio”, o livro de Darimon mostrava-se uma escolha acertada, pois colocava Marx frente a frente com uma obra que

---

<sup>148</sup> Netto (2004, p. 101) faz referência a Cornu (III, 1962:51), para quem “Proudhon jamais registrou por escrito os seus contatos com Marx.”

sintetizava em estágio avançado o conjunto do que os proudhonianos vinham discutindo sobre dinheiro, crédito e bancos. Além disso, o livro de Darimon resumia as propostas de reformas bancárias na França. (Albuquerque, 2010, p. 146). Foi em meio a esse debate aparentemente aleatório que Marx forjava seus instrumentos de análise. Com efeito, a pressa supracitada tinha total relação com os estragos que as ideias proudhonianas poderiam causar no espírito revolucionário. Marx agia como quem quisesse neutralizar de imediato o seu inimigo principal, para poder então seguir adiante depois. Se Proudhon prescrevia a adoção de medidas particulares no sistema monetário e creditício como eficientes no combate às crises, Marx precisava então começar pelo desmonte dessas ideias, até porque a crise estava por vir.

Tratava-se de mostrar que as medidas proudhonianas de combate às contradições do capitalismo eram inócuas. “Deixai existir o papa, mas fazei de cada um um papa” (Marx, 2011a, p. 78), essa era a proposta de Darimon, segundo Marx. Se o dinheiro, ou mais propriamente, os metais preciosos eram os responsáveis pela desigualdade no intercâmbio entre capital e trabalho e pelas crises econômicas, a solução então era igualar os metais preciosos a todas as outras mercadorias. Todas sendo iguais, os metais preciosos perderiam sua predominância e, assim, sua capacidade de gerar desequilíbrios. Com isso, conferia-se a todas as mercadorias as propriedades próprias do dinheiro, a saber, portarem valor (valor determinado pelo tempo de trabalho) e poderem ser trocadas diretamente umas pelas outras, o que não significava necessariamente um retorno à troca direta.<sup>149</sup>

Marx adentra na discussão sobre o crédito, contrapondo-se à proposta de Darimon de “gratuidade do crédito”. Para ele, a confusão feita por Darimon entre sistema de crédito e circulação de dinheiro é o que o leva a não perceber que a ação dos bancos em épocas de crise é um mero resultado das forças de mercado, portanto, próprias do capitalismo, que nada tem a ver diretamente com o monopólio dos bancos sobre o crédito. A proposta de Proudhon de abolir os juros, ao fazer com que o Estado garantisse as notas bancárias e não mais os bancos, era ilusória, na visão de Marx.

Toda essa discussão – apenas sumariamente apresentada aqui, era útil para que Marx fosse paulatinamente forjando seus instrumentos de análise. Não seria por acaso que esse assunto, levando Marx a ocupar mais de quarenta páginas nos *Grundrisse*, seria praticamente

---

<sup>149</sup> Segundo Rosdolsky (2001, p. 97), “os proudhonianos nunca propuseram um retorno à troca direta. Sabiam que a moderna produção mercantil exige um meio geral de troca. Mesmo assim, perguntavam, será que o dinheiro não pode ser despojado de seu privilégio ou, melhor ainda, será que todas as mercadorias não podem ser convertidas diretamente em meios de troca, ou seja, em dinheiro?”

deixado de lado nas obras posteriores, pois constaria apenas um pequeno resumo dessa polêmica na *Contribuição* e algumas poucas observações em *O Capital*. Entretanto, a questão fundamental para Marx, e que o ocupava desde a *Introdução de 1857*, era a produção e as inter-relações existentes com o consumo, a distribuição e a circulação. Referindo-se ao que seria para ele a questão geral, pergunta:

As relações de produção existentes e suas correspondentes relações de distribuição podem ser revolucionadas pela mudança no instrumento de circulação – na organização da circulação? Pergunta-se ainda: uma tal transformação da circulação pode ser implementada sem tocar nas relações de produção existentes e nas relações sociais nelas baseadas? (Marx, 2011a, p. 74).

Se a resposta for afirmativa, a doutrina pregada por Darimon sucumbiria a priori, pois, se o objetivo das medidas prescritas por ele era justamente promover a calma nas condições de produção, verificar-se-ia de imediato uma instauração daquilo que se queria evitar, a saber, o caráter violento das transformações. Por isso, diz Marx, “a falsidade desse pressuposto fundamental seria suficiente para demonstrar o equívoco similar sobre a conexão interna entre as relações de produção, distribuição e circulação.” (Ibidem). É neste momento que Marx vai pela primeira vez, neste Caderno I,<sup>150</sup> falar de uma categoria, o dinheiro, ao mesmo tempo em que o relaciona com a questão material. (Dussel, 2004, p. 71). A análise dessa categoria atingiria nevrálgicamente as concepções proudhonianas, especialmente quanto à sugestão de criação de notas representativas de horas de trabalho, pois, para Marx (2011a, p 75),

“as distintas formas de dinheiro podem corresponder melhor à produção social em diferentes etapas, uma elimina inconvenientes contra os quais a outra não está à altura; mas nenhuma delas, enquanto permanecerem formas do dinheiro e enquanto o dinheiro permanecer uma relação social essencial, pode abolir as contradições inerentes à relação do dinheiro, podendo tão somente representá-las em uma ou outra forma.”

---

<sup>150</sup> “O Capítulo do dinheiro compreende o Caderno I e as sete primeiras páginas do Caderno II. O Caderno I é de outubro de 1857, mas não foi datado por Marx. (N.E.)” (Ibidem, p. 67).

Ainda que gaste algumas páginas a mais discorrendo sobre essas questões, é a partir daí que Marx dá início à sua própria elaboração sobre o dinheiro. E fará isso na medida em que transita da circulação para a esfera da produção. Segundo Dussel (2004, p. 71), isto implicaria fazer uma passagem dialética, um “processo metódico de ir do superficial ao profundo, do simples ao complexo [...] Do dinheiro à mercadoria, da mercadoria ao valor, e, por último, do valor ao trabalho vivo”, através de um caminho do qual provavelmente Marx não tinha consciência. Portanto, o ponto de partida é o dinheiro.

Este procedimento permite a Marx refinar seu instrumental metodológico. Passa a ser recorrente o uso de pares dialéticos, como valor de uso-valor de troca e mercadoria-dinheiro, embora não apresente ainda explicitamente a temática do trabalho concreto-trabalho abstrato, que só apareceria na *Contribuição*. O par capital-trabalho aparece no capítulo seguinte. Já consciente da necessidade de estabelecer níveis de abstração, ele pontua que “para não obscurecer a questão com influências irrelevantes, é preciso pressupor uma nação na qual exista livre-comércio de cereais”. (Marx, 2011a, p 80). Usando, então, Darimon como interlocutor, Marx ensaia aquelas breves passagens dialéticas. Era visível a necessidade de avançar no refinamento das categorias que seriam essenciais para o desenvolvimento de sua teoria.

Na seção da *Introdução de 1857* sobre o método, Marx destaca, entre outros aspectos, a relação entre o todo e as partes, a forma como as partes precisam ser articuladas no todo. Assim, parte-se da totalidade caótica (a representação plena) rumo a determinações abstratas, caminho que teria que ser feito através de abstrações e que, mais tarde, quando da exposição, se inverteria, indo do abstrato ao concreto. Mas este era o problema de Marx a essa altura, a saber, era preciso nessa corrida investigativa separar a parte do todo, e a peça-chave para isso era a abstração. Dessa forma, como assinala Dussel (2004, p. 72), a primeira transição em tela, o dinheiro é a parte, o abstrato, que precisa ser explicado pela totalidade (o sistema burguês de troca). Por isso, antes de discutir a gênese do dinheiro, Marx analisa mais de perto algumas categorias e as relações entre elas.

Essas movimentações de Marx, para frente e para trás, são dignas de nota. Era como se Marx estivesse treinando, colocando em prática pequenos movimentos do seu método. Ele tinha passado da circulação para a produção (do dinheiro passou pela mercadoria, pelo valor até chegar ao trabalho vivo) e agora ele faria o caminho inverso, da produção para a circulação. “O primeiro caminho, significava ir da categoria complexa (dinheiro) para as mais

simples (mercadoria, valor, trabalho vivo). Agora [...] irá do simples (valor) para o complexo (o preço).” (Ibidem, p. 76).

Marx começa dizendo que “o valor (o valor de troca real) de todas as mercadorias (incluído o trabalho) é determinado pelo seu custo de produção, em outras palavras, pelo tempo de trabalho requerido para sua produção. O seu preço é esse seu valor de troca expresso em dinheiro”. (Marx, 2011a, p. 87). O alvo ainda era Darimon e sua proposta de bônus-trabalho, e o cerne da argumentação de Marx era que a mera substituição de dinheiro metálico pelos bônus portadores diretos do tempo de trabalho seria inócua, na medida em que o que se fazia era apenas igualar o valor real (valor de troca) das mercadorias com o valor nominal (seu preço), ou seja, igualar valor e preço. Como valor e preços no capitalismo diferem na sua essência, podendo raramente coincidir, aquela medida não teria efeito algum. Segundo Marx, a proposta de Darimon calçava-se na pressuposição de que valor e preço fossem diferentes apenas nominalmente. Percebe-se que a argumentação embute algumas caracterizações que serão abandonadas mais tarde, como a que ele fez entre custo de produção e tempo de trabalho e a definição do trabalho como uma mercadoria.

O que os proudhonianos propunham era a igualação do valor real (valor de troca) das mercadorias com o valor nominal (o preço). Marx avança dizendo que “o valor das mercadorias determinado pelo tempo de trabalho é somente seu valor médio...média que aparece como abstração externa.” (Ibidem). O valor médio, portanto, se estabelece por abstração e será sempre diferente do valor de mercado da mercadoria. Por outro lado, as oscilações de mercado podem igualar o valor de mercado ao valor real. Além disso, preço e valor se diferenciam e só coincidem acidentalmente. Por isso Marx mais uma vez aponta a ilusão dos proudhonianos com os seus bônus-horário, que seria uma tentativa de eliminar as contradições existentes entre preço e valor e conseqüentemente as crises, ainda mais porque, sendo mercadorias, o ouro e prata também se deparam com a frequente oscilação dos seus preços e valores. Se implementadas as propostas dos proudhonianos, as mercadorias teriam que enfrentar uma constante depreciação dos seus valores, haja vista o efeito que o aumento na produtividade do trabalho causa ao apreciar o valor das notas. O tempo de trabalho não pode ter a função de norma de intercâmbio, pois “só existe idealmente como medida do valor”. (Ibidem, p. 90).

Em resumo, Marx parte do valor (nesse caso valor de troca real), determinado pelo tempo de trabalho, e fala que o preço (ou valor nominal) é este valor de troca expresso em

dinheiro. Depois, acrescenta que o valor das mercadorias determinado pelo tempo de trabalho, é na verdade, seu valor médio. Estabelece relações entre valor real, valor médio e valor de mercado, dizendo que este último é sempre diferente do segundo, mas que pode se igualar ao primeiro, de acordo com as oscilações de mercado. O ponto crucial é que preço e valor são coisas diferentes, e como tal, o que determina o valor não pode ser a mesma coisa que determina os preços, pois o tempo de trabalho só existe idealmente como medida do valor.

Nesse instante, mais uma parada brusca de Marx, o que era uma característica de seu método. Como tem em mente que o dinheiro tem um papel fundamental nessa questão, deixa indicado que desenvolverá mais adiante as formas de desenvolvimento do valor até chegar ao dinheiro. Entretanto, esses movimentos bruscos em que, por um lado, reúne em poucas páginas um amontoado de digressões sobre temas tão complexos, como valor, dinheiro, preços, etc, e, por outro, não vê como continuar por aquela linha de argumentação, demonstra que Marx estava àquela altura longe de encontrar a forma adequada de exposição, em que pese o fato do texto não ter propriamente esse objetivo.

É na investigação que faz sobre a gênese do dinheiro que Marx vai cadenciar mais o seu discurso, buscando um caminho próprio, com menções cada vez mais raras a Darimon. Vê-se a utilidade que Darimon teve até aqui e que ainda terá como uma espécie de *sparring* de Marx. A carta de Marx a Engels elencando os motivos da escolha do livro de Darimon, bem como o quase abandono que Marx infligirá a ele daqui em diante, são uma mostra significativa da prática eficiente de Marx de eleger interlocutores que pudessem contribuir para o seu desenvolvimento teórico. Do ponto de vista científico, não se pode dizer que fossem escolhas aleatórias, ideológicas ou oportunistas, como parece sugerir Gianotti (2000, p. 59) quando diz que “conforme uma estratégia bem-tramada, Marx e Engels sempre cuidaram de eleger os inimigos que servissem para ressaltar a peculiaridade de suas ideias e suas posições políticas.”

Numa espécie de ensaio do que aconteceria em *O Capital*, seu estudo sobre a gênese do dinheiro começa pela mercadoria. Diz que as mercadorias são trocadas não com base numa relação de valor, mas com base no quantum de uma terceira mercadoria, e que toda mercadoria é objetivação de um determinado tempo de trabalho. Valor e valor de troca são tomados quase que indistintamente nesse início, quando afirma que “o valor (valor de troca) é a mercadoria somente na troca” (Marx, 2011a, p. 90), mas avança na distinção categorial e, poucas linhas adiante, diz que “como valores, todas as mercadorias são qualitativamente

idênticas e apenas quantitativamente diferentes”. E acrescenta: “o valor é sua relação social.” (Ibidem, p. 91). A argumentação de Marx vai progredindo numa permanente oposição entre valor e valor de troca, e a categoria valor de uso parece querer surgir quando Marx diz que “na troca efetiva, a mercadoria só é permutável em quantidades relacionadas às suas propriedades naturais e correspondentes às necessidades daqueles que se trocam.” (Ibidem). Marx quer chegar ao dinheiro, mas aí novamente se evidencia a confusão entre valor e valor de troca. Ora ele diz que “como valor, [a mercadoria] é dinheiro”, ora diz que “o valor de troca da mercadoria, como existência particular ao lado da própria mercadoria, é dinheiro”. (Ibidem, p. 92).

Se há trocas, isto é possível não porque as mercadorias tenham em si mesmas uma propriedade natural, mas por serem convertidas em valores de troca. Porém, a abstração que teve que ocorrer para transformar a mercadoria em valor de troca precisa ser objetivada através de um signo, o dinheiro. Marx faz um primeiro resumo das transições dialéticas feitas até o momento: “O processo, portanto, é simplesmente o seguinte: o produto devém mercadoria, i. e., simples momento da troca. A mercadoria é transformada em valor de troca. Para se equiparar a si mesma como valor de troca, a mercadoria é trocada por um signo que a representa como valor de troca enquanto tal.” (Ibidem, p. 94).

A partir daí a discussão toma outro rumo. Marx cita as propriedades do dinheiro, todas elas decorrentes da determinação que o dinheiro possui como valor de troca, a saber, “1) medida de troca de mercadorias; 2) meio de troca; 3) representante das mercadorias (e, por isso, como objeto dos contratos); 4) mercadoria universal junto às mercadorias particulares.” (Ibidem, p. 95). Referindo-se a esta última propriedade, Marx antecipa uma outra transição dialética, a que se dá entre dinheiro e capital, pois o fato da corporificação do valor de troca de todas as mercadorias acontecer através do dinheiro, converte este em capital, “em forma fenomênica sempre válida do capital.” (Ibidem).

Sem analisar uma a uma das propriedades, Marx indica qual seria a próxima questão a ser analisada: “A existência do dinheiro ao lado das mercadorias não envolve desde logo contradições que estão dadas nessa própria relação?” (Ibidem, p. 96). O valor de troca dissolve as relações de dependência pessoal na produção e agora, no capitalismo, os processos de trabalho aparecem como que independentes uns dos outros, por conta do seu caráter privado. O valor de troca é o mediador geral, numa sociedade que necessita da troca para expressar a dependência recíproca dos indivíduos. Como o trabalho dos agentes é privado, a

troca será o elemento capaz de resolver a contradição privado-social, no sentido de que viabiliza uma divisão social a *posteriori*, ou seja, somente depois de ter ocorrido a produção. Daí a importância do dinheiro na resolução dessa contradição, pois “o indivíduo tem de produzir um produto universal – *o valor de troca*, ou este último por si isolado, individualizado, *o dinheiro*.” (Ibidem, p. 105).

As atividades privadas estão interligadas pelo valor de troca, a conexão social, que conferem aos diversos trabalhos um caráter pessoal. Marx passa a fazer considerações sobre o que ficaria conhecido como a sua teoria do fetichismo da mercadoria: “O caráter social da atividade, assim como a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção, aparece aqui diante dos indivíduos como algo estranho, como coisa.” (Ibidem). Essa teoria do fetichismo ainda seria retomada mais a frente, sendo de fundamental importância na tematização da mais-valia.<sup>151</sup> Com efeito, quando Marx viesse a definir a força de trabalho como uma mercadoria (e não mais a categoria trabalho), as relações que ocultam a mais-valia, como um elemento decorrente de uma troca desigual, seriam descortinadas. É possível, pois, perceber que Marx, mesmo desordenadamente,<sup>152</sup> ia de pouco a pouco agregando elementos determinantes, ainda que fragmentados, que levariam à descoberta da mais-valia, como a menção relâmpago que faz de temas como a relação entre dinheiro e capital, o fetichismo e o sistema de trocas,<sup>153</sup> tema este último que terá continuidade na discussão subsequente sobre a circulação.

Antes, porém, tece considerações sobre as propriedades dos metais preciosos, em especial o ouro e a prata. Existem determinadas exigências para que uma mercadoria se constitua como dinheiro. Marx prosseguirá discorrendo sobre as características físicas e químicas desses metais, a relação entre eles e a forma como o valor dos diferentes metais flutua. É nesse contexto que pela primeira vez Marx trata explicitamente da categoria valor de uso, e o faz porque, abordando os aspectos materiais do ouro, percebe que o valor de troca se corporifica numa mercadoria de aceitação universal (fazendo do ouro dinheiro), mas mercadoria esta que carrega consigo o ônus de ser um valor de uso pelas suas próprias características, propriedade que é anterior ao valor de troca em que se tornou. Por isso, Marx

---

<sup>151</sup> Para Rubin (1987, p. 19), “a teoria do fetichismo é, *per se*, a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor”.

<sup>152</sup> Corroborando esse ponto de vista, De Deus (2010c, p.112) afirma que “fica evidente, nessas seções quanto ainda não se alcançou forma de exposição adequada, nem tampouco, no caso do tema em questão, o conteúdo bastante e necessário.”

<sup>153</sup> O capítulo do capital (*locus* da mais-valia) não poderia prescindir dessa discussão sobre as trocas, sendo, inclusive, abordado logo de início dentro da análise que Marx faria sobre a lei de apropriação mercantil.”

expressa que “a primeira forma do valor é o *valor de uso*, o cotidiano, que exprime a relação do indivíduo com a natureza; a segunda, o *valor de troca* AO LADO do valor de uso...”. (Ibidem, p. 123).<sup>154</sup>

As categorias vão paulatinamente requerendo seu próprio espaço. Em diversos momentos Marx indica pontos que deveriam ser investigados futuramente, procedimento que permitiria a Marx controlar o ritmo e o momento de surgimento de outras categorias. Todavia, faça-se uma ressalva. Esta seção da tese não teve como objetivo uma exposição exaustiva da teoria do dinheiro, como construída por Marx em *O Capital*, mas apenas lançar luzes sobre as conexões entre as categorias no próprio evoluir da elaboração teórico-metodológica de Marx, sem, com isso, querer extrair da análise de Marx uma espécie de encadeamento lógico decorrente de uma aplicação prévia do sistema hegeliano. Os erros e tentativas que acontecem paralelamente às novas descobertas durante o processo de investigação já denotam um Marx que não tinha um método completo e acabado. Sendo assim, é com o mesmo objetivo que o restante do capítulo do dinheiro será ainda mais sumarizado, na forma que se segue.

Inicia-se então o estudo da circulação do dinheiro que corresponde ao inverso da circulação das mercadorias. É na circulação que os preços aparecem, pois, diz Marx, “que aquilo que o dinheiro faz circular são valores de troca”. (Ibidem, p. 134). Daí, uma preocupação metodológica: “o conceito de preço deve ser de fato ser desenvolvido antes do conceito de circulação.” (Ibidem). Aqui é Marx conversando consigo próprio, como se estivesse nesse momento convencido de ter feito a coisa certa, pois páginas antes esboçara observações sobre o preço. O próximo passo, pois, é tratar das funções do dinheiro. Percebe que pela determinação do dinheiro como medida de valor, os preços existem, num primeiro momento, apenas idealmente, mas, num segundo momento, perderá essa condição, e a mercadoria se transformará em dinheiro pela função que este tem como meio de troca. Mais a frente abordará uma outra função do dinheiro: representante material da riqueza, quando o dinheiro obtém uma existência autônoma fora da circulação.

Marx, que já tinha feito uma primeira transição do dinheiro para o capital, agora, no estudo da circulação, dará um passo adiante: “À primeira vista, a circulação se manifesta como um processo de mau infinito. A mercadoria é trocada por dinheiro; o dinheiro é trocado por mercadoria, e isso se repete ao infinito.” (Ibidem, p. 144). É o advento de uma época em

---

<sup>154</sup>Aqui o tradutor da versão portuguesa dos *Grundrisse* salienta que os caracteres em caixa alta foram destacados pelo próprio Marx na versão original.

que o valor de troca é o objetivo principal da produção de mercadorias. O valor de troca se autonomiza sob a forma de dinheiro. Marx pode então falar mais claramente da terceira determinação do dinheiro que resulta da segunda fórmula de circulação: D-M-M-D.

Ao contrário da primeira fórmula, M-D-D-M, é nesta segunda que o dinheiro aparece como um fim em si mesmo, prenunciando a transformação do dinheiro em capital. Neste tipo de circuito, o dinheiro não é apenas meio ou medida, mas é um fim em si mesmo. Por isso que, referindo-se a esta terceira determinação do dinheiro, Marx diz que “nessa determinabilidade já está contida de maneira latente sua determinação como capital.” (Ibidem, p. 162). O dinheiro, como capital, é pressuposto e resultado da circulação; ele, nessa condição, nega a circulação, mas precisa permanecer nela. Nessa condição, de ser capital, ele é posto como instrumento de produção, pois a circulação deixa de se manifestar apenas como troca quantitativa para se manifestar como um processo de produção. Por fim, Marx ameaça tratar de um dos resultados dessa determinação, que é a relação do dinheiro consigo mesmo expressa na existência dos juros, mas imediatamente recorre ao mesmo expediente de tantas outras vezes, prometendo tratar desse assunto no momento dialético possível. (Ibidem, p. 163).

A discussão segue adiante. Marx já fez alguns apontamentos sobre a relação entre dinheiro e capital, e também sobre o dinheiro como representante material da riqueza universal, mas dá um passo atrás na história para mostrar que, se na antiguidade “o valor de troca não era o *nexus rerum*” (Ibidem, p. 166), só se tornou possível na sociedade capitalista por uma condição: o trabalho assalariado. “O trabalho tem de produzir imediatamente o valor de troca, i.e., dinheiro. Por essa razão, tem de ser *trabalho assalariado*.” (Ibidem, p. 167). Os indivíduos não querem uma mercadoria particular, querem o dinheiro, a riqueza em sua forma universal, e, por isso, o trabalho passa a ser consequência do desejo generalizado por dinheiro. O dinheiro move o trabalho e não o contrário. Mais uma vez é de se considerar os avanços categoriais em sua pesquisa. Marx ainda não estabeleceu a força de trabalho como uma mercadoria, mas, se antes caracterizava o trabalho como uma mercadoria, agora, numa antecipação arguta, ele afirma:

O pressuposto elementar da sociedade burguesa é que o trabalho produz imediatamente valor de troca, por conseguinte, dinheiro; e então, igualmente, que o dinheiro compra imediatamente o trabalho e, por isso, o trabalhador tão somente na medida em que ele próprio aliena sua atividade na troca. Portanto, *trabalho*

*assalariado*, por um lado, e capital, por outro, são apenas outras formas do valor de troca desenvolvido e do dinheiro enquanto sua encarnação.” (Ibidem, p. 169).

Na sequência, outra observação de cunho metodológico. Marx afirma que até aqui as mercadorias eram consideradas como dadas, como resultado de um excedente supérfluo. Mas não seria esse um procedimento estranho, pois também na sociedade desenvolvida o ambiente da produção, responsável pelo excedente, aparece fora da circulação, onde os valores de troca circulam. Porém, “essa própria superfície aponta para além de si mesma, para as relações econômicas que são postas como relações de produção.” (Ibidem, p. 170). Por isso Marx define a produção como o seu próximo alvo de investigação.

As páginas seguintes, antes de se chegar ao capítulo do capital, são destinadas a circunscrever melhor essa questão. Se o valor de troca é o objetivo da sociedade burguesa, torna-se necessário enxergá-lo não mais como algo que se movimenta no processo de circulação. Agora ele é determinado como processo. Isto altera a própria essência da circulação, que precisa se manifestar como um processo de produção de valores de troca. Marx, sem ser explícito, está aqui apenas sinalizando que o trabalho, chave explicativa da produção do valor de troca, não está na circulação. “Portanto, por um lado, é o retorno do valor de troca ao trabalho e, por outro, o retorno do dinheiro ao valor de troca.” (Ibidem, p. 178). Depreende-se então que “o valor troca é o capital, e a circulação é simultaneamente posta como ato de produção.” (Ibidem).

Após indicar outros tópicos que deveriam ser retomados em outro momento (Ibidem, p. 178-179), Marx termina o capítulo do dinheiro antecipando um tema que abriria o capítulo seguinte: a questão da forma e do conteúdo nas relações de troca. Diz ele:

na circulação simples enquanto tal (no valor de troca em seu movimento), a ação recíproca dos indivíduos é, quanto ao conteúdo, somente satisfação mútua e interessada de suas necessidades e, quanto à forma, trocar, pôr como igual (equivalentes), de modo que a propriedade também é posta aqui somente como apropriação do produto do trabalho mediante o trabalho e o produto do trabalho alheio mediante o trabalho próprio. (Ibidem, p. 180-181).

A mais-valia seria o resultado do desenrolar dessa questão. A forma difusa dos argumentos, como se vê na citação acima, cederia espaço a uma exposição bem articulada em

*O Capital*, em que, como já demonstrado no capítulo primeiro desta tese, a relação de troca entre capitalista e trabalhador aparece como uma totalidade dentro da qual as partes isoladas se articulam. Assim, enquanto que do ponto de vista do valor de troca, a equivalência de valores é mantida, do ponto de vista do valor de uso, ela é violada.

Por outro lado, neste capítulo do dinheiro, apesar de Marx ter feito referência à categoria do valor de uso como “a primeira forma do valor”, e ao valor de troca, como a segunda, “ao lado do valor de uso” (Ibidem, p. 123), é o aspecto do valor de troca que recebe a maior parte da sua atenção. Não há ainda um tratamento dessas duas categorias dentro de uma mesma unidade dialética, mesmo que Marx aparentemente insinue fazê-lo. Ou, como lembra Rosdolsky (2001, p. 157), “até agora, a exposição de Marx não ultrapassou a esfera da circulação mercantil simples”, o que levará Marx a começar o próximo capítulo analisando a lei de apropriação mercantil simples.

De qualquer forma, o roteiro está indicado, quando Marx diz, já ao final, que “essa forma de propriedade – assim como a igualdade e a liberdade – está posta nessa relação simples. Isso se modificará no ulterior desenvolvimento do valor de troca e revelará, enfim, que a propriedade privada do produto do próprio trabalho é idêntica à separação entre trabalho e propriedade [...]” (Marx, 2011a, p. 181).

Em suma, o capítulo do dinheiro apresenta uma intrincada relação entre categorias que, apesar de ter constado em manuscritos anteriores, não tinha recebido o tratamento analítico necessário. No capítulo seguinte, Marx procederá à análise da articulação entre circulação e produção, mecanismo que lhe permitiria evoluir na sua construção categorial até chegar à mais-valia.

#### **4.4 - Eis que surge a mais-valia: o capítulo do capital**

Marx começa o capítulo do capital de onde terminou o anterior, do dinheiro. O capítulo do dinheiro, mais do que ter sido a sua primeira sistematização sobre o tema, foi um espaço de familiarização com o próprio método, onde pôde exercitar em grande medida as determinações metodológicas apresentadas por ele na *Introdução de 1857*. Perto de terminar o

capítulo, advertira que seria necessário deixar aquele plano de análise, a superfície do sistema, e partir para as relações econômicas postas como relações de produção. (Ibidem, p. 170).

De fato, o caminho percorrido por Marx foi cheio de percalços, idas e vindas. Por um lado, é verdade que Marx se familiarizava progressivamente com as exigências e as possibilidades que o seu método lhe conferia, o que poderia justificar as hesitações; por outro, o próprio método exigia que o sujeito acompanhasse o objeto na sua existência. Por tudo isso, corre-se o risco de expor essa trajetória realçando uma linearidade que não existiu. Isto porque Marx vai e volta, repete, abandona, recupera, hesita, retoma, numa série de atos próprios de quem estava investigando, e não expondo para publicar.

O que se pretende, pois, é economizar aqui na exposição dessas idas e vindas, para dar destaque ao surgimento de novos conceitos e categorias, fundamentais para que Marx finalmente conseguisse mergulhar no mundo oculto da produção e de lá alcançar a mais-valia. Por isso, a forma como Marx trabalha as questões anteriores à mais-valia serão apenas esquematizadas, para que se dê aqui destaque aos contornos metodológicos que envolvem a mais-valia. Insista-se novamente, como já muitas vezes se advertiu aqui, que a mais-valia aparece como resultado final da pesquisa, algo não premeditadamente rastreado por Marx.

Marx inicia o capítulo retomando a discussão sobre o dinheiro. Procede dessa forma porque é na forma do dinheiro que o valor de troca aparece como valor universal. É no âmbito das trocas que se dá a relação social entre trocadores, entre indivíduos que pressupostamente trocam equivalentes e são livres. Em seguida Marx retoma o tema do capital. Depois de analisar algumas teorias do capital, tece sua crítica fundamental à teoria do capital dos economistas da época: “O capital é concebido como coisa, não como relação”. E continua: “O capital não é uma relação simples, mas um processo, nos diferentes momentos do qual é sempre capital. Por isso, é preciso desenvolver esse processo.” (Ibidem, p. 199).

Por uma percepção crescente de Marx das mediações dialéticas, Marx faz mais uma advertência metodológica: “para desenvolver o conceito de capital, é necessário partir não do trabalho, mas do valor e, de fato, do valor de troca já desenvolvido no movimento da circulação.” (Ibidem, p. 200). Marx diferencia capital e valor de troca pela determinabilidade que o primeiro possui de se conservar e se perpetuar na e pela circulação. É quando então faz o convite: “analisemos primeiro as determinações simples contidas na relação entre capital e trabalho”. (Ibidem, p. 206). O trabalho a ser analisado é o trabalho alheio, o que se confronta com o capital, e que não tem valor de uso para o trabalhador. Nesse plano de análise, a

categoria valor de uso vai tomando lugar de destaque, numa reconstrução categorial que desembocará na mercadoria força de trabalho, e assim, Marx já pode antecipar: “O valor de uso que o trabalhador tem para oferecer ao capitalista, portanto, que em geral ele tem para oferecer a outros, não está materializado em um produto, não existe de qualquer maneira fora dele, logo, não existe realmente, mas só potencialmente, como sua capacidade.” (Ibidem, p. 207).

Deve-se notar que o termo usado ainda é “capacidade” e não “força”. Mais à frente, aparecem diversas vezes o termo “capacidade de trabalho”. Sobre este ponto cabe registrar algumas observações. Na verdade, Marx não explica em lugar algum os motivos que o levaram a trocar a terminologia de “capacidade” ou “capacidade de trabalho” (*Arbeitsvermögen*) que ele usa nos *Grundrisse* e nos *Manuscritos de 1861-1863* para “força de trabalho” (*Arbeitskraft*), termo usado em *O Capital*. São poucos os autores que conjecturam sobre isto.

Uma primeira possibilidade é a de que, em um texto destinado à investigação como os *Grundrisse*, Marx entendesse que, durante a evolução de suas pesquisas, haveria o momento posterior adequado de fazer as correções, de conferir maior rigor aos conceitos por ele empregados. Assim, à semelhança do conceito de “fundo de trabalho”, que ele diz usar somente por “comodidade” (Ibidem, p. 318), o conceito de “capacidade trabalho” não trazia prejuízos para os propósitos de seus trabalhos até que chegasse o momento da exposição.

Uma segunda possibilidade é a levantada por Wendling (2011, p. 83). Segundo ela,

Embora Marx tenha ficado conhecido pelo uso que faz do termo “força de trabalho”, não é Marx, mas Von Helmholtz quem primeiro introduz o termo (Rabinbach 1990, 46). Com Von Helmholtz, *Kraft* foi estendido para além de seu contexto original. Originalmente, *Kraft* descrevia as forças desencadeadas pelas máquinas que convertiam energia térmica ou química em energia mecânica. Von Helmholtz expandiu o significado de *Kraft* usando-o para descrever tudo na natureza, incluindo o trabalho humano, em termos deste tipo de conversão. Trabalho, reconsiderado como parte de uma contínua estrutura de energia, torna-se *Arbeitskraft* (força de trabalho).

Diz ainda que Marx usa *Arbeitskraft* pela primeira vez nos *Grundrisse*, mas que, ao contrário da forma clara e desenvolvida como o conceito de força de trabalho apareceria nos textos a partir da década de 1860, ele aparece nos *Grundrisse* ainda não inteiramente

desenvolvido ou integrado, mantendo muitas características dos primeiros textos de Marx, incluindo sua primeira noção de trabalho. (Ibidem, p. 84). Em linhas gerais, entende ela que a substituição feita por Marx não foi uma escolha sem sentido de um novo termo, mas que a "capacidade" reflete uma riqueza bastante aristotélica do potencial, enquanto "força" é uma aplicação mais ou menos literal do conceito dos físicos relacionado à máquina. Segundo Arthur, não há dúvida de que Marx tenha sido influenciado pela nova ciência da fisiologia e ele provavelmente mudou sua terminologia sob essa influência.<sup>155</sup> Sugere que Marx tinha a intenção de ressaltar o caráter abstrato, universal, do trabalho na sociedade capitalista:

A característica comum do trabalho como um dispêndio de energia é, como uma categoria, histórica, ao contrário da abstração prática imposta pela troca de mercadorias. Está claro que a universalidade do trabalho se torna evidente somente na moderna sociedade capitalista. Todavia, a identificação desta universalidade com dispêndio de energia em abstrato é uma redução ideológica do potencial produtivo do trabalho ao nível da força de trabalho da máquina. (Arthur, 2013, p. 36).

Prado tem perspectiva semelhante à de Wendling. Para ele, Marx dá ênfase nos *Grundrisse* à dimensão criativa do trabalho, enquanto que em *O Capital* quer ressaltar que o trabalho foi subsumido pelo capital. E acrescenta: “Ora, a substituição de um termo pelo outro foi feita – conjectura-se aqui – porque, talvez, ele tenha recusado um elemento utópico que estava contido ainda em seu texto preparatório.” (Prado, 2012, p. 04).

Retome-se a análise dos *Grundrisse*. Após ter se referido ao trabalho como uma capacidade potencial do trabalhador, Marx quer esclarecer que o valor de uso que interessa ao capital é a capacidade de conservá-lo e de aumentá-lo. “Por isso, o único valor de uso que pode constituir uma antítese ao capital é o *trabalho* {*mais precisamente trabalho criador de valor, i.e., trabalho produtivo*}.” (MARX, 2011a, p. 212).<sup>156</sup> A forma como esta questão é desenvolvida por Marx remete, sem dúvida, à habilidade com que já manejava sua lógica dialética. Desde o início é possível acompanhar o passo a passo dele no deslinde desta questão, numa trama categorial que em tudo difere da forma como aparece em *O Capital*, pois neste já se conhece o resultado final, que aparece sem os atritos do processo de investigação. Por outro lado, antes que se reabilitem os argumentos dos novos dialéticos, deve-se apontar o ponto de partida histórico do qual o método se apropria. Como diz Rosdolsky, “seria um

<sup>155</sup> Este comentário de Arthur foi obtido em contato com o autor via correio eletrônico, a quem se deve a referência à Wendling neste aspecto. A mensagem foi recebida em 17 de abril de 2013.

<sup>156</sup> Conforme adverte o tradutor, as chaves são colocadas pelo próprio Marx.

grande erro considerar a mencionada solução, tão-somente, como um desenvolvimento dialético de conceitos. Ela se baseia igualmente em uma profunda análise das condições históricas concretas que conduziram à formação do modo de produção capitalista.” (Rosdolsky, 2001, p. 169). Este autor está se referindo ao desenvolvimento histórico que transformou a força de trabalho em mercadoria.

Marx passa a analisar a troca entre capital e trabalho, e uma questão lhe chama imediatamente a atenção, que é a separação dos dois processos, a saber, o pagamento feito ao trabalhador pelo seu trabalho e o trabalho efetivamente despendido. Essa distinção é importante para Marx, pois a capacidade do trabalho criar valor tende a ficar dissimulada. Entretanto, adverte: “Na troca entre capital e trabalho, o primeiro ato é uma troca, pertence inteiramente à circulação ordinária; o segundo é um processo qualitativamente diferente da troca, e é apenas impropriamente que poderia ser qualificado de troca, não importa o tipo. Se opõe diretamente à troca; fundamentalmente, [é] outro tipo.” (Marx, 2011a, p. 214).

Assim como fez no capítulo do dinheiro, quando deu um passo atrás e resgatou a história para mostrar como o valor de troca tornou-se o *nexus rarum* da sociedade graças ao advento do trabalho assalariado, agora Marx procede da mesma forma quanto a este último. Pergunta: “Como se dá a passagem da propriedade fundiária ao trabalho assalariado?”, e mais adiante, responde: “não pode haver qualquer dúvida, portanto, de que o trabalho assalariado ... é criado pela moderna propriedade fundiária.” (Ibidem, p. 216).

Marx ainda não é explícito quanto a considerar o trabalho uma mercadoria, mas ao longo do texto faz citações tais como, o que o trabalhador “vende é a disposição sobre o seu trabalho” (Ibidem, p. 220); “o capitalista se satisfaz com a simples capacidade de dispor do trabalho” (Ibidem, p. 221); “o que o trabalhador cede é a disposição sobre o trabalho.” (Ibidem, p. 222). Cada vez mais próximo de caracterizar o trabalho como mercadoria, importa agora para Marx entender como se determina o valor de troca daquilo que o trabalhador tem para vender: “O valor de troca de sua mercadoria não pode ser determinado pela maneira como o comprador usa sua mercadoria, mas somente pela quantidade de trabalho objetivado que existe nela mesma; nesse caso, portanto, pelo quantum de trabalho que custa produzir o próprio trabalhador.” (Ibidem, p. 221).

A condição histórica necessária para a troca entre capital e trabalho é a “dissociação entre a propriedade e o trabalho”.<sup>157</sup> Duas condições essenciais: primeiramente, o trabalho não objetivado, na figura de um trabalhador afastado dos meios de produção e, portanto, de toda objetividade, com o trabalho possuindo apenas existência subjetiva; em segundo lugar, o trabalho não objetivado, no sentido de que o trabalho existe apenas pela sua capacidade de produzir valor. Essa última condição leva Marx à categoria do trabalho abstrato, indiferente às particularidades de cada trabalho. (Ibidem, p. 230).

Marx anuncia o segundo aspecto do processo. Encerra a análise da relação entre capital e trabalho no plano da troca, e passa a analisar essa mesma relação com o foco no trabalho como valor de uso. Passa-se do plano da circulação para a produção. “O próprio trabalho objetivado aparece, por sua vez, em relação ao *trabalho vivo*, como *matéria-prima* e *instrumento de trabalho*.” (Ibidem, p. 232). É dessa maneira, como trabalho objetivado, que o capital consome o valor de uso do trabalho. Marx se cerca de cuidados para resumir as transições dialéticas feitas até esse momento. Sua preocupação é deixar claro que a categoria capital construída nesse nível de abstração é a do *capital em geral*, “síntese das determinações que diferenciam o valor como capital do valor como simples valor ou dinheiro”. (Ibidem, p. 243). Representava talvez uma primeira aproximação do que seria o seu método de exposição no Livro I de *O Capital*, pois, continua dizendo, “as relações ulteriores devem ser consideradas como desenvolvimentos a partir deste embrião.”

A essa altura Marx está se aproximando da mais-valia. Ressalta que é necessário deslocar a análise do capital como processo de produção simples para o capital como processo de autovalorização. “O valor tornou-se sujeito.” (Ibidem). Marx estava agora diante da mais-valia. A forma como ela é apresentada por si só demonstra os problemas que houve para seu desvendamento:

*A mais-valia que o capital tem ao final do processo de produção* – uma mais-valia que, como preço mais elevado do produto, só é realizado na circulação, como todos os preços nela realizados, que, sendo já idealmente *pressupostos* à circulação, são determinados antes de nela ingressarem -, tal mais-valia significa, expresso de acordo com o conceito geral do valor de troca, que o tempo de trabalho objetivado no produto – ou o *quantum de trabalho* (expressa estaticamente, a magnitude do trabalho aparece como quantidade espacial, mas expressa em movimento, só é mensurável pelo tempo) –

---

<sup>157</sup> Optou-se aqui por usar a expressão como consta na versão espanhola dos *Grundrisse*, Siglo XXI. Na versão portuguesa consta “separação da propriedade do trabalho”. Para Dussel (2004, p. 139), esta passagem é a “página filosófica mais importante de Marx nos *Grundrisse*.”

é maior do que o tempo de trabalho presente nos componentes originais do capital. (Ibidem, p. 251).

As idas e vindas metodológicas chegam à sua síntese nesta citação, evidenciando a impossibilidade de se extrair, em separado, um método científico autônomo. Dussel sugere que Marx sempre quis colocar em prática suas prescrições sobre método, mas não pôde fazer isto tranquilamente quanto à mais-valia. Assevera que a intenção de Marx não logrou êxito, pois ele sempre quis ir do simples ao complexo, do profundo ao superficial e do abstrato ao concreto, o que não era possível no caso da mais-valia, pois ela exigia “lançar mão de categorias ou questões simples e complexas, do nível profundo da produção e superficial da circulação.” (Dussel, 2004, p. 160). Para ele, a mistura de categorias de diversos níveis de abstração demonstra, à moda de uma síntese, o caminho difícil percorrido por Marx. Vê-se isto pela própria citação acima, em cujo início há uma menção ao “processo de produção” que é acompanhada em seguida por uma menção aos “preços”, a primeira pertencente a um nível profundo de análise e a segunda ao nível superficial da circulação. O mesmo se diz quanto às alusões feitas por Marx ao “trabalho vivo” e ao “preço do trabalho”.

A mais-valia, por sua própria natureza, fica oculta, dissimulada, distante da superfície do sistema. Uma categoria fugidia por excelência, que não se deixou captar pelos instrumentos metodológicos da economia política clássica. Marx tinha que fazer um mergulho nunca antes feito. Tinha que buscar a profundidade da essência, do mundo da produção, sem prescindir da dimensão aparential, sem a qual a mais-valia também não poderia ser captada. É o que ele tinha antecipado quando disse que capitalista e trabalhador aparecem como iguais: “do mesmo modo, uma vez que obtém o equivalente na forma de dinheiro, na forma da riqueza universal, o trabalhador encontra-se nessa troca como igual frente ao capitalista, como qualquer outro participante da troca; ao menos de acordo com a *aparência*.” (Marx, 2011a, p. 222)

A essa altura da narrativa Marx situa o problema essencial, que justificava a incapacidade da economia clássica de se aperceber da verdadeira fonte do lucro: “a troca entre capital e trabalho, cujo resultado é o preço do trabalho, por mais que seja troca simples do ponto de vista do trabalhador, tem de ser não troca do ponto de vista do capitalista. O capitalista tem de obter mais valor do que deu.” (Ibidem, p. 252). A troca tem que ser uma troca aparente. Se não for assim, não há capital. Por isso, quando os economistas colocam capital e trabalho numa relação de troca equivalente apenas, eles “explicam o capital

justamente por um processo que torna sua existência impossível. Para demonstrar o capital, o demonstram omitindo-o.” (Ibidem, p. 253). O raciocínio levado ao extremo conduz ao absurdo de que o trabalhador seja considerado um “sócio”, pois ele recebeu pelo seu trabalho (Marx não usa ainda o termo “força de trabalho”) que foi usado pelo capital no processo de produção, e, com o produto vendido, após dedução do valor das matérias-primas e do material, tem-se o valor integral do salário. Sumiu a exploração!

A crítica de Marx requeria, pois, que se fosse além da economia. A mais-valia só pôde ser apreendida quando a perspectiva metodológica adequada a esse universo contraditório foi convocada. Não surpreende que nos dias atuais, em que, como diz Harvey (2010, p. 12), o nosso sistema de ensino faz um grande esforço para que as crianças, habituadas que são, deixem de pensar dialeticamente, torne-se recorrente chamar o empregado pelo termo atenuante de “colaborador”.

A mais-valia revela-se, portanto, como uma síntese de toda a investigação. A origem do lucro, tema tão caro para a economia clássica, estava finalmente desvendada. Como diz Mandel, (1968, p. 90), “é essa análise do caráter historicamente determinado da mais-valia, do capital e do trabalho assalariado – separado de todas as formas anteriores de exploração de classe – que dá aliás aos *Grundrisse* sua significação no processo de elaboração da teoria econômica marxista.”

Eis a complexidade da missão cumprida por Marx, e de qualquer missão que tente captar a relação entre essência e aparência das formas contemporâneas de manifestação da mais-valia, seja pela propalada predominância no capitalismo atual da esfera financeira sobre a produtiva, seja pelas transformações no mundo do trabalho, com novas formas de relações trabalhistas que dissimulam ainda mais a exploração.<sup>158</sup>

#### **4.5 - A transformação do dinheiro em capital: a *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) e os *Manuscritos de 1861-1863***

Para os seus propósitos de prosseguir rumo às formas de manifestação da mais-valia, uma série de outras descobertas seria feita por Marx mais adiante, ainda nos *Grundrisse*.

---

<sup>158</sup> A título de ilustração, vale mencionar a indicação que Marx faz, já no livro I de *O Capital*, do trabalho domiciliar moderno como uma forma de exploração do capital “de aparência tão idílica”. (Marx, 1989a, p.534).

Categorias essenciais da crítica ainda não apareceriam ali, até o ponto em que a mais-valia foi descoberta. Não significa que estivessem totalmente ausentes nas análises anteriores, mas não havia da parte de Marx o rigor conceitual a que o leitor de *O Capital* está acostumado. Se a exposição da crítica significou submeter a economia política a uma operação crítica específica, nos termos do que Hegel chamou de superação, Marx continuaria ainda, ali nos *Grundrisse*, investigando, incorporando, descartando e suprassumindo determinações categoriais fundamentais para a exposição que tinha em vista.<sup>159</sup>

Ao mesmo tempo, instrumentos analíticos fornecidos pela economia clássica seriam aperfeiçoados por Marx. Categorias como capital variável, capital constante, capital fixo, capital circulante, trabalho necessário, mais-valia absoluta, mais-valia relativa e outras tantas seriam descobertas, tratadas ou retrabalhadas mais à frente, abandonando o estado parcial ou precário como até então tinham sido trabalhadas. Permanecia o problema de apurar a forma, que não se resolveu nos *Grundrisse*, como seria de se esperar pelo próprio caráter do texto. Embora Marx tenha se ocupado com a lógica hegeliana, esta obra, como momento de investigação, é terreno de experimentos, onde o método dialético, sendo exercitado, não se atém a uma forma precisa de exposição. Por isso, diga-se que “nos *Grundrisse* Marx não se preocupa com a articulação categorial de sua obra, com a forma de exposição adequada, o que seria impossível naquele momento, já que a lógica de exposição é dada pelo próprio objeto e suas categorias, não podendo ser estabelecida a priori.” (De Deus, 2010a, p. 11).

Os *Grundrisse* já tinham sido deixados de lado quando, conforme carta já citada anteriormente, Marx justifica a Lassalle o atraso no envio do manuscrito, em 12 de novembro de 1858: “foi a doença que me impediu e depois tive que retomar outros trabalhos remunerados em atraso. Mas a verdadeira razão é a seguinte: tinha toda a matéria diante de mim, mas toda minha preocupação era com a forma.” (CW, 40, p. 354). Por isso, recuperam-se algumas das circunstâncias que levaram Marx a postergar a exposição do capítulo que conteria a descoberta da mais-valia apenas para clarear essa preocupação com a forma, fato que o levou a elaborar diversos planos para uma futura sistematização do seu trabalho.

---

<sup>159</sup>Esta tese não avança nesta seara, nem nas particularidades do conteúdo da *Contribuição e dos Manuscritos de 1861-1863*. Desde o início, assumiu-se que *O Capital* representou a solução dos problemas expositivos levantados desde os *Grundrisse*, o que permitiu o salto desta para aquela. Naturalmente, este procedimento não significa desconsiderar as aquisições metodológicas entre 1859 e 1863, nem as decorrentes dos *Manuscritos de 1864-1865*.

Em carta a Engels de 21 de setembro de 1858, Marx diz: “É por esta razão que meu manuscrito só partirá agora (dentro de duas semanas); mas em contrapartida vão dois fascículos de uma vez. Ainda que tenha tido que melhorar o estilo das coisas já escritas, acontece-me ficar horas antes de conseguir alinhar algumas frases.” (Marx, 2011c, p. XV-XVI). Marx não cumpre a promessa e, no final de outubro, escreve a Engels dizendo que não cumpriria a promessa “em semanas” (McLellan, 1990, p. 328). Ele tinha estado ocupado durante aquele período escrevendo um texto composto de três cadernos, dos quais só uma parte foi encontrada, que ficou conhecida como “versão primitiva” da *Contribuição*.<sup>160</sup> Nele, Marx desenvolve sua teoria do dinheiro e trata, isto é, tenta fazer a exposição, pela primeira vez, do tema da transformação do dinheiro em capital. Consta ainda um capítulo intitulado “as manifestações da lei de apropriação na circulação simples” que antecede o capítulo em que Marx trata da “transição para o capital”. Estes cadernos são descritos da seguinte forma pelo autor da nota:

São um texto essencial para a compreensão clara da gênese do pensamento econômico de Marx. Por um lado, porque contêm elementos novos sobre a origem do modo de produção capitalista. Além disso, dão-nos formulações de extrema importância, que não voltamos a encontrar nem na obra de Marx nem na de Engels. Enfim, estes manuscritos estão ainda redigidos em linguagem filosófica muito próxima do vocabulário hegeliano, o que não constitui o seu menor interesse, e neles vemos Marx entregar-se a uma dedução das diversas determinações do capital, partindo do próprio conceito de capital. (In Marx, 2011c, p. XVI).

Mais uma vez, advirta-se que não se busca cotejar os diversos esboços do que seria o capítulo quatro de *O Capital*, “a transformação do dinheiro em capital”, mas apenas ressaltar que Marx permanecia em busca de um método adequado de apresentação. É de se frisar que Marx não usa a “versão primitiva” na elaboração da *Contribuição*. Naquela, terminada em meados de novembro, ainda não constava a mercadoria como ponto de partida, o que seria anunciado em questão de poucos dias. Diga-se de passagem, que a carta de Marx a Lassalle, de 11 de março de 1858, em que ele apresenta os três tópicos do primeiro fascículo (valor, dinheiro e capital), é considerada por Dussel (2004, p. 25-26) como o que seria uma espécie de índice da primeira redação da *Contribuição*, que foi abandonado não somente por conta dos problemas de saúde, mas porque Marx entendia que o capítulo III sobre o capital ainda não estava maduro.

---

<sup>160</sup> Esses dados são extraídos da nota da edição francesa da *Contribuição* (Marx, 2011c). O responsável pelo texto assinou como E. B, datando-o de abril de 1957. Segundo ele, esta versão primitiva foi escrita entre princípio de agosto e meados de novembro de 1858. (Ibidem, p. 265).

Continua trabalhando na obra e, em 29 de novembro de 1858, escreve carta a Engels informando sobre os dois capítulos da obra, sendo o primeiro *A Mercadoria*, e o segundo *O dinheiro ou circulação simples*. Acrescenta que este último tinha sido desenvolvido com muito mais amplitude. (Ibidem, p. XVIII). Em 15 de janeiro de 1859 informa a Engels que o trabalho estava pronto, porém, sem o terceiro capítulo *Do Capital*. Os problemas financeiros atrasaram a publicação, que só veio a acontecer em 1º de julho de 1859.

Deve-se notar que, embora Marx viesse a reelaborar o conteúdo do que seriam os dois capítulos da *Contribuição*, os esclarecimentos que presta tanto no prefácio à primeira edição de *O Capital*, quanto no posfácio da segunda edição, indicam que a preocupação maior era com a forma do texto que se seguiria àqueles, “a transformação do dinheiro em capital”. Naquele prefácio diz que o conteúdo de *O Capital*, que era equivalente ao da *Contribuição*, tinha sido apenas reelaborado. No posfácio, informa, quanto ao mesmo conteúdo, que as modificações foram feitas apenas por questões didáticas, por sugestão do seu amigo Kugelmann, “muitas vezes apenas estilísticas, de trechos do texto.” (Marx, 1996a, p. 33).

O ano de 1860 é inteiramente consumido na polêmica com Vogt. Em 1861, Marx começa a escrever outro manuscrito, composto de 23 cadernos. Os primeiros cinco cadernos, recentemente traduzido para o português, foram escritos entre agosto de 1861 e março de 1862, contendo as seções da “transformação do dinheiro em capital”, “mais-valia absoluta” e “mais-valia relativa”. Os cadernos VI a XV foram escritos entre março e novembro de 1862, nos quais Marx constitui novas categorias e aprofunda a questão da mais-valia por uma perspectiva histórica, e que seriam usados em sua maior parte para integrar o livro IV de *O Capital*, editado por Kaustsky sob o título de *Teorias da Mais-Valia*. (Dussel, 2008, p. 21). Por fim, os Cadernos XV a XXIII - nos quais constam parte do material que corresponderia ao Livros III de *O Capital* (Cadernos XVI a XVIII), um estudo sobre a maquinaria (XIX, XX e parte final do V) e os últimos três com questões diversas – foram escritos entre dezembro de 1862 e julho de 1863. (De Deus, 2010a, p. 13).

O que importa destacar é que o “capítulo 3 da *Contribuição*” seria retomado, nos *Manuscritos de 1861-1863*, de acordo com o projeto que ele tinha esboçado anteriormente, começando pelo mesmo tema da “transformação do dinheiro em capital”. Ali reapareceriam num formato mais preciso e rigoroso categorias já apresentadas nos *Grundrisse*. Para De Deus (2010a, p. 16), estes manuscritos constituem, juntamente com os *Grundrisse*, o momento da instauração da crítica da economia política. Interessou nesta tese, porém, reconstruir a

genealogia da mais-valia até o seu primeiro surgimento; mostrar que essa descoberta só foi possível por uma perspectiva filosófica específica, que não unicamente a empirista dos economistas clássicos, ou seja, que só pela economia, a mais-valia não poderia ter sido descoberta, e que foi essa descoberta que deu a Marx a condição de instaurar a crítica, de se tornar um crítico da economia política. Não se trata, pois, de explicar o quanto estes manuscritos contribuíram para determinar o plano definitivo de *O Capital*.

Com efeito, as mudanças de planos feitas por Marx para a publicação da sua crítica tinham relação com a busca de uma articulação categorial que não comprometesse a exposição de sua crítica. As modificações refletiam a evolução da investigação. Com efeito, pelo método dialético de Marx a lógica é a que se apreende no próprio objeto. Na medida em que o objeto se tornava mais conhecido, em que se revelavam novas determinações, o plano se alterava.

Apesar do plano de 1858, que continha seis livros (capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado, Estado, comércio exterior, mercado mundial e crises) ter ficado mais conhecido, e assim ter se tornado objeto constante de referência, existem opiniões variadas sobre a quantidade total de planos elaborados por Marx. Numa interessante esquematização, Fineshi (2013, p. 24-27) indica nove planos, de acordo com a obra ou carta em que apareceram (com as devidas referências à MEGA 2 ou à WERKE), na seguinte ordem: 1º) *Introdução de 1857* [MEGA 2II/1.1: 43], 2º) *Grundrisse* [MEGA 2II/1.1: 187], 3º) *Grundrisse* [MEGA 2II/1.1: 199], 4º) Carta a Lassalle, 22 de fevereiro de 1858 [MEW 29: 550 f.], 5º) Carta a Lassalle, 11 de março de 1858 [MEW 29: 553 f.], 6º) Carta a Engels, 02 de abril de 1858 [MEW 29: 312 ff.], 7º) Índice dos 7 cadernos 1857/58 [MEGA 2II/2: 3 ff.], 8º) Plano de 1859 (ou 1861) [MEGA 2II/2: 256 ff.], 9º) Carta a Kugelman, 13 de outubro de 1866 [MEW 31: 534].

Dois outros exemplos são Negri (2000, p. 24) e Dussel (2008, p. 17). Enquanto este diz que existem pelo menos dezenove planos até 30 de abril de 1868, aquele indica quatorze alterações de plano, com o mesmo ponto de chegada de Dussel: a carta de Marx a Engels, de 30 de abril de 1868. Note-se que esta carta foi escrita após a publicação do livro I de *O Capital*. Negri está se referindo, na verdade, aos planos de Marx para o livro III: “estudaremos depois a conversão da mais-valia em suas diferentes formas e em seus componentes distintos, uns dos outros. (CW, 43, p. 21).

Sobre este mesmo tema, Borges (2002, p. 84-85) retoma Dussel, citando-o juntamente com Rubel, Lebowitz, Rosdolsky, Meek, Mandel, Kaustky e Grossmann, que se tornaram referências clássicas sobre o tema. Segundo sua esquematização, os três primeiros (Dussel, Rubel e Lebowitz) entendem que as mudanças até a publicação de *O Capital* não foram significativas, mantendo-se, basicamente, o plano de 1859, em que pese Marx só ter dado conta de parte do livro do Capital; os três seguintes entendem que Marx executou apenas parcialmente, pois manteve o livro do Capital (no qual teria incorporado o da propriedade fundiária e o do trabalho assalariado), não cumprindo o plano referente aos outros três livros: Estado, comércio exterior e mercado mundial; os dois últimos defendem a ideia de que Marx teria modificado seu plano original, pois o livro do Capital compreenderia toda a sua crítica da economia política.

De certa forma, a MEGA 2 está com a palavra. Segundo um dos seus mais proeminentes divulgadores, Michael Krätke, “Marx, na verdade, nunca abandonou totalmente o plano dos seis livros. Claramente, ele modificou a estrutura da obra, deixando de lado a dicotomia hegeliana do capital em geral *versus* os capitais individuais como princípio de organização da obra. Consequentemente, rearranjou a estrutura de exposição de *O Capital*.” (Krätke, 2005, p. 148).

Portanto, mais do que saber aqui o número e a forma das modificações de Marx, importa realçar que as mudanças de rota provocadas pelo próprio Marx eram reflexos da busca de uma forma de exposição atrelada ao objeto, condicionando e sendo condicionada por ele. Nesse sentido, entende-se que “um plano formulado é sempre consolidação de pesquisa passada e tentativa de organização lógica de exposição do material disponível, sendo modificado com a redação.” (De Deus, 2011a, p. 17).

A crítica, pois, só seria exposta quando o objeto permitisse. O grande espetáculo da exposição exigia a presença de seu protagonista no momento e local exatos, no esplendor de sua forma, dado que um não acontece sem o outro. Por isso, entre os *Grundrisse* e *O Capital*, passando pela *Contribuição* e pelos *Manuscritos de 1861-1863*, é como se a mais-valia estivesse no seu camarim preparando-se para o momento da triunfante aparição.

## Conclusão

Durante o século XX, especulou-se amplamente sobre um possível corte epistemológico entre o jovem e o velho Marx. Lukács procurou combater essa tese de Althusser, demonstrando o caráter de crítica ontológica do pensamento marxiano. Segundo sua visão, Marx teria, na verdade, aprofundado suas visões filosóficas em todos os campos, não fazendo sentido a contraposição dos dois Marx.

É verdade, como se defendeu nesta tese, que Marx só se torna Marx a partir do momento em que elabora sua crítica da economia política, quando consegue, finalmente, submeter o objeto da economia política a uma operação específica, embora de cariz hegeliano. Mas isto não significa que tenha havido um Marx filósofo que depois se tornou um Marx economista. Como demonstrado, Marx nunca deixou de ser filósofo. A reconstrução de sua trajetória intelectual permitiu apreender uma linha de continuidade, um fio condutor, que norteou os seus estudos desde *A Crítica de 43*: a busca pela compreensão da forma de ser da sociedade burguesa. E a partir daí, o caminho que leva Marx de uma etapa exclusivamente filosófica à crítica da economia política é permeada de sinuosidades, capazes de confundir os observadores não dialéticos, levando-os a enxergar os períodos da evolução teórica de Marx como compartimentos estanques.

A genealogia da mais-valia ratifica Lukács. A reconstrução do processo que levou Marx à descoberta da mais-valia corrobora a visão de seu pensamento como um todo, com matizes que refletem o dinamismo de um processo que busca iluminar a essência de uma sociedade cuja natureza se apresenta de forma mistificada. Por isso, embora a trajetória de Marx em torno da categoria da mais-valia tenha sido dividida em quatro etapas nesta tese, reconhece-se que todas elas se interligam no propósito de desvendar a sociabilidade do capital.

Em 1842, quando saiu da *Gazeta Renana*, Marx já percebia o quanto seus recursos teóricos eram insuficientes para a crítica que pretendia fazer. Entende que é preciso recorrer à economia política, ao mesmo tempo em que se vê ainda ocupado em ajustar contas com a filosofia de seu tempo. Começa um processo complexo. Marx critica a teoria do Estado de Hegel e a especulação subjacente, propósito para o qual Feuerbach lhe era útil, mas logo se dá conta que este também precisava ser criticado. A crítica da economia política começa a sofrer

reiterados adiamentos, muitas vezes interpretados apenas pelas idiossincrasias de Marx. Na verdade, longos anos de investigação seriam usados por Marx no refinamento de dois aspectos essenciais para a elaboração da crítica, a forma e o conteúdo das categorias da economia política.

Ainda distante da mais-valia, o período que vai da *Crítica de 43* à *Miséria da Filosofia* é entrecortado por intermitentes estudos sobre economia política e por problemas de ordem financeira, familiar, política, etc. O seu pensamento encontrava-se em velocíssima metamorfose. Se na *Crítica de 43*, ele era o democrata radical, que ainda não fala de classes sociais, alguns meses depois, na *Introdução a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, a revolução é o elemento indicado como meio de emancipação, a ser capitaneada por uma classe social, a dos proletários.

Em Paris, Marx encontra, de fato, a economia política, através de Engels e seu *Esboço*. Passa a se dedicar ao estudo intensivo daquela matéria, redigindo extratos sobre os seus principais representantes nos *Manuscritos de Paris*, em 1844. Simultaneamente, escreve os *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* que claramente marcam uma transição do Marx puramente filósofo para o Marx também economista crítico. Em que pese serem o trabalho alienado e a propriedade privada os pontos centrais de sua análise, categorias econômicas como dinheiro, salário, renda da terra e capital já integravam o conjunto de sua reflexão. A esta altura, Marx ainda está vinculado a Feuerbach, mas, no final dos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* já acena por uma reaproximação com Hegel.

A crítica da economia política só foi possível depois de Marx se desfazer de algumas bagagens e munir-se de outras. Iniciam-se ajustes de contas com a filosofia de sua época. Após os embates com a filosofia idealista dos irmãos Bauer na *Sagrada Família*, era a vez de Feuerbach, cuja visão passiva de mundo, embora calcada em bases materialistas, seria finalmente confrontada em obra escrita em 1845, *Teses sobre Feuerbach*. O confronto com a filosofia idealista teve continuidade na crítica implacável feita na *Ideologia Alemã*, finalizada também em 1845. Nesta obra, Marx descobre a concepção materialista da história e dá um passo adiante na demarcação do conteúdo de sua crítica. Com efeito, a estrutura essencial da crítica estava estabelecida. O processo histórico é colocado como ponto de partida da construção de uma teoria da emancipação proletária. A produção material da vida social é alçada ao posto de determinação ontológica primária no processo de desvendamento da

sociedade do capital. Importa, pois, conhecer como se dá a operação das forças produtivas no âmbito de determinadas relações sociais.

Nesse momento, já é visível para Marx que a chave explicativa está na compreensão da centralidade da exploração do trabalho como fundamento da produção de excedente. De qualquer forma, o esqueleto da crítica, dado pela concepção materialista da história, estava posto. A teoria da mais-valia seria o elemento vivo, o que colocaria finalmente de pé a crítica da economia política.

Ao final dessa primeira etapa de sua trajetória, capítulo dois da tese, Marx chega à *Miséria da Filosofia*, considerada aqui o primeiro platô da crítica. Proudhon era escolhido como síntese de uma visão de mundo a ser combatida, tanto pela especulação, quanto pela precariedade de sua economia política. Marx já tinha avançado consideravelmente no conhecimento de Ricardo e de outros economistas políticos, e critica, de uma só vez, a forma como eles naturalizaram as categorias econômicas e o método dialético, pretensamente hegeliano, de Proudhon. Embora hábil em jogar Ricardo contra Proudhon – revelando domínio crescente da economia ricardiana - Marx não deixa evidente uma formulação teórica autônoma neste campo, mas demonstra ter avançado no refinamento do seu método ao submeter sua crítica ao crivo da concepção materialista da história e ao colocar a totalidade como categoria ontológica fundamental.

Após o período na *Nova Gazeta Renana* (1848-1849), Marx sofre outra expulsão, indo para Londres no final de 1849, onde viveria até o resto dos seus dias. Ele entra em ritmo alucinante de trabalho para garantir o próprio sustento material. Sem abandonar totalmente os estudos teóricos, dedica-se a intensas pesquisas de cunho empírico para os artigos jornalísticos que tinha que produzir. Essa etapa da vida de Marx, analisada no capítulo três, é o momento em que ele amplia seus conhecimentos de economia visando à realização da crítica da economia política. Lida com imensa quantidade de informações relativas a aspectos práticos do funcionamento das máquinas, legislação fabril, tecnologia e diversos outros elementos que lhe seriam úteis na construção de categorias econômicas dentro dos *Grundrisse*. Por isso, Marx é caracterizado neste terceiro capítulo inicialmente como um economista crítico. Não era, a rigor, um economista, no sentido tradicional do termo. Sempre que entrava na seara dos economistas políticos, era para sair dela mais a frente, para exercitar a crítica, o método pelo qual aqueles conhecimentos eram analisados, incorporados ou descartados de forma parcial ou integral, e depois supressumidos. Se, na *Miséria da Filosofia*,

ele tinha dado um passo à frente na análise teórica da totalidade da reprodução capitalista, tratava-se agora, em meio às atividades de apropriação da realidade concreta, de preparar as condições para a realização da crítica. Por isso, ele não podia deixar de ser também um filósofo. Pino (2013, p. 22) lembra que a indiferença quanto à importância do jornalismo para os objetivos teóricos de Marx é decorrente da primazia concedida pela tradição marxista ao Marx filósofo e ao Marx economista. Esta tese, ao contrário, buscou situar o jornalismo de Marx como etapa fundamental de constituição dos elementos teóricos e metodológicos da crítica da economia política que ele iria conseguir realizar justamente porque era tanto filósofo, quanto economista crítico.

Os anos de 1857-1858 foram objeto do quarto capítulo. Os *Grundrisse* são analisados como o momento da descoberta da mais-valia, da realização da crítica da economia política. A densidade da *Introdução de 1857* demonstra que Marx tinha estabelecido a dialética de Hegel em novas bases. Desde a *Ideologia Alemã*, compreendera a necessidade de “hegelianizar” Feuerbach e “materializar” Hegel. Realmente, na *Introdução de 1857*, a dialética de Hegel aparece historicizada, materializada. É o momento em que fica claro o retorno de Marx a Hegel, embora se mantenha expressamente recusando qualquer elemento idealista do seu sistema filosófico. O ponto de partida, diz Marx, é o real concreto, não somente de partida, mas também de chegada.

Na *Miséria da Filosofia*, ele hostiliza o método das abstrações de Proudhon. Agora, longe do contexto que impulsionou aquela obra, elas são retomadas como instrumento analítico fundamental. A forma de sua crítica passa a ser exercitada intensamente dentro dos *Grundrisse*, juntamente com um intenso estudo das categorias da economia política. Nesse processo, Marx usa, de forma modificada, as estruturas essenciais da dialética hegeliana. Reconhece que há determinações comuns a todos os modos de produção e que elas precisam ser integradas nos diversos elementos do desenvolvimento histórico. Importa, pois, reconhecer também as especificidades de cada etapa histórica. Por isso, as determinações mais gerais, juntamente com as específicas de uma determinada época, se articulam dentro das abstrações gerais como totalidades orgânicas. Deve-se ressaltar que as categorias econômicas que vão se constituindo ao longo da análise não são resultado de uma construção idealizada; elas são a expressão de relações reais de produção.

Marx avança nas pesquisas, enquanto aplica seu método, fazendo transições dialéticas, num movimento conjunto pelo qual categorias econômicas são construídas e analisadas por

um duplo movimento, incorporando de uma só vez forma e conteúdo. Vê-se que a manipulação de um crescente conjunto de dados empíricos e teóricos sobre economia não prescinde, para os fins de realização da crítica, de um método filosófico específico. A essa altura, o legado do laboratório londrino revelava toda sua utilidade.

Então, com base nas relações concretas da vida social, Marx descobre que o que o trabalhador vende não é o seu trabalho, e sim a sua *capacidade de trabalho*. Este é o termo usado nos *Grundrisse*, mais tarde substituído em *O Capital* por *força de trabalho*. Com isso, articulando forma e conteúdo, operando um método de filiação hegeliana, porém transformado, Marx descobre uma categoria que reúne em si mesma dois aspectos de uma contradição fundamental da sociedade capitalista: na relação de troca entre capital e trabalho, a lei de apropriação mercantil, pela qual os intercambiantes trocam na justa medida do valor dos seus trabalhos, era por um lado mantida, e, por outro, violada. A mais-valia estava descoberta, um feito não alcançado pelos economistas ingleses, herdeiros do empirismo. Marx se tornou, então, o crítico da economia política, quando submeteu o objeto a uma crítica que é resultado de sua formação filosófica; quando submeteu o objeto da economia política a uma operação específica, nos termos do que Hegel chamou de suprassunção.

A crítica estava realizada; faltava expô-la. Este foi o tema do capítulo primeiro desta tese. Entre os *Grundrisse* e *O Capital*, Marx descobriu a mercadoria, forma elementar da sociedade capitalista, ponto de partida da exposição. As pequenas transições dialéticas, suficientes para chegar à mais-valia nos *Grundrisse*, dariam lugar a um outro tipo de articulação amplificada, em que a ordem de posicionamento das categorias se sujeita a um método específico de exposição. A questão é mais complexa, pois, pelo seu método de elevar-se do abstrato ao complexo, é preciso não colocar em risco a integridade estrutural do “todo artístico”. São totalidades menos complexas que precisam ser articuladas a totalidades mais complexas. Por isso, constrói um sistema teórico assentado em categorias econômicas duais, a todo instante retomando pares dialéticos, visando caminhar em direção ao concreto como uma rica totalidade de determinações.

Na seção I de *O Capital*, seus três primeiros capítulos, Marx expõe a circulação simples, que é a aparência imediata do sistema. Ali não se fala de lucro e capital. A análise começa pela mercadoria, que já encerra em si uma contradição básica entre valor de uso e valor. Em seguida, analisa a dupla natureza do trabalho na sociedade capitalista, trabalho concreto e abstrato e, na sequência, demonstra o desenvolvimento dialético das formas do

valor até chegar ao dinheiro. Só então a mais-valia aparece, na Seção II, capítulo quatro de *O Capital*, na forma de uma antítese do exposto na Seção I. Marx abandona o mundo da circulação e entra na produção para de lá resgatar a mais-valia. Descobre a força de trabalho, mercadoria resultante de um desenvolvimento histórico que afastou o trabalhador dos meios de produção. Com isso, o trabalhador entrega ao capitalista o valor do seu trabalho e recebe pelo valor da sua força de trabalho. O excedente é a mais-valia. Dessa forma, mostra que somente por esse movimento dialético, mergulhando naquele mundo oculto, a essência da sociedade burguesa pode ser revelada, sem com isso negar a aparência, as formas como ela se manifesta na vida concreta.

Hegel foi materializado para que o objeto da economia política pudesse ser transformado. Por isso, não pôde deixar de ser filósofo, pois é a filosofia que permite esse movimento de apropriação. Foi por ter uma compreensão rigorosamente dialética a respeito do funcionamento do capitalismo que Marx chegou à mais-valia. Assim, compreende-se que Marx chegou onde nenhum economista ou filósofo havia chegado: ao fundo da realidade capitalista. É preciso realçar a peculiaridade desta teoria. Marx poderia ter chegado à exploração, ter feito uma denúncia moral, mostrado a precariedade das condições de trabalho, o aviltamento das condições de existência, como tantos outros haviam feito antes. Mas, o sentido da mais-valia ultrapassa os limites destas teorias, pois incorpora aspectos contraditórios, revelando o núcleo essencial da tragédia capitalista.

Uma última palavra sobre a mais-valia. Os fenômenos econômicos parecem fugir, vão ficando cada vez mais complexos, mais dissimulados, menos compreensíveis, dando ocasião ao surgimento de duas situações: a primeira, o advento de teorias submersas na onda do pós-modernismo, que desistiram antes de começar, por entenderem que o mundo está tão fragmentado que nenhum arcabouço teórico específico pode dar conta da realidade; a segunda, as que querem fabricar o mundo, produzindo sua própria realidade. Como categoria fundante das relações sociais burguesas, as potencialidades que a mais-valia encerra para a compreensão do capitalismo contemporâneo perderam o privilégio da contestação, saíram do debate. O tema central da tese, qual seja, a existência de requisitos filosóficos essenciais que nutriram a descoberta da mais-valia, desanimam as expectativas de seu retorno ao campo de visão dos economistas.

Mencionou-se antes que Marx mergulhou nas profundezas da realidade capitalista. Acrescente-se que, no caminho ao fundo, ele ia deixando pistas indicativas para o retorno. Há os que seguiram Marx naquela imersão e por lá ficaram. Há também os que nunca o seguiram.

Mas o pior talvez seja a situação dos que foram e hoje tentam fazer o caminho de volta ignorando os sinais que a mais-valia pode emitir. Urge, pois, rastrear as pistas do caminho de volta, parcialmente percorrido pelo próprio Marx, em direção à compreensão e transformação da realidade social capitalista, sem ignorar a centralidade da mais-valia, e todo o contexto teórico-metodológico de sua descoberta, para a compreensão da forma de ser da sociedade capitalista. Esta tese buscou iluminar o caminho de ida ao fundo, onde Marx encontrou a mais-valia, para evidenciar que ela é a categoria-chave para o retorno à superfície.

Embora tenha ficado conhecida como pedra angular da teoria marxiana, a mais-valia tende a permanecer ignorada. Cabe recuperar um relato de Francis Wheen (2007), que além de biografar Marx, biografou também o próprio *O Capital*. Diz ele, no início do seu livro que, em fevereiro de 1867, Marx insistia com Engels, para que lesse *A obra-prima ignorada*, de Honoré de Balzac. Wheen diz que Marx se referia ao livro como “repleta da mais fina ironia”. Este livro conta a história de Frenhofer, um pintor que trabalha durante dez anos num quadro que, segundo ele, iria revolucionar a arte, ao exibir “a mais completa representação da realidade”. Terminado o quadro, dois colegas de ofício, Poussin e Porbus, são convidados e “ficam horrorizados ao ver uma bruma de formas aleatórias e uma confusão de cores sem nexos”. Enquanto um dos amigos sussurra ao outro que seria questão de tempo Frenhofer perceber a tragédia artística, o pintor se dá conta da situação e começa a gritar: “Nada em minha tela! [...] Você não vê nada ali, tolo!” Compadecido, ante o desespero do amigo, Porbus aponta para a tela e diz: Veja! “Frenhofer contemplou seu quadro um instante e cambaleou: Nada! Nada! E dediquei-lhe dez anos de trabalho!”

Marx teria se identificado imediatamente com a história, pois havia dedicado longos anos à preparação de sua crítica da economia política e temia não ser compreendido. Segundo Marshall Bermann, citado por Wheen, “a tela mencionada por Balzac é a descrição perfeita de uma pintura abstrata do século XX [...] Portanto a própria incompletude da obra tardia de Marx [*O Capital*] pode estabelecer mais interseções com nossa época que a mais ‘acabada’ obra do século XIX.”

A mais-valia, como parte fundamental da obra-prima ignorada de Marx, costuma ser subestimada ou tratada com indiferença. Mesmo que se considere *O Capital* como obra inacabada, é preciso ver a mais-valia, sua categoria central, como a indicação de uma trilha teórica a ser percorrida. Sua descoberta foi o resultado da aplicação de um método que se submete ao objeto, estando, portanto, aberto às transformações da vida social. Essa abertura,

pouco compreendida, favoreceu o surgimento do rótulo de obra inacabada para *O Capital*. Como se viu nesta tese, o acompanhamento do passo a passo de Marx em seu itinerário teórico desmistifica a ideia de que seja possível encontrar um conjunto de regras metodológicas *a priori*. Por outro lado, a história da mais-valia, sua genealogia, é iniciativa capaz de orientar novas incursões no estudo do capitalismo contemporâneo, especialmente quanto a categorias tão fugazes. Não se trata, portanto, de descobrir o método, mas de, no mínimo, não subestimar o objeto de pesquisa. É pensar numa forma de fazer ciência, ou numa teoria econômica, que não seja um fim em si mesma.

## Referências Bibliográficas

AISA, Aurelio A. **El sentido de la critica em el periodismo político del joven Marx: la “Gaceta Renana” (1842-43)**. Sítio *Marx desde Cero*, 2013. Disponível em: <http://kmarx.wordpress.com/2013/06/17/el-periodismo-politico-del-joven-marx-la-gaceta-renana-1842-43/>. Acesso em: 25set. 2013.

ALBUQUERQUE, Eduardo da M. e. **Darimon, bancos e crédito: notas sobre os *Grundrisse* e a transição para o socialismo**. In: DE PAULA, João Antonio. (Org.). **O Ensaio Geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 139-160.

ARTHUR, Christopher J. **From the Critique of Hegel to the Critique of Capital**. In: BURNS, Tony; FRASER, Ian (Orgs.). *The Hegel-Marx Connection*. Londres: Macmillan, 2000, cap. 5, p. 105-130.

ARTHUR, Christopher J. **The New Dialectics and Marx’s Capital**. Leiden, Boston: Brill, 2004.

ARTHUR, Christopher J. **El Capital de Marx y La Lógica de Hegel: Los Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844**. In: MUSTO, Marcello (Org.). *Tras las huellas de um fantasma*. México: Siglo XXI, 2011, p. 201-215.

ARTHUR, Christopher J. **The Practical Truth of Abstract Labour**. In: BELLOFIORE, R.; STAROSTA, G.; THOMAS, P. (Orgs.). *In Marx’s Laboratory: Critical Interpretations of the Grundrisse*. Leiden, Boston: Brill, 2013. Disponível em: [http://chrisarthur.net/Practical\\_Truth\\_of\\_Abstract\\_Labour.pdf](http://chrisarthur.net/Practical_Truth_of_Abstract_Labour.pdf). Acesso em: 14abr. 2013.

ASSUNÇÃO, Vânia, N. F. de. **Marx no tempo da Gazeta Renana**. Revista da APG/PUC-SP, ano XI, n. 29, p. 194-217.

BELLOFIORE, Riccardo; FINESCHI, Roberto. **Introduction**. In: BELLOFIORE, R.; FINESCHI, R. *Re-reading Marx: new perspectives after the critical edition*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009, p. 01-16.

BENSAID, Daniel. **Marx, o Intempestivo**. Grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BÖHM-BAWERK, Eugen von. **A Teoria da Exploração do Socialismo Comunismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2. ed., 2010.

BORGES NETO, João. **Duplo caráter do trabalho, valor e economia capitalista**. 295 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Adam Smith: prisioneiro da aparência (observações sobre críticas à teoria smithiana do valor: uma visão anti-ricardiana)**. In: \_\_\_\_\_. *Marx, Ricardo e Smith: sobre a teoria do valor trabalho*. Vitória: Edufes, 2012, cap. 5, p. 156-205.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Trabalhadores, Empresários e Economistas: prisioneiros da aparência. Sobre a ilusória origem da mais-valia.** In: \_\_\_\_\_. *Capital: essência e aparência*. Vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013, cap. 1, p. 17-32.

CERQUEIRA, Hugo Eduardo da Gama. **David Riazanov e a edição das obras de Marx e Engels.** In: DE PAULA, João Antonio. (Org.). **O Ensaio Geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 31-32.

CHAGAS, Eduardo. **O Método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto.** *Revista de Filosofia*. Belo Horizonte, vol. 38, nº 120, 2011. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periódicos/index.php/Sintese/article/view/1036>. Acesso em: 08 mai. 2013.

CHASIN, José. **Marx no tempo da Nova Gazeta Renana.** In: Prefácio a MARX, Karl. *A Burguesia e a Contra-Revolução*. São Paulo: Ensaio, 3. ed., 1993, p. 15-40.

CHASIN, José. **Marx. Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica.** São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

CLAUDÍN, Fernando. **Marx, Engels y la Revolución de 1848.** Madri: Siglo XXI, 4. ed., 1985.

CORAZZA, Gentil. **O caminho de volta do abstrato ao concreto: uma introdução ao método da economia política em Marx.** In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003, p. 43-60.

COTRIM, Livia. **Apresentação: A arma da crítica: política e emancipação humana na Nova Gazeta Renana.** In: Karl Marx. *Nova Gazeta Renana*. Tradução de Livia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010.

COUTINHO, Maurício. **Marx: notas sobre a teoria do capital.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

COUTINHO, Maurício. **A crítica da economia política: teoria e atualidade.** In: BOITO JR, Armando; TOLEDO, Caio N.; RANIERI, Jesus; TRÓPIA, Patrícia V. (Orgs.). *A Obra teórica de Marx. Atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, 2000, p. 257-267.

COUTINHO, Maurício. G. **O dinheiro no Capital e nos Grundrisse.**In: DE PAULA, João Antonio. (Org.). **O Ensaio Geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 109-116.

DE DEUS, Leonardo. G. **“Apresentação”.** In: MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. Manuscrito de 1861-1863. Cadernos I a V. Terceiro capítulo – O capital em geral. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2010a, p. 09-19.

DE DEUS, Leonardo. G. **Do marxismo à marxologia: fortuna e perspectivas das edições das obras completas de Marx e Engels.** In: DE PAULA, João Antonio. (Org.). **O Ensaio Geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010b, p. 33-50.

DE DEUS, Leonardo. **Reconstrução Categorical de O Capital à luz de seus esboços.** A instauração da crítica da economia política (1857, 1863). 259f. Tese (Doutorado em

Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010c.

DE PAULA, João. A. **Roman Rosdolsky (1898-1967): um intelectual em tempos de extremos**. Nova Economia: revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 309-320, mai/ago de 2007.

DE PAULA, João. A. **O “Outubro” de Marx**. Nova Economia: revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 167-190, mai/ago de 2008.

DE PAULA, João. A. **A “Introdução” dos Grundrisse**. In: \_\_\_\_\_. (Org.). O Ensaio Geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858). Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 89-108.

DE PAULA, João. A. **Marx 1857/1858: além dos Grundrisse**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo, nº 30, p. 123-142, outubro de 2011.

DE PAULA, João. A. e CERQUEIRA, H. E. A. da G. Isaac **I. Rubin e sua história do pensamento econômico**. Textos para discussão nº 469. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pequisas/td/TD%20469.pdf>. Acesso em: 13mai. 2013.

DOBB, Maurice. **Marx como economista**. In: Marx e o Socialismo. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 57-95.

DUAYER, Mário. **Apresentação**. In: MARX, Karl. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, p. 11-24.

DUMÉNIL, Gérard. **Terceira Parte. Economia**. In: Renault, E., Duménil, G., Löwy, Michael. Ler Marx. São Paulo: Editora Unesp, p. 207-210, 2011.

DUSSEL, Enrique. **El Fetichismo em los escritos de juventud de Marx**. Revista Uno más Uno. México, p. 186-191, junho de 1982. Disponível em: <http://kmarx.wordpress.com/2013/04/14/el-fetichismo-en-los-escritos-de-juventud-de-marx/>. Acesso em: 21 jun. 2012.

DUSSEL, Enrique. **El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana**. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1990.

DUSSEL, Enrique. **Las metáforas teológicas de Marx**. Estella (Navarra), Espanha: Editorial Verbo Divino, 1993.

DUSSEL, Enrique. **La Producción Teórica de Marx**. Un comentario a los GRUNDRISSE. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 4. ed., 2004.

DUSSEL, Enrique. **Hacia un Marx Desconocido. Un comentario de los Manuscritos del 61-63**. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 2008.

ECHEVERRIA, Rafael. **Critique of Marx's 1857 Introduction**. Economy and Society. V. 07, n. 04, p. 333-366, 1978.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dhüring**. Edições Ridendo Castigat Mores, 1875. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/duhring.html>. Acesso em: 27 set. 2013.

ENGELS, Friedrich. **Prefácio à edição alemã de 1883 do Manifesto do Partido Comunista.** In: MARX, Karl e Friedrich Engels. Obras Escolhidas - Volume 1. São Paulo: Alfa-Ômega, p. 17, 1953a.

ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã.** In: MARX, Karl e Friedrich Engels. Obras Escolhidas - Volume 3. São Paulo: Alfa-Ômega, p. 169-207, 1953b.

ENGELS, Friedrich. **Introdução à Lutas de Classes na França de 1848 a 1850.** In: MARX, Karl e Friedrich Engels. Obras Escolhidas - Volume 1. São Paulo: Alfa-Ômega, p. 93-198, 1953c.

ENGELS, Friedrich. **Marx e a Nova Gazeta Renana.** In: MARX, Karl e Friedrich Engels. Obras Escolhidas - Volume 3. São Paulo: Alfa-Ômega, p. 144-151, 1953d.

ENGELS, Friedrich. **Contribuição à história da liga dos Comunistas.** In: MARX, Karl e Friedrich Engels. Obras Escolhidas - Volume 3. São Paulo: Alfa-Ômega, p. 152-168, 1953e.

ENGELS, Friedrich. **Esboço de uma crítica da Economia Política.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

ENGELS, Friedrich. **Prefácio ao livro III de *O Capital*.** In: MARX, Karl. **O Capital.** Livro III, v. IV. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 6. ed., p. 03-24, 1991.

ENZENSBERGER, Hans. M. **Conversaciones com Marx y Engels.** Barcelona: Editorial Anagrama, 2009.

FAUSTO. Ruy. **Dialética Marxista, Dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora brasiliense, 1997.

FINE, Ben.; SAAD FILHO, Alfredo. **Marx's 'Capital'.** Londres: Pluto Press, 2010.

FINESCHI, Roberto. **Dialectic of the Commodity and Its Exposition: The German Debate in the 1970s – a Personal Survey.** In: BELLOFIORE, R.; FINESCHI, R. Re-reading Marx: new perspectives after the critical edition. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009, cap. 4, p. 50-70.

FINESCHI, Roberto. **The four levels of abstraction of Marx's concept of "Capital".** In: BELLOFIORE, R.; STAROSTA, G.; THOMAS, P. (Orgs.). In Marx's Laboratory: Critical Interpretations of the *Grundrisse*. Leiden, Boston: Brill, 2013. Disponível em: [http://www.marx-gesellschaft.de/Texte/1005\\_Fineschi\\_Four%20Levels\\_Abstraction.pdf](http://www.marx-gesellschaft.de/Texte/1005_Fineschi_Four%20Levels_Abstraction.pdf). Acesso em: 15nov. 2013.

FREDERICO, Celso. **O Jovem Marx.** 1843-1844: as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Expressão Popular, 2. ed., 2009.

GERMER, Claus M.; NETO, Pedro. L. da C. **Em torno da tradução brasileira dos Grundrisse.** Crítica Marxista. São Paulo, n.34, p.159-170, 2012.

GIANOTTI, José. A. **Dialética futurista e outras mãos.** Novos Estudos Cebrap. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 57, p. 59-79, julho de 2000.

GODELIER, Maurice. **Las Estructuras del Método de “El Capital” de Carlos Marx.** In: DIAS, P. L. (Org.). *El Capital, Teoría, Estructura y Método.* Vol. 2. México: Ediciones de Cultura Popular, 1978.

GRESPLAN, Jorge. **A crise na crítica à economia política.** In: BOITO JR, Armando; TOLEDO, Caio N.; RANIERI, Jesus; TRÓPIA, Patrícia V. (Orgs.). *A Obra teórica de Marx. Atualidade, problemas e interpretações.* São Paulo: Xamã, 2000, p. 231-246.

GUERRERO, Diego. **Historia del pensamiento econômico heterodoxo.** Madri: Editorial Trotta, 1997.

HARVEY, D. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista.** México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HARVEY, David. **A Companion to Marx’s Capital.** Londres, Nova York: Verso, 2010.

HECKER, Rolf. **A história desconhecida da primeira publicação dos *Grundrisse* sob o stalinismo.** In: DE PAULA, João Antonio. (Org.). **O Ensaio Geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858).** Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 51-59.

HEINRICH, Michael. **An Introduction to the three volumes of Karl Marx’s Capital.** Nova York: Monthly Review Press, 2004.

HENDERSON, W. O. **Marx and Engels and the English Workers: And other essays.** Londres: Frank Cass and Company Limited, 2005.

HUNT, Tristram. **Comunista de Casaca.** A vida revolucionária de Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ILIENKOV, Evald V. **Elevar-se de lo Abstrato a lo Concreto.** In: DIAS, P. L. (Org.). *El Capital, Teoría, Estructura y Método.* Vol. 1. México: Ediciones de Cultura Popular, 1978, p. 27-83.

KOFLER, Leo. **História e dialética.** Estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2002.

KRÄTKE, Michael. R. **Le Dernier Marx et le Capital.** *Actuel Marx*, n. 37, p. 145-160, 2005.

KRÄTKE, Michael. R. **Journalisme et Science. L’importance des travaux journalistiques de Marx pour la Critique de L’Économie Politique.** *Actuel Marx*, n. 42, p. 128-163, 2007.

KRÄTKE, Michael. R. **The First World Economic Crisis: Marx as an Economic Journalist.** In: MUSTO, Marcello. *Karl Marx’s Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later.* Nova York: Routledge, 2008a, cap. 10, p. 162-168.

KRÄTKE, Michael. R. **Marx’s ‘books of crisis’ of 1857-8.** In: MUSTO, Marcello. *Karl Marx’s Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later.* Nova York: Routledge, 2008b. cap. 10, p. 169-175.

LEBOWITZ, Michael. A. **Following Marx: Method, Critique and Crisis.** Leiden, Boston: Brill, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. 5. ed., Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1991.

LENIN, Vladimir. I. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. In: Obras Escolhidas, t.1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed., Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LUKÁCS, George. **História e Consciência de Classe. Ensaio sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, Georg. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

LUKÁCS, Georg. **Para uma Ontologia do Ser Social**. Rio de Janeiro: Editora Boitempo Editorial, v. 1, 2012.

MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**. De 1843 até a redação de O CAPITAL. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARKUS, Gyorgy. **Teoria do Conhecimento do Jovem Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARX, Karl. **Glosas Marginais al “Tratado de economia política” de Adolph Wagner**. In: DOBB, Maurice (Org.). *Estudios sobre El Capital*. 2. ed., México: Siglo XXI, 1977.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro III, v. VI. São Paulo: Difel, 4. ed., 1985a.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro III, v. III, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985b.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia**. Livro IV, v. III, São Paulo: Difel, 1985c.

MARX, Karl. **Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política**. In: \_\_\_\_\_. Para a Crítica da Economia Política. Salário, Preço e Lucro. O Rendimento e suas Fontes. São Paulo: Abril Cultural, 2. ed., p. 23-27, 1986a.

MARX, Karl. **Introdução [à Crítica da Economia Política]**. In: \_\_\_\_\_. Para a Crítica da Economia Política. Salário, Preço e Lucro. O Rendimento e suas Fontes. São Paulo: Abril Cultural, 2. ed., p. 03-21, 1986b.

MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. In: \_\_\_\_\_. Para a Crítica da Economia Política. Salário, Preço e Lucro. O Rendimento e suas Fontes. São Paulo: Abril Cultural, 2. ed., p. 133-179, 1986c.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro II, v. III. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 5. ed., 1987.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, v. I. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 13. ed., 1989a.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, v. II. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 12. ed., 1989b.

- MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. In: \_\_\_\_\_. LABICA, Georges. **As “teses sobre Feuerbach” de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 30-35, 1990.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro III, v. IV. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 6. ed., 1991.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, v. I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996a.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, v. II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996b.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858**. V. 3. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 13. ed., 2006.
- MARX, Karl. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858**. V. 1. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 20. ed., 2007a.
- MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007b.
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2.ed., 2010c.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política. Manuscrito de 1861-1863 (Cadernos I a V)**. Terceiro capítulo – O capital em geral. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010d.
- MARX, Karl. **Nova Gazeta Renana**. Tradução de Livia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010e.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a.
- MARX, Karl. **Cuadernos de París (Notas de lectura de 1844)**. México: Editorial Itaca, 2011b.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**: Editora WMF Martins Fontes, 4. ed., 2011c.
- MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2.ed., 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Selected Correspondence**. Moscou: Progress Publishers, 2. ed., 1965.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre el capital**. Barcelona: Laia, 1974.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 01, 1975.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 03, 1975.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 15, 1986.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 27, 1990.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 38, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 39, 1983.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 40, 1983.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 41, 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 42, 1987.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 43, 1988.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 50, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx: escritos de juventud**. V. 1. México: Fondo de cultura econômica, 1987.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e seus consortes**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MCLELLAN, David. **The Young Hegelians and Karl Marx**. Londres: Macmillan, 1969.
- MCLELLAN, David. **Karl Marx. Vida e Pensamento**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MEHRING, Franz. **Karl Marx. A história de sua vida**. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2013.
- MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MÜLLER, Marcos L. **Exposição e método dialético em O Capital**. In: Boletim SEAF, n. 2. Belo Horizonte: SEAF, 1982. Disponível em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2010/10/exposicao-e-metodo-dialetico-em-o.html>. Acesso em: 13 dez. 2012.
- MUSTO, Marcello. **History, production and method in the 1857 'Introduction'**. In: \_\_\_\_\_. Karl Marx's *Grundrisse*: foundations of the critique of political economy 150 years later. Nova York: Routledge, 2008a, cap. 1, p. 03-32.
- MUSTO, Marcello. **Marx's life at the time of the Grundrisse: biographical notes on 1857-8**. In: \_\_\_\_\_. Karl Marx's *Grundrisse*: foundations of the critique of political economy 150 years later. Nova York: Routledge, 2008b, cap. 1, p. 149-161.
- MUSTO, Marcello. **Difusão e recepção dos Grundrisse no mundo. Uma contribuição para a história do marxismo**. Revista Crítica Marxista. São Paulo, n. 28, p. 99-108, 2009.
- MUSTO, Marcello. **A formação da crítica de Marx à economia política: dos estudos de 1843 aos Grundrisse**. Revista Crítica Marxista. São Paulo, n. 33, p. 31-65, 2011a.
- MUSTO, Marcello. **Marx em Paris: Los Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844**. In: \_\_\_\_\_. Tras las huellas de um fantasma. México: Siglo XXI, 2011b, p. 116-132.

- MUSTO, Marcello. **La Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA 2) y el redescubrimiento de Marx**. In: \_\_\_\_\_. *Tras las huellas de um fantasma*. México: Siglo XXI, 2011c, p. 21-62.
- NEGRI, Antonio. **Marx más Allá de Marx**. Nueve lecciones sobre los Grundrisse. Argentina, 2000.
- NETTO, José. P. **Marxismo Impenitente**. Contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- NETTO, José. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NICOLAUS, Martin. **Foreword**. In: MARX, Karl. *Grundrisse. Foundations of the Critique of Political Economy*. Londres: Penguin Books, p. 07-63, 1993.
- NICOLAUS, Martin. **O Marx Desconhecido**. In: BENJAMIN, César (Org.). *Marx e o Socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 97-135.
- OAKLEY, Allen. **Marx's Critique of Political Economy**. Intellectual Sources and Evolution. Volume I: 1844 to 1860. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- PINO, Mario Espinosa. **Introducción**. In: MARX, Karl. **Artículos periodísticos**. Barcelona: Alba Clásica, 2013, p. 08-27.
- PRADO, Eleutério F. S.. **Do dinheiro ao capital**. Artigo 19, 2012. Sítio Pessoal. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2011/11/marx-do-dinheiro-ao-capital.pdf>. Acesso em: 22mar. 2013.
- RIAZANOV, David. **Marx y Engels**. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2012.
- RIESER, Vittorio. **La “apariencia” del capitalismo en el análisis de Marx**. In: Dobb, M. et al. *Estudios sobre el Capital*. 4. ed.. México: Siglo XXI, 1977.
- ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.
- ROTH, Regina. **Karl Marx's Original Manuscripts in the Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA): Another View on Capital**. In: BELLOFIORE, R.; FINESCHI, R. *Re-reading Marx: new perspectives after the critical edition*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009, cap. 3, p. 27-49.
- RUBEL, Maximilien. **Karl Marx**. Ensayo de biografía intelectual. Buenos Aires: Paidós, 1970.
- RUBEL, Maximilien. **Les cahiers d'études de Marx**. In: \_\_\_\_\_. *Marx: critique du marxisme*. Paris: Payot, 1974, p. 301-359.
- RUBIN, Isaac. I. **A teoría marxista do valor**. São Paulo: Editora Polis, 1987.
- SAAD FILHO, Alfredo. **O valor de Marx**. Campinas: Editoria da Unicamp, 2011.
- SILVEIRA, Paulo. **A mais-valia e o caráter revolucionário do materialismo histórico**. Revista Nova Escrita/Ensaio especial – Marx Hoje. São Paulo, ano V, nº 11/12, 1983, p. 327-332.

SMITH, Tony. **Dialectical Social Theory and Its Critics**. From Hegel to Analytical Marxism and Postmodernism. Nova York: State of New York Press, 1993.

TEIXEIRA, Aloísio. **Marx e a economia política: a crítica como conceito**. In: *Econômica*, n. 4. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, p. 85-109, 2000.

VAISMAN, Ester. **O significado dos *Grundrisse* e a filosofia**. In: DE PAULA, João Antonio. (Org.). **O Ensaio Geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 73-86.

VAZ, Henrique. L. **Sobre as fontes filosóficas do pensamento de Karl Marx**. *Revista Nova Escrita/Ensaio especial – Marx Hoje*. São Paulo, ano V, nº 11/12, 1983, p. 147-160.

WENDLING, Amy. E. **Karl Marx on Technology and Alienation**. Londres: Palgrave Macmillan, 2011.

WHEEN, Francis. **Karl Marx**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WHEEN, Francis. **O Capital de Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.